

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TJSC / 2006

DES. PEDRO MANOEL ABREU

Presidente



APRESENTAÇÃO



■ PRESIDÊNCIA

O presente relatório reúne informações estatísticas das atividades desenvolvidas pelo Poder Judiciário de Santa Catarina no ano de 2006, tanto na esfera administrativa, quanto na jurisdicional.

SUMÁRIO

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL	13 ▶
PRESIDÊNCIA	17 ▶
Coordenadoria de Magistrados	19
Assessoria de Imprensa	27
Assessoria de Relações Públicas, Protocolo e Cerimonial	33
Assessoria de Planejamento	41
Auditoria Interna	47
Casa Militar	51
Ouvidoria dos Servidores	57
Programa de Implantação de Serviços e de Capacitação de Servidores	63
VICE-PRESIDÊNCIA	71 ▶
2ª VICE-PRESIDÊNCIA	79 ▶
3ª VICE-PRESIDÊNCIA	85 ▶
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	91 ▶
ACADEMIA JUDICIAL	133 ▶
DIRETORIA-GERAL JUDICIÁRIA	147 ▶
Diretoria Judiciária	161
Diretoria de Documentação e Informações	195
DIRETORIA-GERAL ADMINISTRATIVA	211 ▶
Diretoria de Engenharia e Arquitetura	215
Diretoria de Informática	219
Diretoria de Infra-Estrutura	237
Diretoria de Material e Patrimônio	245
Diretoria de Orçamento e Finanças	251
Diretoria de Recursos Humanos	275
Diretoria de Saúde	283
JUSTIÇA MILITAR	293 ▶



COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL



DESEMBARGADORES

Des. Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho

Des. Alcides dos Santos Aguiar

Des. Antônio Fernando do Amaral e Silva

Des. Anselmo Cerello

Des. Jorge Mussi

Des. Carlos Prudêncio

Des. José Gaspar Rubick

- Des. Pedro Manoel Abreu

Presidente

Des. Orli de Ataíde Rodrigues

Des. José Trindade dos Santos

Des. João Eduardo Souza Varella

- Des. Cláudio Barreto Dutra

Segundo Vice-Presidente

- Des. Newton Trisotto

Corregedor Geral da Justiça

Des. Sérgio Torres Paladino

Des. Solon D'Eça Neves

Des. José Mazoni Ferreira

Des. Volnei Ivo Carlin

Des. Irineu João da Silva

Des. Luiz César Medeiros

Des. Vanderlei Romer

- Des. Eládio Torret Rocha

Primeiro Vice-Presidente

- Des. Wilson Augusto do Nascimento

Terceiro Vice-Presidente

Des. Nelson Juliano Schaefer Martins

- Des. José Volpato de Souza

Vice-Corregedor Geral da Justiça

Des. Sérgio Roberto Baasch Luz

Des. Antônio do Rêgo Monteiro Rocha

Des. Fernando Carioni

Des. José Antônio Torres Marques

Des. Luiz Carlos Freyesleben

Des. Rui Francisco Barreiros Fortes

Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi

Des. Marcus Túlio Sartorato

Des. César Augusto Mimoso Ruiz Abreu

Des^a. Salete Silva Sommariva

Des. Ricardo Orofino da Luz Fontes

Des. Nicanor Calírio da Silveira

Des. Salim Schead dos Santos

Des^a. Maria do Rocio Luz Santa Ritta

Des. Edson Nelson Ubaldó

Des. Cid José Goulart Júnior

JUÍZES DE DIREITO DE SEGUNDO GRAU

Juiz Jaime Ramos

Juiz Jorge Henrique Schaefer Martins

Juiz Newton Janke

Juiz Victor José Sebem Ferreira

Juiz José Carlos Carstens Kohler

Juiz Dionízio Jenczak

Juiz Sérgio Izidoro Heil

Juíza Sônia Maria Schmitz

Juiz Túlio José Moura Pinheiro

Juiz Ronaldo Moritz Martins da Silva

Juiz Jânio de Souza Machado

Juiz Jaime Luiz Vicari

Juiz Paulo Roberto Camargo Costa

Juíza Marli Mosimann Vargas

Juiz Joel Dias Figueira Júnior

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Membros efetivos:

Des. Pedro Manoel Abreu

Des. Eládio Torret Rocha

Des. Cláudio Barreto Dutra

Des. Wilson Augusto do Nascimento

Des. Newton Trisotto

Des. José Antônio Torres Marques

Patrimônio e Edificações

Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi

Justiça e Cidadania

Des. Carlos Prudêncio

Informática

Des. Alcides dos Santos Aguiar

Presidente do Conselho Gestor do Fundo de

*Reaparelhamento da Justiça (Des. Nicanor Calirio da
Silveira - Suplente)*

Membros convidados:

Des. Sérgio Torres Paladino

Desenvolvimento Humano

Des. César Augusto Mimoso Ruiz Abreu

Planejamento e Orçamento

Des. José Trindade dos Santos

Presidente do Conselho Gestor do Sistema de Conta

*Única de Depósitos Judiciais (Desa. Saete Silva
Sommariva - Suplente)*

CONSELHO DA MAGISTRATURA

No período de fevereiro a até 17 de maio de 2006:

Des. Pedro Manoel Abreu - *Presidente*

Des. João Eduardo Souza Varella - *Membro*

Des. Cláudio Barreto Dutra - *2º Vice-Presidente*

Des. Newton Trisotto - *Corregedor Geral da Justiça*

Des. Irineu João da Silva - *Membro*

Des. Vanderlei Romer - *Membro*

Des. Eládio Torret Rocha - *1º Vice-Presidente*

Des. Wilson Augusto do Nascimento - *3º Vice-Presidente*

Des. José Volpato - *Vice-Corregedor Geral da Justiça*

Des. Antônio do Rêgo Monteiro Rocha - *Membro*

Des. Fernando Carioni - *Membro*

Des. Luiz Carlos Freyesleben - *Membro*

A partir de maio de 2006:

Des. Pedro Manoel Abreu - *Presidente*

Des. João Eduardo Souza Varella - *Membro*

Des. Cláudio Barreto Dutra - *2º Vice-Presidente*

Des. Newton Trisotto - *Corregedor Geral da Justiça*

Des. Irineu João da Silva - *Membro*

Des. Eládio Torret Rocha - *1º Vice-Presidente*

Des. Wilson Augusto do Nascimento - *3º Vice-Presidente*

Des. José Volpato - *Vice-Corregedor Geral da Justiça*

Des. Antônio do Rêgo Monteiro Rocha - *Membro*

Des. Fernando Carioni - *Membro*

Des. Luiz Carlos Freyesleben - *Membro*

Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta - *Membro*

COORDENADOR DE MAGISTRADOS

Juiz de Direito Hélio do Valle Pereira

JUÍZES ASSESSORES DA PRESIDÊNCIA

Juiz Odson Cardoso Filho

Juiz Romano José Enzweiler

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Juiz Paulo Henrique Moritz Martins da Silva

PRESIDÊNCIA

DES. PEDRO MANOEL ABREU

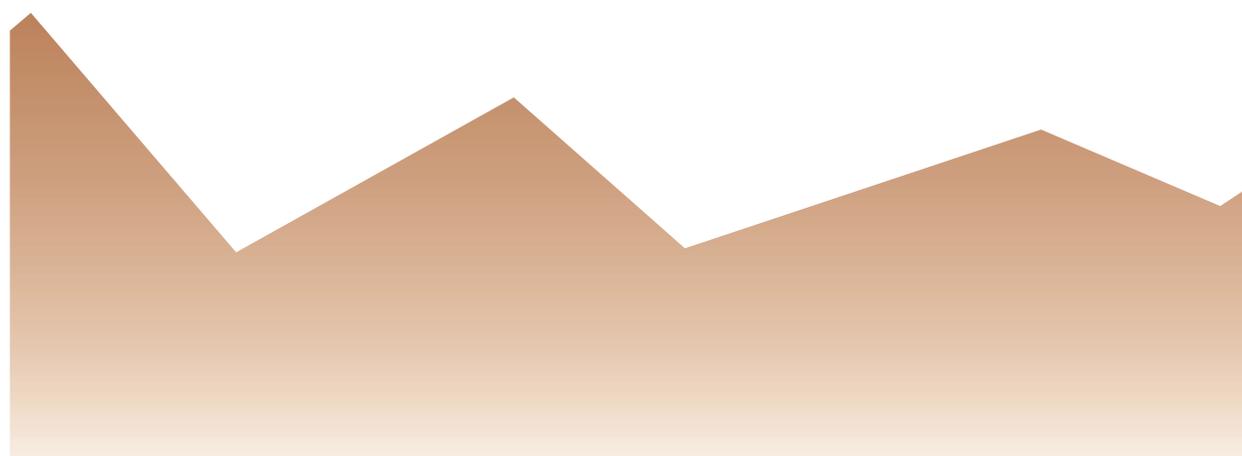
Presidente



COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

JUIZ HÉLIO DO VALLE PEREIRA

Coordenador



COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

A Coordenadoria de Magistrados, criada pela Resolução nº 3/2001-GP, de 24/01/2001, no ano de 2006 intensificou seus trabalhos buscando a sedimentação das mudanças introduzidas pelas Emendas Constitucionais, especialmente das matérias que trataram do Poder Judiciário, envolvendo a ininterruptão da atividade jurisdicional, questões relacionadas ao subsídio e a implementação do teto constitucional, além de outras originadas pela reforma da Previdência.

Neste contexto, foram prestadas diversas informações ao Conselho Nacional de Justiça em cumprimento às determinações Constitucionais, objetivando fornecer dados e fundamentar estudos traçados pelos programas de avaliação do Poder Judiciário. Dentre os diversos Processos Administrativos analisados por esta Cordenadoria, é importante destacar aqueles relacionados diretamente aos pedidos de interesses pessoais de Magistrados, ativos, inativos e pensionistas, a saber:

PROCESSOS:

Aposentadoria	1	Instalação/Criação/Varas/Câmaras	11
Abono de permanência	1	Férias	6
Auxílio funeral	3	Licença amamentação	1
Auxílio moradia	2	Licenças de saúde	88
Autorização para freqüência de curso no exterior/congresso	3	Licença de saúde em pessoa da família	14
Averbação de tempo de serviço	4	Licença gala	19
Bolsa de estudos pós-graduação	12	Licença maternidade	4
Contratação de estagiários / terceirizados / outros	45	Licença nojo	10
Convênio	2	Licença paternidade	4
Consulta	19	Licença prêmio	59
Designação / Substituição de juiz cooperador	12	Pedido de Providências / Informações ao CNJ	12
Desconto / Suspensão Contribuição Previdenciária	6	Pensão Alimentícia	17
Devolução de valores	70	Processos associações de classe / órgãos do Poder Judiciário/outros	133
Diligência do Tribunal de Contas do Estado	5	Revisão Subsídio / Proventos / Gratificação / Atrasados	15
Isenção do IR	6	Projeto de Resolução/Ato Regimental	6
Inclusão de dependente	18	Trânsito	4
		TOTAL	612

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

Neste ano, a Coordenadoria de Magistrados prestou também outros serviços importantes, compreendendo estudos, planilhas, estatísticas e a elaboração de diversos atos, tais como:

OUTROS:

1. Afastamento da comarca	603
2. Cadastramento dos Magistrados / Escrivães no Sistema Bacen-Jud	429
3. Certidões ativos/inativos/pensionistas	27
4. Comunicados Gerais	85
5. Estudos de aposentadoria / abono de permanência	12
6. Ofícios	537
7. Portarias	227

Foram intensificados e agilizados os procedimentos de movimentação dos Magistrados, importando na expedição dos seguintes atos:

I - MAGISTRADOS PROMOVIDOS:

PELO CRITÉRIO DE MERECEMENTO

1. Fernando Speck de Souza à Comarca de Descanso.
2. Margani de Mello à 2ª Vara da comarca de Mafra.
3. Denise Helena Schild de Oliveira à 2ª Vara Cível da comarca de Concórdia.
4. Laudenir Fernando Petroncini à 2ª Vara da Comarca de Sombrio.
5. Luiz César Schweitzer à 1ª vara Criminal da Comarca da Capital.
6. Romano José Enzweiler à 1ª Vara da comarca de São Bento do Sul.
7. Leone Carlos Martins Júnior à 1ª Vara Cível da comarca de Joaçaba.
8. Cláudio Barbosa Fontes Filho à Comarca de Catanduvas.
9. Humberto Goulart da Silveira à 2ª Vara da comarca de Porto União.
10. Jussara Schittler dos Santos Wandscher à comarca de Modelo.
11. Marcelo Carlin à 1ª Vara da comarca de Campos Novos.
12. Marcelo Pizolati à Vara Criminal e da Infância e Juventude da comarca de Curitiba.
13. Augusto César Allet Aguiar à 2ª Vara da comarca de São Bento do Sul.
14. Gustavo Santos Mottola à comarca de Ipumirim.
15. Jefferson Zanini à 2ª Vara da comarca de Campos Novos.

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

16. Paulo Marcos de Farias à 1ª Vara Criminal da comarca de Chapecó.
17. Rafael Osório Cassiano à comarca de Campo Belo do Sul.
18. Alexandre Karazawa Takaschima à 2ª Vara da comarca de São Joaquim.
19. Marcelo Pons Meirelles à 3ª Vara Cível da comarca de Chapecó.
20. Elleston Lissandro Canali à 2ª Vara da comarca de Indaial.
21. Camila Coelho à comarca de Abelardo Luz.
22. Ezequiel Rodrigo Garcia à comarca de Campo Erê.
23. Luiz Henrique Bonatelli à 2ª Vara da comarca de Videira.
24. Gustavo Emelau Marchiori à comarca de Itá
25. Quitéria Tamanini Vieira Péres

PELO CRITÉRIO DE ANTIGÜIDADE

1. Lara Maria Souza da Rosa à 1ª Vara da comarca de Braço do Norte.
2. Marco Aurélio Ghisi Machado à 2ª Vara da comarca de Caçador.
3. Adriana Mendes Bertoncini à 1ª Vara Cível da comarca de São José.
4. Maria Auxiliadora Ornelas de Almeida à comarca de Coronel Freitas.
5. Eron Pinter Pizzolatti à Vara Criminal da comarca de Tubarão.
6. Jeferson Isidoro Mafra à comarca de Palmitos.
7. Mauro Ferrandin à 2ª Vara da comarca de São Francisco do Sul.
8. Edison Zimmer à 3ª Vara Cível da comarca de Rio do Sul.
9. Geomir Roland Paul à 1ª Vara da comarca de Xanxerê.
10. André Augusto Messias da Fonseca à comarca de Itapoá
11. Marcelo Pizolati à Vara Criminal e da Infância e Juventude da comarca de Curitibaanos.
12. Pedro Walicoski de Carvalho à comarca de Tijucas.
13. Rafael Sandi à 1ª Vara da comarca de Ituporanga.
14. Roberto Márius Fávero à Vara Criminal da comarca de São José.
15. Joarez Rusch à Vara Criminal e da Infância e Juventude da comarca de Curitibaanos.
16. Rafael Rabaldo Bottan à comarca de São João Batista.
17. Ricardo Machado de Andrade à 1ª Vara Cível da comarca de Araranguá.
18. Cyd Carlos da Silveira à 3ª Vara Cível da comarca de Joinville
19. Luís Francisco Delpizzo Miranda à 1ª Vara Criminal da comarca de Itajaí.
20. César Otávio Sciréa Tesserolli à 1ª Vara da comarca de São Miguel do Oeste.
21. Rafael Brüning à 1ª Vara da comarca de Ibirama.
22. Marcelo Elias Naschenweng à 2ª Vara da comarca de São Miguel do Oeste.
23. Nádia Inês Schmidt à comarca de Coronel Freitas.
24. Iolanda Volkmann à comarca de Ponte Serrada

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

II – FORAM REMOVIDOS OS SEGUINTE MAGISTRADOS

1. Ana Cristina Borba Alves à 2ª Vara da comarca de Imbituba.
2. Sérgio Luiz Junkes à 1ª Vara Cível da comarca de Blumenau.
3. Marcelo Carlin à comarca de Capivari de Baixo.
4. Osmar Mohr à 3ª Vara Cível da comarca de Brusque.
5. Debora Driwin Rieger Zanini à comarca de Armazém.
6. André Alexandre Happke à comarca de Anchieta.
7. André Luiz Lopes de Souza à comarca de Seara.
8. Ubaldo Ricardo da Silva Neto à 2ª Vara da comarca de Timbó.
9. Roberto Ramos Alvim à 2ª Vara da Família da comarca de Blumenau.
10. Solon Bittencourt Depaoli à comarca de Maravilha.
11. Adriana Lisboa à Vara da Fazenda Pública da comarca de Balneário Camboriú.
12. Geraldo Corrêa Bastos à Vara da Família, Órfãos, Infância e Juventude da comarca de Lages.
13. Daniela Ertel à comarca de Jaguaruna.
14. Stephan Klaus Radloff à 5ª Vara Cível da comarca de Blumenau.
15. Eduardo Camargo à comarca de São Domingos.
16. Tiane Lohn, ao cargo de 3º Juiz Substituto Vitalício da 8ª Circunscrição Judiciária, com sede na comarca de São José.
17. Clayton César Wandscheer ao cargo de 3º Juiz Substituto Vitalício, da 3ª Circunscrição Judiciária com sede na comarca de Chapecó.
18. Janine Stiehler Martins à comarca de Navegantes.
19. Fernando de Castro Faria à 1ª Vara da comarca de Braço do Norte.
20. Sérgio Luiz Junkes à 2ª Vara Cível da comarca de Joinville.
21. Cláudio Márcio Areco Júnior à 2ª Vara da comarca de Ituporanga.
22. Vilmar Cardozo à Vara Criminal da comarca de Palhoça.
23. Osmar Mohr à 1ª Vara Cível da comarca de Blumenau.
24. Rafael Fleck Arnt à comarca de Dionísio Cerqueira.
25. Viviane Isabel Daniel Speck de Souza à comarca de Mondaí.
26. Fernando Vieira Luiz à comarca de Capivari de Baixo

III - APRECIADOS OS PEDIDOS DE OPÇÕES DOS SEGUINTE MAGISTRADOS

1. Edson Zimmer, da 1ª para a 2ª Vara da Comarca de Ituporanga.
2. Carlos Roberto da Silva, da 1ª Vara Criminal à 2ª Vara Criminal da comarca de Itajaí.
3. Júlio César Knoll, titular da Vara Criminal para a Vara da Fazenda Pública da comarca de Tubarão.
4. Adriana Mendes Bertocini, titular da 1ª Vara Cível para a Vara da Família da comarca de São José.

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

5. Andréa Cristina Rodrigues Studer, titular da Vara Criminal para a 1ª Vara Cível da comarca de São José.
6. Lara Maria Souza da Rosa Zanotelli, titular da 1ª Vara para a 2ª vara da comarca de Braço do Norte.
7. Opção da Juíza Adriana Lisboa, titular da 2ª Vara para a 1ª Vara da comarca de Campos Novos.
8. Marcelo Pizolati, titular da Vara Criminal e da Inf. e Juventude para a 1ª Vara Cível da comarca de Curitibanos.
9. Viviana Gazaniga Maia, para a comarca de Santo Amaro da Imperatriz.
10. Carlos Alberto Civinski, titular da 1ª Vara Cível para a 3ª Vara Cível da comarca de Brusque.

IV - PEDIDO DE PERMUTA

- Permuta entre os magistrados André Alexandre Happke e Ricardo Alexandre Fiuza.

V – EFETIVAÇÃO DE JUÍZES SUBSTITUTOS

- Foram efetivados 23 (vinte e três) Juízes Substitutos.

VI – APOSENTADORIA

Foi apreciada a aposentadoria da magistrada Maria Auxiliadora Ornelas de Almeida.

VII - DIREÇÃO DO FORO

- Foram apreciadas e deferidas 26 (vinte e seis) indicações para as funções de Diretor do Foro.

VIII - PREENCHIMENTO DE VAGAS NO TRE

1. Preenchimento de cargo de Juiz Efetivo, categoria Desembargador.
2. Preenchimento de cargos de Juiz Suplente, categoria Desembargador.
3. Preenchimento de cargo de Juiz Efetivo, categoria Desembargador.
4. Preenchimento de cargos de Juiz Suplente, categoria Desembargador.
5. Preenchimento de Juiz Efetivo, categoria Juiz de Direito.
6. Preenchimento de Juiz Substituto, categoria Juiz de Direito.

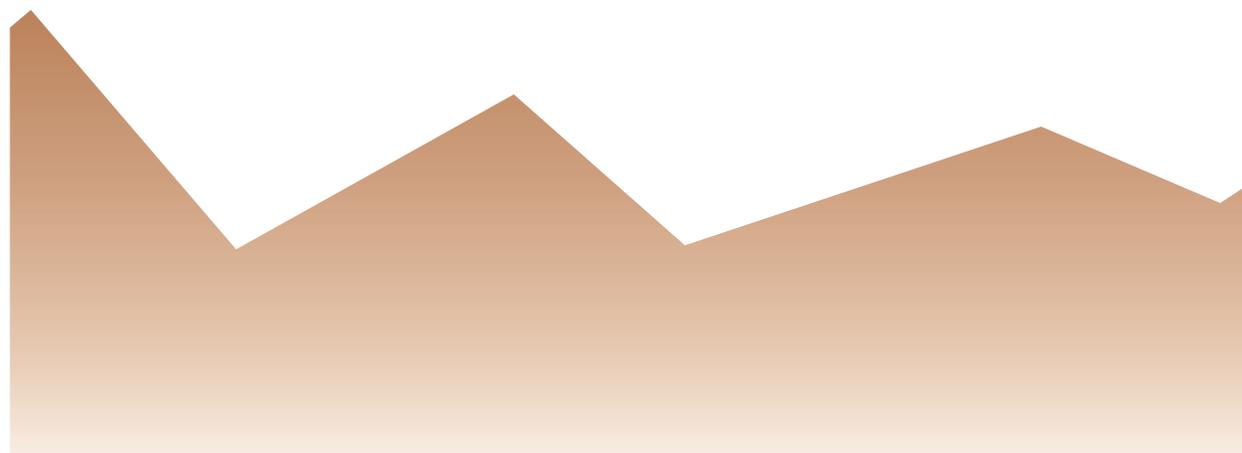
ASSESSORIA DE IMPRENSA

DES. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS

Coordenador

ÂNGELO LIMA MEDEIROS

Jornalista Responsável



ASSESSORIA DE IMPRENSA

O Tribunal de Justiça demonstrou nestes últimos doze meses grande preocupação em estreitar suas relações com a sociedade, traduzida nos investimentos realizados na área da comunicação social. A Assessoria de Imprensa do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, durante o ano de 2006, produziu e distribuiu entre os diversos órgãos de comunicação do Estado 1.585 informes oficiais, assim divididos: 692 releases (matérias jornalísticas) e 893 notas para colunas com aproveitamento nas páginas dedicadas ao Judiciário na mídia estadual e nacional. Este número, 1.585 informes oficiais, representa mais que o dobro da produção desenvolvida no ano anterior. Em 2005, foram redigidos 768 informes oficiais. Neste ano, em média, registrou-se 6,34 informes produzidos a cada dia útil trabalhado, com aproveitamento estimado de 90% de todo o material enviado às redações. A produção deste ano é a maior já registrada desde o início da coleta deste dado estatístico junto ao setor, em 1998, e representa o dobro do melhor índice já verificado nestes últimos nove anos. Credita-se tal resultado ao reforço da equipe que, na atual gestão, recebeu novos profissionais da área da comunicação.

Além disso, a Assessoria de Imprensa do TJSC realizou trabalho cotidiano de atendimento – por telefone ou mesmo pessoalmente – aos jornalistas interessados em obter informações junto ao Judiciário Estadual. Por conta desta

interface entre instituição e órgãos de comunicação, facilitamos entrevistas e reportagens do Presidente do TJ e demais integrantes desta Corte, junto à emissoras de rádio e televisão, assim como aos representantes da mídia nacional. A Assessoria de Imprensa, ainda no campo do jornalismo impresso, também providenciou o encaminhamento de dezenas de artigos de magistrados, de 1 e 2º graus, para publicação em jornais estaduais.

A elaboração diária da Resenha Eletrônica Informativa foi outro trabalho desenvolvido pela Assessoria neste período, sempre objetivando fornecer subsídios aos magistrados e servidores sobre fatos pertinentes ao Judiciário e suas diversas interpretações sob a ótica dos órgãos de comunicação do estado e do país, disponibilizando estas informações via computador para toda a rede do Judiciário Estadual, com alcance de 3.000 terminais em todas as 110 comarcas de Santa Catarina. A Assessoria manteve e administrou espaço na página da INTRANET e INTERNET, oferecendo ao público interno e externo informações atualizadas sobre decisões e acontecimentos do mundo judiciário na seção “Notícias do TJ”.

Em 2006, como grande destaque, o Poder Judiciário de Santa Catarina, conquistou espaço na grade da TV Justiça, emissora de canal a cabo do Supremo Tribunal Federal (STF), com alcance nacional, onde estreou em 8 de julho e veiculou 22 programas inéditos e mais 44 reprises, num

ASSESSORIA DE IMPRENSA

total de 1.980 minutos de exibição. No Estado, o TJ manteve espaço na mídia eletrônica, com a produção do programa “Justiça Legal”, veiculado em TV aberta pela retransmissora da Rede Bandeirantes (TVBV) em todo o território catarinense desde 8 de abril deste ano, e que contou com a supervisão da Assessoria de Comunicação Social do TJ e produção da Firenze Comunicação – contratada através do devido processo licitatório. Foram retransmitidas 39 edições neste período, num total de 1.170 minutos de programação. Em 5 de setembro deste ano, através de convênio firmado com a Câmara de Vereadores, o Justiça Legal passou a integrar também a grade de programação da TV Câmara. A estréia ocorreu em 14 de setembro e, desde então, foram veiculados 15 programas inéditos e 15 reprises, num total de 900 minutos de exibição em canal a cabo. Na soma dos tempos exibidos nas três emissoras – um canal aberto e dois a cabo – o Justiça Legal ocupou espaço na mídia por 4.050 minutos ao longo deste ano. Desde 2001, quando teve origem o programa, inicialmente em convênio com a TVAL, retransmitido em canal fechado, e a partir de 2003, já em TV aberta, este ano foi registrado o maior tempo de exposição do Judiciário catarinense em mídia eletrônica.

Ainda neste meio, em parceria com a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), a Assessoria deu continuidade ao projeto de rádio, com a veiculação de programa semanal de

25 minutos intitulado “Justiça Cidadã”, transmitido semanalmente pela Rádio Udesc FM nas áreas de cobertura da emissora em Florianópolis, Joinville e Lages, além de mais de 20 emissoras do interior catarinense, com abrangência em boa parte do Estado. O mesmo programa também ocupa espaço na grade da Rádio Justiça, emissora administrada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e que pode ser sintonizada no Estado através da Internet. A Assessoria também trabalha no projeto do Boletim Eletrônico do TJ. A idéia é reunir num só meio de comunicação as características básicas de um boletim eletrônico e de uma news letter. Nossa intenção é produzir o boletim com periodicidade semanal e sem a intermediação de terceiros, pois isto será fundamental para a agilidade pretendida. Para isso, aguardamos ainda definições da área de informática – equipamentos e treinamento de equipe – para poder colocá-lo no ar. Em conjunto com este importante projeto, nossa assessoria continua em ação no trabalho cotidiano de cobertura dos eventos do TJ (Presidência, Cejur, Academia Judicial, Coordenadoria de Juizados Especiais, etc) e instituições afins (universidades, PGJ, OAB-SC, etc) na Capital e no interior do Estado; produção de material diferenciado para publicação dominical em página de jornal diário; administração de campanhas de caráter publicitário da instituição; acompanhamento de sessões dos órgãos julgadores do TJ; atendimento aos senhores magistrados (1º e 2º graus) e

ASSESSORIA DE IMPRENSA

servidores (notadamente diretores) na divulgação de realizações e projetos localizados; e a participação nas mais variadas comissões e reuniões levadas a cabo pela atual gestão (Comitê Gestor Internet/Intranet, Comissão de Racionalização de Gastos do Poder Judiciário, Comissão do Calendário Institucional do TJ, Comissão da Diretoria de Recursos Humanos para Semana do Servidor 2007, Grupo de Trabalho do Projeto Mostra de Talentos, etc).

Pelo conjunto de atividades desenvolvidas neste ano e sua inegável repercussão junto aos meios

de comunicação em geral, a Assessoria de Imprensa considera ter contribuído na divulgação dos principais atos do Poder Judiciário, aproximando-o da população e assim cumprindo uma das metas da atual gestão, qual seja, garantir a transparência de suas realizações. Avanços e conquistas obtidas sob o comando dinâmico do Desembargador Nelson Juliano Schaefer Martins, Coordenador de Comunicação Institucional do Tribunal de Justiça, e com o apoio incondicional do Gabinete da Presidência do TJ.

INFORMES OFICIAIS - RELEASES E NOTAS (EVOLUÇÃO ANUAL)

ANO	
1998	261 informes oficiais = 196 notas + 65 releases. Média produção/dia útil(*) = 1,04
1999	175 informes oficiais = 110 notas + 65 releases. Média produção/dia útil(*) = 0,70
2000	333 informes oficiais = 151 notas + 182 releases. Média produção/dia útil(*) = 1,33
2001	141 informes oficiais = 51 notas + 90 releases. Média produção/dia útil(*) = 0,56
2002	345 informes oficiais = 102 notas + 243 releases. Média produção/dia útil(*) = 1,38
2003	601 informes oficiais = 325 notas + 286 releases. Média produção/dia útil(*) = 2,40
2004	775 informes oficiais = 492 notas + 283 releases. Média produção/dia útil(*) = 3,10
2005	768 informes oficiais = 479 notas + 289 releases. Média produção/dia útil(*) = 3,07
2006	1.585 informes oficiais = 893 notas + 692 releases. Média produção/dia útil(*) = 6,34

(*) 250 dias/ano

ASSESSORIA DE IMPRENSA

PROGRAMA DE TV JUSTIÇA LEGAL

2001

Contrato de prestação de serviço
 Programa semanal de 15 minutos
 Veiculação em sistema a cabo
 Convênio com a TV Assembléia Legislativa
 Duração: de agosto a novembro

Número de programas: 16

Tempo de exposição: 240 min.

2002

Contrato de prestação de serviço
 Programa semanal de 15 minutos
 Veiculação em sistema a cabo
 Convênio com a TV Assembléia Legislativa
 Duração: outubro, novembro, dezembro

Número de programas: 12

Tempo de exposição: 180 min.

2003

Licitação modalidade carta convite
 Programa semanal de 30 minutos
 Veiculação em canal aberto
 Convênio com o SBT-SC
 Duração: abril/dezembro

Número de programas: 39

Tempo de exposição: 1.170 min.

2004

Licitação modalidade carta convite
 Programa Semanal de 30 minutos
 Veiculação em canal aberto
 Contrato com o SBT-SC
 Duração: junho/dezembro

Número de programas: 27

Tempo de Exposição: 710 min.

2005

Licitação modalidade carta convite
 Programa Semanal de 30 minutos
 Veiculação em canal aberto
 Contrato com o SBT-SC
 Duração: março/dezembro

Número de Programas: 44

Tempo de Exposição: 1.320 min.

2006

Licitação – modalidade carta convite.
 Programa Semanal de 30 minutos. Veiculação em canal aberto e a cabo. Contrato com TV Barriga Verde/TV Justiça/TV Câmara

Número de Programas: 135

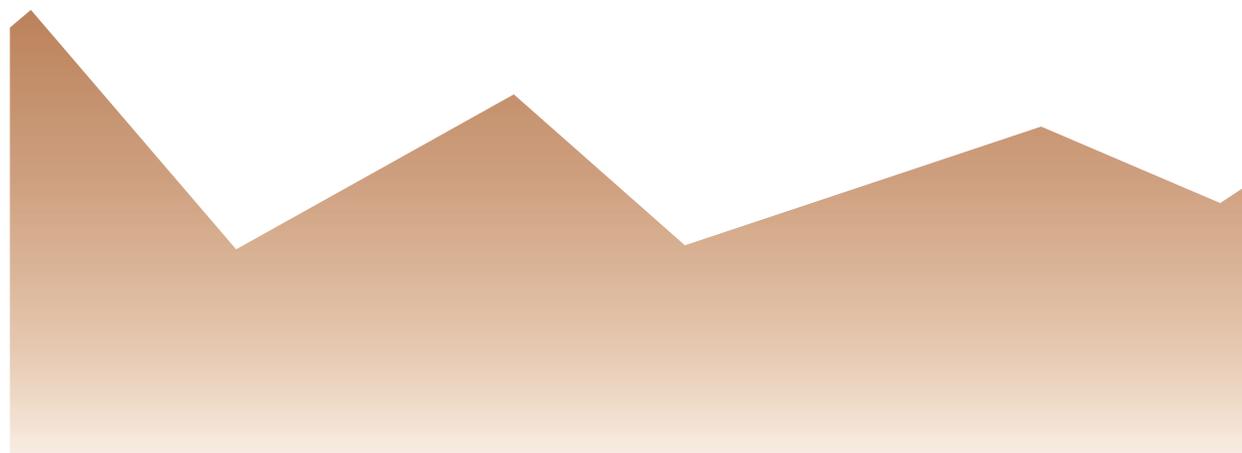
(76 inéditos + 59 reprises)

Tempo de Exposição: 4.050 min.

ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

DES. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS
Coordenador

ROMILDA ROCHA
Assessora de Relações Públicas



ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

A Assessoria de Relações Públicas, Protocolo e Cerimonial, integrante do Núcleo de Comunicação Institucional, está regulamentada pela Resolução nº.12/2004-GP e tem em sua competência a preparação, supervisão, e coordenação dos eventos para público interno e externo; coordenação do Cerimonial; expedição de correspondências da Presidência que lhe sejam pertinentes; contato com órgãos congêneres, visando intercâmbio de informações; acompanhamento de cerimônias e eventos realizados pelo Poder Judiciário, sob a responsabilidade da Presidência desta Corte; organização dos eventos no Espaço Cultural do Tribunal de Justiça.

Ainda, dentro de suas atividades, destacam-se: recepção e acompanhamento de autoridades em visita ao Presidente; coordenação e acompanhamento de

embarque e desembarque de autoridades em visita oficial ao Tribunal; e assessoramento ao Presidente, ou seu representante, em solenidades oficiais e em visitas a outras autoridades.

Os eventos institucionais organizados são: Assinatura de Convênios, Lançamento de Livros de Magistrados, Almoços e Jantares Oficiais, Inaugurações de Fóruns, Casas da Cidadania e Cartórios, Vitaliciamento de Juízes Substitutos, Posse de Juízes Substitutos, Juízes de 2º Grau e Desembargadores; Trasmissão de Cargo do Presidente e demais cargos Diretivos do TJSC, Entrega da Medalha da Ordem do Mérito Judiciário, Solenidades alusivas ao Aniversário de Instalação do Tribunal de Justiça, Encerramento e Abertura do Ano Judiciário.

A seguir, serão arroladas todas as atividades executadas pela Assessoria ao longo do ano de 2006:

ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL



Novas Instalações do Fórum de Itapema

- ▶ Sessão Solene de Abertura do Ano Judiciário de 2006
Data: 9 de janeiro de 2006.
- ▶ Solenidade de Instalação da 3ª Vara Criminal da Comarca de Chapecó
Data: 12 de janeiro de 2006.
- ▶ Solenidade de Instalação da Vara Criminal da Comarca de Joaçaba
Data: 13 de janeiro de 2006.
- ▶ Solenidade de Instalação da 2ª Vara da Comarca de Fraiburgo
Data: 13 de janeiro de 2006.
- ▶ Solenidade de Instalação da 2ª Vara da Comarca de Braço do Norte
Data: 16 de janeiro de 2006.
- ▶ Solenidade de Instalação da 3ª Vara Cível da Comarca de Rio do Sul
Data: 19 de janeiro de 2006.
- ▶ Solenidade de Instalação da 2ª Vara da Comarca de Ituporanga
Data: 20 de janeiro de 2006.
- ▶ Solenidade de Instalação da 3ª Vara Criminal da Comarca de Chapecó
Data: 23 de janeiro de 2006.
- ▶ Solenidade Inauguração das Novas Instalações do Fórum de Itapema
Data: 24 de janeiro de 2006.
- ▶ Solenidade de Instalação da 3ª Vara Cível da Comarca de Balneário Camboriú
Data: 24 de janeiro de 2006.
- ▶ Solenidade de Instalação da 3ª Vara Cível da Comarca de Jaraguá do Sul
Data: 26 de janeiro de 2006.

ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

- ▶ Solenidade de Instalação da 5ª Vara Cível da Comarca de Joinville
Data: 26 de janeiro de 2006.
- ▶ Solenidade de Instalação da 2ª Vara da Família e da 5ª Vara Cível da Comarca de Blumenau
Data: 27 de janeiro de 2006.
- ▶ Solenidade de Instalação da 3ª Vara Cível da Comarca de Brusque
Data: 27 de janeiro de 2006.
- ▶ Solenidade de Instalação da Vara Criminal da Comarca de Palhoça
Data: 30 de janeiro de 2006.
- ▶ Solenidade de Instalação da 2ª Vara da Comarca de Imbituba
Data: 30 de janeiro de 2006.
- ▶ Sessão Solene de Transmissão de Cargo do Presidente e demais cargos diretivos do TJSC
Data: 1º de fevereiro de 2006.
- ▶ Exposição de Quadros da Artista Plástica Tânia Paupitz
Período: 1º a 12 de março de 2006.
- ▶ Exposição de Quadros em óleo sobre tela painel da Artista Plástica Adriana Fagundes
Período: 13 a 24 de março de 2006.
- ▶ Sessão Solene de Posse dos Juízes de Direito de 2º Grau
Data: 15 de março de 2006.
- ▶ Solenidade de Instalação do Núcleo de Conciliação de 2º Grau do PJSC
Data: 22 de março de 2006.
- ▶ Visita do Cônsul da Hungria – Sr. Zsolt Maris
Data: 29 de março de 2006.
- ▶ Celebração Ecumênica de Páscoa
Data: 11 de abril de 2006.
Exposição de Quadros de Hamilton Mendonça Elíbio
Período: 3 a 14 de abril de 2006.
- ▶ Exposição de Quadros de Julieta Adelina Santos
Período: 17 a 28 de abril de 2006.
- ▶ Solenidade de Inauguração da Casa da Cidadania de Campo Alegre
Data: 10 de maio de 2006.
- ▶ Exposição de Quadros em óleo sobre tela da Artista Plástica Simone Muller de Faria
Período: 29 de maio a 9 de junho de 2006.
- ▶ Exposição de Quadros em óleo sobre tela da Artista Plástica Luciana Busnardo
Período: 19 a 30 de junho de 2006.
- ▶ Ato de Lançamento da Obra: “Salvemos nosso Lar Planetário – uma introdução ao estudo da questão ambiental” – Desembargador Alvaro Wandelli Filho
Data: 29 de junho de 2006.
- ▶ Exposição de Quadros em óleo sobre tela do Artista Plástico Juan Godoy
Período: 3 a 14 de julho de 2006.
- ▶ Solenidade de início das atividades do Projeto “Justiça Presente: unidade jurisdicional itinerante nos Grandes Eventos” – no Estádio Orlando Scarpelli
Data: 12 de julho de 2006.
- ▶ Solenidade de início das atividades do Projeto “Justiça Presente: unidade jurisdicional itinerante nos Grandes Eventos” – no Estádio da Ressacada
Data: 15 de julho de 2006.
- ▶ Exposição de Fotos Panorâmicas do fotógrafo David Raphael Silvério de Andrade
Período: 3 a 14 de julho de 2006.
- ▶ Visita do Embaixador da Alemanha para apresentação do novo Cônsul da Honarário da Alemanha em Blumenau
Data: 1º de agosto de 2006.

ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL



Vitaliciamento dos Juizes Substitutos

- ▶ Solenidade de Inauguração da Casa da Cidadania de Iraceminha
Data: 1º de agosto de 2006.
- ▶ Exposição de Quadros em Arte Francês Tridimensional
Período: 14 a 25 de agosto de 2006.
- ▶ Exposição de Quadros da artista plástica Loisi Kormann
Período: 28 de ago. a 8 de set. de 2006.
- ▶ Reunião do Conselho da Ordem do Mérito Judiciário Catarinense para a escolha dos agraciados
Data: 29 de agosto de 2006.
- ▶ Solenidade de Vitaliciamento de Juizes Substitutos
Data: 6 de setembro de 2006.
- ▶ Exposição de Trabalhos Artesanais dos reeducandos do Presídio Masculino de Florianópolis
Data: 2 a 13 de outubro de 2006.
- ▶ Exposição Comemorativa aos 115 anos de Instalação do TJSC – Beiramar Shopping
Data: 4 a 11 de outubro de 2006.
- ▶ Apresentação do Coral da Ass. dos Magistrados

Catarinenses, no Beiramar Shopping
Data: 4 de outubro de 2006.

- ▶ Apresentação do Coral do Tribunal de Contas do Estado – Beiramar Shopping
Data: 5 de outubro de 2006.
- ▶ Apresentação do músico Jeovanny de Luch – Beiramar Shopping
Data: 6 de outubro de 2006.
- ▶ Apresentação do Coral da Ordem dos Advogados do Brasil – Beiramar Shopping
Data: 7 de outubro de 2006.
- ▶ Apresentação do Coral do Tribunal Regional do Trabalho – Beiramar Shopping
Data: 8 de outubro de 2006.
- ▶ Apresentação do Coral da Assembléia Legislativa – Beiramar Shopping
Data: 9 de outubro de 2006.
- ▶ Apresentação do Coral do Colégio Imaculada Conceição – Beiramar Shopping
Data: 10 de outubro de 2006.
- ▶ Apresentação da Camerata de Violinos – Beiramar Shopping
Data: 11 de outubro de 2006.
- ▶ Sessão Solene da Assembléia Legislativa em



Exposição: "Animais em Foco"

ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL



Entrega da Medalha da Ordem do Mérito Judiciário Catarinense

homenagem aos 115 anos de instalação do TJSC

Data: 10 de outubro de 2006.

- Exposição de Fotografias da Sociedade Mundial de Proteção Animal – “Animais em Foco”
Data: 16 a 27 de outubro de 2006.
- Reunião da Comissão Especial do Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça
Data: 19 de outubro de 2006.
- Sessão Solene da Entrega da Medalha da Ordem do Mérito Judiciário Catarinense
Data: 19 de outubro de 2006.
- Jantar em Comemoração à Entrega da Medalha da Ordem do Mérito Judiciário Catarinense
Data: 19 de outubro de 2006.
- Solenidade de Instalação da Unidade Regional de Execuções Fiscais de Lages
Data: 26 de outubro de 2006.
- Exposição de Quadros em óleo sobre tela da artista plástica Janete Viríssimo
Data: 30 de out. a 10 de nov. de 2006.
- Solenidade de Aposição do Retrato do Desembargador Jorge Mussi na Galeria dos Ex-Presidentes
Data: 1º de novembro de 2006.
- Solenidade de Inauguração da Casa da Cidadania de Botuverá
Data: 9 de novembro de 2006.
- Exposição de Quadros e Esculturas da artista plástica Sandra Zabel Ferreira de Mello
Data: 13 a 24 de novembro de 2006.

ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL



Casa da Cidadania de Botuverá



Inauguração do Fórum de Concórdia

- ▶ Exposição de Quadros da artista plástica Salete Cunha Becker
Data: 27 de nov. a 1º de dez. de 2006.
- ▶ Celebração Ecumênica em Homenagem à Santa Catarina de Alexandria
Data: 28 de novembro de 2006.
- ▶ Exposição dos trabalhos desenvolvidos pela Gráfica do TJSC
Data: 4 a 20 de dezembro de 2006.
- ▶ Solenidade de Início das Atividades do Juizado de Trânsito – Comarca de Criciúma
Data: 8 de dezembro de 2006.
- ▶ Jantar de Encerramento do Ano Judiciário
Data: 9 de dezembro de 2006.
- ▶ Solenidade de Instalação de Serviços da Casa da Cidadania de Saudades
Data: 13 de dezembro de 2006.
- ▶ Solenidade de Instalação de Serviços da Casa da Cidadania de Água Doce
Data: 14 de dezembro de 2006.
- ▶ Solenidade de Inauguração do Fórum de Concórdia
Data: 14 de dezembro de 2006.



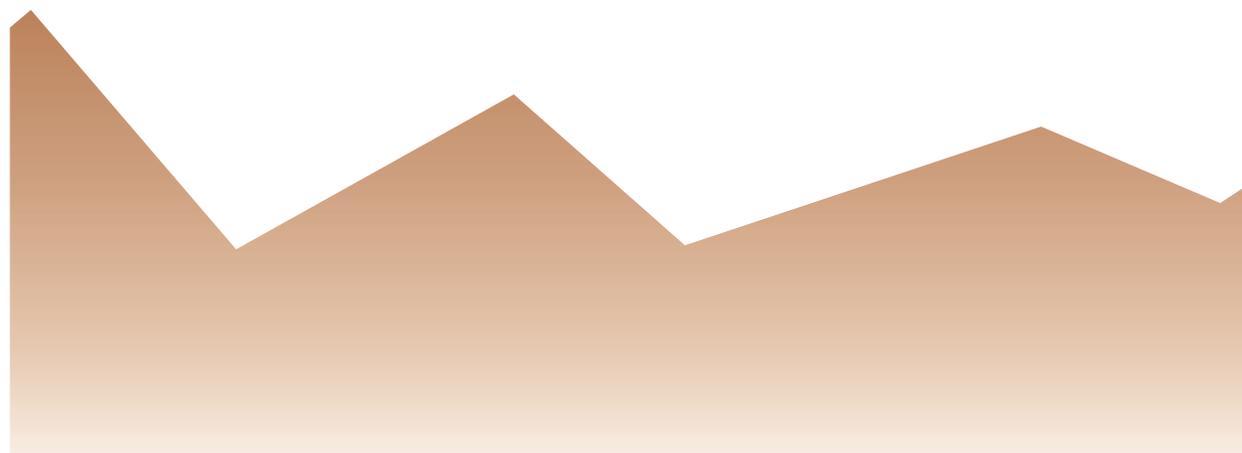
Instalação de Serviços da Casa da Cidadania de Saudades

- ▶ Apresentação do Coral do Colégio Imaculada Conceição – Hall do TJSC
Data: 18 de dezembro de 2006.
- ▶ Apresentação do Coral do Clube 6 de Janeiro – Hall do TJSC
Data: 19 de dezembro de 2006.
- ▶ Solenidade de Encerramento do Ano Judiciário
Data: 20 de dezembro de 2006.

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

DES. CÉSAR AUGUSTO MIMOSO RUIZ ABREU
Conselheiro Responsável

JOÃO LUIZ MARTELLI MOREIRA
Coordenador



ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

1 Planejamento Estratégico e *Balanced Scorecard*

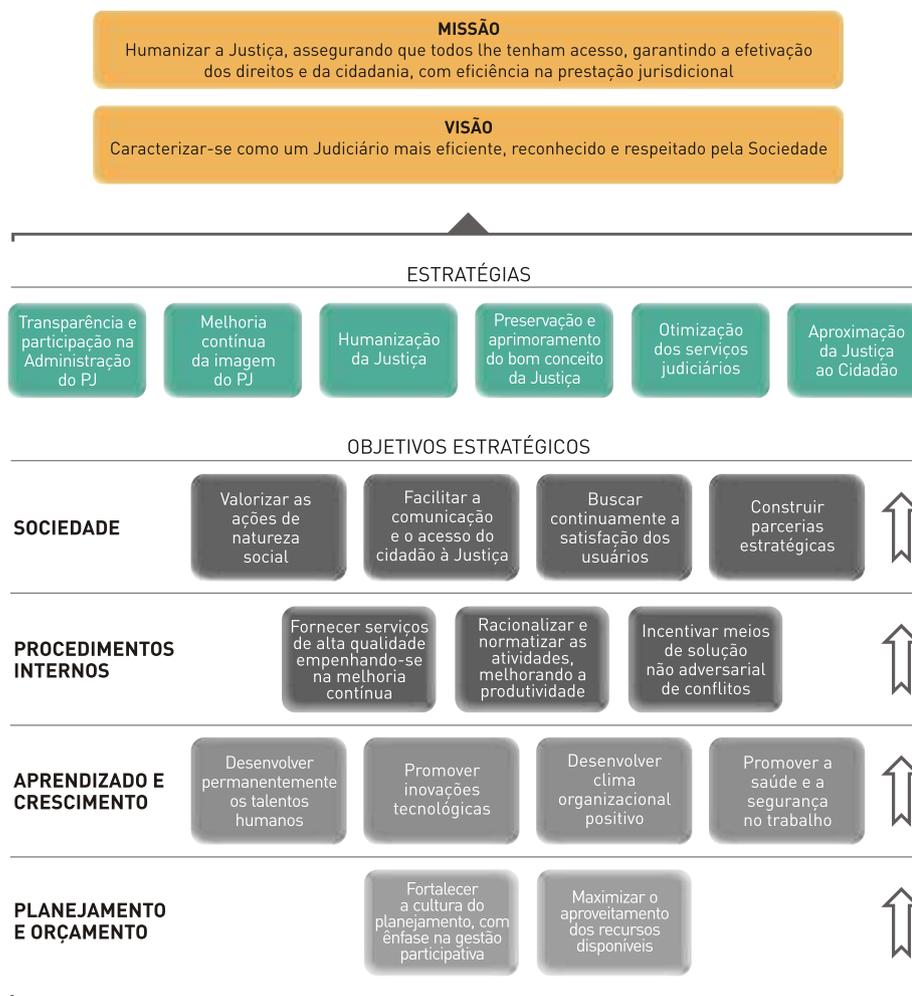
No decorrer do ano de 2006, o Poder Judiciário de Santa Catarina inovou suas práticas de Planejamento Estratégico com a implantação de uma metodologia de acompanhamento do desempenho institucional, por meio do monitoramento de indicadores, chamada *Balanced Scorecard (BSC)*, conforme histórico abaixo:

Fevereiro/2006

- Análise do Planejamento Estratégico formulado em 2000;
- Alinhamento do Plano de Gestão do biênio 2006/2008;
- Definição dos objetivos estratégicos;
- Confecção do Mapa Estratégico.

Março/2006

- Apresentação do Mapa Estratégico ao corpo diretivo;
- Aprovação do Mapa Estratégico pelo Conselho de Administração.



ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

Abril/2006

- Visita ao Núcleo de Planejamento Estratégico do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para conhecer a metodologia na prática.

Junho/2006

- Realização do Workshop de Planejamento com o corpo diretivo para definição dos indicadores estratégicos. O evento contou com a participação e orientação do Sr. Ivan Gomes Bonifácio, Coordenador de Planejamento do STJ.

Julho/2006

- Compilação e aperfeiçoamento das Matrizes de Controle dos Indicadores.

Agosto a setembro/2006

- Primeira coleta dos indicadores.

Outubro a dezembro/2006

- Compilação da primeira medição;
- Definição de metas;
- Confeção do material de divulgação.

2. Programa 5 S

A Assessoria de Planejamento também deu continuidade à implantação do Programa 5 S, iniciando com o Curso de Formação de Multiplicadores, realizado entre os dias 5 a 9 de junho, totalizando 20 horas, para uma turma de 14 servidores.

Em seguida, esses multiplicadores ministraram o Curso para Implantação do Programa 5 S para um total de 368 servidores

dos seguintes setores do Tribunal de Justiça: Auditoria, Ouvidoria dos Servidores, Academia Judicial, Corregedoria-Geral da Justiça e para todas as Diretorias, à exceção da Diretoria Judiciária.

PERÍODO	Nº DE TURMAS	PARTICIPANTES
Junho	1	9
Julho	4	48
Agosto	6	92
Setembro	9	119
Outubro	7	100
TOTAL	27	368

Ressalta-se que a aplicação do curso para as turmas da comarca de Palhoça, Fórum Distrital do Continente, Varas Cíveis da comarca da Capital, bem como para as turmas cujo curso foi realizado no mês de novembro no Tribunal de Justiça, ficou sob a responsabilidade da Academia Judicial.

Após a fase de capacitação, a Assessoria de Planejamento realizou visitas nos setores do Tribunal mencionados acima, para acompanhar a implementação dos sensores.

3. Programa de Qualidade

O Poder Judiciário de Santa Catarina, representado por esta Assessoria, é adeso ao Programa Nacional de Gestão Pública e

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

Desburocratização (Gespública) e membro do Núcleo Regional da Qualidade em Santa Catarina.

A participação nos referidos programas proporciona uma troca constante de experiências e o aprendizado mútuo entre as diversas instituições públicas participantes. Merece destaque a participação dos membros desta Assessoria nos seguintes eventos relacionados ao Gespública:

- Reuniões bimestrais do Núcleo Regional da Qualidade em Santa Catarina;
- Curso de Interpretação dos Critérios Rumo à Excelência 2006 – realizado em 28 e 29 de junho;
- Entrega do Prêmio Catarinense de Excelência – realizado em 16 de novembro em Jaraguá do Sul.

4. Conselho Nacional de Justiça

Esta Assessoria centralizou o atendimento à Resolução n. 15, de 26 de abril de 2006, do Conselho Nacional de Justiça, no que tange ao fornecimento dos dados estatísticos relacionados a:

- cadastro (magistrados, fóruns e varas);
- orçamento e finanças;
- quadro de pessoal;
- parque de informática (software e hardware);
- área (espaço físico dos imóveis);

- informações processuais;
- mecanismos de acesso à justiça.

5. Mobiliário

A Assessoria de Planejamento, objetivando racionalizar as despesas com aquisição de móveis, vem desenvolvendo política de distribuição do mobiliário do Poder Judiciário. O mencionado trabalho tem como finalidade verificar e avaliar as necessidades de cada Unidade Jurisdicional e, após, verificar as possibilidades de atendimento. Para tanto, foram visitadas as seguintes comarcas:

Ascurra	Laguna
Barra Velha	Maravilha
Biguaçu	Piçarras
Blumenau	Pinhalzinho
Brusque	Pomerode
Camboriú	Porto Belo
Campos Novos	Porto União
Canoinhas	Santa Rosa do Sul
Capinzal	Sto. Amaro da Imperatriz
Concórdia	São Bento do Sul
Correia Pinto	São Francisco do Sul
Criciúma	São João Batista
Curitibanos	São José do Cedro
Gaspar	Sombrio
Içara	Tangará
Imaruí	Tijucas
Imbituba	Timbó
Indaial	Tubarão
Jaguaruna	Turvo

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

6. Gerenciamento de Projetos

A Assessoria de Planejamento, órgão de orientação, apoio e acompanhamento do gerenciamento dos projetos neste Poder, cadastrou, no decorrer de 2006, 107 novos projetos no Sisproject.

7. Orçamento

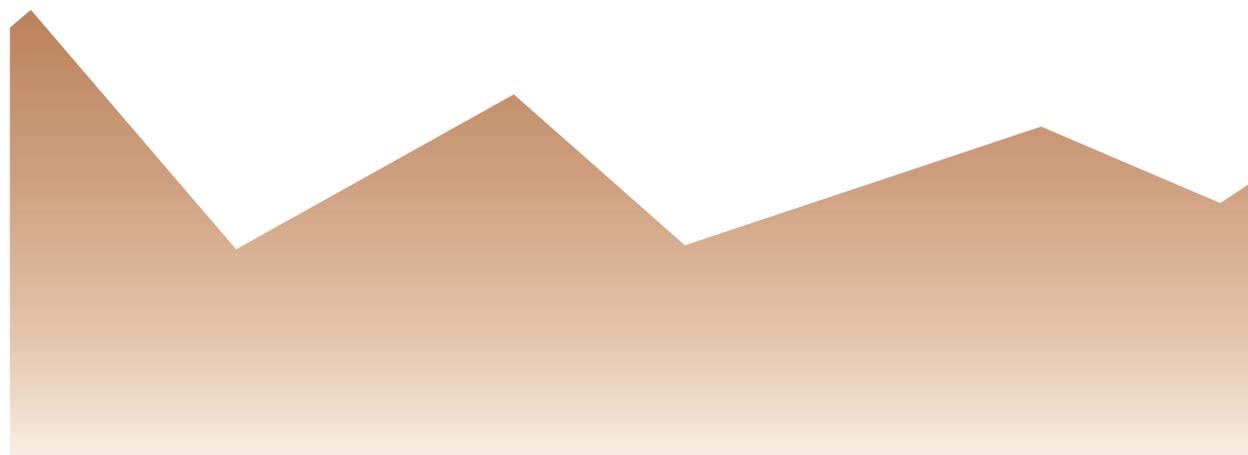
Por fim, com a consolidação do Orçamento-Programa, que consiste na elaboração orçamentária com base na classificação de projetos e atividades por prioridade, esta Assessoria foi co-responsável pela confecção da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual do Poder Judiciário de Santa Catarina.

Além disso, são realizadas reuniões periódicas com o corpo diretivo para acompanhamento e ajustes da execução orçamentária. Visando aperfeiçoar esse acompanhamento, a prática de alocação dos recursos nos itens orçamentários, conforme o número do projeto, foi reforçada, e algumas inovações foram inseridas no SisProject.

AUDITORIA INTERNA

MARIA MADALENA STEINBACH

Coordenadora



AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna, unidade de controle e de assessoramento, vinculada ao Gabinete da Presidência, realizou no exercício de 2006, dentre outros trabalhos, 415 relatórios / manifestações em processos administrativos.

Os trabalhos, em quase a totalidade, envolveram a realização de despesas, ou a geração de receitas, cabendo destacar: análise de balancetes, balanços e relatórios de gestão fiscal; análise de processos de licitação, dispensa e inexigibilidade; pagamento de parcelas contratuais; despesas com pessoal; aditivos de contratos; aposentadoria de servidores; processos de prestação de contas; relatórios bimestrais de controle interno e análise de pedidos de devolução de valores recolhidos, indevidamente, ao Fundo de Reparcelamento da Justiça.

Dando cumprimento ao Projeto nº 271 – Criar Manuais de Rotinas e Procedimentos, a Auditoria Interna vem trabalhando na sua elaboração, tendo sido instituído pela Resolução nº 16/96-GP, sendo assim, foi publicado o Manual Zero e o Manual de Aposentadoria, por intermédio das Instruções Normativas nºs 01 e 02/06-DGA.

No que tange aos controles internos, diversas foram as iniciativas para promover o aumento da receita e diminuir as despesas no Poder Judiciário, podendo-se destacar:

- a) Estudo do valor do processo no Executivo Fiscal visando propor um patamar mínimo para o ajuizamento de ações;
- b) Proposta de alienação de imóveis desocupados do TJ;
- c) Aplicação da Lei Complementar nº 237, promovendo a participação proporcional do Ministério Público nas despesas de construção, ampliação e reforma de Prédios.
- d) Crescimento da Assistência Judiciária e o reflexo no incremento da arrecadação de Custas Judiciais;
- e) Utilização, para despesas Administrativas, de percentual dos custos com a aquisição de selos;
- f) Não cobrança das custas finais quando o valor for inferior a R\$10,00 (dez reais);
- g) Proposta para Resolução estabelecendo um patamar para as despesas com Telefone Celular, o que se efetivou por intermédio da Resolução nº 31/2006-GP, de 1º/12/2006;
- h) Proposta de inclusão de atos previsíveis (atos do Oficial de Justiça) nas custas iniciais;
- i) Proposta de substituição dos serviços dos Correios pelo Oficial de Justiça no cumprimento das diligências em ações do Juizado Especial Cível;
- j) Intervenção e reestruturação na Contadoria da Comarca da Capital.

Em relação ao Fundo de Reparcelamento da Justiça – FRJ, além de atender a inúmeras consultas efetuadas pelos cartorários e demais interessados, no exercício de 2006, foram feitas

AUDITORIA INTERNA

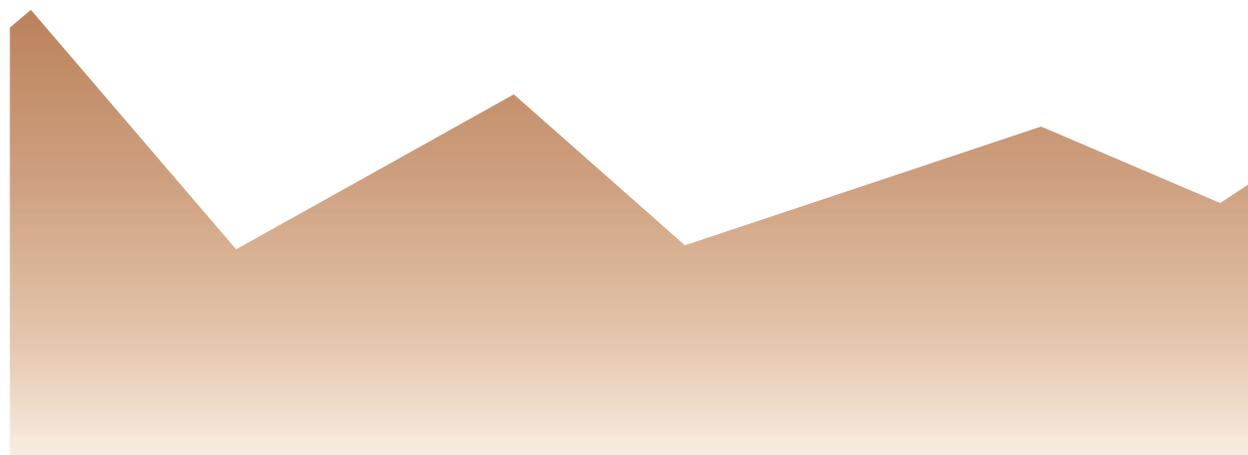
auditorias em 65 cartórios extrajudiciais, abrangendo as comarcas: Capital, Balneário Camboriú, Garopaba, Santo Amaro da Imperatriz, Anita Garibaldi, Campo Belo do Sul, Lages, Mafra, Porto União, Itaiópolis, Papanduva, Itajaí, Navegantes, Joinville, Garuva, Itapoá, São Lourenço do Oeste, Quilombo, Abelardo Luz e São Domingos.

Deste trabalho, com o objetivo de verificar o recolhimento dos valores destinados ao Fundo de Reparcelamento da Justiça e de conscientizar os cartorários sobre a maneira correta de fazê-lo, resultaram:

	R\$
▶ Valor notificado em 2006	351.548,95
▶ (-) valor recolhido	115.410,82
▶ (-) valores comprovados/justificados posteriormente	39.935,15
▶ = Saldo a recolher e/ou justificar	196.202,98

CASA MILITAR

TEN. CEL. PM WALMIR MOREIRA FRANCISCO
Chefe



CASA MILITAR

A Casa Militar a partir do ano de 2006, diversificou sua forma de atuação abrangendo a partir deste momento, além das atribuições de Segurança Pessoal do Presidente do TJSC, a participação também na segurança das instalações das diversas unidade judiciárias em todo o Estado.

Diariamente, através da mídia, temos conhecimento dos diversos tipos de ocorrências policiais a que toda a sociedade esta exposta, não poupando qualquer segmento em especial, uma vez que o crime não possui e nem escolhe rosto. Neste mesmo ano de 2006, é sabido que houve fatos em que as vitimas foram membros do Poder Judiciário.

Assim, a Casa Militar procurou efetivamente atuar na prevenção, inibindo a ocorrência de fatos que atentem contra a incolumidade pública, seja ela pessoal ou material.

Com isso foram desempenhadas algumas ações até então não lembradas, mas que hoje torna-se uma constante, dentre as inúmeras atividades desta Assessoria.

► **Aquisição de Detector Portátil de Metais**

Foram adquiridos 110 detectores de metais manuais e distribuídos em todas as Comarcas. Além do objeto de grande importância, utilizado de acordo com as peculiaridades de cada Fórum, foi enviado um manual de utilização

► **Aquisição de Coletes balísticos**

Gerenciamento na aquisição de 10 coletes balísticos com Kit de equipamentos de segurança, para as Guarnições do TJSC, assim como enviado as especificações para a compra de mais 84 coletes balísticos aos policiais militares pertencentes aos Fóruns no Estado e oficiais de justiça na Capital

► **Orientação e acompanhamento do Projeto de Monitoramento e alarme em todas as Comarcas do Estado**

As 110 Comarcas e outras unidade judiciárias receberão alarme monitorado remotamente em todo o Estado. Assim haverá um tratamento igual e com maior dinamismo proporcionando rapidez e eficiência no atendimento.

► **Apoio na obtenção e tramitação de documentos veiculares dos Desembargadores**

Serviço com objetivo de facilitar a obtenção de documentos evitando assim deslocamento e conseqüentemente proporcionando uma maior segurança ao magistrado.

► **Orientação e execução na aquisição de Armas particulares aos Magistrados**

Em 2006 houve um incremento na aquisição

CASA MILITAR

de armas particulares pelos magistrados. A Casa Militar efetua os contatos e providencia a documentação desde o início até a entrega de armas.

► **Gerenciamento e Recolhimento de armas dos fóruns**

Grande preocupação dos Diretores dos Fóruns, as armas desvinculadas de processos estão sendo recolhidas nas Unidades do Exército para destruição. Este processo será de maneira ininterrupta, constituindo um grande passo objetivando que armas que já eram provenientes de crime, não volte a circular exatamente na mão de possíveis novos infratores da lei.

Neste ano após deflagrada a operação iniciada no segundo semestre, foram recolhidas 2.000 armas, além de grande quantidade de munição, facas, facões e outros

► **Acompanhamento e Orientação na elaboração do Projeto de Cercamento do TJSC**

Com novos conceitos, sem ferir a estética e com o objetivo de prevenção aos delitos, a Casa Militar propôs o projeto de cercamento do TJSC. Esta obra efetivamente colaborará com o fator segurança, reduzindo os pontos vulneráveis sem entretanto inibir o acesso ao público externo.

Também está sendo acompanhado o cercamento do Almoxarifado Geral.

Futuramente outras Comarcas terão projetos de cercamento para os fóruns, e nesse mesmo sentido, haverá acompanhamento e orientação objetivando as melhores condições de segurança para estas instalações.

► **Acompanhamento e Orientação na elaboração do Projeto do Circuito Fechado de TV do Anexo do TJSC**

A visita do Chefe da Casa Militar juntamente com outros assessores setoriais específicos trouxe novos conceitos de controle de acesso. Disso resultou no projeto de CFTV a ser incorporado as novas instalações do Anexo do TJ, onde haverá um controle permanente das pessoas em circulação externa e interna no Tribunal de Justiça.

► **Serviço de Recepção e Apoio aos Magistrados no Aeroporto Hercílio Luz**

Serviço de pouco dispêndio para o Tribunal, mas de grande comodidade e importância para quem chega ou sai da Capital, este serviço é de execução rotineira.

► **Serviço de Recepção e Apoio designados pela Presidência do TJSC, para autoridades diversas nos aeroportos Estaduais**

CASA MILITAR

Em qualquer aeroporto de nosso Estado, oficiais recepcionarão e darão segurança pessoal a autoridades em visita, de acordo com a determinação da Presidência do Tribunal.

► **Transferência de Policiais Militares para atuação junto aos fóruns do Estado**

A demanda de serviço face a crescente necessidade de pessoal levou a Chefia da Casa Militar a interagir com o Comando Geral da PMSC no sentido de apoiar a segurança nas diversas comarcas catarinenses.

► **Acompanhamento do Chefe da Casa Militar ao Presidente do TJSC**

Nas solenidades em que o Presidente do TJSC esteve presente, houve acompanhamento do Chefe da Casa Militar.

► **Confecção de Manual de Orientações aos Magistrados Catarinense**

A segurança pessoal de cada magistrado não se resume somente na execução de suas atividades judiciárias, mas também em seu deslocamento, seu lazer e seu convívio familiar. Pensando nisso foi elaborado um manual de orientações e impresso 1000 exemplares a serem distribuídos aos senhores Desembargadores e Juizes de Santa Catarina

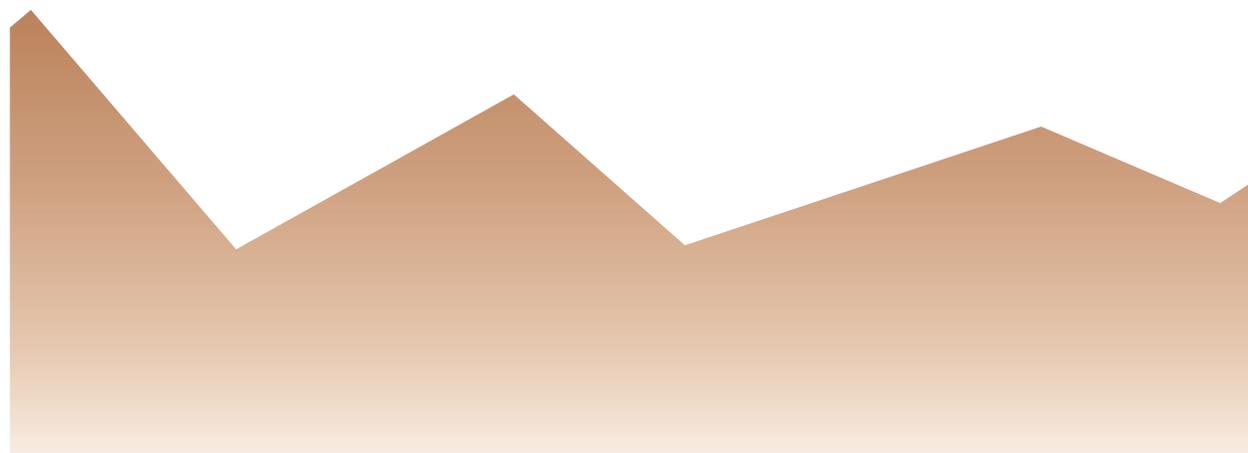
► **Serviço de Proteção/orientação aos magistrados**

Nos diversos momentos de dificuldades, ameaças aos Magistrados Catarinenses, a Casa Militar mostrou-se presente para solução do problema, inibindo e preservando a integridade física dos juizes catarinenses.

OUVIDORIA DOS SERVIDORES

IARA REGINA COSTA

Ouvidora

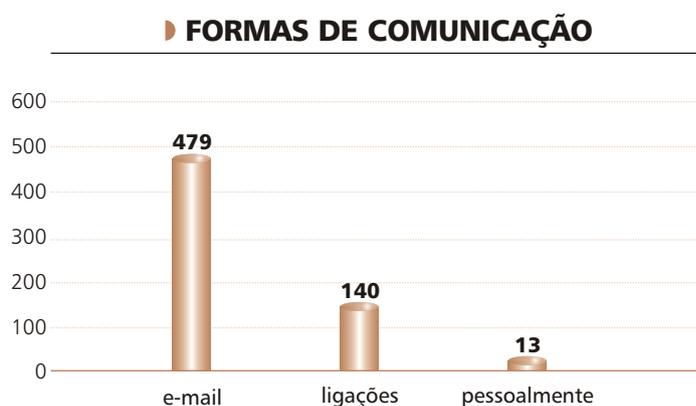


OUVIDORIA DOS SERVIDORES

No decorrer de 2006, além das atividades rotineiras de atendimento, abaixo relacionadas, esta Ouvidoria participou das discussões acerca do Plano de Cargos e Salários e horário de expediente do Poder Judiciário de Santa Catarina, dentre outros eventos afins.

1 - Formas de comunicação dos servidores com a Ouvidoria

No decorrer do ano de 2006, foram realizados **632** atendimentos, que se deram da seguinte forma (dados referente aos meses de janeiro a novembro):



2 - Atendimentos solucionados

Como já descrito anteriormente, dos 632 atendimentos realizados por esta Ouvidoria, foram solucionados 613 e ficaram pendentes 19.



OUVIDORIA DOS SERVIDORES

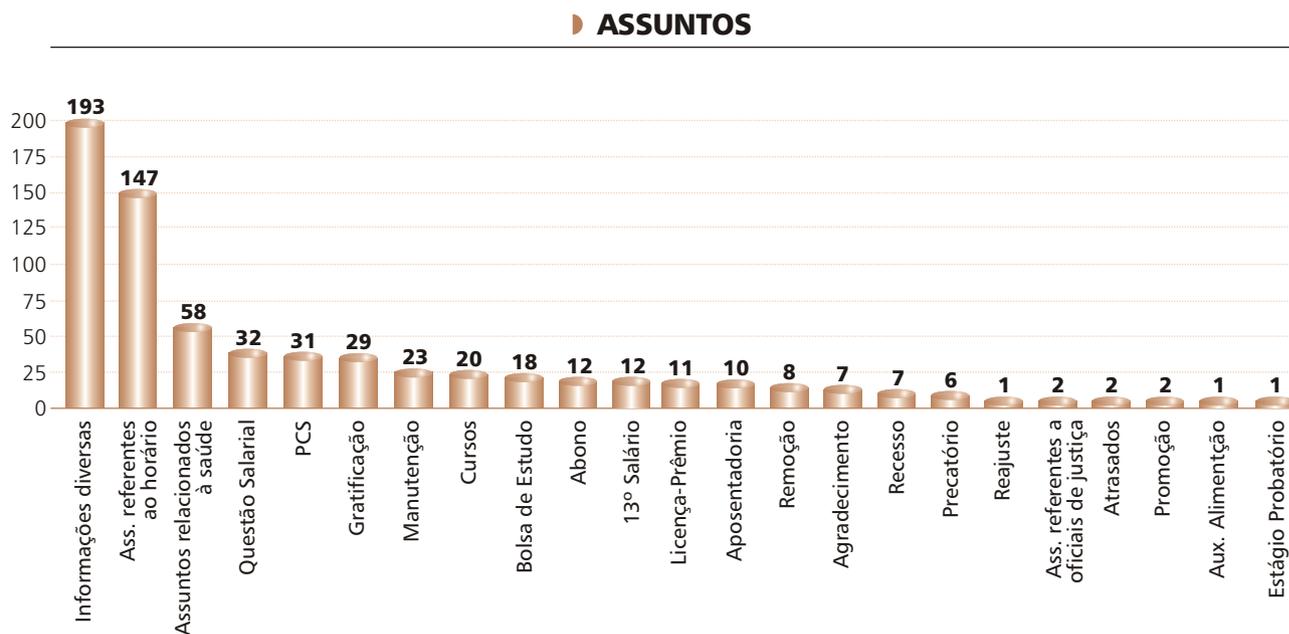
3 - Tipos de manifestações

Foram diversas as manifestações dos servidores, dentre elas:



4 - Assuntos abordados pelos servidores

Os assuntos abordados pelos servidores, por meio dos atendimentos, foram:



OUVIDORIA DOS SERVIDORES

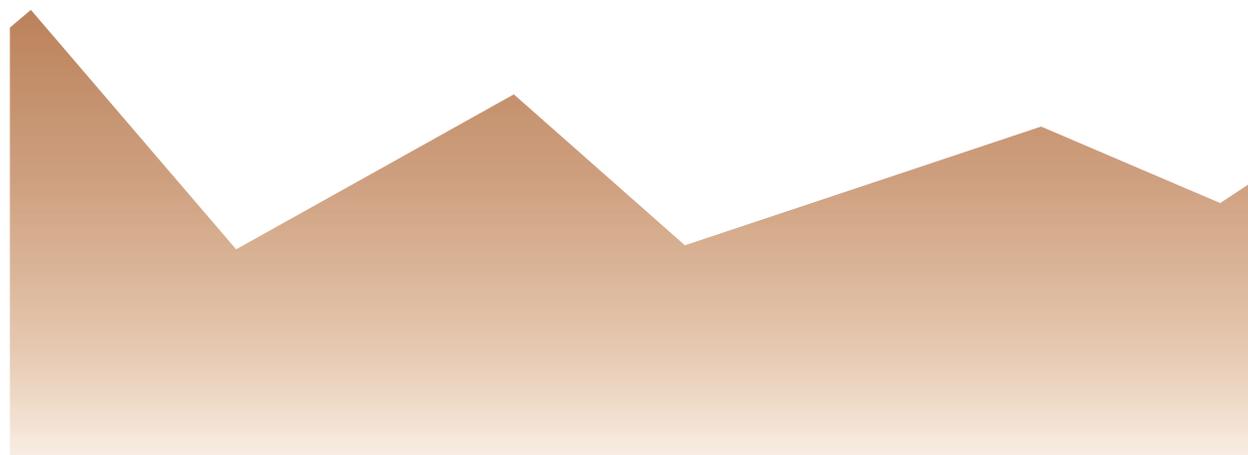
5 - Comarcas que se comunicaram com a ouvidoria

Os servidores que se comunicaram com a ouvidoria pertencem aos seguintes locais:

Nº	LOCAL	Nº	LOCAL	Nº	LOCAL
166	Capital	005	Tijucas	002	Campos Novos
042	Balneário Camboriú	005	São Lourenço D'Oeste	002	Anchieta
029	Itajaí	005	Ibirama	002	São Domingos
024	Chapecó	004	Urussanga	002	Taió
022	Blumenau	004	Biguaçu	001	Canoinhas
022	Braço do Norte	004	Araranguá	001	Fraiburgo
017	Joaçaba	004	Concórdia	001	Santa Cecília
016	Tubarão	004	Ipumirim	001	Araquari
015	Lages	004	São Miguel D'Oeste	001	Bom Retiro
013	Coronel Freitas	004	Rio Negrinho	001	Tangará
011	Jaraguá do Sul	004	Cunha Porã	001	Videira
011	Turvo	004	Campo Erê	001	Orleans
011	Herval D'Oeste	003	Sombrio	001	Quilombo
010	Joinville	003	Mondai	001	Itapoa
010	Correia Pinto	003	Indaial	001	Ituporanga
009	Criciúma	003	Piçarras	001	Itapiranga
009	Brusque	003	Garopaba	001	Campo Belo do Sul
009	Capivari de Baixo	003	Lauro Müller	001	Itaiópolis
009	São Joaquim	002	Maravilha	001	São João Batista
008	Xanxerê	002	Içara	001	Caçador
008	Timbó	002	São Francisco do Sul	001	Navegantes
007	Porto União	002	Estreito	001	Curitibanos
007	Mafra	002	Palhoça	001	São José do Cedro
006	Laguna	002	São Bento do Sul	001	Otacílio Costa
005	Santa Rosa do Sul	002	Rio do Sul	001	Descanso
005	Gaspar	002	Rio do Oeste	001	Garuva
005	Pomerode	002	Sto. Amaro da Imperatriz	001	Guaramirim
005	São José	002	Itapema	001	Imbituba

PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS E DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

JUIZ PAULO HENRIQUE MORITZ MARTINS DA SILVA
Chefe de gabinete da Presidência



PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS E DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

A atuação por planejamento estratégico, com formação de equipe multidisciplinar no tocante a áreas de fluxo processual, de gerenciamento de pessoal, de engenharia e arquitetura, de mobiliário e de equipamentos de informática.

Modo de operação: reuniões técnicas com agentes das comarcas – juízes e servidores – acerca do grau de alterações, da definição de competência, da viabilidade quanto a espaço, da projeção de leiaute, da formação de quadro de pessoal e de composições institucionais atinentes à Justiça Eleitoral, ao Ministério Público e à Ordem dos Advogados.

Análise global para definição das unidades a serem implantadas e reestruturadas.

Seqüências atinentes à Reestruturação:

SEQÜÊNCIA I:

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DE ESPAÇO

1 – Definição de Leiaute

- 1.1 – Demarcação dos ambientes da unidade
- 1.2 – Verificação de disponibilidade de área
- 1.3 – Encaminhamento de esboço
- 1.4 – Arte-finalização

2 – Composição de Móveis e de Equipamentos

- 2.1 – Mensuração de acervo
- 2.2 – Caracterização de mobiliário

- 2.3 – Disposição de equipamentos
- 2.4 – Arranjo de área

3 – Senso de Ocupação

- 3.1 – Adoção de fluxo de produção
- 3.2 – Conscientização acerca do caráter público de espaço
- 3.3 – Orientação quanto à responsabilidade de manutenção
- 3.4 – Determinação no tocante ao planejamento para alteração

4 – Nova Expressão de Ambiente

- 4.1 – Expansão do novo conceito
- 4.2 – Estímulo à organização do posto de trabalho
- 4.3 – Associação da relação limpeza-productividade
- 4.4 – Agregação da idéia de bem-estar físico-mental

SEQÜÊNCIA II:

IMPLANTAÇÃO E RACIONALIZAÇÃO DE SERVIÇOS

1 – Seleção e Separação Eletrônicas de Processos

- 1.1 – Avaliação da competência da nova unidade
- 1.2 – Estudo de repercussão no Sistema de Automação
- 1.3 – Elaboração de relatórios
- 1.4 – Formação e preparação de equipes de triagem

PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS E DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

2 – Conferência e Preparação das Relações de Processos

- 2.1 – Fixação de parâmetros de conferência
- 2.2 – Conclusão e organização de relatórios
- 2.3 – Agrupamento de planilhas
- 2.4 – Composição de processos para redistribuição

3 – Coleta de Processos – Vara de Origem

- 3.1 – Localização
- 3.2 – Organização de acervo
- 3.3 – Elaboração de relação
- 3.4 – Remessa à nova vara

4 – Organização de Processos – Unidade Judiciária

- 4.1 – Recebimento de processos e de outros materiais
- 4.2 – Juntada de documentos
- 4.3 – Conferência e certificação
- 4.4 – Regularização e organização de acervo

SEQÜÊNCIA III:

DESENVOLVIMENTO (Capacitação)

1 – Pessoal

- 1.1 – Discussão sobre ética e moral
- 1.2 – Orientação sobre perfil e postura
- 1.3 – Estudo dos níveis de comportamento
- 1.4 – Reflexão sobre realização pessoal

2 – Social I

- 2.1 – Exame de formas de relacionamento
- 2.2 – Fortalecimento da comunicação interpessoal
- 2.3 – Sensibilização quanto a regras de convivência
- 2.4 – Exercício sobre liderança

3 – Social II

- 3.1 – Introdução à cultura do atendimento
- 3.2 – Elaboração do modelo de clientes interno e externo
- 3.3 – Criação de cenários ideais da relação com o público
- 3.4 – Valorização da informação – conteúdo e forma

4 – Técnico

- 4.1 – Análise de conceitos jurídico-administrativos
- 4.2 – Interpretação de rotinas do sistema de automação
- 4.3 – Avaliação de novas concepções nos ritos
- 4.4 – Aplicação de fluxo processual

SEQÜÊNCIA IV:

BUSCA DE PRODUTIVIDADE

1 – Levantamento e Diagnóstico

- 1.1 – Registro de formas de trabalho
- 1.2 – Compreensão de procedimentos
- 1.3 – Elaboração e interpretação de relatório
- 1.4 – Apreciação de resultados

PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS E DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

2 – Eliminação e Manutenção

- 2.1 – Identificação e eliminação de problemas
- 2.2 – Verificação de variáveis decorrentes do subitem
- 2.3 – Aproveitamento de rotinas eficazes
- 2.4 – Ajustamento ao novo modelo

3 – Introdução e Aperfeiçoamento

- 3.1 – Aplicação de novas ferramentas
- 3.2 – Estudo de casos e simulações situacionais
- 3.3 – Operacionalização de elementos incorporados
- 3.4 – Agregação do processo de mudança

4 – Organização e Conhecimento

- 4.1 – Arranjo metódico de atividades
- 4.2 – Acomodação e harmonização de idéias
- 4.3 – Incentivo a pragmatismo e a bom senso
- 4.4 – Acompanhamento

EVENTOS

Reunião Técnica - Equipe Multidisciplinar, Magistrados e Servidores

Tema: Diagnóstico acerca da Reestruturação

Reunião Técnica - Magistrados, Escrivães Judiciais, Secretários de Foro e Técnicos Judiciários Auxiliares das Comarcas

Tema: Apresentação da Proposta de Reestruturação

Reunião com Instrutores

Tema: Metodologia de Atuação

Reunião Técnica para Início das Atividades do Programa

Tema: Diretrizes e Cronograma

REESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES JUDICIÁRIAS

1ª Fase

Diagnóstico

Força-tarefa – 1ª Etapa / Juntada, Custas Finais, Arquivamento e/ou Cadastramento

2ª Fase

Unificação de Unidades

Especialização de Unidades

Manutenção de Modelo

Centrais de Informações

3ª Fase

Infra-estrutura física (edificações e mobiliário)

Informática (equipamentos, sistemas e linha de dados)

Composição de Materiais e de outros Equipamentos

4ª Fase

Definição do Quadro de Pessoal / Movimentações Interna e Externa

PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS E DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

5ª Fase

Atuação da Academia Judicial

Capacitação

Motivação

5 "S"

Noções jurídicas fundamentais

Procedimentos

6ª Fase

Implantação de Serviços – Fluxograma e Rotinas

Desenvolvimento dos Servidores aplicado à Divisão e
à Forma de Trabalho

Definição de Liderança - Preparação

Desenvolvimento em meio à Produção

Força-tarefa – 2ª Etapa / Cumprimento - Controle e
Andamento

7ª Fase

Monitoramento da Corregedoria-Geral da Justiça

Consultoria

8ª Fase

Avaliação da Satisfação dos Clientes Internos e
Externos

► CAPACITAÇÃO DE NOVOS SERVIDORES

COMARCA	SERVIDORES CAPACITADOS
Armazém	2
Campo Belo do Sul	3
Presidente Getúlio	1
Rio do Campo	2
Garopaba	1
Navegantes	2
Araquari	1
Ascurra	3
Santa Rosa do Sul	1
TOTAL	16

► DESENVOLVIMENTO TÉCNICO NO LOCAL DE TRABALHO

FÓRUM DISTRITAL DO CONTINENTE	SERVIDORES CAPACITADOS
Oficialato de Justiça	5
Contadoria e Distribuição	6
Cartório Crime, Cíveis, Família e Juizado Especial	26
TOTAL	37

► FORÇA-TAREFA/COMARCA DE JOINVILLE

Unidade da Família

datas: 29 e 30 de abril, 6, 7, 20, 21, 27 e 28 de maio,
24 e 25 de junho e 1º e 2 de julho de 2006

RESULTADO

Alvarás Expedidos	45
Atos Ordinatórios e Certificados	3.226
Cartas Precatórias Expedidas	188
Cartas Rogatórias Expedidas	27
Certidões	1.015
Expedientes Emitidos	3.198
Juntadas	5.188
Movimentações	2.595
Processos Arquivados Administrativamente	822
Processos Arquivados Definitivamente	5.008
ATOS - TOTAL	21.312

PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS E DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

▶ ATUAÇÃO

ORDEM	AÇÃO	SITUAÇÃO	ÁREA
1	Fórum Distrital do Continente	Em andamento	Família Juizado Especial 1ª Vara Cível Criminal Cont. / Distribuição Oficialato de Justiça
2	Vara de Execução Penal da Grande Florianópolis	Em andamento	Execução Penal
	Juizado Especial	Em andamento	Cartório
	Contadoria	Em andamento	-
3	Palhoça	Em andamento	Varas Cíveis Contadoria Comissariado Oficialato de Justiça Serviço Social
4	Concórdia	14/12/2006	Nova Instalação do Fórum
5	Varas Instaladas em 2005/2006 (22 varas)	Maio de 2006	Cartório
6	Lages – Vara Regional de Execuções Fiscais Estaduais	26/10/2006	Cartório / Assessoria

- Gerência – Diretoria-Geral Judiciária

- Diretor-Geral Judiciário
- Coordenadores do Programa de Implantação de Serviços e de Capacitação de Servidores e Membros da Equipe Multidisciplinar
- Diretor de Engenharia e Arquitetura e Membro da Equipe Multidisciplinar
- Arquiteta e Membros da Equipe Multidisciplinar
- Instrutores e Assessores do Programa

VICE-PRESIDÊNCIA

DES. ELÁDIO TORRET ROCHA

Vice-Presidente



INTRODUÇÃO

A 1ª Vice-Presidência, conforme atribuições definidas pelo Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina e pelo Ato Regimental n. 48/01, possui a incumbência, dentre outras, de decidir os pedidos de gratuidade judiciária, antes da distribuição, relativos ao preparo e os pedidos de suspensão da eficácia de liminar ou sentença proferidas em ações movidas contra o Poder Público. Além disso, compete ao 1º Vice-Presidente a Presidência das Comissões Permanentes de Divisão e Organização Judiciárias, Regimento Interno, Concursos, Jurisprudência, Assuntos Legislativos e de Assuntos Institucionais.

ESTATÍSTICAS(*)

► 1. ANÁLISE DO PEDIDO DE GRATUIDADE JUDICIÁRIA, ANTES DA DISTRIBUIÇÃO, RELATIVO AO PREPARO

1.1 Total de Feitos Encaminhados à 1ª Vice-Presidência para Exame	2.161
1.2 Total de Feitos Analisados	1.844
1.2.1 Pedidos de Gratuidade Judiciária Deferidos	1.291
1.2.2 Pedidos de Gratuidade Judiciária Indeferidos	359
1.2.3 Pedidos de Gratuidade Judiciária formulados por Litisconsortes com Deferimento e Indeferimento na mesma decisão	63
1.2.4 Recurso Arquivado por Desistência	1
1.2.5 Sem Pedido de Gratuidade Judiciária	60
1.2.6 Gratuidade Judiciária é o Mérito do Recurso	54
1.2.7 Feito Encaminhado ao TRF 4ª Região	5
1.2.8 Feito Encaminhado ao Relator	1
1.2.9 Feitos Remetidos à 1ª Câmara de Direito Civil	1
1.2.10 Feitos Remetidos à 2ª Vice- Presidência	4
1.2.11 Feitos Remetidos à 3ª Vice-Presidência	2
1.2.12 Feitos Baixados à Origem	2
1.2.13 Decisão Declarando-se Impedido para Apreciação do Pedido	1
1.3 Outras Situações que Não Exigiram Manifestação Judicial da 1ª Vice-Presidência de Deferimento ou Indeferimento	317¹
1.4 Média Mensal de Feitos Encaminhados para a 1ª Vice-Presidência para Exame no Período	184,4

(*) Período compreendido entre 1/2/2006 a 30/11/2006

1 Essa condição engloba os feitos que: a) já haviam sido distribuídos e não comportavam o exame do pedido de gratuidade judiciária na modalidade do preparo; b) a parte recolheu espontaneamente o preparo; c) há decisão determinando a comprovação de hipossuficiência, a qual aguarda manifestação do requerente; d) outras situações que não exigiram manifestação judicial da 1ª Vice-Presidência de deferimento ou indeferimento.

ESTATÍSTICAS

2. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS NOS PEDIDOS EXAMINADOS DE GRATUIDADE JUDICIÁRIA

2.1 Total de Embargos de Declaração Opostos	6
2.1.1 Parcialmente Procedente	1
2.1.2 Rejeitados	5
2.2 Média Mensal de Embargos de Declaração Oposto no Período	0,6

3. AGRAVOS REGIMENTAIS INTERPOSTOS NOS PEDIDOS EXAMINADOS DE GRATUIDADE JUDICIÁRIA

3.1 Total de Agravos Regimentais Interpostos	13
3.1.1 Negado Seguimento Monocraticamente por Manifestamente Prejudicado	2
3.1.2 Negado Seguimento Monocraticamente por Manifestamente Inadmissível	9
3.1.3 Negado Provimento	2
3.2 Média Mensal de Agravos Regimentais Interpostos no Período	1,3

4. AGRAVOS SEQÜENCIAIS INTERPOSTOS NOS PEDIDOS EXAMINADOS DE GRATUIDADE JUDICIÁRIA

4.1 Total de Agravos Seqüenciais Interpostos	11
4.1.1 Negado Seguimento Monocraticamente por Manifestamente Inadmissível	10
4.1.2 Negado Provimento	1
4.2 Média Mensal de Agravos Seqüenciais Interpostos no Período	1,1

ESTATÍSTICAS

► 5. ANÁLISE DO PEDIDO DE SUSPENSÃO DA EFICÁCIA DE LIMINAR OU SENTENÇA PROFERIDAS EM AÇÕES MOVIDAS CONTRA O PODER PÚBLICO

5.1 Total de Feitos Encaminhados à 1ª Vice-Presidência para Exame	38
5.1.1 Pedidos de Suspensão Deferidos	3
5.1.2 Pedidos de Suspensão Indeferidos	31
5.1.3 Pedidos de Suspensão Deferidos Parcialmente	2
5.1.4 Pedidos de Suspensão Não Conhecidos	2
5.2 Média Mensal de Pedido de Suspensão de Eficácia de Liminar ou Sentença no Período	3,8

► 6. AGRAVOS INTERNOS INTERPOSTOS NOS PEDIDOS EXAMINADOS DE SUSPENSÃO DA EFICÁCIA DE LIMINAR OU SENTENÇA PROFERIDAS EM AÇÕES MOVIDAS CONTRA O PODER PÚBLICO:

6.1 Total de Agravos Internos Interpostos	5
6.1.1 Negado Seguimento Monocraticamente por Manifestamente Inadmissível	3
6.1.2 Negado Provimento	2
6.2 Média Mensal dos Agravos Interno Interpostos no Período	0,5

► 7. AGRAVOS REGIMENTAIS INTERPOSTOS NOS PEDIDOS EXAMINADOS DE SUSPENSÃO DA EFICÁCIA DE LIMINAR OU SENTENÇA PROFERIDAS EM AÇÕES MOVIDAS CONTRA O PODER PÚBLICO:

7.1 Total de Agravos Regimentais Interpostos	3
7.1.1 Negado Seguimento Monocraticamente por Manifestamente Inadmissível	3
7.2 Média Mensal de Agravos Regimentais Interpostos no Período	0,3

ESTATÍSTICAS

8. COMISSÃO PERMANENTE DE DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIAS

8.1 Total de Processos para Exame na 1ª Vice-Presidência: 120

8.1.1 Em Diligências Junto a outros Órgãos Administrativos para Providências: **54**

8.1.2 Feitos Conclusos para Apreciação Juntamente com o Projeto da Parte Especial do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina: **66**

8.2 Projeto do Estatuto da Magistratura:

8.2.1 Finalizado. Aprovado pela Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias, pelo Tribunal Pleno, pela Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina e sancionado pelo Governador do Estado no segundo semestre de 2006.

8.3 Projeto n. 1.185 da Parte Especial do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de SC:

8.3.1 Fase Inicial. Conceituação e elaboração do texto base. Finalização prevista para o segundo semestre de 2007.

9. COMISSÃO DE REGIMENTO INTERNO

9.1 Total de Processos para Exame na 1ª Vice-Presidência para Exame: 13

9.1.1 Feitos conclusos para apreciação juntamente ao Projeto do Regimento Interno: **13**

9.2 Projeto do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

9.2.1 Fase final. Estruturação e conceituação do projeto, com texto base submetido à Comissão Permanente de Regimento Interno no segundo semestre de 2006; foram realizadas 5 reuniões com a Comissão de Regimento Interno para discussões e modificações no decorrer do semestre;

9.2.2 Texto base distribuído para os Desembargadores. Atualmente aguarda pauta para deliberação no Tribunal Pleno no primeiro semestre de 2007;

9.2.3 Prazo final para conclusão e aprovação previsto para o primeiro semestre de 2007.

9.3 Projeto n. 1.183 do Regimento Interno do Conselho da Magistratura:

9.3.1 Atualmente encontra-se em fase inter-

ESTATÍSTICAS

mediária. Etapa de estruturação e conceituação do projeto concluídas no segundo semestre do corrente ano. Texto base será apresentado para a Comissão Permanente de Regimento Interno no primeiro semestre de 2007. Prazo final para conclusão e aprovação previsto para o segundo semestre de 2007.

10. COMISSÃO DE CONCURSOS

10.1 Concurso para Ingresso na Magistratura:

10.1.1 Edital 01/06 – fase final. Conclusão prevista para o primeiro semestre de 2007;

10.1.2 Edital 16/06 – fase inicial. Conclusão prevista para o segundo semestre de 2007.

10.2 Concurso para Ingresso e Remoção na Atividade Notarial e de Registro:

10.2.1 Resolução 13/06 – Regulamento do Concurso. Fase inicial. Conclusão prevista para o segundo semestre de 2007.

10.3 Projeto n. 1.182 de Concurso para Provedimento de Cargos de Servidores Públicos Civis do Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

10.3.1 Para os cargos de Técnico Judiciário Auxiliar, Oficial de Justiça, Comissário da Infância e Juventude e Assistente Social, o projeto encontra-se atualmente em fase final de elaboração e redação do regulamento, com previsão para publicação do Edital no primeiro semestre de 2007;

10.3.2 Para os cargos de Bibliotecário, Engenheiro Civil, Engenheiro Eletricista, Médico, Psicólogo, Revisor, Contador, Técnico Jurídico, Analista de Sistemas e Farmacêutico, o projeto encontra-se atualmente em fase inicial de definição do objeto, com previsão para publicação do Edital no segundo semestre de 2007.

2ª VICE-PRESIDÊNCIA

DES. CLÁUDIO BARRETO DUTRA
2º Vice-Presidente



DADOS ESTATÍSTICOS

▶ **PENDENTES DE 2005**

(Estatística Anual de 2005)

NATUREZA	ENTRADA EM 2005	SAÍDAS EM 2005	PENDENTES
Resp. Cível	1.085	533	554
RE/Resp. Cível	1.130	333	797
RECível	443	249	197
Med. Cautelar	12	12	0
Diversos	94	216	0
Resp. Crime	282	263	49
RECrime	13	13	0
RE/Resp. Crime	103	97	8
TOTAL	3.162	1.716	1.605
TOTAL DE RECURSOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS EM GABINETE			1.605

DADOS ESTATÍSTICOS

▶ JANEIRO 2006

NATUREZA	ENTRADA	SAÍDA
Recursos Especiais	121	190
Recursos Extraordinários	35	99
Embargos de Declaração	1	1
Medida Cautelar	0	0
TOTAL	157	290

▶ FEVEREIRO 2006

NATUREZA	ENTRADA	SAÍDA
Recursos Especiais	158	69
Recursos Extraordinários	97	16
Embargos de Declaração	1	1
Medida Cautelar	1	1
TOTAL	257	87

▶ MARÇO 2006

NATUREZA	ENTRADA	SAÍDA
Recursos Especiais	195	190
Recursos Extraordinários	121	106
Embargos de Declaração	4	4
Medida Cautelar	0	0
TOTAL	320	300

▶ ABRIL 2006

NATUREZA	ENTRADA	SAÍDA
Recursos Especiais	179	218
Recursos Extraordinários	103	68
Embargos de Declaração	1	1
Medida Cautelar	4	1
TOTAL	287	288

▶ MAIO 2006

NATUREZA	ENTRADA	SAÍDA
Recursos Especiais	184	184
Recursos Extraordinários	100	87
Embargos de Declaração	1	1
Medida Cautelar	2	6
TOTAL	287	278

▶ JUNHO 2006

NATUREZA	ENTRADA	SAÍDA
Recursos Especiais	188	201
Recursos Extraordinários	133	129
Embargos de Declaração	8	8
Medida Cautelar	0	0
TOTAL	329	338

DADOS ESTATÍSTICOS

▶ JULHO 2006

NATUREZA	ENTRADA	SAÍDA
Recursos Especiais	250	176
Recursos Extraordinários	166	113
Embargos de Declaração	2	2
Medida Cautelar	1	1
TOTAL	419	292

▶ AGOSTO 2006

NATUREZA	ENTRADA	SAÍDA
Recursos Especiais	204	240
Recursos Extraordinários	143	148
Embargos de Declaração	2	2
Medida Cautelar	2	2
TOTAL	351	392

▶ SETEMBRO 2006

NATUREZA	ENTRADA	SAÍDA
Recursos Especiais	244	192
Recursos Extraordinários	134	98
Embargos de Declaração	3	3
Medida Cautelar	3	3
TOTAL	384	296

▶ OUTUBRO 2006

NATUREZA	ENTRADA	SAÍDA
Recursos Especiais	190	211
Recursos Extraordinários	90	136
Embargos de Declaração	0	0
Medida Cautelar	0	0
TOTAL	280	347

▶ NOVEMBRO 2006

NATUREZA	ENTRADA	SAÍDA
Recursos Especiais	272	297
Recursos Extraordinários	158	208
Embargos de Declaração	3	3
Medida Cautelar	0	0
TOTAL	433	508

▶ TOTAL DE RECURSOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS AGUARDANDO ADMISSIBILIDADE

NATUREZA	ENTRADA EM 2006	SAÍDA EM 2006	PENDENTES
Recursos Especiais	2.185	2.168	950
Recursos Extraordinários	1.280	1.280	705
Embargos de Declaração	26	26	0
Medida Cautelar	13	13	0
TOTAL	3.504	3.487	1.655

3ª VICE-PRESIDÊNCIA

DES. WILSON AUGUSTO DO NASCIMENTO

3º Vice-Presidente



APRESENTAÇÃO

A Terceira Vice-Presidência, a partir de 1º.02.06, passou a ser exercida pelo Exmo. Des. Wilson Augusto do Nascimento, tendo como atribuição principal o exame de admissibilidade dos recursos especiais e extraordinários, nos processos oriundos das Câmaras Cíveis e Comerciais.

Os processos pendentes, no início da referida gestão, totalizavam o número de 3.500, aproximadamente.

Ciente do compromisso assumido, considerando o volume excessivo de processos conclusos, foram estabelecidos dois pontos prioritários, a fim de reduzir o tempo para a análise de admissibilidade dos recursos dirigidos às Cortes Superiores:

- ampliação da equipe de assessores, com readequação da estrutura física do Gabinete da Assessoria Fixa da Terceira Vice-Presidência (13º andar – Sala 1106);
- fixação de meta mínima de produtividade, com previsão para a regularização dos trabalhos estabelecida, inicialmente, para dezembro de 2007.

Com o intuito de alcançar produção de despachos em quantidade superior ao de recursos distribuídos, todos os esforços foram concentrados na superação da produtividade inicialmente fixada e, conseqüentemente, após o primeiro mês de contato com a matéria, observou-se a inversão, de forma célere e gradativa, da espiral de crescimento entre os

números de “entrada” e “saída” de processos, havendo uma diminuição significativa no número de processos conclusos no período compreendido entre 06.02.06 a 1º.12.06.

Neste interregno de tempo, foram distribuídos à Terceira Vice-Presidência 3.698 processos, tendo sido proferidos 8.226 despachos, dos quais 6.950 exercendo juízo de admissibilidade, a saber:

- **4.678** não admitidos (67,31%);
- **2.272** admitidos (32,69%);
- **101** acordos homologados;
- **108** embargos declaratórios;
- **1.067** despachos de mero expediente.

Dando continuidade à metodologia de trabalho da gestão anterior, exercida pelo Exmo. Des. Orli Rodrigues, respeitou-se a ordem cronológica do protocolo de entrada nesta Corte, assegurando-se prioridade ao exame dos processos nos quais figuravam como parte, ou interessado, o idoso (Lei n. 10.173/01) e as demandas envolvendo direito de família.

No transcorrer das atividades, ocorreu permanente troca de informações junto à Divisão de Informática e à Diretoria Judiciária, com destaque para a Divisão de Recursos Especiais e Extraordinários, visando a otimização e celeridade da prestação jurisdicional.

Atualmente, a Terceira Vice-Presidência possui

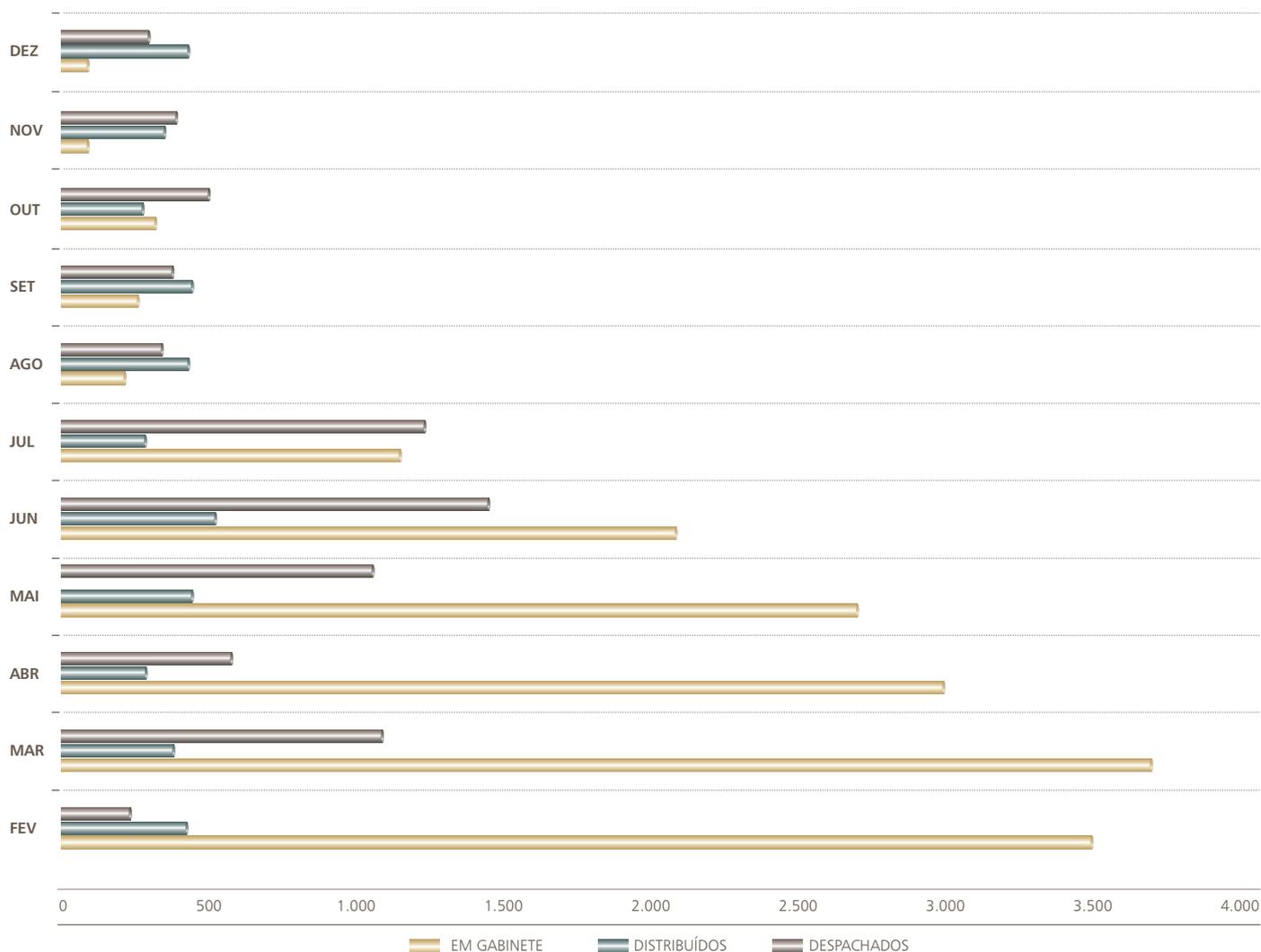
DADOS ESTATÍSTICOS

em gabinete, aproximadamente, 39 processos conclusos, tendo alcançado de forma rápida e eficaz o objetivo estabelecido no início da atual gestão.

O êxito alcançado deve-se ao comprometimento da assessoria fixa da Terceira

Vice-Presidência, da equipe do Gabinete do Des. Wilson Augusto do Nascimento, bem como do apoio do Presidente Des. Pedro Manoel Abreu, disponibilizando assessores para a ampliação do quadro. Agradecimentos à Divisão de Recursos.

QUADRO EVOLUTIVO



DADOS ESTATÍSTICOS

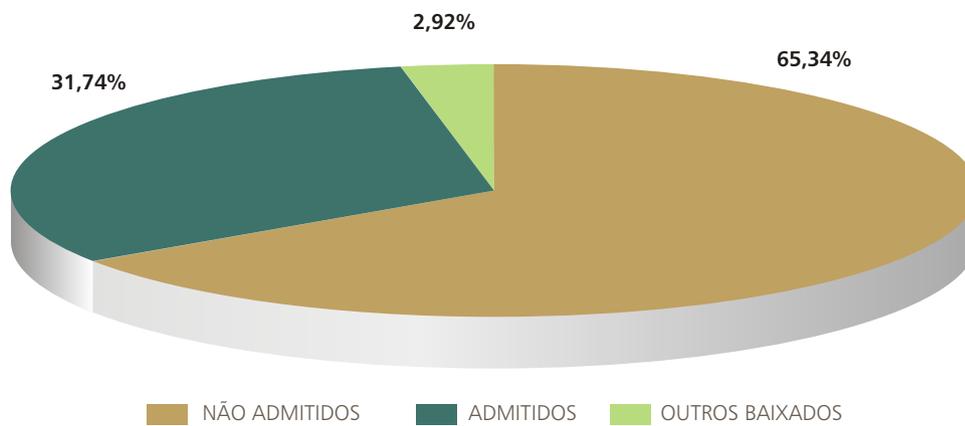
▶ EVOLUÇÃO DOS PROCESSOS EM GABINETE

(conforme dados anexos do SAJ, exceto total inicial de fevereiro - aproximado)

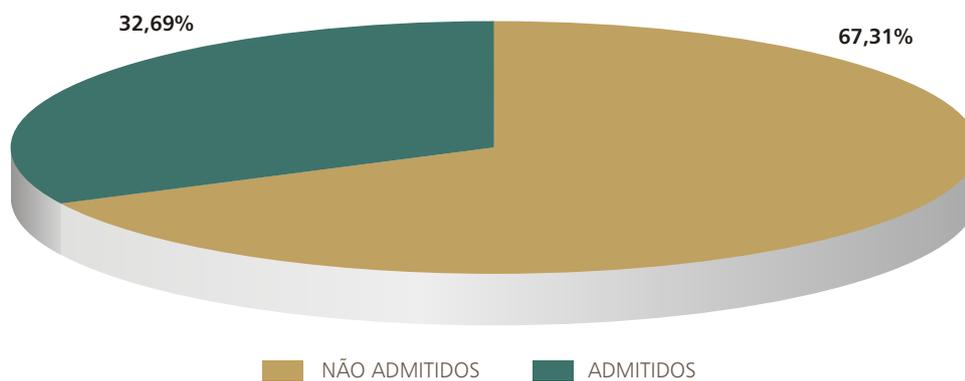
	Total Inicial	Distribuídos	(Baixados)	Despachos	Total em gabinete
FEV	3.500	+ 417	- 224	316 123 não admitidos 89 admitidos 0 embargos 12 acordos 92 diversos (n baixam)	24 agravados 3.693
MAR	3.693	+ 380	- 1.082	1.182 883 não admitidos 164 admitidos 12 embargos 23 acordos 100 diversos (n baixam)	129 agravados 2.991
ABR	2.991	+ 272	- 566	671 362 não admitidos 182 admitidos 5 embargos 17 acordos 105 diversos (n baixam)	303 agravados 2.697
MAI	2.697	+ 433	- 1.050	1.111 665 não admitidos 359 admitidos 10 embargos 16 acordos 61 diversos (n baixam)	360 agravados 2.080
JUN	2.080	+ 503	- 1.445	1.584 910 não admitidos 500 admitidos 14 embargos 21 acordos 139 diversos (n baixam)	213 agravados 1.138
JUL	1.138	+ 290	- 1.221	1.372 786 não admitidos 403 admitidos 20 embargos 12 acordos 151 diversos (n baixam)	322 agravados 207
AGO	207	+ 370	- 327	439 218 não admitidos 94 admitidos 15 embargos 0 acordos 112 diversos (n baixam)	442 agravados 250
SET	250	+ 432	- 370	493 277 não admitidos 90 admitidos 3 embargos 0 acordos 123 diversos (n baixam)	315 agravados 312
OUT	312	+ 259	- 494	580 313 não admitidos 164 admitidos 17 embargos 0 acordos 86 diversos (n baixam)	215 agravados 77
NOV	77	+ 342	- 380	478 141 não admitidos 227 admitidos 12 embargos 0 acordos 98 diversos (n baixam)	108 agravados 39
DEZ	39	+ 0	- 0	0 0 não admitidos 0 admitidos 0 embargos 0 acordos 0 diversos (n baixam)	- agravados 39

DADOS ESTATÍSTICOS

BAIXADOS (7.159)



PERCENTAGEM DE ADMISSÃO DE RECURSOS



CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

DES. NEWTON TRISOTTO

Corregedor Geral da Justiça

DES. JOSÉ VOLPATO DE SOUZA

Vice-Corregedor Geral da Justiça

JUÍZES-CORREGEDORES

JUIZ DINART FRANCISCO MACHADO

JUIZ LUIZ HENRIQUE MARTINS PORTELINHA

JUIZ ROBERTO LUCAS PACHECO

JUIZ SAMIR OSÉAS SAAD

JUÍZA SORAYA NUNES LINS BIANCHINI



1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao disposto no inciso XIX do art. 383 da Lei 5.624/79 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina), apresentamos ao egrégio Conselho da Magistratura o relatório das atividades desenvolvidas pela Corregedoria Geral da Justiça, nos foros judicial e extrajudicial, no ano 2006.

É oportuno lembrar que, por força do disposto no art. 7º do Regimento Interno desta Corregedoria (RICGJ), ao Vice-Corregedor de Justiça cumpre exercer “a fiscalização disciplinar, controle e orientação dos serviços judiciais e/ou extra-judiciais, inclusive a realização de inspeções e correições” (inc. II).

1.1 Núcleos de Assessoramento

A Corregedoria Geral da Justiça está estruturada em quatro Núcleos de Assessoramento – Núcleo I (Orientação Institucional); Núcleo II (Planejamento e Projetos); Núcleo III (Correicional e de Instrução Disciplinar) e Núcleo IV (Serventias Extrajudiciais e Revisão do Código de Normas) – e possui quadro de pessoal próprio (Lei 5.624/79, art. 380).

1.1.1 Responsáveis pelos Núcleos

- Núcleo I: Juíza-Corregedora Soraya Nunes Lins Bianchini;
- Núcleo II: Juiz-Corregedor Dinart Francisco Machado;
- Núcleo III: Juízes-Corregedores Luiz Henri-

- que Martins Portelinha e Samir Oséas Saad;
- Núcleo IV: Juiz-Corregedor Roberto Lucas Pacheco.

1.1.2 Atribuições dos Núcleos

- Núcleo I (Orientação Institucional): análise criteriosa dos problemas noticiados a este Órgão Correicional e elaboração de pareceres nos processos autuados; orientação ao público em geral (partes, servidores, magistrados, advogados) acerca dos serviços judiciários; e acompanhamento dos juízes em processo de vitaliciamento;
- Núcleo II (Planejamento e Projetos): análise, desenvolvimento, coordenação e execução de projetos que objetivem a melhoria, tanto dos trabalhos internos da Corregedoria, como dos seus serviços externos, e, principalmente, a busca do desenvolvimento e evolução da Justiça do Primeiro Grau;
- Núcleo III (Correicional e de Instrução Disciplinar): atividade correicional, mediante o controle e a fiscalização dos serviços do foro judicial; atividade de instrução disciplinar, consistente na coleta de provas para procedimentos e processos administrativos, bem como para inquéritos judiciais; e atividade de implantação de varas e comarcas, mediante a coordenação jurisdicional de todo o processo de instalação de novos serviços judiciários, em parceria com a Presidência do Tribunal de Justiça;

2. ATIVIDADES

- Núcleo IV (Serventias Extrajudiciais e Revisão do Código de Normas): revisão e aprimoramento do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça (CNCGJ), mantendo-o atualizado em relação às alterações e inovações legislativas; e atividade correicional, mediante o controle e a fiscalização dos serviços do foro extrajudicial.

2.1 Atividades do Corregedor Geral da Justiça

2.1.1 Visitas a comarcas

Foram realizadas visitas às Comarcas de: Abelardo Luz, Ascurra, Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Caçador, Canoinhas, Chapecó, Correia Pinto, Criciúma, Cunha Porã, Descanso, Dionísio Cerqueira, Fraiburgo, Gaspar, Ibirama, Içara, Indaial, Itá, Itaiópolis, Itajaí, Ituporanga, Jaguaruna, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville, Lages, Laguna, Lebon Régis, Mafra, Maravilha, Mondaí, Navegantes, Palmitos, Pa-panduva, Pinhalzinho, Pomerode, Porto União, Presidente Getúlio, Quilombo, Rio do Campo, Rio do Sul, Rio do Oeste, Rio Negrinho, Santa Cecília, São Bento do Sul, São Carlos, São João Batista, São Joaquim, São Miguel do Oeste, Taió, Tangará, Timbó, Trombudo Central, Tubarão, Urubici, Urussanga, Videira, Xanxerê e Xaxim.

2.1.2 Participação em eventos

- XLI ENCOGE – Encontro Nacional de Corre-

gedores Gerais –, realizado na cidade do Rio de Janeiro/RJ (de 19 a 22 de abril);

- XLII ENCOGE – Encontro Nacional de Corregedores Gerais –, realizado na cidade de Vitória/ES (de 9 a 12 de agosto);

- Seminário de Acolhimento Familiar, realizado na Comarca de São Bento do Sul (18 de agosto);

- Encontro Estadual de Técnicos do Poder Judiciário, realizado na Comarca de Laguna (31 de agosto);

- III Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção, realizado na Comarca de Laguna (dias 1º e 2 de setembro).

2.1.3 Edição de provimentos

- Provimento 01/2006 – Dá nova redação aos arts. 38 e 220 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça;

- Provimento 02/2006 – Dá nova redação aos arts. 862 e 896, V e VI, do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça;

- Provimento 03/2006 – Acrescenta o parágrafo 5º ao art. 805 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça;

- Provimento 04/2006 – Revoga a parte final do caput do art. 70 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, dando-lhe nova redação;

- Provimento 05/2006 – Dispõe sobre a utilização do “Sistema Bacen Jud”;

- Provimento 06/2006 – Dispõe sobre a aboli-

2. ATIVIDADES

- ção do uso do livro de registro de pretendentes à adoção e oficialização da consulta de pretendentes pelo Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – CUIDA;
- Provimento 07/2006 – Altera o art. 516, caput, do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, dando-lhe nova redação;
 - Provimento 08/2006 – Regulamenta o procedimento para ressarcimento dos serviços gratuitos praticados pelos delegados notariais e de registro;
 - Provimento 09/2006 – Altera a redação dos arts. 174, 176 e 191 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça;
 - Provimento 10/2006 – Dispõe sobre a dispensa do uso de livros obrigatórios;
 - Provimento 11/2006 – Inclui seção no Capítulo VIII do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça e altera o seu art. 313;
 - Provimento 12/2006 – Dispõe sobre a extração das certidões relativas à multa penal e às custas finais não pagas para inscrição em dívida ativa, e altera os arts. 353, 354, 355 e 516 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

2.1.4 Emissão de ofícios circulares

Foram expedidos noventa ofícios circulares.

2.2 Atividades do Vice-Corregedor

2.2.1 Visitas a comarcas

O Vice-Corregedor realizou visitas às Comarcas de: Armazém, Balneário Camboriú, Barra Velha, Braço do Norte, Capital, Forquilha, Garopaba, Garuva, Guaramirim, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joinville, Lages, Laguna, Maracajá, Palhoça, Piçarras, Porto Belo, São Bento do Sul, São Carlos, Santa Rosa do Sul, Seara, Taió, Tubarão e Urubici.

2.2.2 Participação em eventos

- XLI ENCOGE – Encontro Nacional de Corregedores Gerais –, realizado na cidade do Rio de Janeiro/RJ (de 19 a 22 de abril);
- XLII ENCOGE – Encontro Nacional de Corregedores Gerais –, realizado na cidade de Vitória/ES (de 9 a 12 de agosto).
- XLIII ENCOGE – Encontro Nacional de Corregedores Gerais –, realizado na cidade de Fortaleza/CE (de 6 a 8 de dezembro).

2.3 Atividades do Núcleo de Assessoramento I

- Processos distribuídos: 302;
- Processos redistribuídos aos outros Núcleos, com parecer: 23;
- Pareceres finais: 264;
- Processos aguardando parecer: 29;
- Processos de vitaliciamento concluídos: 23;
- Processos de vitaliciamento em curso: 28;
- Informações prestadas por telefone: 4.366 ;
- Informações prestadas via e-mail: 1.351;

2. ATIVIDADES

- Pessoas atendidas pela Juíza-Corregedora: 184;
- Pessoas atendidas pela assessoria: 362.

Observações: a Juíza-Corregedora analisou, ainda, outros 511 (quinhentos e onze) expedientes não autuados e despachados diretamente com o Corregedor Geral da Justiça, dentre petições, correspondências eletrônicas e ofícios.

O setor de informações da Corregedoria, vinculado a esse Núcleo, recebe as ligações relativas ao Disque-Corregedoria (foros judicial e extrajudicial), repassando-as aos Núcleos competentes. O demonstrativo mensal desses atendimentos consta dos Quadros 9 e 10 do Anexo 1.

2.4 Atividades do Núcleo de Assessoramento II

2.4.1 Projetos desenvolvidos

- Criação do Manual Prático de Orientação aos Contadores;
- Modificação do site da Corregedoria Geral da Justiça;
- Manual de Retenção do Imposto de Renda destinado aos Juízes, Escrivães e Contadores;
- Jurado Voluntário (inscrição pela internet);
- Cadastro de Magistrados;
- Bacen Jud 2.0 (capacitação, edição de provimento, orientações, página especializada e criação da equipe de apoio);
- Mutirão do Júri (organização, planejamento e execução);

- Implementação do Ato Regimental 72/2005-TP, relativamente às informações a serem prestadas ao Tribunal Pleno por ocasião das promoções e remoções;
- SAJ/Estatística (em fase de testes);
- Aperfeiçoamento do Programa Inspeção Virtual e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – CUIDA;
- Participação no planejamento do projeto de Inspeção e Apoio Operacional;
- Central de Cobrança de Custas – SAJ/PG 3.2.1 e SAJ/CCP – (sistema em fase final de elaboração), com procedimento virtual;
- Portal de Peritos (em desenvolvimento);
- Fomento à instalação de Conselhos da Comunidade (art. 80 da Lei 7.210/84), com o monitoramento dos conselhos existentes e acompanhamento das novas instalações;
- Fundo de Ressarcimento de Conduções de Oficiais de Justiça (em desenvolvimento);
- Mutirão de Sentenças e redução de processos conclusos.

2.4.2 Participação em projetos

2.4.2.1 Da Presidência

- Justiça Presente (estádios de futebol);
- Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;
- Reestruturação das Unidades Judiciárias da Grande Florianópolis;
- Participação e auxílio no desenvolvimento e

2. ATIVIDADES

- nas definições do Processo Virtual – SAJ/PG5 (Execução Fiscal e Juizado Especial);
- Criação da Unidade Regional da Execução Fiscal de Lages (com proposição normativa);
 - Criação da Vara da Execução Penal da Grande Florianópolis (com proposição normativa);
 - Ampliação dos serviços do protocolo judicial expresso;
 - Arquivo Central – Sistema de Gerenciamento e proposição normativa;
 - Manuais de Procedimentos – Participação na elaboração do Manual de Procedimento Criminal (proposta de resolução para sua homologação e criação de comissão de revisão dos manuais);
 - Módulo de Assistência Judiciária – SAJ;
 - Centralização da retenção do Imposto de Renda e da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF);
 - Criação do Sistema de Identificação de Depósito (ID) para depósitos judiciais – originários de outras instituições financeiras – junto ao BESC, em parceria com a Diretoria de Informática e a Diretoria de Orçamento e Finanças, especialmente para atender ao Bacen Jud.

2.4.2.2 Diversos

- Apoio na organização do III Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção, em Laguna;
 - Representação da Corregedoria junto à
- CGInfo (reuniões mensais e participação em vários projetos, v.g. módulo de assistência judiciária);
- Redefinições das unidades judiciárias de Balneário Camboriú, Fraiburgo, Itajaí, Joinville, Joaçaba e São Francisco do Sul;
 - Revisão das classes do SAJ;
 - Revisão e criação das movimentações do SAJ, em atendimento ao disposto nas Leis 11.232/05 e 11.340/06;
 - Definições quanto ao arquivamento administrativo e definitivo.

2.4.3 Participação em reuniões

O Núcleo participou de 75 (setenta e cinco) reuniões sobre diversos temas:

- Centralização da retenção do Imposto de Renda e da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF);
- Implantação da Vara Regional de Execução Fiscal Estadual de Lages, com utilização do SAJ 5.0 voltado ao Processo Eletrônico;
- Implantação de Gerência de Cobrança de Custas e Desenvolvimento de software para automatização dos procedimentos;
- Definições, normas e capacitação para uso do Sistema Bacen Jud 2.0;
- Negociação com o BESC para criação de Sistema de ID para depósitos judiciais originários de outras instituições financeiras, especialmente para atender ao Bacen Jud;
- Adequação do SAJ/PG e orientações acerca

2. ATIVIDADES

da Lei 11.232/05 (Execução de Sentença);

- Adequação do SAJ/PG e orientações acerca da Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha);
- Revisão do Manual do Cartório Criminal;
- Gerência de Cobrança de Custas com fase virtual (SAJ/PG 3.2.1 e SAJ/CCP);
- Módulo SAJ/Estatística;
- Recepção do Corregedor Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso; de Juízes Corregedores e Técnicos do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul; de Juízes e Auxiliares da Presidência do Tribunal de Justiça do Espírito Santo; de Desembargador e dos Juízes do Tribunal de Justiça de Pernambuco; e de Juiz e de Técnicos do Tribunal de Justiça de São Paulo. Em todas essas oportunidades foram expostos os projetos e repassados materiais informativos acerca deles.

2.4.4 Pareceres exarados

Foram proferidos:

- pareceres: 56;
- minutas de pareceres: 80.

2.4.5 Participação em eventos

O Núcleo II envolveu-se diretamente com a realização de dois eventos que se estenderam por diversos pólos de capacitação do Estado. No primeiro apresentou-se o Sistema Bacen Jud; no segundo, o Manual do Contador.

2.4.6 Edição de atos normativos

Participação na edição dos seguintes atos normativos:

- Resoluções: 7 (sete);
- Provimentos: 8 (oito);
- Circulares: 3 (três);
- Ofícios Circulares: 2 (dois).

2.4.7 Orientações sem caráter normativo

O Núcleo II também foi responsável pela elaboração e divulgação de 5 (cinco) documentos de orientação (sem caráter normativo), destacando-se as modificações no SAJ/PG em decorrência das Leis 11.232/05 e 11.340/06.

2.4.8 Respostas a consultas

2.4.8.1 Por correio eletrônico

Foram respondidas consultas, por correio eletrônico, relativas aos seguintes temas:

- Imposto de Renda: 108
- Bacen Jud: 309
- Assuntos Gerais: 1.939

2.4.8.2 Por telefone

- Assuntos diversos: aproximadamente 700 (setecentas) consultas;
- Bacen Jud: 300 (trezentas) consultas (no período de abril a novembro);
- Imposto de Renda: 440 (quatrocentas e quarenta) consultas.

2. ATIVIDADES

2.4.9 Atendimento pessoal

Foram realizados cerca de 50 (cinquenta) atendimentos pessoais a advogados, servidores, procuradores e a terceiros.

2.5 Atividades do Núcleo de Assessoramento III

2.5.1 Atividades Diversas

- Instrução em diversos processos administrativos disciplinares;
- Realização de Inspeções Virtuais em 194 (cento e noventa e quatro) unidades de divisão judiciária, com encaminhamento de relatórios às Comarcas relacionadas no Quadro 3 do Anexo 1.

2.5.2 Inspeções

2.5.2.1 Com Apoio Operacional

- Içara: Vara Única (22.05 a 02.06);
- Joinville: 4ª Vara Cível (21.08 a 01.09 e 11.09 a 15.09);
- Baln. Piçarras: Vara Única (25.09 a 06.10);
- Rio Negrinho: Vara Única (06.11 a 17.11).

2.5.2.2 Sem Apoio Operacional

- Capital: 5ª Vara Cível (06.03 a 10.03);
- Indaial: 1ª Vara (27.03 a 06.04);
- Capital: 6ª Vara Cível (02.05 a 12.05);
- Joaçaba: 1ª Vara Cível (19.06 a 23.06);
- Joaçaba: 2ª Vara Cível (07.08 a 11.08).

ESTATÍSTICA DE REDUÇÃO DE ACERVO

COMARCA	UNIDADE	ATIVOS NA ENTRADA	ATIVOS NA SAÍDA	REDUÇÃO
Içara	Única	11.740	10.584	9,85%
Urussanga	Única	21.563	17.554	18,6%
Palhoça	1ª Cível	11.537	7.432	35,5%
	2ª Cível	11.345	10.827	4,6%
Estreito	1ª Cível	4.250	3.064	27,9%
	Família	5.426	4.830	10,58%
	Crime	3.331	3.024	9,2%
Joaçaba	1ª Cível	3.578	3.396	10,2%
	2ª Cível	5.000	4.320	19,06%
Indaial	1ª Vara	4.271	3.567	16,4%
	2ª Vara	6.698	6.353	5,1%
	Crime	2.805	1.982	29,3%
Joinville	4ª Cível	8.419	8.051	8,51%
Balneário Piçarras	Única	20.180	18.722	7,84%
Pomerode	Única	9.639	8.365	13,2%
Trombudo Central	Única	7.559	6.823	9,7%
Rio Negrinho	Única	10.529	9.888	7,45%
Barra Velha	Única	5.710	5.345	6,3%
Biguaçu	1ª Vara	3.254	2.952	9,2%
	2ª Vara	13.590	12.430	8,5%

2.6 Atividades do Núcleo de Assessoramento IV

- Fiscalização das serventias extrajudiciais buscando orientar seus responsáveis para o correto desempenho de suas atribuições;
- Inspeções de cartórios extrajudiciais;
- Ampliação da equipe correicional, com a participação de integrantes oriundos do gabinete do Vice-Corregedor;

2. ATIVIDADES

- Realização de correições nos cartórios extrajudiciais relacionados no Quadro 2 do Anexo 1;
- Assessoramento da 1ª Vice-Presidência deste Tribunal de Justiça na elaboração dos quadros demonstrativos das serventias vagas para posterior preenchimento mediante concurso público (remoção ou ingresso na atividade notarial e de registro);
- Elaboração de estudos para desativação de serventias distritais, colimando na Resolução 05/06, do Conselho da Magistratura, desativando-se 56 (cinquenta e seis) delas;
- Participação nos estudos que originaram a Resolução 08/05, do Conselho da Magistratura, por meio da qual foram implementadas 30 (trinta) novas serventias, dentre as quais os escritórios de Registro de Imóvel das Comarcas de Chapecó, Blumenau e Jaraguá do Sul;
- Apresentação de projeto de lei complementar – que aguarda sanção do Governador do Estado – visando a alteração da Lei Complementar 175/98 (que trata dos selos de fiscalização e dá outras providências), o que possibilitará o ressarcimento de todos os atos gratuitos praticados nas serventias extrajudiciais, além de ser concedida ajuda de custo às Escrivanias de Paz, viabilizando-as economicamente.

2.7 Atividades da Escrivania Correicional

A Escrivania Correicional iniciou o ano 2006 tendo como integrantes dois escrivães correicionais: Márcio Leandro Carvalho De Cesaro e Perla Maria Fusinato Schappo, a qual entrou no gozo de licença-maternidade a partir do mês de junho.

A participação dos escrivães correicionais ocorreu nos quatro núcleos existentes na Corregedoria.

2.7.1 De orientação

- Respostas a consultas: 600 (seiscentas), aproximadamente;
- Elaboração de pareceres relativos a processos administrativos disciplinares contra auxiliares da Justiça;
- Participação no “Encontro de Formação de Instrutores”, oportunidade em que foram respondidas dúvidas dos instrutores.

2.7.2 De planejamento e de projetos

- Elaboração de estudos para edição de providimentos, circulares e atos normativos internos da Corregedoria;
- Participação em reuniões tratando:
 - a. da implementação da central de cobrança de custas (procedimento virtual);
 - b. da padronização e definição de procedimentos para as rotinas cartoriais;
- Visitas as 1ª e 2ª Varas Cíveis da Comarca de

2. ATIVIDADES

Brusque a fim de verificar a necessidade de redefinição de competências (fevereiro).

2.7.3 De inspeção

No trabalho de campo os escrivães desenvolveram suas atividades com base nos seguintes vetores de atuação:

- análise preliminar do perfil da vara a ser inspecionada;
- acompanhamento da atividade cartorial;
- proposição de adequações ou de redimensionamento das rotinas e do fluxo de documentos e de autos de processos;
- orientação dos servidores para melhor desempenho de suas atividades;
- consultoria à unidade de divisão judiciária inspecionada quanto às proposições destacadas;
- monitoramento dos resultados da atividade;
- elaboração dos relatórios finais das inspeções.

Os escrivães acompanharam os Juízes-Corregedores do Núcleo III nas visitas de verificação e de preparação das seguintes unidades:

- Vara Única da Comarca de Içara (maio);
- Vara Única da Comarca de Urussanga (maio);
- Vara Única da Comarca de Capinzal (agosto);
- Vara Única da Comarca de Bal. Piçarras (set.);
- Vara Única da Comarca de Navegantes (setembro).

2.7.3.1 Com Apoio Operacional

- Içara: Vara Única (22.05 a 02.06);
- Joinville: 4ª Vara Cível (21.08 a 01.09 e 11.09 a 15.09);
- Baln. Piçarras: Vara Única (25.09 a 06.10);
- Rio Negrinho: Vara Única (06.11 a 17.11).

2.7.3.2 Sem Apoio Operacional

- Capital: 5ª Vara Cível (06.03 a 10.03);
- Indaial: 1ª Vara (27.03 a 06.04);
- Capital: 6ª Vara Cível (02.05 a 12.05);
- Joaçaba: 1ª Vara Cível (19.06 a 23.06);
- Joaçaba: 2ª Vara Cível (07.08 a 11.08).

2.7.4 De revisão do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça

Participação na elaboração de atos normativos para atualização do CNCGJ: 8 (oito) providimentos.

2.7.5 Diversas

- Assessoramento do Juiz de Direito de Segundo Grau Jaime Ramos na instrução de processo disciplinar no âmbito extrajudicial, notadamente na tomada de depoimentos nas Comarcas de Guaramirim e Jaraguá do Sul;
- Contribuição no desenvolvimento do subnúcleo de Inspeção Virtual e de seus planos de trabalho;
- Participação da elaboração da minuta de provimento que regulamentará o Mutirão de Sentenças de 2007.

2. ATIVIDADES

2.8 Atividades da Assessoria Correicional

- Apoio na elaboração dos pareceres e dos estudos afetos aos processos e projetos dos Núcleos I e II;
- Auxílio às Inspeções Correicionais e ao Apoio Operacional realizados pelo Núcleo III;
- Auxílio às Inspeções Correicionais realizadas pelo Núcleo IV.

2.9 Atividades da Divisão Administrativa

As atividades são aquelas próprias das atribuições definidas no art. 30 do RICGJ. Além dessas, com a edição da Lei Complementar 175/98, a Divisão passou a coordenar os serviços relativos ao Selo de Fiscalização: atualização do cadastro dos cartórios extrajudiciais e do cadastro de registros de nascimentos e óbitos; controle dos pedidos de selos de fiscalização e repasse dos dados referentes ao ressarcimento dos assentamentos de nascimentos e óbitos para a Diretoria de Orçamento e Finanças, incluídas as alterações que se fizerem necessárias.

Nos Quadros 4 a 6 do Anexo 1, e nos Gráficos 1 a 8 do Anexo 2 deste relatório encontram-se especificadas as atividades realizadas.

2.10 Atividades da Divisão Judiciária

As principais atividades desenvolvidas pela Divisão Judiciária estão abaixo indicadas:

- Fornecimento de informações estatísticas ao Conselho Nacional de Justiça, para compo-

sição do banco de “Indicadores Estatísticos do Poder Judiciário Brasileiro”;

- Confecção e manutenção das planilhas com as atividades judicantes dos magistrados e remessa a eles;
- Controle e atualização, na intranet/internet, dos bancos de dados, com informações sobre as comarcas/varas (quadro das circunscrições, endereços, telefones, municípios, distritos, cartórios extrajudiciais, movimento forense, etc.);
- Registro das inspeções realizadas pelos magistrados nas cadeias públicas;
- Organização e repasse, ao Tribunal Pleno, de informações referentes aos processos de promoção, remoção e opção de magistrados (Ato Regimental 72/05), por meio de relatórios de produtividade, neles incluídos os dados relativos às médias de produtividade das comarcas e das varas semelhantes aquela em que o magistrado atuou, observada a especificidade da unidade;
- Desenvolvimento de novo sistema de estatística com a colaboração da empresa Softplan. As informações retiradas diretamente do SAJ/PG serão incluídas no banco de dados centralizado na Corregedoria, que conterà os registros relativos à atividade cartorária das comarcas e das varas e também os dados acerca da produtividade dos magistrados. No referido sistema está prevista a contabilização de toda a atividade judi-

2. ATIVIDADES

cante (sentenças, decisões e despachos);

- Disponibilização da Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública e Justiça (INFOSEG) para uso dos magistrados e dos servidores do Poder Judiciário. Como complemento ao convênio firmado com a Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, deu-se início ao cadastramento dos magistrados e servidores que irão fazer uso da ferramenta INFOSEG, que incorpora as informações acerca de indivíduos criminalmente identificados, de armas de fogo, de veículos e de condutores de todas as Unidades da Federação.

Apresenta-se a seguir a estatística das atividades desenvolvidas por esta Divisão durante este ano:

- Mapas estatísticos processados ou digitalizados: **6.600**;
- Mapas estatísticos auditorados: **395**;
- Mapas estatísticos regeados (correção de problemas): **304**;
- Relatórios de promoção/remoção/opção de juízes (processos): **93**;
- Relatórios de promoção/remoção/opção (juízes inscritos): **128**;
- Registros de antecedentes criminais captados via SAJ: **22.142 (*)**;
- Registros de ocorrências da Lei 9.099/95 captados via SAJ: **17.299 (*)**;
- Registros de processos suspensos captados via SAJ: **19.362 (*)**;
- Registros de mandados de prisão captados via SAJ: **13.175 (*)**;
- Fornecimento de Certidões de antecedentes: **758**;
- Registro e arquivo de inspeção de cadeias públicas: **111**;
- Fornecimento de listagens com endereço das comarcas: **10**;
- Fornecimento de listagens com endereço dos cartórios extrajudiciais: **3**;
- Despachos em processos diversos: **46**.

Os números assinalados com asterisco () indicam, além das novas inclusões, as diversas alterações verificadas: atualizações de dados pessoais (CPF, RG, endereços, número antigo do processo); informações sobre a extinção da punibilidade; revogação/suspensão de mandados de prisão, etc.*

Os dados referentes ao movimento forense da Justiça do Primeiro Grau e às Casas da Cidadania constam dos Quadros 7 e 8 do Anexo 1, e dos Gráficos 9 a 12 do Anexo 2.

2.11 Atividades da Assessoria de Custas

2.11.1 Atendimento a consultas por telefone

Dos atendimentos efetuados, destacam-se os seguintes:

- Foro Judicial: valor das custas relativas à pro-

2. ATIVIDADES

positura de ações; conduções de oficiais de justiça; valor do preparo de recursos ao Tribunal de Justiça, ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal; informações sobre a utilização do protocolo unificado; auxílio na interpretação de normas; consultas legislativas, etc.;

- Foro Extrajudicial: emolumentos dos Tabelionatos de Notas e Protestos de Títulos, dos Serviços Registros de Imóveis, Cíveis e de Títulos e Documentos; Fundo de Reparcelamento da Justiça. Orientações sobre a cobrança excessiva de emolumentos e o procedimento a ser tomado para reaver o valor excedente pago;
- Uso da tabela de atualização monetária disponível no site da Corregedoria Geral da Justiça.

2.11.2 Elaboração de pareceres acerca das custas, dos emolumentos e dos cálculos judiciais

- **29** pareceres em processos;
- **25** pareceres envolvendo cálculos.

2.11.3 Atendimento a consultas por e-mail ou fac-símile

- **808** e-mails;
- **19** faxes.

2.11.4 Atendimento de pessoas que estiveram na Corregedoria

- **49** pessoas atendidas.

2.11.5 Participação em grupos de trabalho e no desenvolvimento de projetos

- Revisão, atualização e conclusão do Manual do Contador Judicial;
- Participação do assessor José Luciano Terhorst no desenvolvimento do projeto de cobrança de custas finais (central de custas);
- Capacitação dos servidores da contadoria da Comarca da Capital;
- Estudos de medidas para não-evasão de receitas;
- Estudos para integração do SAJ/PG e Custas com o Sistema de Administração Tributária (SAT) da Secretaria da Fazenda Estadual;
- Participação no projeto de centralização dos recolhimentos do Imposto de Renda Retido na fonte e DIRF;
- Estudos para implementação de custas judiciais na internet;
- Inspeção na Contadoria Judicial da Comarca de Joinville;
- Apresentação e entrega do Manual do Contador Judicial.

2.11.6 Outras atividades

- Orientação aos contadores judiciais quanto à operacionalização de cálculos de liquidação de maior complexidade;
- Elaboração mensal da Tabela de Índices de Atualização de Valores e a sua manutenção na internet;

2. ATIVIDADES

- Manutenção do banco de dados com as séries históricas de indicadores econômicos e financeiros do SAJ/Custas;
- Confecção e manutenção da Tabela de Multas de Tóxicos e Fianças previstas pela Lei 6.368/76.

2.12 Assessorias de Informática e de Informática Jurídica

Durante o ano 2006, além da continuidade dos projetos iniciados nos anos anteriores e do suporte técnico de todo o parque computacional da Corregedoria, foram realizados novos trabalhos em todos os setores desta Corregedoria, procurando atender, em um primeiro momento, às demandas emergenciais. Dentre elas destacam-se:

2.12.1 Site da Corregedoria Geral da Justiça

Foi desenvolvido novo site visando ampliar a comunicação com o público e prestar seus serviços de modo satisfatório, seja interna ou externamente.

2.12.2 Cadastro Único Informatizado de Adoções e Abrigos – CUIDA

O projeto, antes sob responsabilidade da Diretoria de Informática, foi assumido pela Assessoria de Informática da Corregedoria. Nele foram realizadas manutenções nos dois sistemas existentes: no Sistema Web, em linguagem

Java, e no Sistema Administrativo, em linguagem Delphi. No Sistema Web foram efetuados ajustes para aprimoramento dos recursos existentes, proporcionando um melhor desempenho dos usuários; no Sistema Administrativo foram implementados diversos recursos novos, a exemplo dos relatórios gerenciais e estatísticos, de grande importância para a CEJA.

Tem sido prestado suporte às assistentes sociais e aos juízes que operam o Sistema CUIDA.

2.12.3 Sistema Bacen Jud

Participação no projeto de treinamento para operação no Sistema Bacen Jud, do Banco Central, em todo o Estado, oportunidade em que foram capacitados mais de 570 (quinhentas e setenta) usuários do referido sistema. No treinamento realizado em Brasília, do qual participaram um servidor da Presidência deste Tribunal de Justiça e três da Corregedoria, pode-se contar com a orientação de funcionários do Banco Central do Brasil. Dentre os usuários capacitados, além dos juízes, estão os escrivães, os assessores e os técnicos judiciários designados para operarem o sistema. A assessoria tem auxiliado na função de Master do sistema e na função de suporte aos usuários.

2.12.4 Sistema de Jurados Voluntários

A partir de uma versão iniciada pela Assessoria de Informática da gestão anterior, foi desenvolvido um Sistema Web, em linguagem Java,

2. ATIVIDADES

para cadastramento de voluntários interessados, de todas as comarcas do Estado, em com-
por o Tribunal do Júri.

2.12.5 Provimentos e Circulares

Atualização e publicação, na internet, do índice de provimentos, com a inclusão dos que foram emitidos pela Corregedoria neste ano, possibilitando, ainda, efetuar-se a busca pela data de publicação do provimento. No banco de dados constava mais de uma publicação por provimento e imperfeições na alimentação dos dados. A organização permitiu a correção dessas situações.

2.12.6 Projeto Cadastro de Magistrados

O projeto Cadastro de Magistrados foi desenvolvido com base na necessidade de a Corregedoria manter seus dados atualizados, bem como de reconhecer o perfil dos atuais magistrados, que podem incluir no Sistema Web informações cadastrais atualizadas, as quais permanecem disponíveis automaticamente.

2.12.7 SAJ Estatística

Realizou-se levantamento de necessidades da Corregedoria e de-finiu-se o projeto de estatística do SAJ. Foram instaladas e testadas versões iniciais do programa SAJ/Estatística, no sentido de avaliar a sua eficácia no caso de substituição dos projetos de Inspeção Virtual e de Mapa Estatístico vigentes. O projeto se encontra em fase de adequação.

2.12.8 Projeto “Rol de Antecedentes Criminais e Outras Ocorrências”

Diversas manutenções foram realizadas no Sistema Administrativo (Delphi) para acelerar o processo de captura de novas informações. Foram adequados os métodos de captura existentes para a correção de deficiências encontradas. Além do aplicativo Delphi, foram feitos ajustes na aplicação Web. A instalação de programas de captura em todas as comarcas do Estado permitiu a uniformização desse processo.

2.12.9 Sistema de Inspeção Virtual

Foi desenvolvida uma nova versão do Sistema de Inspeção Virtual, com recursos específicos para as atividades da Corregedoria. Durante todo o ano está sendo prestado suporte a todos os usuários do referido sistema e auxílio nas inspeções correicionais.

2.12.10 Projeto de Selos

Manutenção do Sistema Delphi de Selos com a incorporação de novos relatórios e ajustes nos anteriores. Adequação do cadastro de cartórios para suportar o novo Sistema de Ressarcimento de Selos. Cadastramento das informações dos cartórios extrajudiciais referente ao Ressarcimento de Selos.

2.12.11 Projeto Ressarcimento de Selos

Foi desenvolvido um Sistema Web, em linguagem Java, para solicitação de atos gratuitos

2. ATIVIDADES

praticados pelos cartórios extrajudiciais. Esta assessoria permanece oferecendo suporte aos usuários dos cartórios do Estado.

2.12.12 Ressarcimento Selo Web

Permite aos Secretários de Foro, mediante uso de senha, o acesso ao relatório de ressarcimentos de atos gratuitos solicitados pelos cartórios extrajudiciais de sua comarca. O projeto complementa aquele relativo ao Ressarcimento Selo Web e tem como objetivo permitir que as Secretarias de Foro verifiquem se as serventias possuem a documentação que comprove a gratuidade dos ressarcimentos solicitados. O projeto encontra-se pronto e aguardando autorização para sua publicação.

2.12.13 Consultas Web ao Plantão Judiciário e às informações dos cartórios extrajudiciais

São disponibilizadas consultas Web, em linguagem Java, às informações armazenadas em banco de dados Caché.

2.12.14 Manutenção dos Sistemas em tecnologia "M" e Banco de Dados Caché

Atendendo à solicitação das divisões administrativa e judiciária, os seguintes sistemas foram ajustados: Mapas Estatísticos, Magistrados, Rol de Culpados, Expedição de Documentos, Acompanhamento de Processos, Patrimônio, Cartórios Extrajudiciais e Plantão Judiciário.

2.12.15 Manutenção no Sistema de Cálculo de Atualização Monetária

Foram feitos ajustes no Sistema Web, em linguagem Java, nas rotinas de cálculo de atualização monetária e de tabela de atualização monetária.

2.12.16 Hipertexto do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça

Realizada a inserção do hipertexto do CNCJ visando facilitar o acompanhamento das atualizações.

2.12.17 Projeto Banco de Peritos

Sistema em fase de modelagem, com definição da estrutura e dos recursos do banco de dados, da sistemática de cadastramento e da consulta de peritos.

2.12.18 Auxílio nas inspeções correicionais das Comarcas de Balneário Piçarras, Içara e Joaçaba

Repasse de rotinas e de informações do Sistema de Automação de Primeiro Grau (SAJ/PG), com emissão de relatórios e demais atividades relacionadas com as inspeções.

Nas demais comarcas inspecionadas foram prestadas informações através de e-mail, telefone ou comunicação via rede.

2.12.19 Emissão de relatórios estatísticos

2. ATIVIDADES

Foram emitidos diversos relatórios (informativos e estatísticos) baseados nos dados das comarcas do Estado, gerando informações para tomada de decisões administrativas e/ou judiciais da Corregedoria.

2.12.20 Atendimento

Foram realizados atendimentos de suporte a sistemas e prestadas orientações aos usuários nos seguintes postos de trabalho:

- Gabinete do Corregedor
- Gabinete do Vice-Corregedor
- Gabinete dos Juízes-Corregedores
- Secretaria da Corregedoria
- Escritania Correicional
- Assessoria Correicional
- Assessoria de Custas
- Assessoria Extrajudicial
- CEJA
- Divisão Administrativa da CGJ
- Divisão Judiciária da CGJ
- Diretoria de Informática
- Diretoria de Orçamento
- Cartórios Extrajudiciais
- Sala de Assistentes Sociais
- Gabinetes de Juízes
- Sala de Assessores Judiciários
- Escritanias
- Sala dos TSIs

2.12.21 Atualização dos microcomputadores da Corregedoria

Novos microcomputadores foram instalados, havendo a substituição dos desatualizados.

2.13 Atividades da Comissão Estadual Judiciária de Adoção – CEJA

Esta comissão apresenta no seu quadro de pessoal três servidoras:

- a. uma assistente social, que exerce também a função de Secretária da Comissão;
- b. uma técnica judiciária (socióloga);
- c. uma agente administrativa auxiliar (acadêmica do curso de Serviço Social – UFSC).

No seu âmbito de atuação, a Comissão Estadual Judiciária de Adoção desenvolveu os seguintes projetos e atividades:

2.13.1 Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – CUIDA

Neste ano foi utilizado novo sistema de cadastramento de interessados à adoção – denominado Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo (CUIDA) –, que provocou mudanças expressivas no encaminhamento de crianças para adoção, no acompanhamento de crianças e de adolescentes já abrigados, e na produção de relatórios estatísticos.

A utilização do novo sistema foi acompanhada pela CEJA e avaliada por ocasião do Encontro Estadual de Técnicos, realizado no

2. ATIVIDADES

dia 31 de agosto, em Laguna.

Com seis meses de uso o sistema já estava alimentado por 90% (noventa por cento) das comarcas. A dificuldade permanece em relação àquelas em que não há assistentes sociais ou responsáveis pela alimentação do sistema.

Como resultados da utilização do CUIDA tem-se que: a) houve redução em 70% (setenta por cento) das inscrições nas comarcas, porquanto são habilitados apenas os nelas residentes; b) as informações circulam com maior agilidade através do acesso direto dos operadores ao referido sistema; c) os registros de pretendentes que já adotaram foram excluídos do sistema, eliminando-se gastos com ligações telefônicas, economizando-se o tempo dos profissionais vinculados à adoção e, principalmente, evitando-se que um único pretendente fosse consultado semanalmente por diversas comarcas, como costumava acontecer.

Não há como avaliar neste primeiro ano da atual gestão se houve, por intermédio do CUIDA, agilização nas adoções, até porque elas passam a constar do sistema após o trânsito em julgado da sentença. Nos casos em que há crianças um pouco maiores, o estágio de convivência demora em média seis meses ou mais, ocasionando, por esse motivo, a demora na prolação das sentenças.

A partir do segundo semestre deste ano a Assessoria de Informática da Corregedoria disponibilizou relatórios estatísticos, que possibili-

taram uma avaliação mais efetiva dos andamentos das adoções.

2.13.2 Projeto de Acompanhamento e Supervisão às Instituições de Abrigo

Dos trabalhos referentes ao acompanhamento dos abrigos, destaca-se o reordenamento do “Lar da Criança de Joaçaba e Herval do Oeste”, acompanhado pelos juizados da infância e da juventude daquelas comarcas. A referida instituição não foi desativada, mas as crianças estão sendo transferidas para os abrigos de seus municípios de origem. Atualmente há apenas um grupo de 3 (três) irmãos que aguarda encaminhamento.

Na Comarca de Herval do Oeste a administração municipal, acatando solicitação da juíza, iniciou um projeto com a aquisição de uma casa para o abrigo. O imóvel é bem localizado, equipado com o auxílio do Poder Judiciário, possui quadro de pessoal adequado e uma proposta técnico-pedagógica desenvolvida em conjunto com os profissionais da prefeitura, com os do juizado da infância e da juventude e da CEJA.

Da mesma forma o abrigo Frei Bruno, de Joaçaba, foi readaptado com a proposta de acolher as crianças do Lar da Criança.

Esta Comissão acompanhou a equipe que produziu o documentário “O que o destino me mandar”, patrocinado pela Associação dos Magistrados Brasileiros, lançado no dia 16 de

2. ATIVIDADES

novembro, em Curitiba, no Congresso Brasileiro dos Magistrados, sobre crianças e adolescentes abrigados. O trabalho foi realizado entre os meses de maio e julho, envolvendo 11 (onze) abrigos. Durante as filmagens, ocorridas nos fins de semana, foi possível observar vários aspectos da vivência das crianças nas instituições, conforme retrata o documentário.

2.13.3 Mutirão do Serviço Social em Navegantes e Camboriú

Em razão do volume de processos afetos à competência das Varas da Infância e da Juventude e da falta de assistentes sociais, foram organizados mutirões, com o deslocamento de assistentes sociais de outras comarcas.

Em Navegantes, os mutirões ocorreram no segundo semestre, em períodos alternados, a saber:

- de 17 de julho a 4 de agosto: assistentes sociais Simone Regina Medeiros da Silva (Joinville) e Magali Marcia Gröllof (Santo Amaro da Imperatriz);
- de 2 a 6, e de 16 a 27 de outubro: assistente social Rosemari Panceri (Tangará).

No total, foram encaminhados 98 (noventa e oito) processos durante os mutirões na Comarca de Navegantes.

Em Camboriú foram encaminhados 39 (trinta e nove) processos, com estudo social confeccionado nos períodos de 2 a 6 e 23 a 27 de outu-

bro. Dessa atividade participou a assistente social Joise Joliet Giovanella (Pomerode).

Os mutirões proporcionaram o esclarecimento aos usuários que dependiam da elaboração de estudos sociais para a conclusão de seus processos.

2.13.4 Participação e colaboração da CEJA em eventos

Abaixo estão relacionados os eventos que contaram com a colaboração da CEJA:

- IX Reunião do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras, em Brasília (24 a 26 de maio);
- Seminário de Acolhimento Familiar, em São Bento do Sul (18 de agosto);
- Encontro Estadual de Técnicos do Poder Judiciário, em Laguna (31 de agosto);
- III Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção, em Laguna (1º e 2 de setembro);
- Congresso Brasileiro de Magistrados, em Curitiba, Lançamento do documentário sobre crianças em abrigo (17 e 18 de novembro).

Dentre essas atividades, destaca-se a participação na produção do documentário sobre crianças abrigadas.

Os eventos realizados mobilizaram os grupos de estudos e apoio à adoção, além de técnicos, pais adotivos, interessados em adoção, autorida-

2. ATIVIDADES

des municipais, juizes, promotores, entre outros, que contabilizaram aproximadamente 800 (oitocentos) participantes das discussões de assuntos relacionados à infância e à juventude.

2.13.5 Levantamento de dados

2.13.5.1 Sessões de Julgamento dos Pedidos de Habilitação Internacional

- Sessões realizadas	6
- Processos julgados	74

2.13.5.2 Adoções Realizadas

- Residentes em Santa Catarina e em outros Estados:	357
- Estrangeiros:	56
- Total:	413

2.13.5.3 Habilitação de pretendes à adoção

- Residentes em Santa Catarina:	1.444 (63%)
- Residentes em outros Estados:	671 (29%)
- Estrangeiros:	175 (8%)
- Total:	2.290

2.13.5.4 Entidades de Abrigo Cadastradas na CEJA

Projetos casa lar, família acolhedora e similares: **115** (cento e quinze).

2.13.5.5 Crianças e adolescentes abrigados

- Sexo feminino: **521** (49%)
- Sexo masculino: **550** (51%)

Das 1.071 crianças e adolescentes que se encontram em abrigos, 47% (quarenta e sete) por cento possuem mais de 10 (dez) anos.

2.13.5.6 Grupos de Estudos e Apoio à Adoção

Criados e acompanhados pelos Juizados da Infância e da Juventude e pela CEJA: **115** (cento e quinze).

2.14 Atividades da Secretaria Geral

Além das atribuições previstas nos incs. I a XXII do art. 26 do RICGJ, a Secretaria Geral desempenhou as seguintes atividades:

- suporte, tanto material quanto físico, aos Núcleos I, II, III e IV para que pudessem desempenhar satisfatoriamente suas atividades;
- interação entre as diversas diretorias do Tribunal de Justiça com a finalidade de solucionar os problemas administrativos e judiciais que aportaram na Corregedoria;
- atendimento de magistrados, advogados, servidores e público em geral para dirimir dúvidas e orientá-los nos procedimentos a serem adotados;
- participação de diversas reuniões realizadas entre a Corregedoria e outros setores do Tribunal de Justiça visando a melhoria dos serviços a se-rem prestados pelo Poder Judiciário.

3. CONCLUSÃO

“Ninguém é uma ilha” (Martin Luther King).

Somos todos dependentes uns dos outros.

Em todas as atividades há sempre o concurso, ainda que indireto e remoto, de outras pessoas.

A Corregedoria Geral da Justiça não teria cumprido com sucesso as atribuições que lhe são cometidas por leis e normas regulamentares se não houvesse a imprescindível e eficiente colaboração dos Juízes-Corregedores e dos servidores. Todas as tarefas que executaram são importantes. Sem a conclusão de qualquer

delas, não teríamos formado o conjunto e atingido as metas traçadas.

A todos eles somos gratos e, também e principalmente, ao Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Pedro Manoel Abreu, e aos seus assessores diretos, Juízes Hélio do Valle Pereira, Odson Cardoso Filho, Paulo Henrique Moritz Martins da Silva e Romano José Enzweiler, que jamais nos negaram apoio.

Florianópolis, 11 de dezembro de 2006.

◀ **CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA** ▶

◀ **ANEXOS** ▶



ANEXO 1 – QUADROS DEMONSTRATIVOS

QUADRO 1 - INSPEÇÕES JUDICIAIS

COMARCA	JUDICIAL
BALNEÁRIO PIÇARRAS	CGJ-0503/2006
BARRA VELHA	CGJ-0624/2006
BIGUAÇÚ (1ª VARA)	CGJ-0625/2006
BIGUAÇU (2ª VARA)	CGJ-0689/2006
CAPITAL (5ª CÍVEL)	CGJ-0080/2006
CAPITAL (6ª CÍVEL)	CGJ-0256/2006
IÇARA	CGJ-0285/2006
JOAÇABA (1ª CÍVEL)	CGJ-0390/2006
JOAÇABA (2ª CÍVEL)	CGJ-0389/2006
JOINVILLE (4ª CÍVEL)	CGJ-0494/2006
POMERODE	CGJ-0490/2006
RIO NEGRINHO	CGJ-0623/2006
TROMBUDO CENTRAL	CGJ-0542/2006
URUSSANGA	CGJ-0541/2006

QUADRO 2 - INSPEÇÕES EXTRAJUDICIAIS

COMARCA	EXTRAJUDICIAL
MARACAJÁ (Escrivania de Paz)	CGJ-0092/2006
BALNEÁRIO CAMBORIÚ * (2º Tabelionato de Notas)	CGJ-0162/2006
BALNEÁRIO CAMBORIÚ * (1º Tabelionato de Notas)	CGJ-0163/2006
BALNEÁRIO CAMBORIÚ (Registro Civil)	CGJ-0379/2006
BALNEÁRIO CAMBORIÚ (1º Ofício de Registro de Imóveis)	CGJ-0384/2006
BARRA VELHA * (Escrivania de Paz de São João do Itaperiú)	CGJ-0060/2006
BARRA VELHA (Tabelionato de Notas)	CGJ-0061/2006
BARRA VELHA * (Registro Civil)	CGJ-0071/2006
BARRA VELHA * (Registro de Imóveis)	CGJ-0079/2006
BRAÇO DO NORTE * (Escrivania de paz de Rio Fortuna)	CGJ-0109/2006
BRAÇO DO NORTE * (Escrivania de Paz de São Ludgero)	CGJ-0519/2006
BRAÇO DO NORTE (Registro Civil)	CGJ-0533/2006
BRAÇO DO NORTE (Tabelionato de Notas)	CGJ-0535/2006

(*) Serventias em que foram realizadas inspeções de retorno para verificação do cumprimento das determinações efetivadas pela equipe correicional.

ANEXO 1 – QUADROS DEMONSTRATIVOS

QUADRO 2 - INSPEÇÕES EXTRAJUDICIAIS (CONT.)

COMARCA	EXTRAJUDICIAL
CAPITAL * (Escrivania de Paz do Distrito de Santo Antônio de Lisboa)	CGJ-0147/2006
CAPITAL (Escrivania de Paz do Estreito)	CGJ-0197/2006
CAPITAL * (Escrivania de Paz do Distrito do Ribeirão da Ilha)	CGJ-0241/2006
CAPITAL * (Escrivania de Paz do Distrito do Saco dos Limões)	CGJ-0242/2006
CAPITAL (1º Tabelionato de Notas)	CGJ-0269/2006
CAPITAL (2º Ofício de Registro de Imóveis)	CGJ-0305/2006
CAPITAL (Escrivania de Paz do distrito de Canasvieiras)	CGJ-0349/2006
CAPITAL (Escrivania de Paz do Distrito de Rationes)	CGJ-0430/2006
CAPITAL (Escrivania de Paz do Distrito de Ingleses)	CGJ-0431/2006
CAPITAL (4º Tabelionato de Notas)	CGJ-0622/2006
CAPITAL (Escrivania de Paz do Distrito do Pântano do Sul)	CGJ-0626/2006
CAPITAL (3º Tabelionato de Notas)	CGJ-0627/2006
CHAPECÓ (Escrivania de Paz do distrito de Marechal Bormann)	CGJ-0277/2006
GUARAMIRIM (Registro Civil)	CGJ-0112/2006
GUARAMIRIM (Escrivania de Paz do Município de Massaranduba)	CGJ-0081/2006
ITAJAÍ (1º Ofício de Registro de Imóveis)	CGJ-0596/2006
ITAJAÍ (2º Tabelionato de Notas)	CGJ-0614/2006
JARAGUÁ DO SUL (Escrivania de Paz do Município de Corupá)	CGJ-0113/2006
JARAGUÁ DO SUL * (Tabelionato de Notas)	CGJ-0114/2006
JARAGUÁ DO SUL (Registro Civil)	CGJ-0556/2006
JOINVILLE * (Escrivania de Paz do Distrito de Boa Vista)	CGJ-0249/2006
JOINVILLE (1º Ofício de Registro de Imóveis)	CGJ-0252/2006
LAGES (1º Ofício de Registro de Imóveis)	CGJ-0320/2006
LAGES (4º Tabelionato de Notas)	CGJ-0351/2006
LAGUNA (Registro de Imóveis)	CGJ-0363/2006
LAGUNA (Escrivania de Paz do Distrito de Ribeirão Pequeno)	CGJ-0364/2006
LAGUNA (Registro Civil de Laguna)	CGJ-0365/2006
LAGUNA (Escrivania de Paz do Distrito de Pescaria Brava)	CGJ-0367/2006
LAGES * (2º Tabelionato de Notas)	PROC. ADM. PORT. 041/2006
FORQUILHINHA	PROC. ADM. PORT. 035/2006
SANTA ROSA DO SUL	PROC. ADM. PORT. 008/2006
LAGUNA (Tabelionato de Notas)	CGJ-0368/2006

(*) Serventias em que foram realizadas inspeções de retorno para verificação do cumprimento das determinações efetivadas pela equipe correcional.

ANEXO 1 – QUADROS DEMONSTRATIVOS

QUADRO 2 - INSPEÇÕES EXTRAJUDICIAIS (CONT.)

COMARCA	EXTRAJUDICIAL
PALHOÇA (Tabelionato de Notas)	CGJ-0299/2006
PALHOÇA (Registro Civil)	CGJ-0300/2006
PALHOÇA (Ofício de Registro de Imóveis)	CGJ-0304/2006
PIÇARRAS * (Escrivania de Paz do Município de Penha)	CGJ-0211/2006
PIÇARRAS * (Ofício de Registro de Imóveis)	CGJ-0215/2006
SÃO BENTO DO SUL (Escrivania de Paz de Campo Alegre)	CGJ-0694/2006
SÃO CARLOS (Registro de Imóveis)	CGJ-0557/2006
SÃO CARLOS (Tabelionato de Notas)	CGJ-0564/2006
SEARA (Ofício de Registro de Imóveis)	CGJ-0275/2006
SEARA PROC. ADM. PORT. 0037/2006	CGJ-0276/2006
TAIÓ (Escrivania de Paz de Mirim Doce) * Vacância	CGJ-0213/2006
TAIÓ (2º Tabelionato de Notas)	CGJ-0402/2006
TAIÓ (1º Tabelionato de Notas)	CGJ-0405/2006
TUBARÃO (Ofício de Protesto)	CGJ-0460/2006
TUBARÃO (2º Ofício de Registro de Imóveis)	CGJ-0462/2006
TUBARÃO (2º Tabelionato de Notas)	CGJ-0463/2006
URUBICI (Tabelionato de Notas)	CGJ-0420/2006
PORTO BELO (Tabelionato de Notas)	CGJ-0672/2006
GARUVA (Registro Civil)	CGJ-0649/2006
GARUVA (Tabelionato de Notas)	CGJ-0653/2006
GAROPABA (Escrivania de Paz de Paulo Lopes)	CGJ-0205/2006
ARMAZEM (Escrivania de Paz de São Martinho)	CGJ-0108/2006
SANTA ROSA DO SUL (Tabelionato de Notas)	CGJ-0143/2006

(*) Serventias em que foram realizadas inspeções de retorno para verificação do cumprimento das determinações efetivadas pela equipe correicional.

ANEXO 1 – QUADROS DEMONSTRATIVOS

QUADRO 3 – INSPEÇÕES VIRTUAIS REALIZADAS

COMARCA/VARA	*Rel. 01	*Rel. 02	*Rel. 03	*Rel. 04	*Rel. 05	TOTAL
1. Abelardo Luz	3	14	10	6	57	90
2. Anchieta	0	5	0	0	23	28
3. Anita Garibaldi	1	7	0	2	9	19
4. Araquari	2	4	13	40	473	532
5. Araranguá – 1ª Vara Cível	132	12	24	12	-	180
6. Araranguá – 2ª Vara Cível	63	44	27	311	-	445
7. Araranguá – Vara Criminal	101	337	37	563	-	1.038
8. Armazém	3	9	0	81	132	225
9. Ascurra	4	26	28	6	102	166
10. Bal. Camboriú – 1ª Vara Cível	156	65	22	79	-	322
11. Bal. Camboriú – 1ª Vara Criminal	89	0	56	19	-	164
12. Bal. Camboriú – 2ª Vara Cível	205	90	152	6	-	453
13. Bal. Camboriú – 2ª Vara Criminal	10	26	37	29	-	102
14. Bal. Camboriú – 3ª Vara Cível	11	4	29	2	-	46
15. Bal. Camboriú – Vara da Família-IJ	14	96	9	163	-	282
16. Bal. Camboriú – Vara da Fazenda	220	114	121	266	-	721
17. Bal. Camboriú – Juizado Esp. Cível	74	68	24	189	-	355
18. Bal. Camb. – Juizado Esp. Criminal	3	1	12	8	-	24
19. Barra Velha	6	7	17	43	108	181
20. Biguaçu – 1ª Vara	4	6	3	2	-	15
21. Biguaçu – 2ª Vara	89	74	43	182	-	388
22. Blumenau – 1ª Cível	7	12	11	16	113	159
23. Blumenau – 1ª Criminal	6	7	13	748	3	777
24. Blumenau – 1ª Família	2	6	1	29	81	119
25. Blumenau – 2ª Cível	4	15	3	14	37	73
26. Blumenau – 2ª Criminal	66	59	81	652	3	861
27. Blumenau – 2ª Família	0	3	0	18	115	136
28. Blumenau – 3ª Cível	0	36	1	2	63	102
29. Blumenau – 4ª Cível	4	14	1	6	124	149
30. Blumenau – 5ª Cível	9	1	0	1	21	32
31. Blumenau – Fazenda Pública	107	65	111	34	3311	3.628
32. Blumenau – Infância e Juventude	0	1	3	0	0	4
33. Blumenau – Juizado Esp. Cível	11	9	10	9	98	137
34. Blumenau – Juizado Esp. Crim.	2	4	27	1	1	35
35. Blumenau – Unid. FURB	4	0	0	39	15	58
36. Bom Retiro	16	17	19	14	250	316
37. Braço do Norte – 1ª Vara	10	31	20	15	438	514
38. Braço do Norte – 2ª Vara	1	0	0	1	18	20
39. Brusque – 1ª Vara Cível	1	7	2	3	427	440
40. Brusque – 2ª Vara Cível	3	16	4	1	499	523

(*) Legenda dos Relatórios Enviados

Rel. 01 – Recursos Ativos cujos Principais foram reabertos

Rel. 02 – Processos Dependentes Ativos cujos Principais foram Baixados

Rel. 03 – Autos Devolvidos à Origem ou Entregues à Parte

Rel. 04 – Processos Ativos Localizados na Sala de Arquivo

Rel. 05 – Movimento Carga ao Advogado ou Local Físico Advogado.

ANEXO 1 – QUADROS DEMONSTRATIVOS

QUADRO 3 – INSPEÇÕES VIRTUAIS REALIZADAS (CONT.)

COMARCA/VARA	*REL. 01	*REL. 02	*REL. 03	*REL. 04	*REL. 05	TOTAL
41. Brusque – 3ª Vara Cível	0	0	1	3	235	239
42. Brusque – Vara Criminal	15	16	4	8	14	57
43. Caçador – 1ª Vara	3	11	25	20	-	59
44. Caçador – 2ª Vara	5	56	3	30	-	94
45. Camboriú	27	43	138	167	240	615
46. Campo Belo do Sul	0	8	6	8	63	85
47. Campo Erê	1	14	26	37	20	98
48. Campos Novos – 1ª Vara	3	16	102	8	-	129
49. Campos Novos – 2ª Vara	3	6	2	25	-	36
50. Canoinhas – 1ª Vara	13	35	23	192	-	263
51. Canoinhas – 2ª Vara	112	32	27	326	-	497
52. Capinzal	29	40	14	70	372	525
53. Capital – 1ª Vara Criminal	-	-	-	12	-	12
54. Capital – 1ª Vara da Família	-	-	-	624	-	624
55. Capital – 1ª Vara da Faz. Pública	-	-	-	9	-	9
56. Capital – 2ª Vara da Família	-	-	-	19	-	19
57. Capital – 2ª Vara Criminal	-	-	-	23	-	23
58. Capital – 3ª Vara Criminal	-	-	-	31	-	31
59. Capital – 4ª Vara Criminal	-	-	-	6	-	6
60. Continente – Vara Criminal	-	-	-	278	-	278
61. Continente – Vara da Família	-	-	-	65	-	65
62. Capital – Exec. Fiscal do Estado	-	-	-	1	-	1
63. Capital – Exec. Fiscal do Mun.	-	-	-	52	-	52
64. Capital – Foro Norte da Ilha	-	-	-	37	-	37
65. Capital – Juizado Especial Cível	-	-	-	240	-	240
66. Capital – Juizado Especial Criminal	-	-	-	253	-	253
67. Capital – Un. de Direito Bancário	-	-	-	17	-	17
68. Capital – Un. Sucessões e Reg. Pub.	8	0	0	1	554	563
69. Capital-Vara da Infância e Juventude	-	-	-	159	-	159
70. Capital – Vara de Precatórias	-	-	-	58	-	58
71. Capivari de Baixo	11	19	5	27	225	287
72. Catanduvas	1	6	4	1	21	33
73. Chapecó – 1ª Vara Cível	1	20	0	6	69	96
74. Chapecó – 1ª Vara Criminal	87	11	20	32	12	162
75. Chapecó – 2ª Vara Cível	0	5	3	2	53	63
76. Chapecó – 2ª Vara Criminal	15	5	60	31	14	125
77. Chapecó – 3ª Vara Cível	1	4	0	5	45	55
78. Chapecó – 3ª Vara Criminal	1	1	12	10	5	29
79. Chapecó – Juizado Esp. Cível	0	6	1	3	23	33
80. Chapecó – Vara da Família	1	33	2	59	61	156

(*) Legenda dos Relatórios Enviados

Rel. 01 – Recursos Ativos cujos Principais foram reabertos

Rel. 02 – Processos Dependentes Ativos cujos Principais foram Baixados

Rel. 03 – Autos Devolvidos à Origem ou Entregues à Parte

Rel. 04 – Processos Ativos Localizados na Sala de Arquivo

Rel. 05 – Movimento Carga ao Advogado ou Local Físico Advogado.

ANEXO 1 – QUADROS DEMONSTRATIVOS

QUADRO 3 – INSPEÇÕES VIRTUAIS REALIZADAS (CONT.)

COMARCA/VARA	*REL. 01	*REL. 02	*REL. 03	*REL. 04	*REL. 05	TOTAL
81. Chapecó – Vara da Fazenda	12	9	4	99	129	253
82. Chapecó – Juizado Esp. Criminal	0	2	3	7	0	12
83. Concórdia – 1ª Vara Cível	4	10	0	2	129	145
84. Concórdia – 2ª Vara Cível	13	8	6	34	328	389
85. Concórdia – Vara Criminal	14	65	18	59	9	165
86. Coronel Freitas	53	5	57	1	17	133
87. Correia Pinto	8	34	7	2	126	177
88. Criciúma – 1ª Vara Cível	2	17	6	47	165	237
89. Criciúma – 1ª Vara Criminal	24	69	66	12	1	172
90. Criciúma – 2ª Vara Cível	1	31	0	1	83	116
91. Criciúma – 2ª Vara Criminal	8	33	40	24	1	106
92. Criciúma – 3ª Vara Cível	26	37	6	27	72	168
93. Criciúma – Juizado Esp. Cível	32	2	2	11	27	74
94. Criciúma – Vara da Família	12	72	2	201	67	354
95. Criciúma – Vara da Fazenda	7	77	11	131	1658	1.884
96. Criciúma – Vara da Infância e Juv.	0	0	0	0	20	20
97. Cunha Porã	1	25	0	0	19	45
98. Curitibaanos – 1ª Vara Cível	144	11	31	134	481	801
99. Curitibaanos – 2ª Vara Cível	164	29	34	209	348	784
100. Curitibaanos – Vara Criminal	200	115	70	180	55	620
101. Forquilha	3	0	9	64	180	256
102. Garopaba	13	25	23	64	318	443
103. Herval do Oeste	9	30	14	17	36	106
104. Ipumirim	2	2	0	8	30	42
105. Itá	0	9	7	0	7	23
106. Itajaí – 1ª Vara Cível	42	18	0	1	63	124
107. Itajaí – 1ª Vara Criminal	36	163	103	236	7	545
108. Itajaí – 2ª Vara Cível	52	26	2	126	141	347
109. Itajaí – 2ª Vara Criminal	0	60	124	16	9	209
110. Itajaí – 3ª Vara Cível	57	55	69	268	192	641
111. Itajaí – Juizado Especial Cível	507	14	0	6	16	543
112. Itajaí – Vara da Família	23	103	252	759	314	1.451
113. Itajaí – Vara da Fazenda	10	7	2	2	1476	1.497
114. Itajaí – Vara da Infância e Juventude	5	3	5	5	55	73
115. Itapoá	8	7	62	348	1521	1946
116. Jaraguá do Sul – 1ª Vara Cível	22	16	8	34	-	80
117. Jaraguá do Sul – 2ª Vara Cível	181	63	99	386	-	729
118. Jaraguá do Sul – 3ª Vara Cível	9	0	0	0	-	9
119. Jaraguá do Sul – Juizado Especial	9	4	3	42	-	58
120. Jaraguá do Sul – Vara Criminal	166	56	73	104	-	399

(*) Legenda dos Relatórios Enviados

Rel. 01 – Recursos Ativos cujos Principais foram reabertos

Rel. 02 – Processos Dependentes Ativos cujos Principais foram Baixados

Rel. 03 – Autos Devolvidos à Origem ou Entregues à Parte

Rel. 04 – Processos Ativos Localizados na Sala de Arquivo

Rel. 05 – Movimento Carga ao Advogado ou Local Físico Advogado.

ANEXO 1 – QUADROS DEMONSTRATIVOS

QUADRO 3 – INSPEÇÕES VIRTUAIS REALIZADAS (CONT.)

COMARCA/VARA	*REL. 01	*REL. 02	*REL. 03	*REL. 04	*REL. 05	TOTAL
121. Joaçaba – 1ª Vara Cível	2	12	4	7	34	59
122. Joaçaba – 2ª Vara Cível	17	13	31	40	127	228
123. Joaçaba – Vara Criminal	18	46	85	45	12	206
124. Joinville – 1ª Vara Cível	47	67	16	285	863	1.278
125. Joinville – 1ª Vara Criminal	40	102	95	183	38	458
126. Joinville – 1ª Vara da Família	2	4	1	3	122	132
127. Joinville – 1ª Vara da Fazenda	60	7	88	62	81	298
128. Joinville – 2ª Vara Cível	4	33	7	7	77	128
129. Joinville – 2ª Vara Criminal	36	20	31	43	7	137
130. Joinville – 2ª Vara da Família	2	3	1	7	152	165
131. Joinville – 2ª Vara da Fazenda	12	2	23	2	5672	5.711
132. Joinville – 3ª Vara Cível	44	10	5	53	394	506
133. Joinville – 3ª Vara Criminal	4	1	37	23	19	84
134. Joinville – 3ª Vara da Família	0	5	1	8	160	174
135. Joinville – 5ª Vara Cível	4	4	4	1	216	229
136. Joinville – Juizado Especial Cível	20	7	10	32	212	281
137. Lages – 1ª Vara Cível	6	49	33	113	40	241
138. Lages – 1ª Vara Criminal	1	13	15	106	9	144
139. Lages – 2ª Vara Cível	14	5	119	7	66	211
140. Lages – 2ª Vara Criminal	8	10	20	28	6	72
141. Lages – 3ª Vara Cível	50	25	5	1	93	174
142. Lages – 3ª Vara Criminal	2	17	73	22	4	118
143. Lages – 4ª Vara Cível	0	49	5	4	24	82
144. Lages – Juizado Esp. Cível	0	2	1	7	27	37
145. Lages – Vara da Família	9	8	30	333	161	541
146. Lages – Vara da Fazenda	1	7	10	74	1394	1.486
147. Laguna – 1ª Vara Cível	18	26	221	212	-	477
148. Laguna – 2ª Vara Cível	15	74	350	1515	-	1.954
149. Laguna – Vara Criminal	6	2	0	6	-	14
150. Mafra – 1ª Vara	1	34	20	4	-	59
151. Mafra – 2ª Vara	8	19	14	7	-	48
152. Modelo	2	4	1	6	14	27
153. Navegantes	255	21	193	113	1238	1.820
154. Porto União – 1ª Vara	5	62	7	53	-	127
155. Porto União – 2ª Vara	72	21	33	11	-	137
156. Presidente Getúlio	15	9	19	13	156	212
157. Rio do Campo	7	5	2	0	8	22
158. Rio do Sul – 1ª Vara	12	3	5	4	214	238
159. Rio do Sul – 2ª Vara	2	10	49	18	164	243
160. Rio do Sul – 3ª Vara	15	8	3	4	835	865

(*) Legenda dos Relatórios Enviados

Rel. 01 – Recursos Ativos cujos Principais foram reabertos

Rel. 02 – Processos Dependentes Ativos cujos Principais foram Baixados

Rel. 03 – Autos Devolvidos à Origem ou Entregues à Parte

Rel. 04 – Processos Ativos Localizados na Sala de Arquivo

Rel. 05 – Movimento Carga ao Advogado ou Local Físico Advogado.

ANEXO 1 – QUADROS DEMONSTRATIVOS

QUADRO 3 – INSPEÇÕES VIRTUAIS REALIZADAS (CONT.)

COMARCA/VARA	*REL. 01	*REL. 02	*REL. 03	*REL. 04	*REL. 05	TOTAL
161. Rio do Sul – Vara Criminal	9	32	37	0	26	104
162. Santa Rosa do Sul	1	19	0	1	1719	1.740
163. São Bento do Sul – 1ª Vara	98	37	13	176	-	324
164. São Bento do Sul – 2ª Vara	37	5	0	16	-	58
165. São Francisco do Sul – 1ª Vara	41	19	46	51	-	157
166. São Francisco do Sul – 2ª Vara	109	22	91	1426	-	1.648
167. São Joaquim – 1ª Vara	3	17	7	68	-	95
168. São Joaquim – 2ª Vara	2	16	3	47	-	68
169. São José – 1ª Vara Cível	4	16	2	13	-	35
170. São José – 2ª Vara Cível	317	8	5	3	-	333
171. São José – Execução Penal	0	0	105	4	-	109
172. São José – Juizado Esp. Cível	127	4	2	12	-	145
173. São José – Juizado Esp. Crim.	10	8	6	2	-	26
174. São José – Vara Criminal	41	206	28	117	-	392
175. São José – Vara da Inf. E Juv.	5	6	9	11	-	31
176. São José – Vara Fazenda Púb.	155	2	60	82	-	299
177. São M. do Oeste – 1ª Vara	1	7	8	0	-	16
178. São M. do Oeste – 2ª Vara	7	14	4	16	-	41
179. Tijucas	7	26	20	60	-	113
180. Timbó – 1ª Vara	67	16	16	4	-	103
181. Timbó – 2ª Vara	31	13	5	272	-	321
182. Tubarão – 1ª Vara Cível	199	22	608	70	220	1.119
183. Tubarão – 2ª Vara Cível	13	24	4	46	60	147
184. Tubarão – 3ª Vara Cível	1	6	0	1	38	46
185. Tubarão – Juizado Esp. Cível	2	5	0	2	45	54
186. Tubarão – Juizado Esp. Criminal	4	5	58	123	0	190
187. Tubarão – Unid. Coop. UNISUL	0	1	8	65	11	85
188. Tubarão – Vara Criminal	156	122	55	144	37	514
189. Tubarão – Vara da Família	29	3	12	9	56	109
190. Tubarão – Vara da Fazenda	55	11	79	66	1695	1.906
191. Videira – 1ª Vara	4	30	22	15	-	71
192. Videira – 2ª Vara	13	24	92	4	-	133
193. Xanxerê – 1ª Vara	9	9	0	1	-	19
194. Xanxerê – 2ª Vara	6	24	4	31	-	65
TOTAL DE PROCESSOS	6.058	4.609	5.743	16.654	33.193	66.257
TOTAL DE PROCESSOS SUJEITOS A BAIXA						33.064
TOTAL DE UNIDADES INSPECIONADAS						194

(*) Legenda dos Relatórios Enviados

Rel. 01 – Recursos Ativos cujos Principais foram reabertos

Rel. 02 – Processos Dependentes Ativos cujos Principais foram Baixados

Rel. 03 – Autos Devolvidos à Origem ou Entregues à Parte

Rel. 04 – Processos Ativos Localizados na Sala de Arquivo

Rel. 05 – Movimento Carga ao Advogado ou Local Físico Advogado.

ANEXO 1 – QUADROS DEMONSTRATIVOS

QUADRO 4 - ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
(DIVISÃO ADMINISTRATIVA)

ATIVIDADE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Ofícios expedidos	315	180	312	248	300	264	245	285	222	303	270	-	2.944
Ofícios recebidos	264	270	511	494	569	422	450	503	503	493	355	-	4.834
Circulares	9	2	2	2	4	0	3	3	1	2	2	-	30
Portarias	1	2	0	2	3	7	6	4	7	4	5	-	41
Provimentos	3	1	0	0	3	0	0	0	1	0	4	-	12
Processos autuados	47	34	65	56	67	76	41	85	69	81	69	-	690
Processos encerrados	42	27	44	45	38	52	27	47	32	27	8	-	389
Processos ativos	5	7	21	11	29	24	14	38	37	54	61	-	301
Processos digitalizados	104	73	167	98	33	18	0	11	3	38	10	-	555
Ofícios Circulares	5	9	9	11	11	6	8	9	7	12	3	-	90

QUADRO 5 - ACOMPANHAMENTO DOS SELOS DE FISCALIZAÇÃO
(DIVISÃO ADMINISTRATIVA)

TIPO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Selos isentos	531.168	491.712	605.856	511.200	594.480	572.400	610.128	647.808	591.504	547.008	662.544	-	6.365.808
Selos normais	580.032	648.096	800.832	649.584	795.024	725.520	813.312	811.536	747.792	756.672	828.624	-	8.157.024
Selos emergenciais	74.496	51.168	76.032	50.304	61.584	34.080	73.248	63.840	82.224	50.208	88.944	-	706.128
Selos normais de 2 atos	9.504	8.640	15.216	9.888	13.152	10.320	15.888	16.224	9.504	16.608	19.056	-	144.000
Selos normais de 4 atos	1.536	672	1.824	2.208	2.064	1.296	960	2.160	1.824	1.824	288	-	16.656
Selos emerg. de 2 atos	0	0	0	0	144	0	0	0	0	1.008	0	-	1.152
Selos emerg. de 4 atos	0	0	0	0	144	0	0	0	0	0	144	-	288
Selos isentos de 2 atos	3.840	4.320	5.760	3.120	5.040	6.480	3.840	3.840	5.040	3.360	8.880	-	53.520
TOTAL	1.200.576	1.204.608	1.505.520	1.226.304	1.471.632	1.350.096	1.517.376	1.545.408	1.437.888	1.376.688	1.608.480	0	15.444.576

ANEXO 1 – QUADROS DEMONSTRATIVOS

QUADRO 6 - RESSARCIMENTOS
(DIVISÃO ADMINISTRATIVA)

MÊS	NASCIMENTOS	ÓBITOS	TOTAL DE ATOS	VALOR (R\$) RESSARCIMENTO	QUANTIDADE DE CARTÓRIOS
JAN	8235	2663	10898	R\$ 258.282,60	197
FEV	6723	2160	8883	R\$ 210.527,10	190
MAR	7385	2192	9577	R\$ 226.974,90	186
ABR	8468	2834	11302	R\$ 267.857,40	189
MAI	7912	2769	10681	R\$ 253.139,70	195
JUN	7775	3019	10794	R\$ 255.817,18	186
JUL	7608	2948	10556	R\$ 250.177,20	188
AGO	7357	2884	10241	R\$ 242.711,70	180
SET.	7998	2753	10751	R\$ 254.798,70	189
OUT	6895	2320	9215	R\$ 218.395,50	188
NOV	-	-	-	-	-
DEZ	-	-	-	-	-
TOTAL	76.356	26.542	102.898	R\$ 2.438.681,98	1.888

QUADRO 7 - MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DO PRIMEIRO GRAU
(DIVISÃO JUDICIÁRIA)

	2000	2001	2002	2003*	2004	2005	2006**
Processos iniciados	464.945	542.599	616.933	667.280	714.434	704.333	768.763
Exec. fiscais (mun/est/fed) iniciadas	69.436	116.352	135.412	142.118	136.602	101.933	134.184
Iniciados sem execuções	395.509	426.247	481.521	525.162	577.832	602.400	634.579
Processos encerrados	377.205	412.812	514.959	550.014	565.341	648.175	746.276
Exec. fiscais (mun/est/fed) encerradas	61.736	51.785	84.123	89.987	81.688	88.502	94.103
Encerrados sem execuções	315.469	361.027	430.836	460.027	483.653	559.673	652.173
Processos julgados	305.556	302.947	378.885	385.996	412.680	465.628	535.456
Exec. fiscais (mun/est/fed) julgadas	64.570	46.747	86.175	70.788	77.236	92.492	100.697
Julgados sem execuções	240.986	256.200	292.710	315.208	335.444	373.136	434.759
Em andamento (final do ano)	839.081	987.981	1.114.686	1.408.976	1.634.389	1.722.546	1.766.624
Exec. fiscais (mun/est/fed) andamento	275.897	328.167	381.478	513.020	586.379	614.827	649.944
Em andamento - sem execuções	563.184	659.814	733.208	895.956	1.048.010	1.107.719	1.116.680

(*) Para o ano de 2003 foi efetuado ajuste (+) de 108.380 feitos em andamento, em virtude da adequação do saldo de processos aos mapas gerados a partir do SAJ/PG

(**) Valores projetados (dados reais até o mês de novembro/06).

ANEXO 1 – QUADROS DEMONSTRATIVOS

QUADRO 8 - ANÁLISE DO MOVIMENTO DAS CASAS DA CIDADANIA
 (DIVISÃO JUDICIÁRIA)

COMARCA	UNIDADE CASA DA CIDADANIA	TOTAL DE PROCEDIMENTOS INICIADOS	ACORDOS	ACORDOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PROCEDIMENTOS
ANCHIETA	ROMELÂNDIA	59	40	68%
ARAQUARI	BALNEÁRIO BARRA DO SUL	133	67	50%
BALNEÁRIO CAMBORIÚ	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	139	83	60%
CAMBORIÚ	CAMBORIÚ	318	104	33%
CAMPO BELO DO SUL	CAPÃO ALTO	70	47	67%
CAMPO BELO DO SUL	CERRO NEGRO	102	80	78%
CAMPOS NOVOS	ZORTÉA	174	119	68%
CAPINZAL	IPIRA	182	121	66%
CATANDUVAS	CATANDUVAS	252	201	80%
CATANDUVAS	JABORÁ	25	13	52%
CATANDUVAS	VARGEM BONITA	99	28	28%
CORONEL FREITAS	ÁGUAS FRIAS	21	18	86%
DIONÍSIO CERQUEIRA	PALMA SOLA	75	16	21%
GARUVA	GARUVA	2	1	50%
GASPAR	ILHOTA	50	7	14%
IBIRAMA	JOSÉ BOITEUX	13	7	54%
INDAIAL	INDAIAL	161	63	39%
ITUPORANGA	IMBUIA	33	24	73%
ITUPORANGA	LEOBERTO LEAL	22	11	50%
ITUPORANGA	VIDAL RAMOS	15	6	40%
ITUPORANGA	PETROLÂNDIA	9	4	44%
JOAÇABA	JOAÇABA	43	6	14%
JOAÇABA	TREZE TÍLIAS	50	35	70%
PRES. GETÚLIO	WITMARSUM	64	28	44%
QUILOMBO	FORMOSA DO SUL	22	22	100%
QUILOMBO	IRATI	18	16	89%
RIO DO CAMPO	RIO DO CAMPO	242	124	51%
RIO DO OESTE	RIO DO OESTE	14	11	79%
SANTA CECÍLIA	TIMBÓ GRANDE	47	39	83%
SÃO BENTO DO SUL	CAMPO ALEGRE	231	210	91%
SÃO JOÃO BATISTA	NOVA TRENTO	38	38	100%
TIJUCAS	CANELINHA	9	6	67%
TIJUCAS	TIJUCAS	1034	917	89%
TIMBÓ	BENEDITO NOVO	345	61	18%
TIMBÓ	DOUTOR PEDRINHO	162	50	31%
TIMBÓ	RIO DOS CEDROS	78	48	62%
TIMBÓ	TIMBÓ	259	135	52%
TROMBUDO CENTRAL	POUSO REDONDO	66	36	55%
TOTAIS		4.708	2.869	61%

ANEXO 1 – QUADROS DEMONSTRATIVOS

▸ QUADRO 9 - DISQUE-CORREGEDORIA - FORO EXTRAJUDICIAL

	EMOLUMENTOS	NORMAS	RECLAMAÇÕES	TOTAIS
JAN	26	31	7	64
FEV	31	27	12	70
MAR	55	65	17	137
ABR	37	39	9	85
MAI	36	32	11	79
JUN	49	32	8	89
JUL	38	36	12	86
AGO	38	37	12	87
SET	42	25	18	85
OUT	41	48	8	97
NOV	44	33	6	83
DEZ	25	13	1	39
TOTAIS	462	418	121	1.001

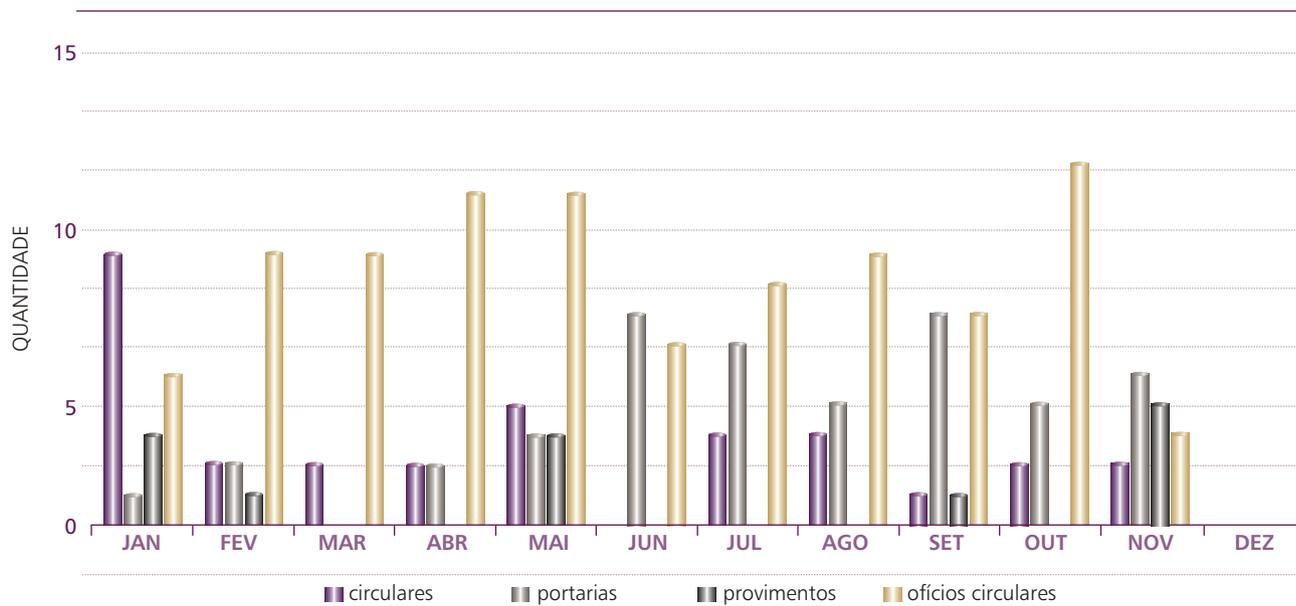
▸ QUADRO 10 - DISQUE-CORREGEDORIA - FORO JUDICIAL

	CUSTAS 1	CÁLCULO PROCESSUAL	SAJ/CUSTAS	TOTAIS
JAN	54	21	7	82
FEV	63	30	18	111
MAR	96	49	25	170
ABR	85	35	20	140
MAI	98	42	29	169
JUN	90	54	28	172
JUL	76	39	43	158
AGO	113	48	36	197
SET	97	35	29	161
OUT	59	29	18	106
NOV	59	30	19	108
DEZ	56	18	9	83
TOTAIS	946	430	281	1.657

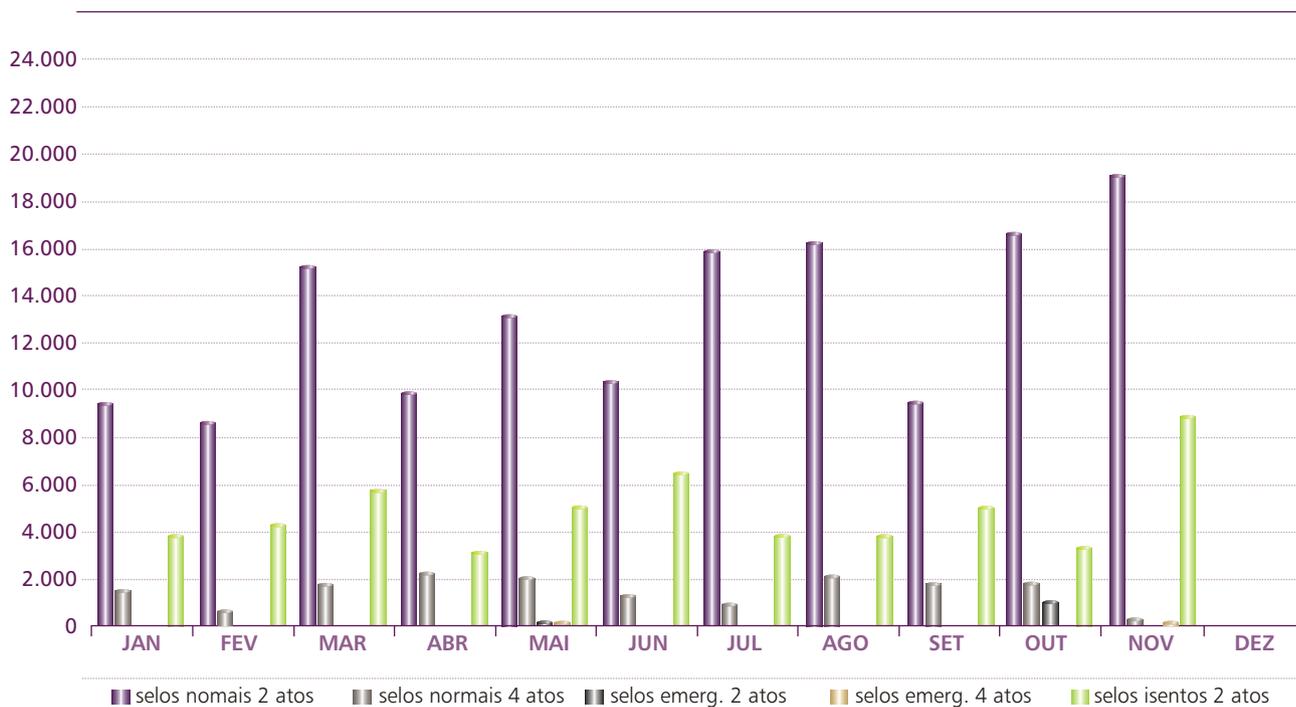
Obs.: os dados do mês de dezembro foram estimados.

ANEXO 2 – GRÁFICOS

► **GRÁFICO 1 – ACOMPANHAMENTO DE PROVIMENTOS, CIRCULARES, PORTARIAS E OFÍCIOS CIRCULARES - (DIVISÃO ADMINISTRATIVA)**

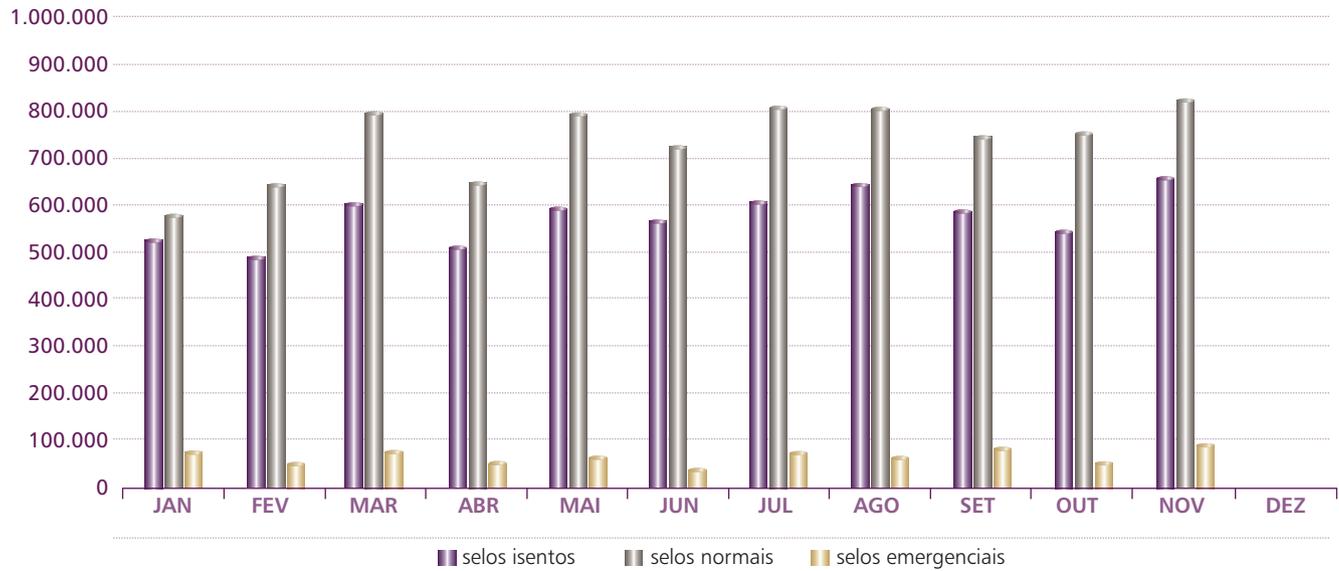


► **GRÁFICO 2 - AQUISIÇÃO DE SELOS MÚLTIPLOS DE FISCALIZAÇÃO (DIVISÃO ADMINISTRATIVA)**

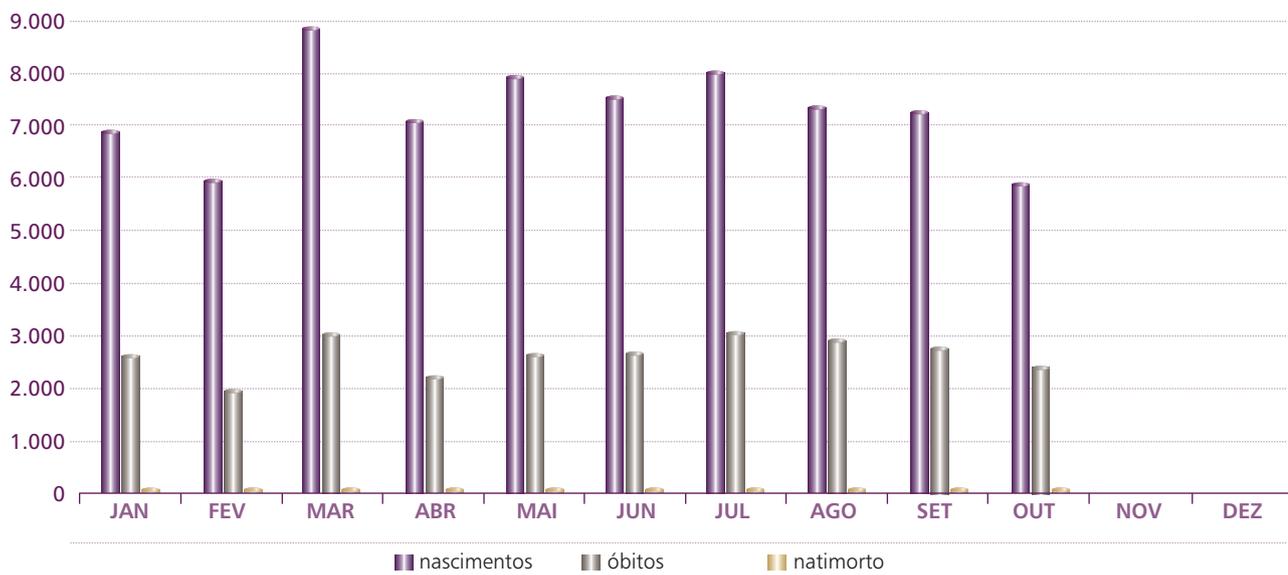


ANEXO 2 – GRÁFICOS

► **GRÁFICO 3 – AQUISIÇÃO DE SELOS DE FISCALIZAÇÃO** (DIVISÃO ADMINISTRATIVA)



► **GRÁFICO 4 – ACOMPANHAMENTO DOS REGISTROS DE NASCIMENTOS E ÓBITOS** (DIVISÃO ADMINISTRATIVA)



ANEXO 2 – GRÁFICOS

GRÁFICO 5 – ACOMPANHAMENTO DE OFÍCIOS EXPEDIDOS E RECEBIDOS
(DIVISÃO ADMINISTRATIVA)

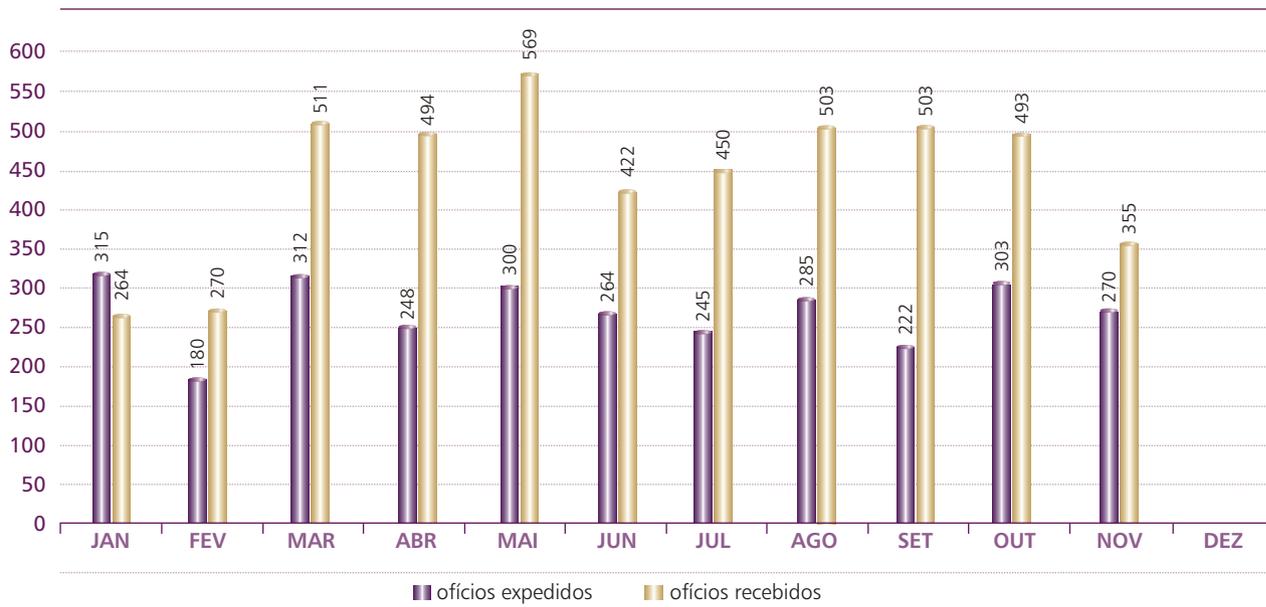
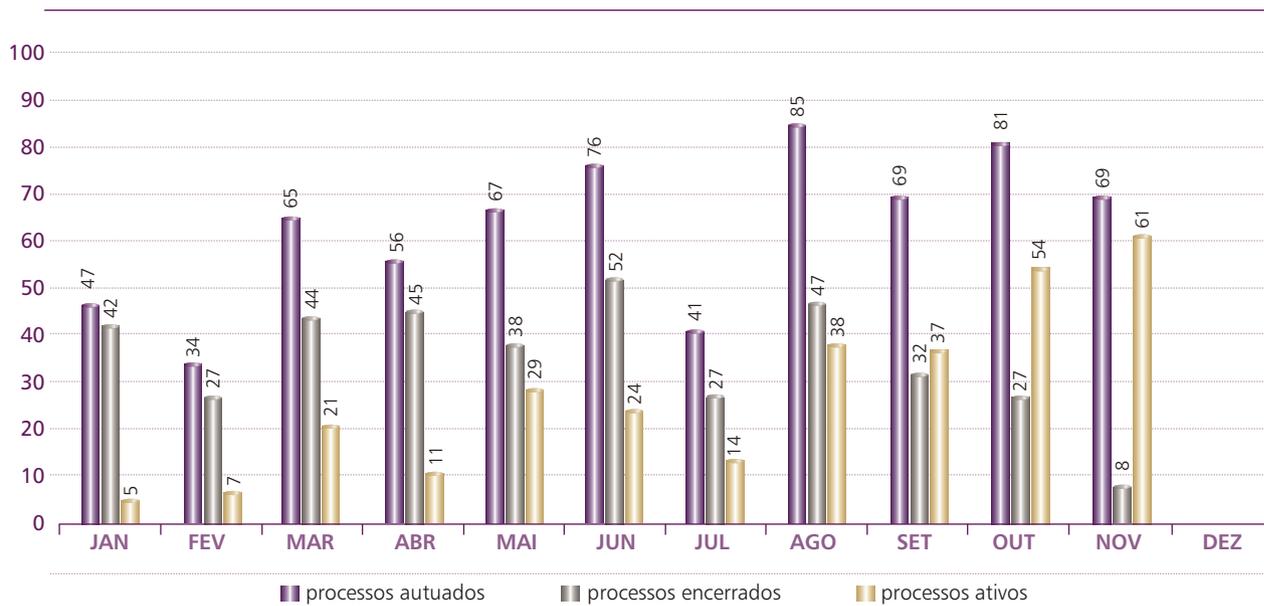
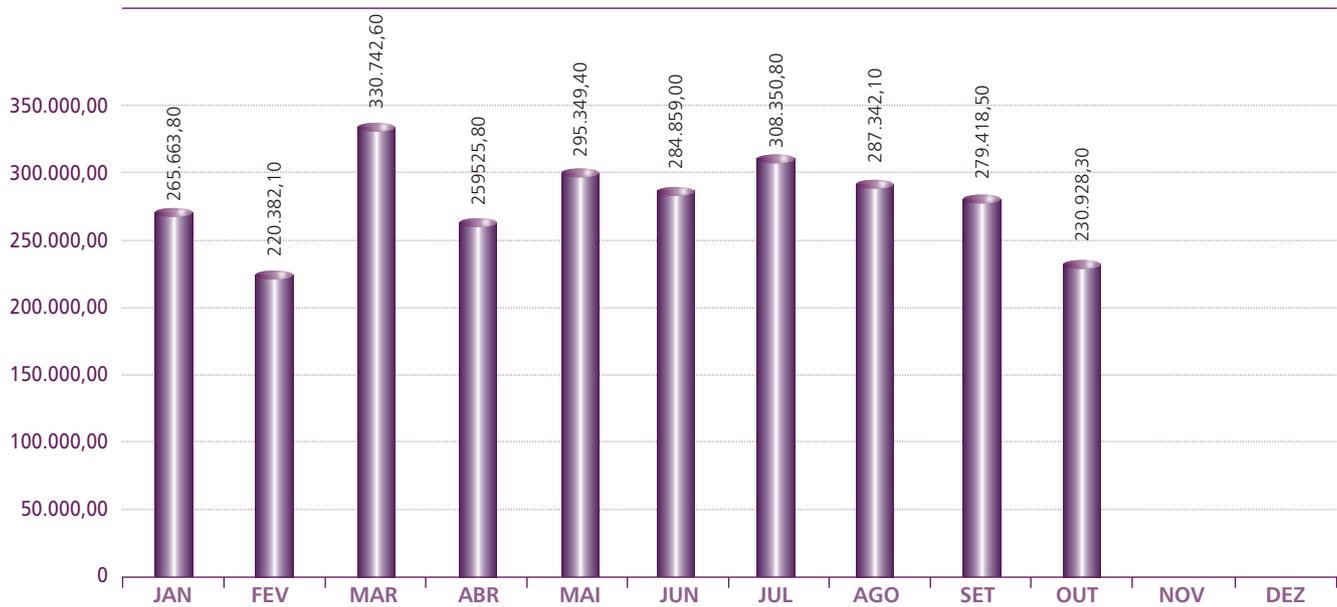
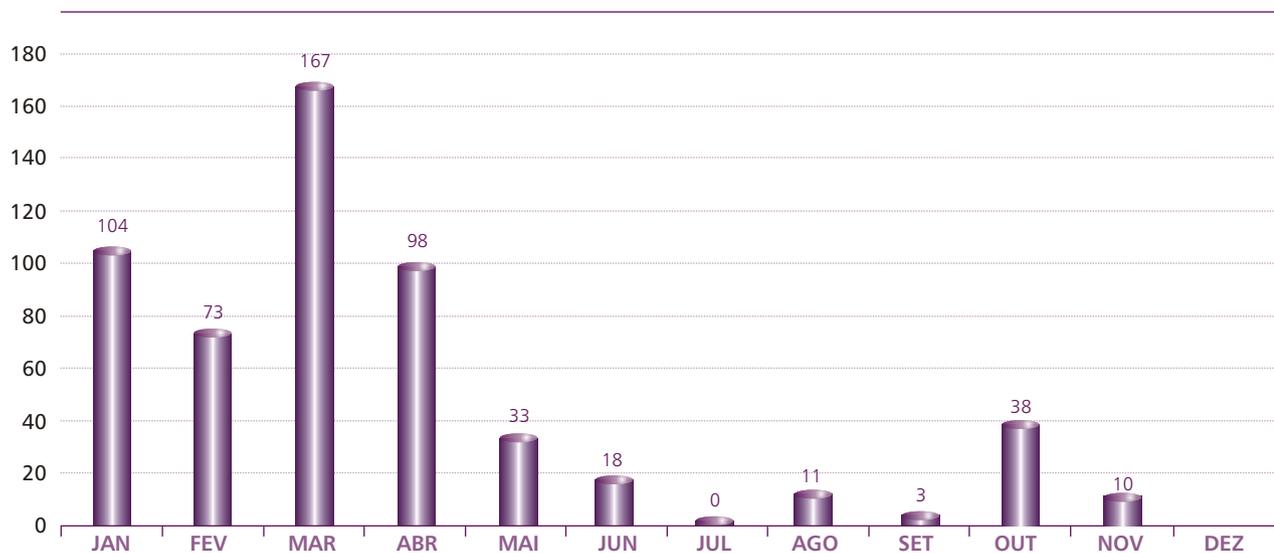


GRÁFICO 6 – ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS
(DIVISÃO ADMINISTRATIVA)

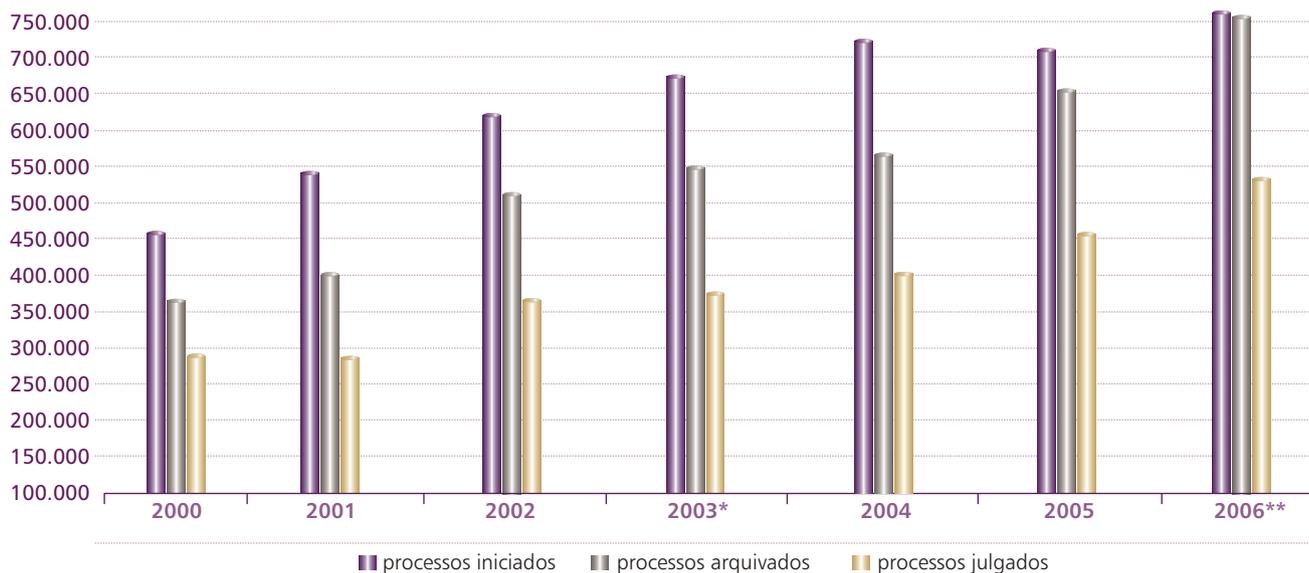


ANEXO 2 – GRÁFICOS

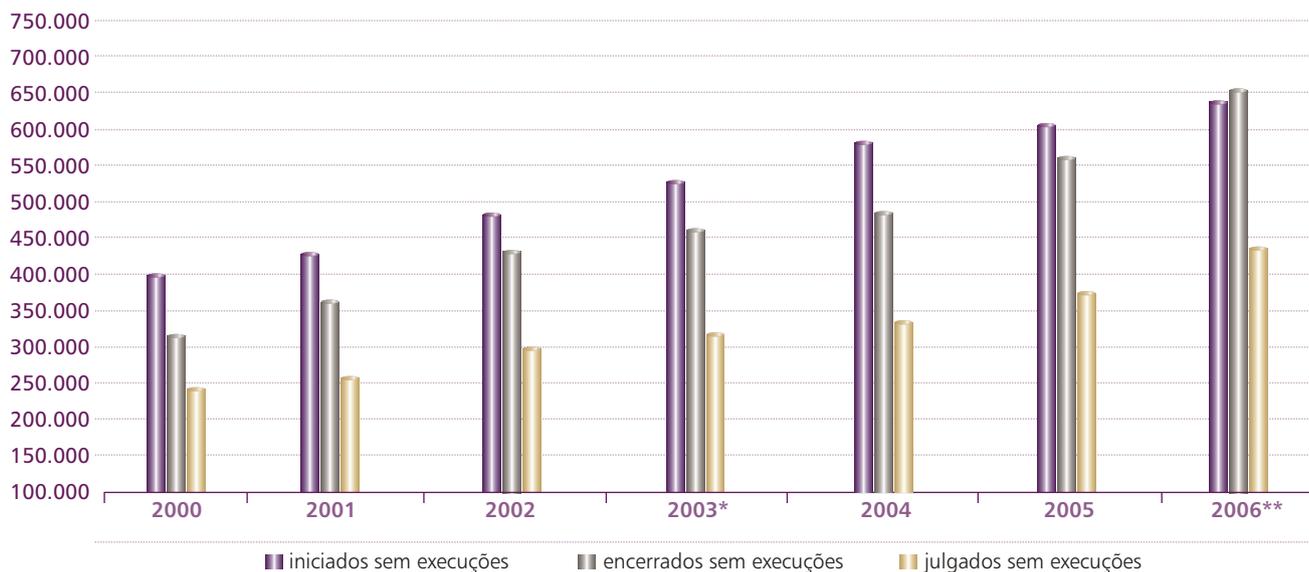
GRÁFICO 7 – ACOMPANHAMENTO DE VALORES PAGOS EM REAL (R\$) AOS CARTÓRIOS – RESSARCIMENTO (DIVISÃO ADMINISTRATIVA)**GRÁFICO 8 – ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS DIGITALIZADOS (DIVISÃO ADMINISTRATIVA)**

ANEXO 2 – GRÁFICOS

**GRÁFICO 9 – MOVIMENTO FORENSE GERAL DA JUSTIÇA DO PRIMEIRO GRAU
TODOS OS TIPOS DE PROCESSOS
(DIVISÃO JUDICIÁRIA)**



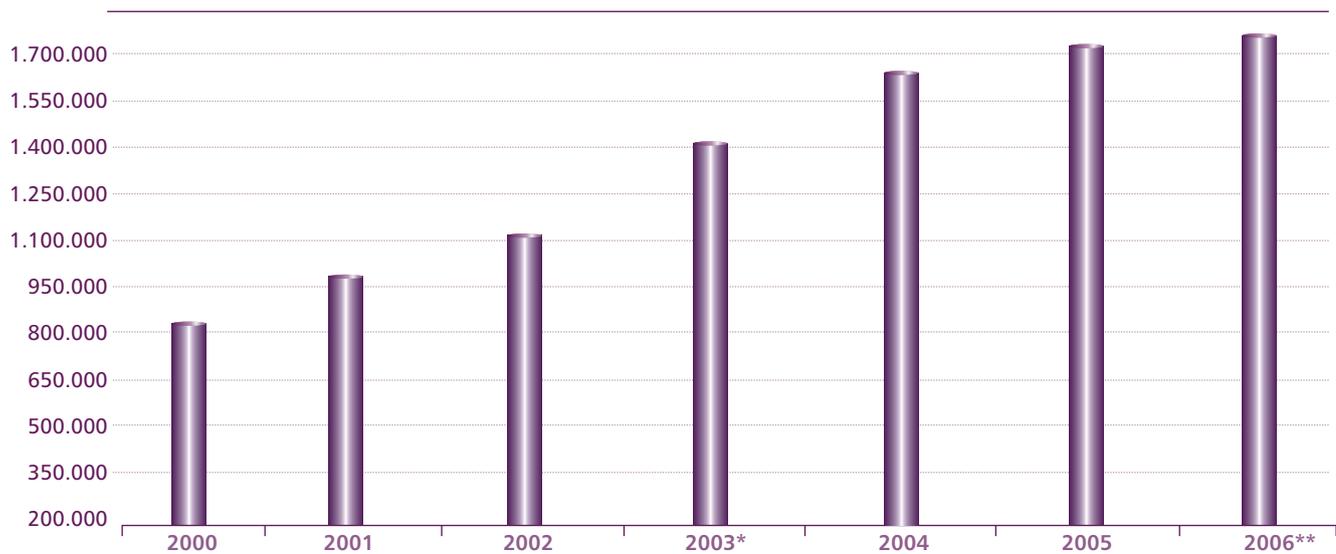
**GRÁFICO 10 – MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DO PRIMEIRO GRAU -
SEM EXECUÇÕES FISCAIS
(DIVISÃO JUDICIÁRIA)**



(*) Para o ano de 2003 foi efetuado ajuste (+) de 108.380 feitos em andamento, em virtude da adequação do saldo de processos aos mapas gerados a partir do SAJ/PG
(**) Valores projetados (dados reais até o mês de novembro/06).

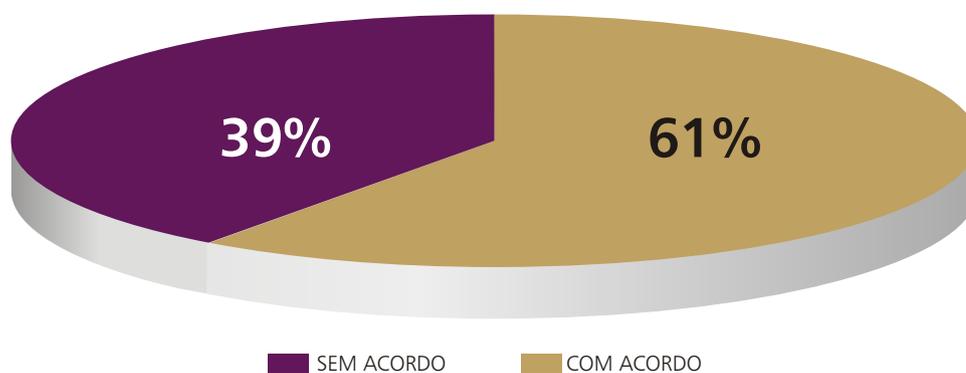
ANEXO 2 – GRÁFICOS

**GRÁFICO 11 – MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DO PRIMEIRO GRAU
PROCESSOS EM ANDAMENTO NO FINAL DO ANO**
(DIVISÃO JUDICIÁRIA)



(*) Para o ano de 2003 foi efetuado ajuste (+) de 108.380 feitos em andamento, em virtude da adequação do saldo de processos aos mapas gerados a partir do SAI/PG
(**) Valores projetados (dados reais até o mês de novembro/06).

GRÁFICO 12 - CASAS DA CIDADANIA - PROCEDIMENTOS SOLUCIONADOS
(DIVISÃO JUDICIÁRIA)



ACADEMIA JUDICIAL

DES. NEWTON TRISOTTO

Presidente

DES. ANTÔNIO FERNANDO DO AMARAL E SILVA

Diretor Executivo

DES. LUIZ CÉZAR MEDEIROS

Vice-Diretor Executivo

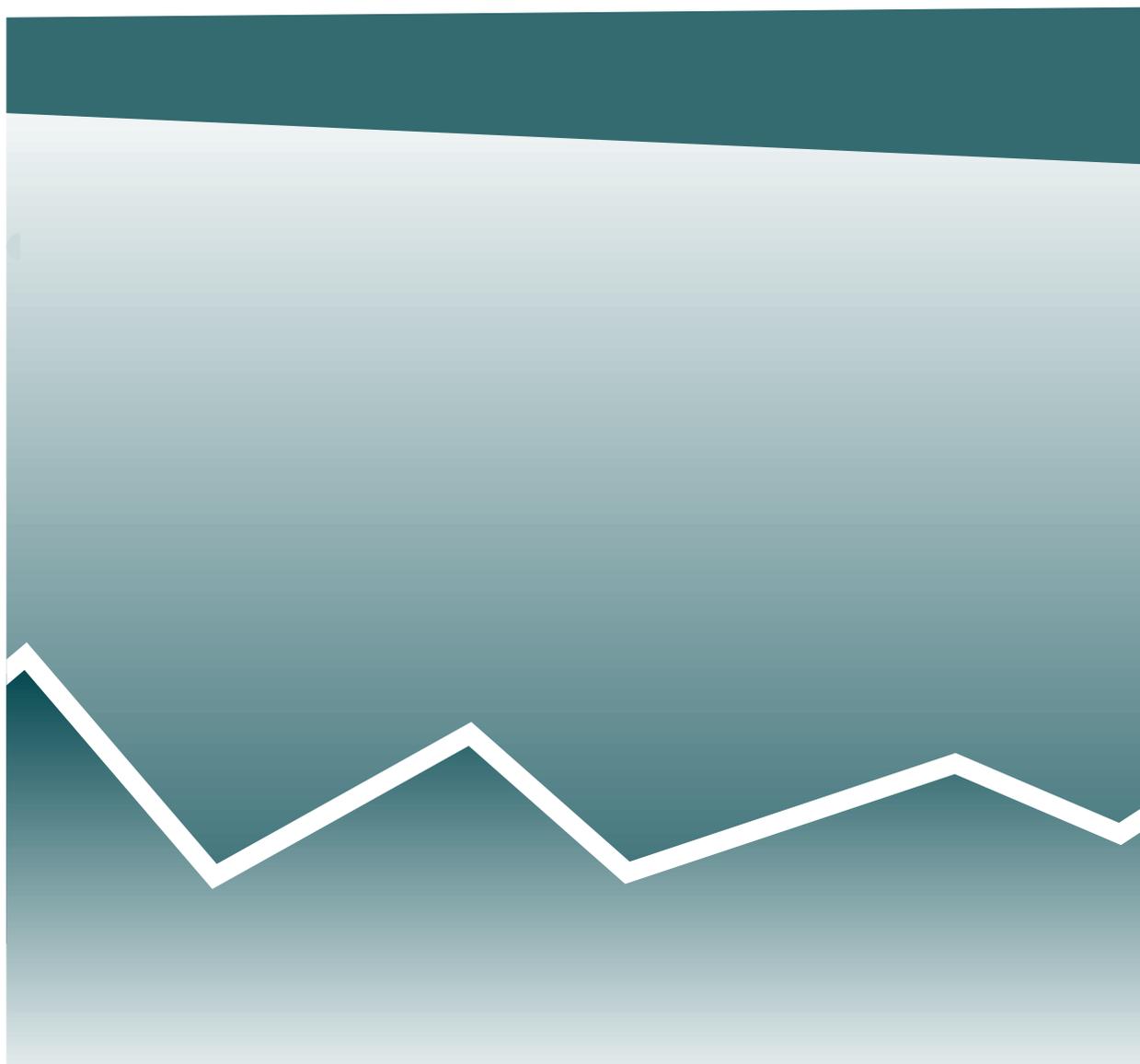
DES. SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ

Coordenador Pedagógico

ESCOLA DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS

JUIZ PAULO ROBERTO FRÓES TONIAZZO

Coordenador



APRESENTAÇÃO

A Academia Judicial criada pela Resolução nº 06/00-TJ e a Escola de Serviços Judiciários instituída pela Resolução nº 31/03-TJ, tem conforme art. 70 da Lei Complementar nº 339, de 08 de março de 2006, as seguintes atribuições:

- I** - promover a preparação dos Juízes Substitutos em fase de vitaliciamento, com prioridade para o caráter pragmático da atividade judicante, bem como a especialização e o aperfeiçoamento dos Magistrados em geral e dos Servidores do Poder Judiciário;
- II** - realizar cursos de caráter permanente para a formação dos Juízes e Servidores e para o aperfeiçoamento dos serviços judiciários;
- III** - promover congressos, simpósios e conferências sobre temas relacionados com a formação e com o aperfeiçoamento dos Magistrados, dos Servidores e dos serviços judiciários;
- IV** - promover estudos destinados à apresentação, pelo Tribunal de Justiça, de sugestões aos demais Poderes para a adoção de medidas ou a elaboração de normas tendentes à melhoria da prestação jurisdicional; e

V - manter o banco de dados do Poder Judiciário.

Assim, para atender as finalidades institucionais definidas na norma acima especificada, no exercício de 2006, a Academia Judicial, em linha gerais realizou:

Em atendimento ao inciso I:

- Finalizou o Curso de Preparação dos Juízes Substitutos em fase de Vitaliciamento – 4ª Turma – com vitaliciamento em julho/2006 – Apresentando Relatório Final a Corregedoria Geral da Justiça, conforme Informação nº 026/2006;
- Finalizou o Curso de Preparação dos Juízes Substitutos em fase de Vitaliciamento – 5ª Turma – com vitaliciamento marcado para maio de 2007 – Elaboração de Relatório Final para apresentação em janeiro de 2007, e;
- Formatação do Curso de Preparação dos Juízes Substitutos em fase de Vitaliciamento – 6ª Turma – início março/2007 – Elaboração do Projeto Acadêmico – Formatação de Processo Administrativo para obtenção de autorização para a realização das despesas.

Em atendimento ao Inciso II:

- Institucionalização da Academia Judicial Virtual, objetivando a instalação do Ensino à

APRESENTAÇÃO

- Distância no Poder Judiciário Catarinense –
Elaboração do ambiente virtual - Formação de
Instrutores Internos;
- Elaboração dos conteúdos programáticos para utilização em ambiente virtual dos seguintes cursos, para iniciar em 2007:
 - Secretários de Foro;
 - Oficiais de Justiça;
 - Comissários da Infância e Juventude;
 - Cartórios Cível e Criminal;
 - Português;
 - Orçamento Público.
 - Elaboração do Curso de Preparação para Novos Servidores – Formatação das Ementas que servirão para elaboração do Projeto Acadêmico.

Em atendimento ao Inciso III:

- Foram promovidos diretamente pela Academia Judicial vários Cursos e Eventos como: Congressos, Seminários e Conferências, bem como foram oportunizadas para vários Magistrados e Servidores a participação em Cursos e Eventos promovidos por outras instituições públicas e privadas – Anexo I a IV;

Em atendimento ao Inciso IV:

- Estudo visando a melhor aplicabilidade das normas internas que estabelecem atribuições administrativas à Academia Judicial –

elaboração das alterações para submeter ao Conselho Técnico-Científico;

- Elaboração do Manual de Procedimentos Criminal.

Em atendimento ao Inciso V:

- Para manter o Banco de Dados do Poder Judiciário referente ao Aprimoramento, treinamento e capacitação a Academia Judicial em conjunto com a Diretoria de Informática está elaborando programas para agrupar as informações acadêmicas dos Magistrados e Servidores – criação de sistemas.

ANEXO 1

CURSOS PROMOVIDOS(*)

Nome	Carga Horária	Nº de participantes	Público-alvo	Início	Término	Nº de turmas
<i>Cursos de Formação de Instrutores para a Academia Judicial e Escola de Serviços Judiciários</i>	40	30	Funcionários	11/11/2006	16/12/2006	1
<i>Curso de Mediação Familiar</i>	21	40	Funcionários e Voluntários	28/9/2006	29/9/2006	1
<i>Curso de Montagem e Manutenção de Microcomputadores e Redes Locais</i>	180	10	Funcionários	14/9/2006	19/10/2006	1
<i>Curso de Montagem e Manutenção de Microcomputadores e Redes Locais</i>	180	10	Funcionários	30/10/2006	7/12/2006	1
<i>Curso para o Desenvolvimento Humano e Técnico - Palhoça</i>	60	80	Funcionários	31/7/2006	1/9/2006	4
<i>Curso para o Desenvolvimento Humano e Técnico - Capital</i>	60	100	Funcionários	25/9/2006	20/10/2006	3
<i>Curso de Capacitação Complementar para os Mediadores Familiares</i>	21	45	Funcionários e Voluntários	3/8/2006	4/8/2006	1
<i>Grupo Operativo</i>	30	39	Funcionários	1/6/2006	7/6/2006	2
<i>Curso de Atualização em Português</i>	45	15	Funcionários	4/9/2006	27/11/2006	1
<i>Programa 5 S</i>	25	63	Funcionários	11/11/2006	30/11/2006	5
<i>Treinamento do Sistema BACEN JUD</i>	4	44	Juízes e Funcionários	11/4/2006	11/4/2006	1
<i>Treinamento do Sistema BACEN JUD</i>	4	42	Juízes e Funcionários	12/4/2006	12/4/2006	1
<i>Treinamento do Sistema BACEN JUD</i>	4	69	Juízes e Funcionários	18/4/2006	18/4/2006	1
<i>Treinamento do Sistema BACEN JUD</i>	4	56	Juízes e Funcionários	19/4/2006	19/4/2006	1
<i>Treinamento do Sistema BACEN JUD</i>	4	63	Juízes e Funcionários	20/4/2006	20/4/2006	1
<i>Treinamento do Sistema BACEN JUD</i>	4	41	Juízes e Funcionários	25/4/2006	25/4/2006	1
<i>Treinamento do Sistema BACEN JUD</i>	4	37	Juízes e Funcionários	26/4/2006	26/4/2006	1
<i>Treinamento do Sistema BACEN JUD</i>	4	72	Juízes e Funcionários	27/4/2006	27/4/2006	1
<i>Treinamento do Sistema BACEN JUD</i>	4	36	Juízes e Funcionários	2/5/2006	2/5/2006	1
<i>Treinamento do Sistema BACEN JUD</i>	4	63	Juízes e Funcionários	3/5/2006	3/5/2006	1
<i>Treinamento do Sistema BACEN JUD</i>	4	51	Juízes e Funcionários	4/5/2006	4/5/2006	1
<i>Curso para o Desenvolvimento Humano e Técnico - Estreito</i>	90	81	Funcionários	14/8/2006	18/9/2006	3
<i>Treinamento para os Novos Coordenadores da Semana do Mutirão da Conciliação</i>	12	93	Funcionários	29/5/2006	30/5/2006	1

(*) Neste anexo foram computados os cursos que foram planejados e executados pela Academia Judicial

ANEXO 2

EVENTOS PROMOVIDOS(*)

Nome	Carga Horária	Nº de participantes	Público-alvo	Início	Término	Nº de turmas	Local
<i>III Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção</i>	22	90	Juízes e Funcionários	31/8/2006	2/9/2006	1	Laguna Tourist Hotel Laguna-SC
<i>Ciclo de Estudos e Debates Sobre a Lei Maria da Penha</i>	6	93	Juízes, Funcionários e Voluntários	27/10/2006	27/10/2006	1	Salão do Júri do Fórum de Chapecó Chapecó-SC
<i>Ciclo de Estudos e Debates Sobre a Lei Maria da Penha</i>	6	143	Juízes, Funcionários e Voluntários	10/11/2006	10/11/2006	1	Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI Rio do Sul-SC
<i>Ciclo de Estudos e Debates Sobre a Lei Maria da Penha</i>	6	62	Juízes, Funcionários e Voluntários	24/11/2006	24/11/2006	1	Ass. dos Magistrados Catarinenses - AMC Florianópolis-SC
<i>III Fórum Estadual dos Juizados Especiais do Estado de SC e IV Encontro das Turmas Recursais</i>	12	46	Juízes e Funcionários	6/10/2006	7/10/2006	1	Hotel D'Sintra Baln. Camboriú-SC
<i>Apresentação do Manual Prático de Orientação aos Contadores</i>	4	9	Funcionários	24/10/2006	24/10/2006	1	Salão do Tribunal do Júri da Comarca de São Miguel do Oeste São Miguel do Oeste-SC
<i>Apresentação do Manual Prático de Orientação aos Contadores</i>	4	17	Funcionários	25/10/2006	25/10/2006	1	Salão do Tribunal do Júri da Comarca de Chapecó Chapecó-SC
<i>Apresentação do Manual Prático de Orientação aos Contadores</i>	4	11	Funcionários	26/10/2006	26/10/2006	1	Salão do Tribunal do Júri da Comarca de Fraiburgo Fraiburgo-SC
<i>Apresentação do Manual Prático de Orientação aos Contadores</i>	4	10	Funcionários	27/10/2006	27/10/2006	1	Salão do Tribunal do Júri da Comarca de Lages Lages-SC
<i>Apresentação do Manual Prático de Orientação aos Contadores</i>	4	10	Funcionários	31/10/2006	31/10/2006	1	Salão do Tribunal do Júri da Comarca de Criciúma Criciúma-SC
<i>Apresentação do Manual Prático de Orientação aos Contadores</i>	4	8	Funcionários	1/11/2006	1/11/2006	1	Salão do Tribunal do Júri da Comarca de Tubarão Tubarão-SC
<i>Apresentação do Manual Prático de Orientação aos Contadores</i>	4	11	Funcionários	6/11/2006	6/11/2006	1	Salão do Tribunal do Júri da Comarca de Itajaí Itajaí-SC
<i>Apresentação do Manual Prático de Orientação aos Contadores</i>	4	9	Funcionários	7/11/2006	7/11/2006	1	Salão do Tribunal do Júri da Comarca de Joinville Joinville-SC
<i>Iº Encontro Estadual de Juízes, Secretários, Conciliadores e Mediadores dos Projetos Casa da Cidadania e Mediação Familiar</i>	12	182	Juízes e Voluntários	7/12/2006	8/12/2006	1	Hotel Castelmar Florianópolis-SC
<i>Apresentação do Manual Prático de Orientação aos Contadores</i>	4	5	Funcionários	8/11/2006	8/11/2006	1	Salão do Tribunal do Júri da Comarca de Canoinhas Canoinhas-SC
<i>Apresentação do Manual Prático de Orientação aos Contadores</i>	4	14	Funcionários	9/11/2006	9/11/2006	1	Centro de Capacitação da Comarca de Blumenau Blumenau-SC

ANEXO 2

EVENTOS PROMOVIDOS (CONT.)

Nome	Carga Horária	Nº de participantes	Público-alvo	Início	Término	Nº de turmas	Local
<i>Apresentação do Manual Prático de Orientação aos Contadores</i>	4	10	Funcionários	10/11/2006	10/11/2006	1	Salão do Tribunal do Júri da Comarca da Capital Florianópolis-SC
<i>Encontro de Secretários de Foro</i>	8	105	Funcionários	22/11/2006	22/11/2006	1	Mercure Hotel Florianópolis-SC
<i>XII Encontro de Integração dos Novos Servidores</i>	22	47	Funcionários	29/5/2006	30/5/2006	1	Academia Judicial Florianópolis-SC
<i>XIII Encontro de Integração dos Novos Servidores</i>	22	46	Funcionários	11/7/2006	12/7/2006	1	Academia Judicial Florianópolis-SC
<i>XIV Encontro de Integração dos Novos Servidores</i>	19	128	Funcionários	9/11/2006	10/11/2006	1	Auditório do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça Florianópolis-SC
<i>XV Encontro de Integração dos Novos Servidores</i>	19	125	Funcionários	27/11/2006	28/11/2006	1	Auditório do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça Florianópolis-SC
<i>VI Encontro Estadual de TSI</i>	22	142	Funcionários	23/10/2006	26/10/2006	1	Fazenda Park Hotel Gaspar-SC
<i>Jornadas Itinerantes sobre as Reformas do Código de Processo Civil</i>	6	153	Juízes e Funcionários	4/8/2006	4/8/2006	1	Salão do Tribunal de Júri da Comarca de Lages Lages-SC
<i>Jornadas Itinerantes sobre as Reformas do Código de Processo Civil</i>	6	137	Juízes e Funcionários	18/8/2006	18/8/2006	1	Salão do Tribunal de Júri da Comarca de Joinville Joinville-SC
<i>Jornadas Itinerantes sobre as Reformas do Código de Processo Civil</i>	6	116	Juízes e Funcionários	1/9/2006	1/9/2006	1	Salão do Tribunal do Júri da Comarca de Chapecó Chapecó-SC
<i>Jornadas Itinerantes sobre as Reformas do Código de Processo Civil</i>	6	155	Juízes e Funcionários	22/9/2006	22/9/2006	1	Salão do Tribunal de Júri da Comarca de Blumenau Blumenau-SC
<i>Jornadas Itinerantes sobre as Reformas do Código de Processo Civil</i>	6	62	Juízes e Funcionários	6/10/2006	6/10/2006	1	Salão do Tribunal de Júri da comarca de Criciúma Criciúma-SC
<i>Jornadas Itinerantes sobre as Reformas do Código de Processo Civil</i>	6	116	Juízes e Funcionários	20/10/2006	20/10/2006	1	Salão do Tribunal de Júri da Comarca da Capital Florianópolis-SC
<i>Treinamento para a Coordenação da Semana do Mutirão da Conciliação</i>	7	169	Funcionários	26/5/2006	26/5/2006	1	Castelmar Hotel Florianópolis-SC

(*) Neste anexo foram computados os eventos (congressos, seminários e conferências) que foram planejados e executados pela Academia Judicial

ANEXO 3

CURSOS CUSTEADOS(*)

Nome	Carga Horária	Nº de participantes	Público-alvo	Início	Término	Nº de turmas	Local
<i>Curso Gestão Eficaz dos Contratos e Convênios Administrativos e a Fiscalização pelo Tribunal de Contas</i>	20	06	Funcionários	24/7/2006	26/7/2006	1	Majestic Palace Hotel Florianópolis-SC
<i>Curso de Mediação e Arbitragem</i>	40	01	Funcionários	18/9/2006	29/9/2006	1	Av. Beira Mar, nº 1784 Florianópolis-SC
<i>Curso XXV Painele Biblioteconomia em Santa Catarina</i>	24	05	Funcionários	27/9/2006	29/9/2006	1	Av. Josué Di Bernardi, 239 São José-SC
<i>II Curso de Atualização em Odontologia</i>	78	1	Funcionários	10/3/2006	6/4/2006	1	UFSC Florianópolis-SC
<i>Fórum em Servidor Público'</i>	18	15	Funcionários	10/10/2006	10/10/2006	1	Hotel Bourbon Curitiba Curitiba-PR
<i>Feira Expoprint Latino Americana 2006</i>	24	2	Funcionários	1/6/2006	4/6/2006	1	Expoprint São Paulo-SP
<i>Curso de Licitação de Bens e Serviços</i>	9	16	Funcionários	14/9/2006	14/9/2006	1	Auditorio da SUCEUSU-SC Florianópolis-SC
<i>Curso de Gestão de Contratos Administrativos - Aspectos Jurídicos</i>	8	15	Funcionários	24/11/2006	24/11/2006	1	Auditorio NDJ São Paulo-SP
<i>Curso de Gerenciamento de Projetos</i>	16	27	Funcionários	28/9/2006	29/9/2006	1	Auditorio do SUCEUSU - SC Florianópolis-SC
<i>Seminário Controle do Patrimônio na Administração Pública</i>	12	3	Funcionários	11/8/2006	12/8/2006	1	Paulista Convention Flat São Paulo-SP
<i>Curso de Psicanálise do Centro de Estudos do Campo Lacaniano</i>	8	7	Funcionários	21/10/2006	21/10/2006	1	Hotel Parthenon Platz Joinville-SC
<i>Seminário Cálculos de Proventos e Aposentadoria, Pensão e demais Benefícios do Serviço Público</i>	18	10	Funcionários	30/8/2006	31/8/2006	1	Green Place Flat São Paulo-SP
<i>Curso Desenvolvimento de Coordenadores e Analistas de T&D</i>	19	5	Juizes e Funcionários	21/8/2006	22/8/2006	1	Bourbon São Paulo Business Hotel - SP
<i>Curso Formação e Capacitação de Pregoeiros e Sistema de Registro de Preços</i>	12	1	Funcionários	20/11/2006	21/11/2006	1	Hotel Mercure Florianópolis-SC
<i>Curso de Elaboração, Execução, Acompanhamento e Prestação de Contas no Serviço Público</i>	24	1	Funcionários	17/10/2006	20/10/2006	1	Hotel Faial Florianópolis-SC
<i>Curso Academia Java</i>	128	4	Funcionários	20/6/2006	11/10/2006	1	Virtual Office Florianópolis-SC
<i>Curso de Aplicabilidade sobre o Sistema SEFIP/GFIP</i>	16	8	Funcionários	18/9/2006	19/9/2006	1	Hotel NIKKO Curitiba-PR
<i>Curso sobre Modernização de Edifícios</i>	40	1	Funcionários	6/11/2006	10/11/2006	1	Plaza Copacabana Rio de Janeiro-RJ
<i>Curso BCMSN (Treinamento CISCO)</i>	40	1	Funcionários	26/6/2006	30/6/2006	1	CTT Brasil São Paulo-SP
<i>VII Encontro Estadual dos Cons. Tutelares Munic. dos Direitos da Criança e do Adolescente</i>	30	24	Funcionários	25/10/2006	27/10/2006	1	UNIVALI Rio do Sul-SC
<i>Implantação do Programa 5 S no Poder Judiciário</i>	8	63	Funcionários	9/11/2006	1/12/2006	6	Tribunal de Justiça Florianópolis-SC

ANEXO 3

CURSOS CUSTEADOS (CONT.)

Nome	Carga Horária	Nº de participantes	Público-alvo	Início	Término	Nº de turmas	Local
<i>Curso de Preparação de Conciliadores/Multiplicadores</i>	16	4	Juízes e Funcionários	24/8/2006	26/8/2006	1	CNJ Brasília-DF
<i>Curso Fundamentos de Psicopatologia e Farmacologia</i>	13	2	Funcionários	2/6/2006	10/6/2006	1	Florianópolis-SC
<i>Curso Formação de Formadores</i>	21	1	Desembargadores	28/8/2006	30/8/2006	1	Brasília-DF
<i>3º Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade</i>	8	1	Funcionários	25/8/2006	25/8/2006	1	Jaraguá do Sul-SC
<i>Encontro Nacional de Diretores de Escolas de Magistratura</i>	28	3	Desembargadores	15/10/2006	18/10/2006	1	Curitiba-PR
<i>V Enc. do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura</i>	28	2	Desembargadores	8/6/2006	11/6/2006	1	Fortaleza-CE
<i>Encontro da 4ª E 5ª Turmas de Juízes Vitaliciandos da Academia Judicial</i>	14	51	Juízes	7/7/2006	8/7/2006	1	AMC Florianópolis-SC
<i>Curso para Conciliadores que atuarão no Juizado Especial de Trânsito da Comarca de Criciúma</i>	8	31	Funcionários	16/11/2006	16/11/2006	1	Criciúma-SC
<i>Treinamento de Asterisk</i>	36	03	Desembargadores	16/10/2006	20/10/2006	1	Virtual Office Ltda Florianópolis-SC
<i>Curso de Gerenciamento de Transporte</i>	12	07	Funcionários	17/10/2006	20/10/2006	1	Hotel Faial Florianópolis-SC
<i>Curso Português Jurídico</i>	42	1	Funcionários	21/9/2006	9/11/2006	1	ESMESC Florianópolis-SC
<i>Curso de Português</i>	20	7	Funcionários	30/9/2006	9/12/2006	1	ESMESC Florianópolis-SC
<i>Encontro dos Juízes Vitaliciandos</i>	21	23	Juízes	23/3/2006	25/3/2006	1	Florianópolis-SC
<i>Curso de Licitações de Bens e Serviços</i>	7	5	Funcionários	14/9/2006	14/9/2006	1	Florianópolis-SC
<i>Curso de Mediação e Arbitragem</i>	70	1	Funcionários	27/3/2006	7/4/2006	1	Florianópolis-SC
<i>2º Encontro Brasileiro sobre Licitações</i>	17	7	Funcionários	19/3/2006	21/3/2006	1	Florianópolis-SC
<i>Curso Qualidade do Ar em Ambientes Climatizados</i>	09	01	Funcionários	13/11/2006	13/11/2006	1	Auditório do SESCON Florianópolis-SC
<i>Curso Sistema de Registro de Preços: Vantagens, Desvantagens e Aspectos Polêmicos</i>	16	6	Funcionários	25/9/2006	26/7/2006	1	Bourbon Joinville Business Hotel Joinville-SC
<i>Programa de Preparação para a Aposentadoria</i>	40	20	Funcionários	14/7/2006	1/9/2006	1	Academia Judicial Brasília-DF
<i>10º Encontro Nac. de Cerimonial (Judiciário e Ministério Público)</i>	20	3	Funcionários	28/8/2006	30/8/2006	1	Brasília-DF
<i>Curso de Férias de Mediação e Arbitragem</i>	40	1	Funcionários	17/7/2006	27/7/2006	1	Centro Catarinense de Resolução de Conflitos Florianópolis-SC

ANEXO 3

CURSOS CUSTEADOS (CONT.)

Nome	Carga Horária	Nº de participantes	Público-alvo	Início	Término	Nº de turmas	Local
<i>Curso "Administração de Cachê e Cachê 5.1 New Features"</i>	18	3	Funcionários	21/11/2006	24/11/2006	1	Florianópolis-SC
<i>Curso de Revisão, Atualização e Implementação dos Projetos de Prevenção ao uso de drogas</i>	17	2	Funcionários	23/11/2006	25/11/2006	1	Florianópolis-SC
<i>Fórum Nacional - Terceirização & Empresabilidade</i>	16	1	Funcionários	4/5/2006	5/5/2006	1	São Paulo-SP
<i>Curso de Gestão do Ciclo de Vida de Contratos Públicos</i>	6	24	Funcionários	11/8/2006	11/8/2006	1	Florianópolis-SC
<i>Curso de Diabetes</i>	8	1	Funcionários	8/10/2006	8/10/2006	1	Florianópolis-SC
<i>Curso DIRF 2007</i>	8	3	Funcionários	11/12/2006	11/12/2006	1	São Paulo-SP
<i>Workshop de Planejamento deste Tribunal</i>	10	1	Voluntários	22/6/2006	23/6/2006	1	Florianópolis-SC
<i>III Seminário Técnico Manager Systems</i>	12	2	Funcionários	1/9/2006	2/9/2006	1	Florianópolis-SC
<i>Curso "Fiscalização e Obras-FOBSC"</i>	12	10	Funcionários	30/10/2006	31/10/2006	1	São José-SC
<i>Treinamento de Especialista em Banco de Dados</i>	320	1	Funcionários	8/8/2006	21/12/2006	1	Okinawa

(*) Neste anexo foram computados os cursos que foram custeados pela Academia Judicial, mas promovidos por outras instituições públicas e privadas

ANEXO 4

EVENTOS CUSTEADOS(*)

Nome	Carga Horária	Nº de participantes	Público-alvo	Início	Término	Nº de turmas	Local
<i>XIII Congresso Nacional do Cerimonial Público</i>	18	1	Funcionários	1/11/2006	3/11/2006	1	Novotel Jaraguá São Paulo-SP
<i>Seminário Ouvidoria - Realidade no Século XXI</i>	12	1	Funcionários	15/6/2006	16/6/2006	1	Paulista Convention Flat São Paulo-SP
<i>Simpósio Classific. e Julgamento das Propostas Com. nas Licitações e Contratações Diretas sem Licitação e Pregão Presencial e Eletrônico</i>	08	4	Funcionários	1/6/2006	2/6/2006	1	Hotel Cambirela Florianópolis-SC
<i>II Seminário Bras. de Capacitação e Aperfeiçoamento de Pregoeiros</i>	13	5	Funcionários	23/10/2006	24/10/2006	1	Hotel Deville - Aeroporto Porto Alegre-RS
<i>VI Congresso Simpósio Internacional de Cardiologia Invasiva para Clínicos</i>	16	1	Funcionários	1/12/2006	3/12/2006	1	Hosp. Card. Constantini Curitiba-PR
<i>XIII Congresso Brasileiro de Custos - A Gestão de Custos na Adm. Pública</i>	24	1	Funcionários	30/10/2006	1/11/2006	1	Minas Hotel Belo Horizonte-MG
<i>Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus</i>	47	3	Funcionários	25/6/2006	29/6/2006	1	Auditório Simón Bolívar Memorial da América Latina São Paulo-SP
<i>61º Congresso Bras. de Cardiologia, XXII Congresso Sul-Americano</i>	32	1	Funcionários	20/10/2006	26/10/2006	1	Centro de Convenções de Pernambuco - EMPETUR Recife-PE
<i>32º Congresso Nacional sobre Gestão de Pessoas</i>	32	5	Funcionários	22/8/2006	25/8/2006	1	Transamerica Expo Center São Paulo-SP
<i>I Congresso Catarinense de Direito Administrativo</i>	20	15	Funcionários	31/7/2006	2/8/2006	1	Centro Diocesano da Pastoral - Joinville-SC
<i>Seminário de Resíduos - Recicle CEMPRE</i>	24	2	Funcionários	8/11/2006	10/11/2006	1	Pavilhão Branco do Expo Center Norte - São Paulo-SP
<i>13º Congresso Interamericano de Gestão Humana da Fidag Sul e 17º Congresso Catarinense de Recursos Humanos - CONCARH</i>	25	125	Funcionários	22/11/2006	24/11/2006	1	Centro de Convenções de Florianópolis - Centrosul Florianópolis-SC
<i>III Seminário: Protegendo a Mulher da Violência Doméstica</i>	21	10	Desembargadores	18/9/2006	20/9/2006	1	Brasília-DF
<i>X Simpósio Sul Brasileiro de Direito</i>	19	75	Desembargadores	25/5/2006	27/5/2006	1	Castelmar Hotel Florianópolis-SC
<i>XXI Congresso da Ass. Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça</i>	24	10	Desembargadores	25/5/2006	28/5/2006	1	Belo Horizonte-MG
<i>Conferência sobre a Nova Lei de Drogas</i>	3	200	Desembargadores	15/12/2006	15/12/2006	1	AMC - ESMESC Florianópolis-SC
<i>Fórum em Servidor Público e Processo Disciplinar</i>	14	30	Funcionários	13/7/2006	14/7/2006	1	Florianópolis-SC
<i>Eventos Externos (Seminários, Congressos, Encontros)</i>	24	7	Desembargadores	30/8/2006	2/9/2006	4	Chapecó-SC
<i>Congresso de Direito da Família e Sucessões</i>	17	1	Desembargadores	19/10/2006	21/10/2006	1	Centro de Convenções do Hotel Glória Rio de Janeiro-RJ
<i>Fórum Nac. Gestão por Valores</i>	15	2	Funcionários	17/10/2006	18/10/2006	1	Espaço APAS São Paulo-SP

EVENTOS CUSTEADOS (CONT.)

Nome	Carga Horária	Nº de participantes	Público-alvo	Início	Término	Nº de turmas	Local
<i>IV Congresso Nac. de Direito de Balneário Camboriú</i>	12	1	Desembargadores	29/9/2006	30/9/2006	1	Sibara Flat Hotel Balneário Camboriú-SC
<i>XIX Congresso Brasileiro de Magistrados</i>	19	1	Desembargadores	15/11/2006	18/11/2006	1	Estação Embratel Curitiba-PR
<i>XIX Congresso Brasileiro de Magistrados</i>	20	1	Desembargadores	15/11/2006	18/11/2006	1	Estação Embratel Curitiba-PR
<i>Seminário sobre Direito e Pós-Modernidade</i>	02	80	Funcionários	26/10/2006	26/10/2006	1	Tribunal de Justiça Florianópolis-SC
<i>III Congresso Nacional dos Conselhos Tutelares</i>	30	2	Funcionários	23/11/2006	26/11/2006	1	Centro de Treinamento Educaional - CTE da CNTI Luziânia-GO
<i>Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça</i>	24	2	Juízes e Funcionários	15/11/2006	17/11/2006	1	Hotel Embaixador Porto Alegre-RS
<i>XIX Congresso Brasileiro de Magistrados</i>	12	1	Funcionários	15/11/2006	16/11/2006	1	Centro Emp. Liberty Mall Curitiba-PR
<i>III Fórum Brasileiro da Administração Pública</i>	16	2	Juízes	7/8/2006	8/8/2006	1	Rio Othon Palace Rio de Janeiro-RJ
<i>Seminário Internacional: Corrupção e Sociedade</i>	22	25	Funcionários	27/3/2006	29/3/2006	1	Florianópolis-SC
<i>I Cong. Bras. de Serviços de Saúde</i>	14	1	Funcionários	30/3/2006	31/3/2006	1	Florianópolis-SC
<i>Curso de Formação de Base para Secretários e Conciliadores do Projeto CASA DA CIDADANIA</i>	88	54	Voluntários	17/5/2006	15/9/2006	4	Blumenau, Rodeio, Balneário Camboriú e Florianópolis
<i>III Congresso ALACCSA CONO SUR</i>	15	1	Funcionários	28/9/2006	30/9/2006	1	Buenos Aires
<i>XX Congresso Brasileiro de Direito Administrativo</i>	21	10	Funcionários	23/8/2006	25/8/2006	1	Goiania-GO
<i>Congresso Internacional de Direito da Família</i>	32	3	Funcionários	23/8/2006	25/8/2006	1	Brasília-DF
<i>Congresso Internacional - A Família Além dos Mitos</i>	32	1	Desembargadores	23/8/2006	25/8/2006	1	Brasília-DF
<i>1º Seminário Catarinense sobre Acolhimento Familiar</i>	12	28	Funcionários	17/8/2006	18/8/2006	1	São Bento do Sul-SC
<i>Curso de Avaliação de Desempenho na Administração Pública</i>	16	4	Funcionários	6/6/2006	7/6/2006	1	Hotel Cecontur Florianópolis-SC
<i>IX Congresso Ibero Americano de Direito Constit. e VII Simpósio Nacional de Direito Constitucional</i>	30	3	Funcionários	11/11/2006	15/11/2006	1	Estação Convention Center Curitiba-PR
<i>Curso Tecnologia de Redes Automotivas</i>	16	1	Funcionários	26/4/2006	27/4/2006	1	Rua Salvador Correa São Paulo-SP
<i>Curso Formação de Multiplicadores/ Instrutores de Treinamento</i>	24	2	Funcionários	26/4/2006	28/4/2006	1	Hotel Guanabara Rio de Janeiro-RJ

ANEXO 4

EVENTOS CUSTEADOS (CONT.)

Nome	Carga Horária	Nº de participantes	Público-alvo	Início	Término	Nº de turmas	Local
<i>Cursos de Capacit. e Formação de Pregoeiros e Sist. de Reg. de Preços</i>	12	4	Funcionários	3/5/2006	4/5/2006	1	Hotel Castelmar Florianópolis-SC
<i>IX Congresso Ibero Americano de Direito Const. e VII Simpósio Nacional de Direito Constitucional</i>	30	7	Juízes e Funcionários	11/11/2006	15/11/2006	1	Estação Convention Center Curitiba-PR
<i>IX Congresso Ibero Americano de Direito Const. e VII Simpósio Nac. de Direito Constitucional</i>	30	1	Funcionários	11/11/2006	15/11/2006	1	Estação Convention Center Curitiba-PR
<i>VII Simpósio Nacional de Direito Constitucional</i>	30	4	Funcionários	11/11/2006	15/11/2006	1	Estação Convention Center Curitiba-PR

(*) Neste anexo foram computados os eventos (congressos, seminários e conferências) que foram custeados pela Academia Judicial, mas promovidos por outras instituições públicas e privadas



DIRETORIA-GERAL JUDICIÁRIA

ALBERTO PIZZOLATTI REMOR

Diretor-Geral



▶ ATENDIMENTO ÀS UNIVERSIDADES CATARINENSES

QUADRO ESTATÍSTICO DE 2006

INSTITUIÇÃO	ALUNOS ATENDIDOS
FACULDADE DE DIREITO (FDJ) – Campus Joinville	45
UNIVALI – Campus Itajaí	241
UNIVALI – Campus Biguaçu	115
UNIVALI – Campus Tijucas	25
UNIVALI – Campus São José	50
UNIVALI – Campus Balneário Camboriú	164
UNISUL – Campus Araranguá	40
UNISUL – Campus Fpolis	113
UNISUL – Campus Tubarão	43
CESUSC – Campus Fpolis	160
CESBLU – Campus Blumenau	65
ESTÁCIO DE SÁ – Campus Barreiros	56
IBIS – Campus Blumenau	11
UNIVERS. DO CONTESTADO – Campus Caçador	40
UNIVERS. DO CONTESTADO – Campus Concórdia	40
UNIVERS. DO CONTESTADO – Campus Curitibanos	35
UNOESC – Campus Joaçaba	82
UNIDAVI – Campus Rio do Sul	90
UNIASSELVI – Campus Blumenau	50
UNERJ – Campus Jaraguá do Sul	45
UNIVILLE – Campus São Bento do Sul	35
UNIPLAC – Campus Lages	52
TOTAL DE UNIVERSIDADES ATENDIDAS	22
TOTAL DE ALUNOS ATENDIDOS	1.597

SECRETARIA DO CONSELHO DA MAGISTRATURA QUADRO ESTATÍSTICO DE 2006

DESEMBARGADORES	PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO	JULGADOS	ACÓRDÃOS ASSINADOS
Des. Jorge Mussi	-	-	11
Des. Anselmo Cerello	1	1	-
Des. Pedro Manoel Abreu *	4	3	1
Des. Souza Varella	21	21	21
Des. Cláudio Barreto Dutra	22	20	19
Des. Newton Trisotto	22	16	13
Des. Irineu João da Silva	14	13	13
Des. Vanderlei Romer **	13	13	12
Des. Eládio Torret Rocha	30	26	27
Des. Wilson Nascimento	32	31	30
Des. José Volpato ***	22	14	15
Des. Monteiro Rocha	13	11	11
Des. Fernando Carioni	14	15	15
Des. Luiz C. Freyesleven	14	13	13
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	23	33	31
TOTAL	245	230	236

* 1 Processo Administrativo (Dr. Romano – trânsito) da Presidência apreciado no Conselho
1 Pedido de Providências n. 2006.900148-5, avocado pelo Des. Presidente

2 Processos TJSC Adm.

** Voto Vencido

*** 3 processos da Vice-Corregedoria-Geral da Justiça apreciados no Conselho

CRIAÇÃO DA SECRETARIA DO CONSELHO GESTOR

Com a edição da Resolução n. 76/2006-TJ, passou a ser coordenada pela Direção-Geral Judiciária, a Secretaria do Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos para Solução de Conflitos –

CONSELHO GESTOR, composta pelos secretários executivos dos projetos Casa da Cidadania, Mutirão da Conciliação, Núcleo de Conciliação do Segundo Grau e Mediação Familiar. Cujo relatório segue em anexo.

SECRETARIA DO CONSELHO GESTOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE LITÍGIOS

1. CASA DA CIDADANIA

ALCEBIR DAL PIZZOL

I – UNIDADES INSTALADAS EM 2006

- Casa da Cidadania de Campo Alegre:

10 de maio

- Casa da Cidadania de Botuverá:

9 de novembro

Serviços que serão instalados no corrente ano:

- Casa da Cidadania de Saudades:

13 de dezembro

- Casa da Cidadania de Água Doce:

14 de dezembro

II – CAPACITAÇÃO DOS SECRETÁRIOS E CONCILIADORES

O Tribunal de Justiça no ano de 2006, visando aprimorar o atendimento nas Casas da Cidadania, ofereceu curso de capacitação inicial às pessoas que passaram a integrar os serviços em andamento, bem como a secretários e conciliadores que passariam a atuar nas novas unidades que foram instaladas no decorrer do ano. Este curso ocorreu da seguinte forma:

- Módulo I - 17 a 19 de maio de 2006

Cidade: Blumenau

- Módulo II - 5 a 7 de julho de 2006

Cidade: Rodeio

- Módulo III -16 a 18 de agosto de 2006

Cidade: Balneário Camboriú

- Módulo IV - 13 a 15 de setembro de 2006

Cidade: Balneário Camboriú

- Carga horária total: 88horas-aula

Pessoas treinadas: 50

No intuito de oferecer formação continuada aos secretários e conciliadores em exercício nas atividades das Casas da Cidadania, realizaremos nos dias 7 e 8 de dezembro/2006 o 1º Encontro Estadual de Juízes, Secretários e Conciliadores dos Projetos Casa da Cidadania e Mediação Familiar do TJSC. Tal formação se destina ao aperfeiçoamento das pessoas que prestam serviços nas unidades já existentes.

Carga horária total: 12 horas-aula

Participantes: 230 pessoas

III – PEDIDOS PARA INSTALAÇÃO DE CASAS DA CIDADANIA

Tramitam na Secretaria da Casa da Cidadania 12 processos de pleito para a criação de Casa da Cidadania, com possibilidade de instalação no ano de 2007, além de outros aguardando novos impulsos.

SECRETARIA DO CONSELHO GESTOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE LITÍGIOS

IV – NÚMERO DE SECRETÁRIOS E CONCILIADORES/MEDIADORES EM ATIVIDADE NAS 69 UNIDADES EM ANDAMENTO

<i>Secretários:</i>	<u>69</u>
<i>Conciliadores:</i>	<u>174</u>

V – AVALIAÇÃO *IN LOCO* DAS CASAS DA CIDADANIA

Realizou-se nos meses de agosto a outubro do ano de 2006 avaliação *in loco* das Casas da Cidadania por todo o Estado, objetivando conhecer a estrutura física, pessoal e a formação dos secretários e conciliadores. Também foi efetuada consulta aos Prefeitos Municipais, Reitores das Universidades, bem como aos Juízes coordenadores dos Projetos sobre a renovação dos convênios, vencidos alguns deles, o que resultou em 100% de demonstração positiva para sua renovação.

O resultado deste trabalho estará disposto na página do Tribunal de Justiça (www.tj.sc.gov.br) no ícone do Projeto Casa da Cidadania, para apreciação da comunidade catarinense, a partir de 20 de dezembro do corrente.

2. COMISSÃO PERMANENTE DE MUTIRÃO DA CONCILIAÇÃO E DA CIDADANIA

JUIZ DE DIREITO DE SEGUNDO GRAU
VICTOR JOSÉ SEBEM FERREIRA

Presidente

Vilvana Damiani Zanellato

Coordenadora

José Luciano Terhorst

Membro

Lizete Luiza Weber

Membro

SÍNTESE DAS ATIVIDADES

Criada pela Resolução nº 10/2004-GP, com o propósito de implantar ações que minimizem o retardamento na entrega da prestação jurisdicional, pela busca de soluções capazes de prevenir e/ou de restaurar o entendimento entre as partes e a harmonia nas relações individuais e coletivas, com a aplicação do instituto da Conciliação como forma eficiente e eficaz de composição de interesses, diante do aumento extraordinário do número de processos instaurados no âmbito da Justiça Catarinense, a Comissão Permanente de Mutirão da Conciliação e da Cidadania, durante o ano de 2006, realizou eventos envolvendo diversos seguimentos e instituições municipais e estaduais.

SECRETARIA DO CONSELHO GESTOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Eis os eventos:

Treinamento para a coordenação da Semana do Mutirão da Conciliação, em parceria com a Academia Judicial, com o objetivo de apresentar as alterações e melhorias na organização da 3ª Semana.

Data: 26 de maio

Local: Castelmar Hotel

Público-alvo: Coordenadores da Semana do Mutirão da Conciliação

Número de Participantes: 192

Carga Horária: 7 horas

Treinamento para os novos coordenadores da Semana do Mutirão da Conciliação, em parceria com a Academia Judicial, com o objetivo de capacitar os novos Coordenadores.

Data: 29 e 30 de maio

Local: Castelmar Hotel

Público-alvo: Servidores indicados pelos Magistrados nas varas/comarcas onde a função de Coordenador de Mutirão estava em aberto.

Número de participantes: 96

Carga horária: 12 horas

3ª SEMANA DO MUTIRÃO DA CONCILIAÇÃO

Das 110 comarcas que compõem a Justiça de Primeiro Grau, em 106 foi realizada a 3ª Semana do Mutirão da Conciliação, no período entre 21 e 25 de agosto, com ênfase nos processos relacionados à Família, Executivos Fiscais e Juizados Especiais, consoante se observa dos dados estatísticos que seguem:

MUTIRÃO DA CONCILIAÇÃO QUADRO ESTATÍSTICO DE 2006

Processos pautados	45.256
Percentual de comparecimento	64%^(*)
Percentual de conciliações exitosas	63,10%
Percentual de audiências sem êxito	36,90%
Nº aproximado de partes envolvidas	110.000
Nº aproximado de Juízes que atuaram	146
Nº aproximado de Promotores que atuaram	120
Nº aprox. de servidores, estag. e voluntários	4.000
Nº de Coordenadores das Varas/Comarcas	300
Nº aproximado de Conciliadores que atuaram	780

(*) Considerando todos os processos pautados, não excluídos aqueles em que a parte, ou uma das partes não foi intimada. No Mutirão anterior foi de 54%. Nas audiências regulares oscila entre 55% e 65%.

SECRETARIA DO CONSELHO GESTOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE LITÍGIOS

REGISTRO FOTOGRÁFICO



TREINAMENTOS



3ª SEMANA DO MUTIRÃO DA CONCILIAÇÃO



TREINAMENTOS



3ª SEMANA DO MUTIRÃO DA CONCILIAÇÃO



3ª SEMANA DO MUTIRÃO DA CONCILIAÇÃO



3ª SEMANA DO MUTIRÃO DA CONCILIAÇÃO

SECRETARIA DO CONSELHO GESTOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE LITÍGIOS

3. JUIZADOS ESPECIAIS

ANTÔNIO JULIÃO DA SILVA

I – PROJETOS APROVADOS

1.1 Projeto Cartilha dos Juizados Especiais

Cíveis e Criminais em Forma de Folders (Processo n. 258023-2006.3)

Resumo do projeto: Informa o funcionamento dos juizados especiais cíveis e criminais por meio de cartilhas elaboradas em forma de folders, com utilização de linguagem simplificada, facilitando o entendimento de pessoas que não sejam operadoras do direito. Situação atual: Aprovado na 1ª reunião do Conselho Gestor do Sistema dos Juizados Especiais e Programas Alternativos de Resolução de Litígios, ocorrida em 16 de outubro transato. Aguarda confecção dos “bonecos” para análise final, impressão e distribuição para todas as comarcas do Estado;

1.2 Projeto Acadêmico Conciliador (Processo n. 259579-2006.6)

Resumo do projeto: Objetiva firmar convênios entre o Tribunal de Justiça e as faculdades de direito existentes no Estado (55 cursos de direito) para o recrutamento voluntário de conciliadores para os juizados especiais cíveis e criminais, sem nenhuma remuneração ou ônus para o Tribunal de Justiça, que ficará responsável pela capacitação desses auxiliares.

Situação atual: Aprovado na 2ª reunião do Conselho Gestor do Sistema dos Juizados Especiais e Programas Alternativos de Resolução de Litígios, realizada no dia 27 de novembro p.p.;

1.3 Projeto de Simplificação e Padronização dos atos processuais dos Juizados Especiais (Processo n. 259984-2006.8)

Resumo do projeto: Simplificação e padronização de todos os atos processuais praticados nos juizados especiais cíveis e criminais, objetivando maior agilidade na tramitação dos processos e a diminuição da taxa de congestionamento nessas unidades jurisdicionais. Situação atual: Aprovado na 2ª reunião do Conselho Gestor dos Sistema dos Juizados Especiais e Programas Alternativos de Resolução de Litígios, realizada no dia 27 de novembro p.p.;

II – OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS (EXCLUÍDOS OS PARECERES EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E OUTRAS ATIVIDADES ROTINEIRAS)

2.1 Supervisão do Posto de Atendimento e Conciliação (PAC¹) localizado no Cesusc;

2.2 Organização e supervisão das atividades do Programa Justiça Presente² nos estádios de futebol;

SECRETARIA DO CONSELHO GESTOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE LITÍGIOS

2.3 Organização e atuação como secretário no III Fórum Estadual dos Juizados Especiais (FEJESC) e IV Encontro Estadual das Turmas Recursais ocorrido nos dias 6 e 7 de outubro na cidade de Balneário Camboriú;

2.4 Organização e supervisão do “Dia Nacional da Conciliação” em Santa Catarina que acontecerá no próximo dia 8-12 em todos os Estados da Federação.

1 As normas sobre o PAC (Posto de Atendimento e Conciliação) estão disponíveis em: <<http://www.tj.sc.gov.br/institucional/especial/coordjuzesp/legislacao/res200623gp.pdf>>. Acesso em 21 nov. 2006.

2 Disponível em: <<http://www.tj.sc.gov.br/institucional/especial/coordjuzesp/legislacao/res200624gp.pdf>>. Acesso em 21 nov. 2006.

4. MEDIAÇÃO FAMILIAR

ELIEDITE MATTOS ÁVILA

I – FÓRUNS DE JUSTIÇA COM O SERVIÇO DE MEDIAÇÃO FAMILIAR

Capital – Setembro de 2001

Balneário Camboriú – Agosto de 2002

Joinville – Setembro de 2002

(desativado temporariamente)

Ituporanga – Abril de 2004

Dionísio Cerqueira – Maio de 2004

São José – Agosto de 2004

Abelardo Luz – Agosto de 2004

Trombudo Central – junho de 2005

Mondaí - Julho de 2006

Anchieta – Novembro de 2006

II – TREINAMENTOS REALIZADOS NO ANO DE 2006

Número total de cursos: 05

Carga horária: 21 horas-aula para cada curso

Número total de participantes: 188

** Está prevista a capacitação de aproximadamente 50 mediadores familiares em evento a ser realizado no dia 7 e 8 de dezembro.*

III – OPERADORES DO PROJETO DE MEDIAÇÃO FAMILIAR

Servidores do judiciário atuando como mediadores familiares: 12

Estagiários voluntários mediadores (direito, psicologia e serviço social): 17

Voluntários e servidor público à disposição do judiciário (assistentes sociais, psicólogos e bacharéis em direito):17

Advogados em sistema de plantão nos serviços de mediação: 70

IV – DADOS ESTATÍSTICOS

Número de atendimentos no ano de 2006/Período: fevereiro a novembro

Cabe esclarecer que as comarcas abaixo relacionadas praticam a mediação preventiva,

SECRETARIA DO CONSELHO GESTOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE LITÍGIOS

ou seja, antes da abertura de um processo pelas vias tradicionais.

a) Comarca de São José

1. Atendimento na triagem:

Total de atendimentos: 1.449

Encaminhados para mediação: 739

Orientações gerais/outros: 710

2. Resultado das mediações realizadas

91,5% foram casos homologados consensualmente ou reconciliados;

8,5% foram encaminhados para ações judiciais, não sendo possível um acordo por intermédio da mediação.

b) Comarca da Capital

1. Atendimento na triagem:

Total de atendimentos: 1.215

Encaminhados para mediação: 882

Orientações gerais/outros: 335

2. Resultado das mediações realizadas

72% foram casos homologados consensualmente ou reconciliados;

28% foram encaminhados para ações judiciais, não sendo possível um acordo por intermédio da mediação.

c) Comarca de Trombudo Central

1. Atendimento na triagem:

Total de atendimentos: 175

Encaminhados para mediação: 98

Orientações gerais/outros: 77

2. Resultado das mediações realizadas

89% foram casos homologados consensualmente ou reconciliados;

11% foram encaminhados para ações judiciais, não sendo possível um acordo por intermédio da mediação.

d) Comarca de Balneário Camboriú

1. Atendimento na triagem:

Total de atendimentos: 236

Encaminhados para mediação: 147

Orientações gerais/outros: 89

2. Resultado das mediações realizadas

87% foram casos homologados consensualmente ou reconciliados;

13% foram encaminhados para ações judiciais, não sendo possível um acordo por intermédio da mediação.

e) Comarca de Ituporanga

1. Atendimento na triagem:

Total de atendimentos: 86

Encaminhados para mediação: 51

Orientações gerais/outros: 35

2. Resultado das mediações realizadas

83% foram casos homologados consensualmente ou reconciliados;

17% foram encaminhados para ações judiciais, não sendo possível um acordo por intermédio da mediação.

SECRETARIA DO CONSELHO GESTOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE LITÍGIOS

f) Comarca de Dionísio Cerqueira

1. Atendimento na triagem:

Total de atendimentos: 164

Encaminhados para mediação: 144

Orientações gerais/outros: 20

2. Resultado das mediações realizadas

87% foram casos homologados

consensualmente ou reconciliados;

13% foram encaminhados para ações

judiciais, não sendo possível um acordo por intermédio da mediação.

g) Comarca de Abelardo Luz

1. Atendimento na triagem:

Total de atendimentos: 131

Encaminhados para mediação: 49

Orientações gerais/outros: 82

2. Resultado das mediações realizadas

92% foram casos homologados

consensualmente ou reconciliados;

8% foram encaminhados para ações judiciais,

não sendo possível um acordo por intermédio da mediação.

h) Comarca de Anchieta

Obs.: Realiza a mediação judicial nos processos já instaurados.

Número de acordos homologados: 17

i) Comarca de Mondai

Obs.: Realiza a mediação judicial nos processos já instaurados.

Número de acordos homologados e reconciliados: 36

j) Comarca de Joinville

Não enviou relatório anual

V – RESUMO ESTATÍSTICO

Na média geral, o número de acordos efetuados por intermédio do Serviço de Mediação Familiar (SMF) obteve o índice de 86% contribuindo dessa forma para a diminuição do número de ações litigiosas que poderiam entrar no Judiciário pelas vias tradicionais, ou seja, mais de 1.000 casos resolvidos consensualmente.

5. NÚCLEO DE CONCILIAÇÃO

ROGER BERNARDO COLOSSI

O Núcleo de Conciliação foi institucionalizado em sessão realizada no gabinete da presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina no dia 22 de março de 2006. A unidade, que busca a solução amigável de litígios no âmbito do Segundo Grau de Jurisdição, passou a operar oficialmente na Sala Desembargadora Tereza Tang no Hall Superior do Tribunal de Justiça, junto ao Museu do Judiciário Catarinense, à partir de maio de 2006.

Atualmente o Núcleo conta com 163 (cento e sessenta e três) processos, e tem circulado, até a presente data, o total de 377 processos.

SECRETARIA DO CONSELHO GESTOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE LITÍGIOS

▶ **Foram designadas 54 audiências:**

- 53** Realizadas
- 01** Pendente

▶ **Das audiências realizadas, temos:**

- 13** Exitosas
- 6** Adiadas
- 11*** Suspensas
- 5** Rejeitadas
- 1** Redesignação

** Uma das audiências incluiu 5 processos do município de Criciúma, e um deles, após o ato, apresentou acordo pugnando por sua homologação.*

▶ **Audiência itinerante realizada dia 13 de dezembro na Comarca de Chapecó:**

- 3** Exitosas
- 4** Não comparecimento das partes
- 6** Suspensas
- 2¹** Rejeitadas
- 2²** Em aberto

1 Um dos processos pautados (Município de Palmito), foi cogitada uma possível composição extrajudicial para os próximos dias.

2 Um dos processos pautados (Município de Xanxerê), foi realizado acordo extrajudicial.

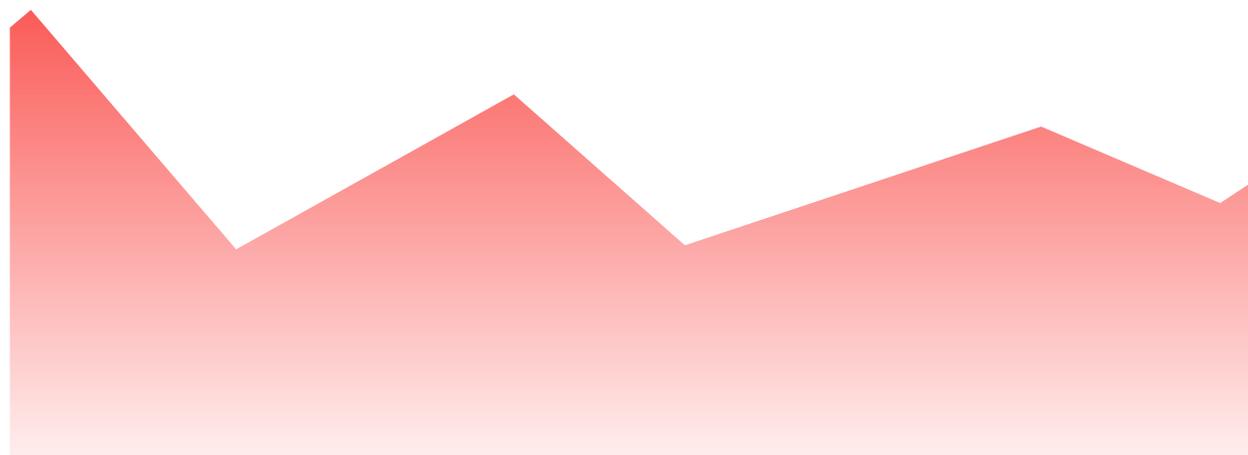
▶ **TOTAL DAS AUDIÊNCIAS REALIZADAS**

- 16** Exitosas
- 7** Rejeitadas
- 6** Adiadas
- 17** Suspensas
- 1** Redesignação
- 4** Não comparecimento das partes

DIRETORIA JUDICIÁRIA

SUZETE OPILHAR

Diretora



DIRETORIA JUDICIÁRIA

O Tribunal de Justiça, durante o ano judiciário de 2006, desenvolveu as atividades que serão apresentadas a seguir. Foram realizadas **640** sessões ordinárias, **1** extraordinária e **4** solenes, assim distribuídas:

SESSÕES

ÓRGÃO JULGADOR	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	SOLENES
TRIBUNAL PLENO	23	1	4
SECÇÃO CIVIL	10	0	0
GRUPO CÂMARAS DIREITO CIVIL	12	0	0
GRUPO CÂMARAS DIREITO COMERCIAL	12	0	0
GRUPO CÂMARAS DIREITO PÚBLICO	12	0	0
PRIMEIRA CÂMARA DTO CIVIL	48	0	0
SEGUNDA CÂMARA DTO CIVIL	42	0	0
TERCEIRA CÂMARA DTO CIVIL	47	0	0
PRIMEIRA CÂMARA DTO COMERCIAL	43	0	0
SEGUNDA CÂMARA DTO COMERCIAL	42	0	0
TERCEIRA CÂMARA DTO COMERCIAL	41	0	0
PRIMEIRA CÂMARA DTO PÚBLICO	49	0	0
SEGUNDA CÂMARA DTO PÚBLICO	49	0	0
TERCEIRA CÂMARA DTO PÚBLICO	48	0	0
CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS	11	0	0
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL	49	0	0
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL	49	0	0
CÂMARA CÍVEL ESPECIAL	41	0	0
CONSELHO DA MAGISTRATURA	12	0	0
TOTAL	640	1	4

DIRETORIA JUDICIÁRIA

PROCESSOS CÍVEIS

Foram distribuídos **47.692**, julgados **41.465** e assinados **31.717** processos, assim distribuídos:

PROCESSOS CÍVEIS

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Civil Pública	1	0	2	2	1
Ação de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92)	5	0	0	5	0
Ação Direta de Inconstitucionalidade	67	0	73	9	79
Ação Popular	4	0	1	1	1
Ação Rescisória	84	0	53	14	58
Agravo (§3º, Art. 4º, Lei 8437/92 do CPC) em Ped. Susp. Liminar	0	0	2	0	2
Agravo Art. 39, Lei 8038/90	0	3	3	0	4
Agravo Art. 39, Lei 8038/90 em Agravo de Instrumento	0	1	0	0	0
Agravo Art. 4º, Lei 4348/64 em Ped. Susp. Liminar	0	0	1	0	1
Agravo Art. 527, II do CPC em Agravo de Instrumento	0	2	0	0	1
Agravo Art. 532 do CPC	0	9	7	2	7
Agravo Art. 532 do CPC em Apelação Cível	0	3	5	1	5
Agravo Art. 545 do CPC em AI	0	2	1	1	1
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	1150	1062	103	1073
Agravo de Decisão de Deserção	0	1	0	1	0
Agravo de Instrumento	9256	0	5924	3696	5861
Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	7	4	3	4
Agravo Regimental em ADIN	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	137	124	8	125
Agravo Regimental em Ap Cível (MS)	0	13	12	0	11
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	38	27	14	24
Agravo Regimental em Autos Suplementares Exc. Suspeição	0	0	1	0	1
Agravo Regimental em Emb. Decl. em Apelação Cível	0	0	0	0	1
Agravo Regimental em Habeas Corpus	0	3	1	1	1
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	89	83	9	86
Agravo Regimental em Medida Cautelar	0	2	3	0	2
Agravo Regimental em Medida Cautelar Incidental	0	0	1	0	1
Agravo Regimental em Medida Cautelar Inominada	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Ped. Susp. Liminar	0	0	0	0	1
Agravo Regimental em Pedido de Assistência	0	4	3	1	1
Agravo Regimental em Reclamação	0	2	2	0	1
Agravo Regimental em Suspensão de Exec. Sentença	0	0	0	1	0
Agravo Retido em Apelação Cível	0	0	1	0	1
Apelação Cível	28499	0	18092	3721	17762
Apelação Cível (MS)	1926	0	1281	692	1180
Arguição de Inconstitucionalidade	7	0	11	0	7
Arguição de Inelegibilidade	0	0	0	0	1
Conflito de Competência	139	0	142	19	140
Conflito de Jurisdição	13	0	8	2	9
Declaratória	1	0	0	1	0
Emb. à Execução em Pedido de Execução do Acórdão	0	2	2	1	2
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	15	6	2	5
Emb. Declaração em ADIN	0	6	4	1	0
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	751	588	187	591

DIRETORIA JUDICIÁRIA

PROCESSOS CÍVEIS (CONT.)

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Emb. Declaração em Agravo Decisão de Deserção	0	1	0	1	0
Emb. Declaração em Agravo do Art. 532 do CPC	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Agravo Regimental em AI	0	3	2	0	2
Emb. Declaração em Agravo Regimental em Ap. Cível	0	3	2	0	2
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	3068	2681	213	2676
Emb. Declaração em Apelação Cível (MS)	0	193	171	13	170
Emb. Declaração em Embargos Infringentes	0	38	32	1	32
Emb. Declaração em Exceção de Suspeição	0	3	8	0	8
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	118	110	16	109
Emb. Declaração em Medida Cautelar	0	0	1	0	1
Emb. Declaração em Medida Cautelar Incidental	0	4	4	0	4
Emb. Declaração em Medida Cautelar Incidental em Ap. Cível	0	1	0	1	0
Emb. Declaração em Pedido Assistência Judiciária	0	1	0	0	0
Emb. Declaração em Pedido de Execução do Acórdão	0	1	0	0	0
Emb. Declaração em Reclamação	0	1	0	1	0
Emb. Declaração em Recurso de Decisão	0	1	1	0	1
Emb. Infringentes	207	0	161	4	182
Emb. Terceiro em Ação de Improbidade	0	0	1	0	0
Exceção da Verdade	1	0	1	0	1
Execução de Honorários em Ação Rescisória	0	0	0	1	0
Exceção de Litispêndência e Ilegitimidade	0	0	0	0	1
Exceção de Pré-executividade em Apelação Cível	0	1	0	1	0
Exceção de Suspeição	35	0	24	3	24
Habeas Corpus	169	0	165	9	165
Habeas Data	62	0	40	14	39
Impugnação à Assistência Judiciária	0	1	3	1	3
Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	0	2	4	1	5
Impugnação ao Valor da Causa em MS	0	1	0	1	0
Incidente de Falsidade em Agravo de Instrumento	0	0	0	1	0
Inquérito	3	0	3	0	3
Inquérito Judicial	2	0	1	0	1
Interpelação Judicial	0	0	0	1	0
Mandado de Injunção	8	0	3	0	2
Mandado de Segurança	1265	0	1178	303	1133
Medida Cautelar	7	3	4	4	4
Medida Cautelar em Recurso Especial	0	0	1	0	1
Medida Cautelar Incidental	0	57	49	14	48
Medida Cautelar Inominada	7	0	1	3	1
Notícia Criminal	1	0	0	0	0
Notificação Judicial	1	0	1	0	2
Ordinária	4	0	0	3	0
Pedido de Assistência em Apelação Cível	1	0	0	1	0
Pedido de Assistência Judiciária	1	0	0	1	0
Pedido de Correição	2	1	0	2	0
Pedido de Execução de Honorários Advocatícios em Ação Resc.	0	2	1	1	1
Pedido de Execução de Honorários Advocatícios em ADIN	0	1	0	0	0
Pedido de Execução de Sentença em ADIN	0	1	0	0	0
Pedido de Execução do Acórdão	3	23	2	24	2
Pedido de Execução do Acórdão em Ação Rescisória	0	1	0	1	0
Pedido de Execução do Acórdão em MS	1	57	0	64	0
Pedido de Execução em Ação Rescisória	0	1	0	1	0
Pedido de Explicações	1	0	0	0	0
Pedido de Intervenção Federal no Estado	1	0	1	8	1

DIRETORIA JUDICIÁRIA

PROCESSOS CÍVEIS (CONT.)

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Pedido de Intervenção Município	10	0	2	15	8
Pedido de Restauração dos Autos em AI	0	1	1	0	1
Pedido de Seqüestro em Pedido de Intervenção	0	0	0	0	2
Pedido de Uniformização de Jurisprudência	0	1	0	1	0
Pedido de Uniformização de Jurisprudência em AI	0	2	1	0	1
Petição	1	0	0	1	0
Petição em Ação Rescisória	0	1	1	0	1
Procedimento Diverso	0	0	1	0	1
Processo Crime	2	0	0	1	0
Processo de Vitaliciedade	0	0	0	0	1
Processo Previsto na LOMAN/Admin.	1	0	1	0	1
Queixa Crime	4	0	3	0	2
Reclamação	13	0	5	7	5
Reclamação em Agravo de Instrumento	0	0	0	1	0
Reclamação em Apelação Cível	0	1	1	0	1
Recurso de Decisão	4	0	4	0	4
Recurso de Decisão Administrativa	1	0	0	0	0
Reexame Necessário em Mandado de Injunção	1	0	1	0	1
Reexame Necessário em Mandado de Segurança	19	0	7	0	5
Reintegração em Cargo em Processo Crime	0	0	0	0	0
Representação	10	0	5	4	5
Termo Circunstanciado	5	0	1	2	1
TOTAL	41.855	5.837	32.222	9.243	31.717

DIRETORIA JUDICIÁRIA

PROCESSOS CRIMINAIS

Foram distribuídos **7.869**, julgados **7.141** e assinados **6.997**, assim distribuídos:

PROCESSOS CRIMINAIS

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	9	8	1	8
Agravo de Instrumento	14	0	12	4	12
Agravo Regimental em Apelação Criminal	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Embargos Infringentes	0	1	1	0	0
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	4	4	0	4
Apelação Cível (MS)	2	0	1	0	1
Apelação Criminal	3763	0	3063	67	3220
Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente	150	0	105	10	107
Autos Suplementares em Apelação Criminal	0	0	1	0	1
Autos Suplementares em Inquérito	0	0	0	0	0
Carta Testemunhável	4	0	2	0	2
Conflito de Jurisdição	134	0	113	10	112
Emb. Declaração em Apelação Criminal	0	83	72	4	74
Emb. Declaração em Carta Testemunhável	0	1	0	1	0
Emb. Declaração em Embargos Infringentes	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Habeas Corpus	0	17	16	1	16
Emb. Declaração em Inquérito	0	2	2	0	2
Emb. Declaração em Processo Crime	0	4	2	0	3
Emb. Declaração em Recurso Criminal	0	6	6	0	5
Emb. Declaração em Recurso de Agravo	0	3	3	0	3
Emb. Declaração em Revisão Criminal	0	3	3	0	3
Emb. Infringentes	19	0	14	0	16
Exceção de Suspeição	10	0	8	2	8
Exceção Incompt. Medida Caut. Incid. Ap. Cível	0	0	0	0	0
Habeas Corpus	1863	0	1916	29	1957
Indignidade p/ Oficialato	1	0	0	0	0
Inquérito	59	0	31	23	32
Mandado de Segurança	131	0	47	82	47
Medida Cautelar Incidental	0	0	1	0	1
Medida Cautelar Inominada	1	0	0	0	0
Notícia Criminal	4	0	3	1	3
Pedido de Desaforamento	8	0	8	1	8
Pedido de Execução Acórdão em Processo Crime	0	0	1	0	1
Pedido de Providências	0	0	0	1	0
Perda de Graduação	3	0	1	0	1
Petição	1	0	0	1	0
Petição em Recurso Criminal	0	1	0	1	0
Processo Crime	26	0	15	10	18
Queixa Crime	3	0	4	0	4
Reclamação	15	0	13	4	16
Reclamação em Apelação Criminal	0	1	0	1	0
Recurso Criminal	454	0	398	15	413
Recurso Criminal em Apelação Criminal	0	3	0	0	0
Recurso Criminal em Apelação Criminal	0	1	1	0	1
Recurso de Agravo	868	0	692	85	692
Recurso de Habeas Corpus	1	0	1	0	1
Recurso em Mandado de Segurança	6	0	8	0	9
Reexame Necessário em Mandado de Segurança	1	0	0	0	0
Representação	6	0	1	1	1
Revisão Criminal	149	0	169	8	168
Termo Circunstanciado	32	0	26	4	25
TOTAL	7.728	141	6.774	367	6.997

DIRETORIA JUDICIÁRIA

PROCESSOS JULGADOS NO CÍVEL

COMARCAS QUE MAIS CONTRIBUÍRAM

COMARCA	Nº PROCESSOS
Capital	13517
Criciúma	4976
Blumenau	4699
Itajaí	2483
Lages	2463
Joinville	2392
São José	1920
Tubarão	1777
Balneário Camboriú	1610
Chapecó	1599
Araranguá	1182
Brusque	954
Rio do Sul	862
Capital / Estreito	715
Concórdia	712
Palhoça	684
Curitibanos	633
Gaspar	608
Caçador	604
Urussanga	563

PROCESSOS JULGADOS NO CRIME

COMARCAS QUE MAIS CONTRIBUÍRAM

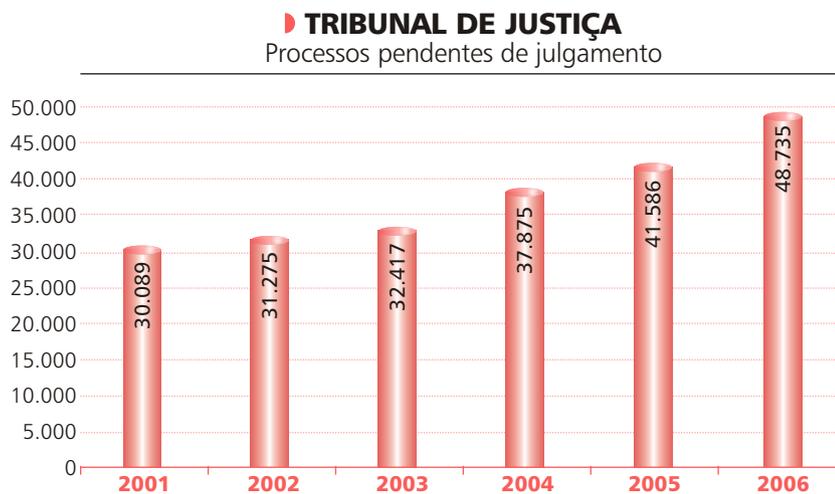
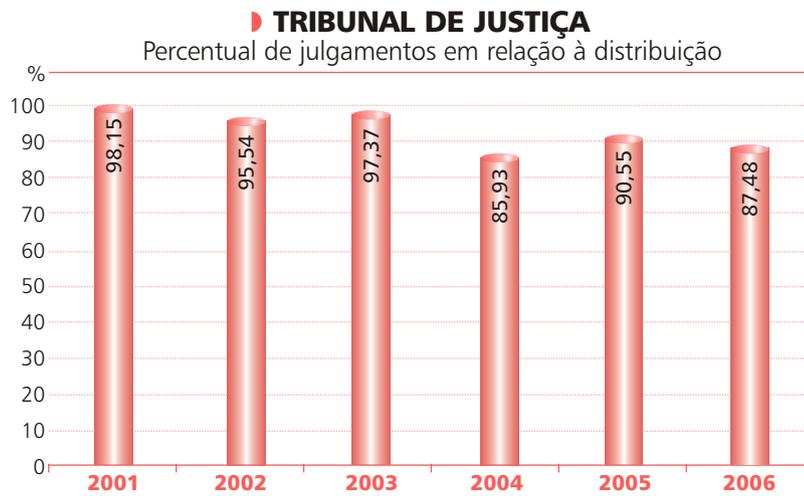
COMARCA	Nº PROCESSOS
Capital	832
Chapecó	614
Curitibanos	560
Criciúma	504
Joinville	460
São José	450
Itajaí	393
Blumenau	360
Balneário Camboriú	354
Lages	305
Araranguá	208
Tubarão	200
Capital / Estreito	181
São Miguel do Oeste	178
Indaial	135
Jaraguá do Sul	133
Brusque	124
Palhoça	122
Xanxerê	121
Itapema	113

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Processos distribuídos e julgados nos últimos seis anos



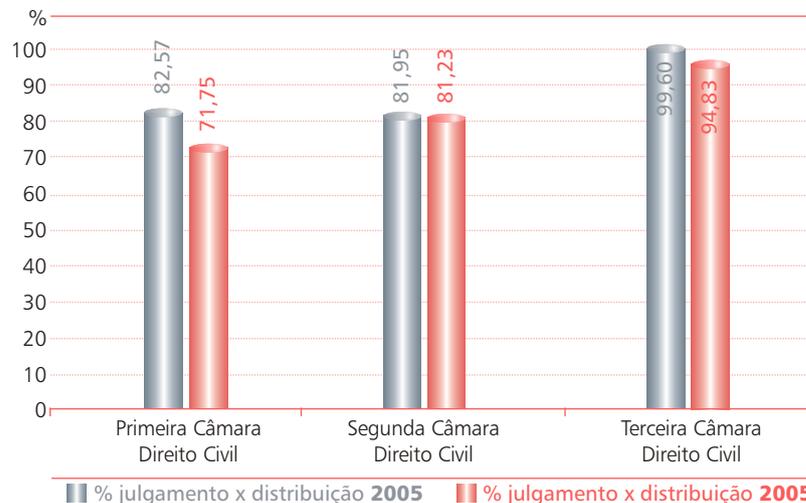
DIRETORIA JUDICIÁRIA



DIRETORIA JUDICIÁRIA

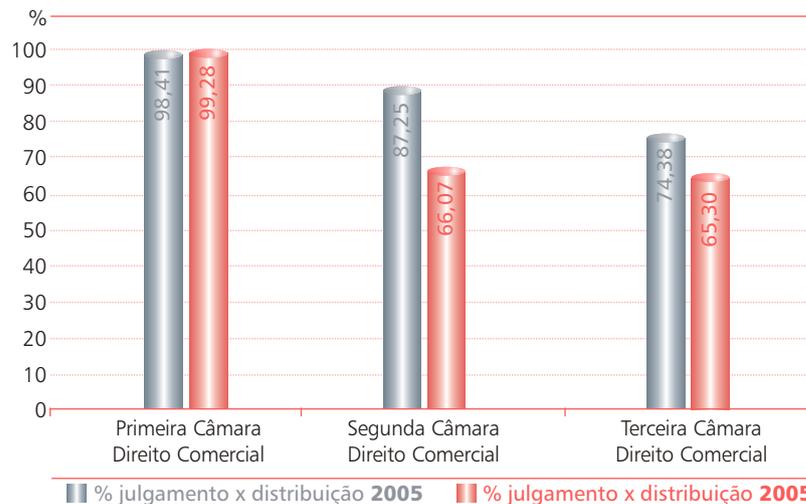
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Demonstrativo do percentual de julgamento em relação à distribuição das Câmaras de Direito Civil



TRIBUNAL DE JUSTIÇA

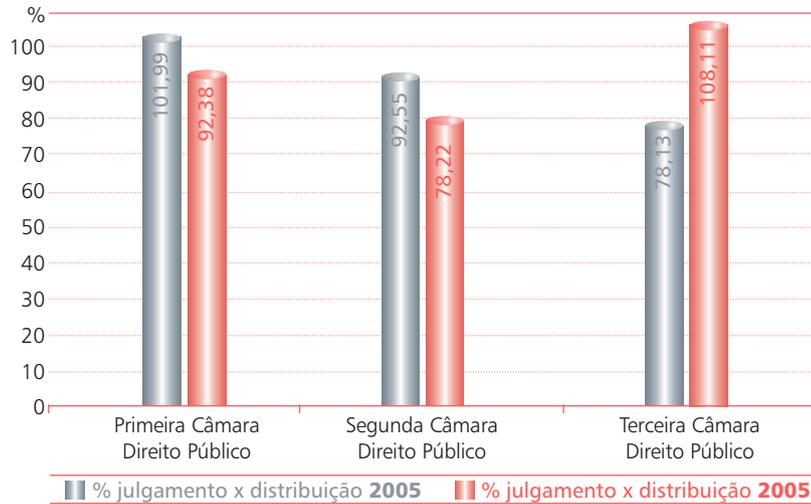
Demonstrativo do percentual de julgamento em relação à distribuição das Câmaras de Direito Comercial



DIRETORIA JUDICIÁRIA

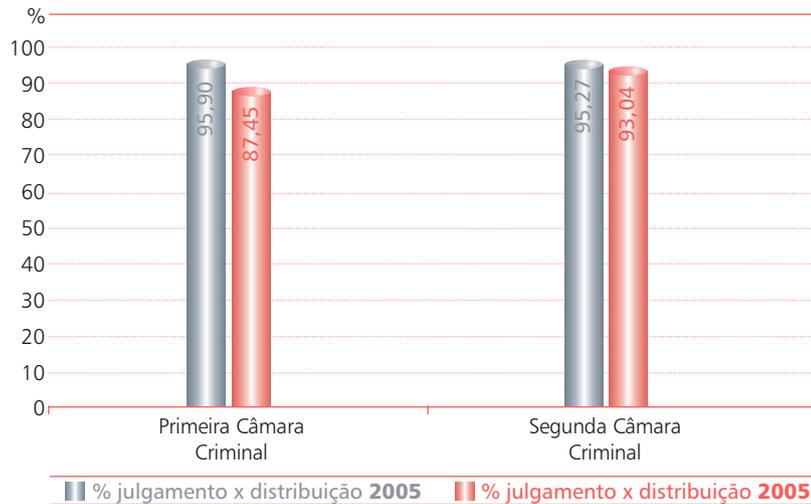
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Demonstrativo do percentual de julgamento em relação à distribuição das Câmaras de Direito Público



TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Demonstrativo do percentual de julgamento em relação à distribuição das Câmaras Criminais



QUADRO ANUAL DO TRIBUNAL PLENO - 2006

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2005	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS	PENDENTES PARA 2007
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
FRANCISCO OLIVEIRA FILHO	9	5	3	11	2	12	4
ALCIDES AGUIAR	11	4	0	5	2	3	8
ALBERTO COSTA	0	0	0	0	0	1	0
AMARAL E SILVA	5	5	1	5	0	5	6
ANSELMO CERELLO	1	1	0	0	1	6	1
JORGE MUSSI	21	15	1	1	24	9	12
CARLOS PRUDÊNCIO	22	12	1	7	3	6	25
GASPAR RUBIK	12	4	0	3	0	0	13
PEDRO MANOEL ABREU	33	13	0	4	4	8	38
ORLI RODRIGUES	7	3	0	6	1	5	3
TRINDADE DOS SANTOS	7	12	0	5	3	5	11
SOUZA VARELLA	10	7	0	8	0	6	9
NEWTON TRISOTTO	0	2	0	2	0	15	0
SÉRGIO PALADINO	11	7	1	8	4	5	7
MAURÍLIO MOREIRA LEITE	0	0	0	0	0	1	0
SOLON D'EÇA NEVES	13	6	1	4	0	9	16
MAZONI FERREIRA	9	2	1	6	1	9	5
VOLNEI CARLIN	8	2	0	5	0	5	5
IRINEU JOÃO DA SILVA	10	3	0	7	0	7	6
LUIZ CÉZAR MEDEIROS	6	4	1	6	1	8	4
VANDERLEI ROMER	10	4	1	8	3	9	4
ELÁDIO TORRET ROCHA	7	1	19	11	9	7	7
WILSON A . DO NASCIMENTO	0	0	0	0	0	1	0
NELSON SCHAEFER MARTINS	5	4	0	2	1	0	6
SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ	3	1	0	2	0	4	2
MONTEIRO ROCHA	12	4	0	1	0	0	15
FERNANDO CARIONI	5	3	2	2	2	3	6
TORRES MARQUES	2	3	0	2	3	3	0
LUIZ CARLOS FREYESLEBEN	15	5	1	8	1	7	12
RUI FRANCISCO FORTES	7	7	1	5	3	4	7
GASTALDI BUZZI	7	4	0	1	1	0	9
MARCUS TÚLIO SARTORATO	13	4	0	8	0	11	9
CÉSAR ABREU	6	8	2	7	2	4	7
SALETE SILVA SOMMARIVA	16	2	0	6	0	4	12
RICARDO FONTES	1	4	0	2	2	1	1
NICANOR DA SILVEIRA	12	5	2	9	0	9	10
SALIM SCHAEED DOS SANTOS	6	1	1	3	2	4	3
MARIA DO ROCIO L. SANTA RITTA	10	4	1	7	2	5	6
EDSON UBALDO	18	10	3	9	4	6	18
CID GOULART	3	4	0	2	0	2	5
TOTAL	353	185	43	188	81	209	312

DIRETORIA JUDICIÁRIA

PROCESSOS TRIBUNAL PLENO, POR CLASSE - 2006

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Direta de Inconstitucionalidade	67	0	73	9	79
Ação Rescisória	4	0	0	1	0
Agravo (§3º, Art. 4º, Lei 8437/92 do CPC) em Ped. Susp. Liminar	0	0	2	0	2
Agravo de Decisão de Deserção	0	1	0	1	0
Agravo de Instrumento	5	0	3	3	3
Agravo Art. 4º, Lei 4348/64 em Ped. Susp. Liminar	0	0	1	0	1
Agravo Art. 39, Lei 8038/90	0	1	1	0	1
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	8	4	3	3
Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	1	0	1	0
Agravo Regimental em ADIN	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	2	1	1	1
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	2	1	0	1
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	1	3	0	5
Agravo Regimental em Ped. Susp. Liminar	0	0	0	0	1
Agravo Regimental em Pedido de Assistência	0	4	3	1	1
Agravo Regimental em Reclamação	0	1	1	0	0
Agravo Regimental em Suspensão de Exec. Sentença	0	0	0	1	0
Apelação Cível (MS)	0	0	2	0	1
Arguição de Inconstitucionalidade	7	0	11	0	7
Arguição de Inelegibilidade	0	0	0	0	1
Conflito de Competência	1	0	2	1	1
Emb. à Execução em Pedido de Execução do Acórdão	0	0	1	0	1
Emb. Declaração em ADIN	0	3	2	0	0
Emb. Declaração em Agravo Decisão de Deserção	0	1	0	1	0
Emb. Declaração em Pedido Assistência Judiciária	0	1	0	0	0
Emb. Declaração em Reclamação	0	1	0	1	0
Emb. Declaração em Recurso de Decisão	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Medida Cautelar Incidentar	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em ADIN	0	3	2	1	0
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	7	11	2	10
Exceção da Verdade	1	0	1	0	1
Exceção de Litispendência e Ilegitimidade	0	0	0	0	1
Exceção de Suspeição	1	0	0	0	0
Habeas Corpus	1	0	0	1	0
Habeas Data	1	0	0	1	0
Inquérito	3	0	3	0	3
Inquérito Judicial	2	0	1	0	1
Interpelação Judicial	0	0	0	1	0
Mandado de Injunção	1	0	1	0	0
Mandado de Segurança	45	0	34	18	49
Medida Cautelar	0	0	1	0	1
Medida Cautelar Incidentar	0	1	0	0	1
Notícia Criminal	1	0	0	0	0
Notificação Judicial	1	0	1	0	2
Pedido de Assistência Judiciária	1	0	0	1	0
Pedido de Execução de Sentença em ADIN	0	1	0	0	0
Pedido de Execução de Honorários Advocatícios em ADIN	0	1	0	0	0
Pedido de Explicações	1	0	0	0	0
Pedido de Intervenção Federal no Estado	1	0	1	8	1
Pedido de Intervenção Município	10	0	2	15	8
Pedido de Seqüestro em Pedido de Intervenção	0	0	0	0	2
Procedimento Diverso	0	0	1	0	1
Processo Crime	2	0	0	1	0
Processo de Vitaliciedade	0	0	0	0	1
Processo Previsto na LOMAN/Admin.	1	0	1	0	1
Queixa Crime	4	0	3	0	2
Reclamação	5	0	2	3	3
Recurso de Concurso	0	0	0	0	0
Recurso de Decisão	4	0	4	0	4
Recurso de Decisão Administrativa	1	0	0	0	0
Representação	9	0	5	3	5
Termo Circunstanciado	5	0	1	2	1
TOTAL	185	43	188	81	209

QUADRO ANUAL DA SEÇÃO CIVIL - 2006

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2005	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS	PENDENTES PARA 2007
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
FRANCISCO OLIVEIRA FILHO	5	3	1	7	0	7	2
ALCIDES AGUIAR	4	2	0	4	0	4	2
ANSELMO CERELLO	1	6	1	2	0	2	6
CARLOS PRUDÊNCIO	22	0	0	8	1	7	13
ORLI RODRIGUES	4	3	0	2	0	0	5
TRINDADE DOS SANTOS	8	1	0	7	0	7	2
MAZONI FERREIRA	3	5	0	2	0	2	6
LUIZ CÉZAR MEDEIROS	2	6	1	3	2	5	4
VANDERLEI ROMER	3	5	1	3	0	3	6
VOLNEI CARLIN	3	5	1	5	0	6	4
NELSON SCHAEFFER MARTINS	2	6	1	4	1	4	4
SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ	2	5	0	4	2	4	1
FERNANDO CARIONI	1	3	0	1	1	1	2
MONTEIRO ROCHA	5	4	1	4	1	4	5
LUIZ CARLOS FREYESLEBEN	9	1	0	6	0	3	4
RUI FRANCISCO FORTES	8	3	0	5	2	5	4
GASTALDI BUZZI	7	4	1	5	0	5	7
MARCUS TÚLIO SARTORATO	8	5	0	4	2	3	7
CÉSAR ABREU	6	3	1	0	1	2	9
SALETE SILVA SOMMARIVA	1	6	1	3	1	3	4
RICARDO FONTES	1	6	0	0	4	0	3
NICANOR DA SILVEIRA	8	1	0	7	0	1	2
SALIM SCHAED DOS SANTOS	2	3	0	2	0	1	3
MARIA DO ROCIO L. SANTA RITTA	1	5	1	2	2	2	3
EDSON UBALDO	4	5	0	2	0	1	7
CID GOULART	2	4	2	4	0	4	4
JAIME RAMOS	1	0	0	1	0	3	0
SÉRGIO IZIDORO HEIL	0	1	0	0	1	0	0
JÂNIO MACHADO	0	1	0	0	1	0	0
PAULO ROBERTO C. COSTA	0	8	2	4	2	2	4
JOEL FIGUEIRA JÚNIOR	0	1	0	0	1	0	0
TOTAL	123	111	15	101	25	91	123

PROCESSOS - SEÇÃO CIVIL, POR CLASSE - 2006

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	2	0	2	0	2
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	0	1	0	1
Agravo de Instrumento	3	0	0	3	0
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	8	8	0	7
Conflito de Competência	16	0	21	1	22
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	7	4	1	4
Mandado de Injunção	7	0	2	0	2
Mandado de Segurança	81	0	63	18	53
Pedido de Execução do Acórdão em MS	1	0	0	1	0
Representação	1	0	0	1	0
TOTAL	111	15	101	25	91

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DO GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL - 2006

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2005	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2007
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
CARLOS PRUDÊNCIO	31	6	2	10	2	10	27
GASPAR RUBIK	0	0	0	0	0	5	0
ORLI RODRIGUES	0	0	0	0	0	3	0
MAZONI FERREIRA	14	6	2	10	0	11	12
WILSON A. DO NASCIMENTO	0	0	0	0	0	4	0
SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ	12	5	2	10	2	10	7
MONTEIRO ROCHA	16	5	4	11	1	9	13
FERNANDO CARIONI	2	6	2	4	0	3	6
LUIZ CARLOS FREYESLEBEN	16	5	3	15	0	11	9
MARCUS TÚLIO SARTORATO	17	2	2	4	2	7	15
SALETE SILVA SOMMARIVA	4	6	3	1	1	1	11
MARIA DO ROCIO L. SANTA RITTA	3	4	1	2	2	5	4
JÂNIO MACHADO	0	1	0	1	0	1	0
SÉRGIO IZIDORO HEIL	1	0	1	2	0	3	0
JOEL FIGUEIRA JÚNIOR	0	1	1	0	2	0	0
TOTAL	116	47	23	70	12	83	104

PROCESSOS - GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL, POR CLASSE - 2006

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLICADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	20	0	9	4	14
Agravo Art. 532 do CPC	0	3	2	1	2
Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	5	3	2	3
Emb. Declaração em Agravo do Art. 532 do CPC	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	0	1	0	1
Emb. Declaração em Embargos Infringentes	0	4	8	1	8
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	5	3	0	2
Emb. Infringentes	26	0	41	1	45
Execução de Honários em Ação Rescisória	0	0	0	1	0
Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	0	1	0	0	1
Impugnação à Assistência Judiciária	0	0	1	0	1
Mandado de Segurança	0	0	0	0	3
Medida Cautelar	1	0	1	0	1
Medida Cautelar Incidental	0	3	0	0	1
Pedido de Execução de Honorários Advocatícios em Ação Resc.	0	1	0	1	0
Reclamação	0	0	0	1	0
TOTAL	47	23	70	12	83

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DO GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL - 2006

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2005	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI-CADOS	PENDENTES PARA 2007
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
ALCIDES AGUIAR	2	5	1	6	0	8	2
ANSELMO CERELLO	1	3	0	2	1	2	1
TRINDADE DOS SANTOS	14	4	2	17	0	14	3
NELSON SCHAEFER MARTINS	0	6	1	2	2	2	3
GASTALDI BUZZI	4	3	3	1	1	2	8
SALETE SILVA SOMMARIVA	2	2	0	3	1	2	0
RICARDO FONTES	0	7	1	7	1	6	0
SALIM SCHAEED DOS SANTOS	3	5	0	4	0	6	4
EDSON UBALDO	3	4	0	1	0	2	6
RONALDO MORITZ M. DA SILVA	0	0	1	1	0	1	0
PAULO ROBERTO C. COSTA	4	7	0	5	0	4	6
TOTAL	33	46	9	49	6	49	33

PROCESSOS - GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL, POR CLASSE - 2006

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI-CADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	4	0	5	0	5
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	0	1	0	2
Agravo Art. 532 do CPC em Apelação Cível	0	3	5	1	5
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	1	0	0	0
Emb. Declaração em Embargos Infringentes	0	3	4	0	3
Emb. Infringentes	42	0	33	3	33
Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	0	0	1	0	1
Medida Cautelar Incidental	0	1	0	1	0
Pedido de Uniformização de Jurisprudência	0	1	0	1	0
TOTAL	46	9	49	6	49

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DO GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO - 2006

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2005	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2007
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
FRANCISCO OLIVEIRA FILHO	65	123	53	165	40	149	36
GASPAR RUBIK	0	0	0	0	0	1	0
PEDRO MANOEL ABREU	0	0	0	0	0	5	0
ORLI RODRIGUES	40	73	32	56	30	56	59
NEWTON TRISOTTO	0	0	0	0	0	39	0
VOLNEI CARLIN	82	115	29	146	11	144	69
LUIZ CÉZAR MEDEIROS	45	123	35	151	24	204	28
VANDERLEI ROMER	55	115	26	117	26	126	53
RUI FRANCISCO FORTES	129	122	15	131	15	126	120
CÉSAR ABREU	123	125	44	168	32	150	92
NICANOR DA SILVEIRA	87	115	35	127	39	130	71
CID GOULART	140	117	4	129	3	20	129
SÔNIA MARIA SCHMITZ	12	12	2	15	11	20	0
NEWTON JANKE	7	36	7	41	9	46	0
JAIME RAMOS	47	66	4	102	15	101	0
TOTAL	832	1.142	286	1.348	255	1.317	657

PROCESSOS - GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO, POR CLASSE - 2006

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLICADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Popular	1	0	0	1	0
Ação Rescisória	15	0	11	0	11
Agravo de Instrumento	3	0	0	2	0
Agravo Art. 532 do CPC	0	6	5	1	5
Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	0	1	0	1
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	68	64	8	66
Apelação Cível	1	0	0	0	1
Apelação Cível (MS)	3	0	0	0	0
Conflito de Competência	4	0	2	0	2
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	93	91	7	91
Emb. Declaração em Embargos Infringentes	0	31	20	0	21
Emb. Declaração em Pedido de Execução do Acórdão	0	1	0	0	0
Emb. à Execução em Pedido de Execução do Acórdão	0	2	1	1	1
Emb. Infringentes	139	0	87	0	104
Habeas Data	1	0	0	1	0
Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	0	0	2	0	2
Impugnação ao Valor da Causa em MS	0	1	0	1	0
Mandado de Segurança	968	0	1.059	144	1.007
Medida Cautelar Incidental	0	0	1	0	1
Medida Cautelar Inominada	2	0	0	1	0
Ordinária	2	0	0	2	0
Pedido de Execução do Acórdão	3	23	2	23	2
Pedido de Execução do Acórdão em Ação Rescisória	0	1	0	0	0
Pedido de Execução do Acórdão em MS	0	57	0	63	0
Pedido de Uniformização de Jurisprudência em AI	0	2	1	0	1
TOTAL		1.142	286	1.348	1.317

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL - 2006

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2005	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI-CADOS	PENDENTES PARA 2007
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
CARLOS PRUDÊNCIO	2.342	1.159	81	335	252	471	2.995
ORLI RODRIGUES	0	0	0	0	0	1	0
NEWTON TRISOTTO	0	0	0	0	0	3	0
SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ	1.475	1.100	105	665	84	669	1.931
SALETE SILVA SOMMARIVA	1	0	0	1	0	1	0
MARIA DO ROCIO L. SANTA RITTA	1.269	1.165	109	735	208	739	1.600
DIONÍZIO JENCZAK	0	0	0	0	0	4	0
SÉRGIO IZIDORO HEIL	0	0	0	0	0	1	0
JAIME LUIZ VICARI	2	0	2	1	3	6	0
JOEL FIGUEIRA JÚNIOR	929	59	57	423	46	417	576
TOTAL	6.018	3.483	354	2.160	593	2.312	7.102

PROCESSOS - GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL, POR CLASSE - 2006

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI-CADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	7	0	6	4	8
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	28	22	2	33
Agravo de Instrumento	811	0	535	304	572
Agravo Art. 527, II do CPC em Agravo de Instrumento	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Autos Suplementares Exc. Suspeição	0	0	1	0	1
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	1	0	1	0
Agravo Regimental em Reclamação	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	8	6	3	6
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Habeas Corpus	0	2	0	1	0
Apelação Cível	2560	0	1285	221	1384
Apelação Cível (MS)	1	0	0	1	0
Conflito de Jurisdição	13	0	8	2	9
Declaratória	1	0	0	1	0
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	71	61	3	64
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	231	187	19	187
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	2	1	0	1
Emb. Declaração em Exceção de Suspeição	0	1	1	0	1
Exceção de Suspeição	4	0	0	1	0
Habeas Data	60	0	40	12	39
Impugnação à Assistência Judiciária	0	0	1	0	1
Incidente de Falsidade em Agravo de Instrumento	0	0	0	1	0
Mandado de Segurança	21	0	1	11	1
Medida Cautelar Incidental	0	4	2	1	2
Medida Cautelar Inominada	1	0	0	0	0
Pedido de Correição	0	1	0	1	0
Pedido de Assistência em Apelação Cível	1	0	0	1	0
Pedido de Execução em Ação Rescisória	0	1	0	1	0
Reclamação	3	0	1	1	1
Reclamação em Agravo de Instrumento	0	0	0	1	0
TOTAL	3.483	354	2.160	593	2.312

DIRETORIA JUDICIÁRIA

D QUADRO ANUAL DA SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CIVIL - 2006

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2005	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2007
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
GASPAR RUBIK	0	0	0	0	0	41	0
MAZONI FERREIRA	1617	1082	74	616	68	647	2089
MONTEIRO ROCHA	2148	1154	71	904	63	898	2406
LUIZ CARLOS FREYESLEBEN	1702	1101	49	761	4	597	2087
JORGE SCHAEFER MARTINS	418	152	41	595	14	602	2
JOEL FIGUEIRA JÚNIOR	0	1	0	1	0	1	0
TOTAL	5.885	3.490	235	2.877	149	2.786	6.584

D PROCESSOS - SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CIVIL, POR CLASSE - 2006

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLICADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	9	0	6	3	5
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	7	6	4	8
Agravo de Instrumento	828	0	829	80	808
Agravo Art. 527, II do CPC em Agravo de Instrumento	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	3	1	0	1
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	0	1	4	1
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	2	2	0	2
Apelação Cível	2543	0	1713	30	1642
Conflito de Competência	14	0	18	2	19
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	1	0	1	0
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	49	45	3	43
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	163	173	2	178
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	2	0	0	0
Emb. Declaração em Exceção de Suspeição	0	0	2	0	2
Exceção de Suspeição	11	0	11	0	11
Habeas Corpus	60	0	59	1	59
Impugnação à Assistência Judiciária	0	0	1	0	1
Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	0	0	0	1	0
Mandado de Segurança	21	0	5	12	4
Medida Cautelar	1	3	1	2	1
Medida Cautelar Incidental	0	4	3	3	1
Pedido de Correição	1	0	0	0	0
Reclamação	2	0	1	1	0
TOTAL	3.490	235	2.877	149	2.786

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DA TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL - 2006

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2005	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS	PENDENTES PARA 2007
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
WILSON A. DO NASCIMENTO	2	0	0	2	0	4	0
FERNANDO CARIONI	184	1.106	93	1.004	9	1.001	370
MARCUS TÚLIO SARTORATO	1.131	1.084	105	1.016	92	982	1.212
SALETE SILVA SOMMARIVA	172	950	42	433	34	425	697
JORGE SCHAEFER MARTINS	5	30	0	30	5	31	0
NEWTON JANKE	0	0	0	0	0	1	0
DIONÍZIO JENCZAK	0	0	0	0	0	42	0
SÉRGIO IZIDORO HEIL	829	284	129	977	5	986	260
SÔNIA MARIA SCHMITZ	6	2	2	9	1	9	0
JÂNIO MACHADO	12	2	0	11	3	12	0
JOEL FIGUEIRA JÚNIOR	0	2	0	0	2	3	0
TOTAL	2.341	3.460	371	3.482	151	3.496	2.539

PROCESSOS - TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL, POR CLASSE - 2006

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	9	0	7	0	7
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	9	5	1	5
Agravo de Instrumento	809	0	793	42	797
Agravo Art. 527, II do CPC em Agravo de Instrumento	0	0	0	0	1
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	2	2	0	2
Agravo Regimental em Habeas Corpus	0	1	1	0	1
Apelação Cível	2.526	0	2.255	73	2.264
Conflito de Competência	15	0	14	0	14
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	55	64	3	63
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	291	267	3	266
Emb. Declaração em Exceção de Suspeição	0	2	2	0	2
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	5	1	2	1
Exceção de Suspeição	10	0	3	0	3
Habeas Corpus	62	0	61	2	63
Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	0	1	1	0	1
Mandado de Segurança	22	0	3	21	3
Medida Cautelar	2	0	0	1	0
Medida Cautelar Incidental	0	3	1	1	1
Medida Cautelar Inominada	1	0	0	1	0
Ordinária	1	0	0	0	0
Pedido de Correição	1	0	0	1	0
Petição em Ação Rescisória	0	1	1	0	1
Reclamação	2	0	0	0	0
TOTAL	3.460	371	3.482	151	3.496

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL - 2006

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2005	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS	PENDENTES PARA 2007
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
ANSELMO CERELLO	1119	1238	69	412	66	379	1948
SALETE SILVA SOMMARIVA	525	212	67	702	102	703	0
RICARDO FONTES	1331	1530	275	1224	546	1194	1366
SALIM SCHAED DOS SANTOS	1774	1428	200	1208	191	1163	2003
JÂNIO MACHADO	531	65	49	586	59	585	0
TOTAL	5.280	4.473	660	4.132	964	4.024	5.317

PROCESSOS - PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL, POR CLASSE - 2006

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	5	0	0	1	0
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	120	96	3	93
Agravo Art. 545 do CPC em AI	0	1	0	1	0
Agravo de Instrumento	845	0	828	157	814
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	2	2	0	2
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	8	3	3	1
Apelação Cível	3581	0	2712	704	2626
Conflito de Competência	10	0	8	1	8
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	75	84	2	83
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	440	368	63	366
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	2	1	1	1
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	2	0	2	0
Emb. Declaração em Medida Cautelar Incidental	0	2	2	0	2
Exceção de Suspeição	1	0	4	1	4
Habeas Corpus	10	0	9	1	9
Mandado de Segurança	20	0	0	19	0
Medida Cautelar	1	0	0	0	0
Medida Cautelar Incidental	0	8	15	4	15
Reclamação	0	0	0	1	0
TOTAL	4.473	660	4.132	964	4.024

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DA SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL - 2006

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2005	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI-CADOS	PENDENTES PARA 2007
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
TRINDADE DOS SANTOS	997	1.333	173	666	102	704	1.735
NELSON SCHAEFER MARTINS	1.594	1.431	179	982	137	1.001	2.085
EDSON UBALDO	1.246	1.474	116	856	15	928	1.965
TÚLIO PINHEIRO	0	1	0	0	1	0	0
RONALDO MORITZ M. DA SILVA	633	169	41	391	47	399	405
JÂNIO MACHADO	48	11	0	52	7	51	0
TOTAL	4.518	4.419	509	2.947	309	3.083	6.190

PROCESSOS - SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL, POR CLASSE - 2006

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI-CADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	2	0	2	1	2
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	11	17	3	15
Agravo de Instrumento	847	0	699	76	709
Agravo Regimental em Medida Cautelar Inominada	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	1	0	2	0
Apelação Cível	3526	0	1735	189	1857
Conflito de Competência	8	0	4	2	4
Emb. Declaração em Exceção de Suspeição	0	0	2	0	2
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	81	85	1	86
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	403	379	10	384
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	1	0	0	0
Exceção de Pré-executividade em Apelação Cível	0	1	0	1	0
Exceção de Suspeição	1	0	1	1	1
Habeas Corpus	14	0	11	3	11
Mandado de Segurança	19	0	1	17	1
Medida Cautelar Incidental	0	9	7	2	7
Medida Cautelar Inominada	1	0	0	0	0
Medida Cautelar em Recurso Especial	0	0	1	0	1
Pedido de Execução do Acórdão em Ação Rescisória	0	0	0	1	0
Reclamação	1	0	1	0	1
TOTAL	4.419	509	2.947	309	3.083

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DA TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL - 2006

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2005	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2007
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
ALCIDES AGUIAR	2.237	1449	123	826	8	855	2.975
FERNANDO CARIONI	88	0	0	85	3	91	0
GASTALDI BUZZI	1.736	1.440	175	1.219	12	1.177	2.120
NEWTON JANKE	63	18	0	71	10	67	0
VICTOR FERREIRA	0	0	0	0	0	1	0
RONALDO MORITZ M. DA SILVA	45	5	0	45	5	45	0
JÂNIO MACHADO	75	8	1	80	4	78	0
PAULO ROBERTO C. COSTA	1.885	1.473	125	760	12	675	2.711
MARLI MOSIMANN VARGAS	3	6	1	10	0	10	0
TOTAL	6.132	4.399	425	3.096	54	2.999	7.806

PROCESSOS - TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL, POR CLASSE - 2006

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLICADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	4	0	1	0	1
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	6	8	0	8
Agravo de Instrumento	854	0	929	5	881
Agravo Art. 39, Lei 8038/90 em Agravo de Instrumento	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Medida Cautelar	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	3	1	1	1
Apelação Cível	3495	0	1717	21	1661
Conflito de Competência	12	0	12	2	13
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	88	100	0	101
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	308	297	4	303
Emb. Declaração em Exceção de Suspeição	0	0	1	0	1
Emb. Declaração em Medida Cautelar Incidental em Ap. Cível	0	1	0	1	0
Exceção de Suspeição	3	0	2	0	2
Habeas Corpus	10	0	14	0	12
Mandado de Segurança	20	0	0	19	1
Medida Cautelar	1	0	0	0	0
Medida Cautelar Incidental	0	16	12	1	12
Pedido de Execução de Honorários Advocatícios em Ação Resc.	0	1	1	0	1
TOTAL	4.399	425	3.096	54	2.999

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO - 2006

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2005	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI-CADOS	PENDENTES PARA 2007
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
GASPAR RUBIK	0	0	0	0	0	2	0
VOLNEI CARLIN	345	1472	367	742	763	729	679
VANDERLEI ROMER	440	1417	274	984	641	974	506
NICANOR DA SILVEIRA	606	1506	263	896	618	909	861
JAIME RAMOS	4	0	0	0	0	0	4
NEWTON JANKE	238	137	38	341	72	347	0
SÔNIA MARIA SCHMITZ	0	2	0	0	2	0	0
TOTAL	1.633	4.534	942	2.963	2.096	2.961	2.050

PROCESSOS - PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO, POR CLASSE - 2006

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI-CADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	1	0	1	0	1
Ação Popular	0	0	1	0	1
Ação de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92)	1	0	0	1	0
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	424	430	29	428
Agravo de Instrumento	533	0	332	189	332
Agravo Regimental em Ap. Cível (MS)	0	12	11	0	10
Agravo Regimental em Emb. Decl. em Apelação Cível	0	0	0	0	1
Agravo Regimental em Medida Cautelar Incidental	0	0	1	0	1
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	4	3	0	3
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	10	11	1	10
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	3	0	2	0
Apelação Cível	3333	0	1477	1500	1484
Apelação Cível (MS)	622	0	285	261	285
Conflito de Competência	16	0	12	7	12
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	43	54	0	54
Emb. Declaração em Agravo Regimental em Ap. Cível	0	3	2	0	2
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	384	290	80	287
Emb. Declaração em Apelação Cível (MS)	0	55	38	12	36
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	1	0	1	0
Exceção de Suspeição	1	0	1	0	1
Habeas Corpus	4	0	2	1	2
Impugnação à Assistência Judiciária	0	1	0	1	0
Mandado de Segurança	13	0	3	8	2
Medida Cautelar	0	0	1	0	1
Medida Cautelar Incidental	0	2	2	0	2
Medida Cautelar Inominada	2	0	1	1	1
Pedido de Execução do Acórdão	0	0	0	1	0
Petição	1	0	0	1	0
Reexame Necessário em Mandado de Injunção	1	0	1	0	1
Reexame Necessário em Mandado de Segurança	6	0	4	0	4
TOTAL	4.534	942	2.963	2.096	2.961

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DA SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO - 2006

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2005	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS	PENDENTES PARA 2007
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
FRANCISCO OLIVEIRA FILHO	166	1499	210	1325	58	1344	492
ORLI RODRIGUES	81	926	74	435	42	404	604
NEWTON TRISOTTO	0	0	0	0	0	71	0
LUIZ CÉZAR MEDEIROS	0	0	0	0	0	19	0
CID GOULART	146	1445	101	907	2	766	783
JAIME RAMOS	797	710	126	1167	46	1129	420
TOTAL	1.190	4.580	511	3.834	148	3.733	2.299

PROCESSOS - SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO, POR CLASSE - 2006

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS	
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
Ação Civil Pública	1	0	1	1	0	
Ação de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92)	4	0	0	4	0	
Ação Popular	3	0	0	0	0	
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	38	44	0	44	
Agravo de Instrumento	510	0	458	11	449	
Agravo Regimental em Medida Cautelar	0	1	1	0	1	
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	1	1	0	1	
Agravo Retido em Apelação Cível	0	0	1	0	1	
Apelação Cível	3380	0	2491	69	2402	
Apelação Cível (MS)	630	0	425	51	411	
Conflito de Competência	18	0	24	1	24	
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	25	28	0	28	
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	382	292	1	304	
Emb. Declaração em Apelação Cível (MS)	0	57	50	0	51	
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	2	2	0	2	
Emb. Terceiro em Ação de Improbidade	0	0	1	0	0	
Exceção de Suspeição	2	0	1	0	1	
Habeas Corpus	4	0	5	0	5	
Mandado de Segurança	22	0	6	8	6	
Medida Cautelar Incidentar	0	4	2	1	2	
Ordinária	1	0	0	1	0	
Reclamação em Apelação Cível	0	1	1	0	1	
Reexame Necessário em Mandado de Segurança	5	0	0	0	0	
TOTAL		4.580	511	3.834	148	3.733

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DA TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO - 2006

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2005	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI-CADOS	PENDENTES PARA 2007
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
PEDRO MANOEL ABREU	0	0	0	0	0	10	0
LUIZ CÉZAR MEDEIROS	1.258	1.202	352	1.828	461	1.852	523
RUI FRANCISCO FORTES	1.250	1.162	123	712	269	683	1.554
CÉSAR ABREU	1.245	1.225	138	1.073	181	975	1.354
SÔNIA MARIA SCHMITZ	592	1.228	121	906	571	581	464
TOTAL	4.345	4.817	734	4.519	1.482	4.101	3.895

PROCESSOS - TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO, POR CLASSE - 2006

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI-CADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	2	0	3	0	2
Ação Civil Pública	0	0	1	1	1
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	117	107	6	98
Agravo de Instrumento	539	0	515	133	493
Agravo Regimental em Ap Cível (MS)	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Medida Cautelar	0	0	1	0	0
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	3	1	0	1
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	1	0	0	0
Apelação Cível	3.554	0	2.707	914	2.441
Apelação Cível (MS)	670	0	569	379	483
Conflito de Competência	25	0	25	2	21
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	1	0	1	0
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	61	61	5	62
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	466	428	31	401
Emb. Declaração em Apelação Cível (MS)	0	81	83	1	83
Emb. Declaração em Medida Cautelar	0	0	1	0	1
Emb. Declaração em Medida Cautelar Incidental	0	1	1	0	1
Exceção de Suspeição	1	0	1	0	1
Habeas Corpus	4	0	4	0	4
Mandado de Segurança	13	0	3	8	3
Medida Cautelar	1	0	0	1	0
Medida Cautelar Incidental	0	2	4	0	3
Reexame Necessário em Mandado de Segurança	8	0	3	0	1
TOTAL	4.817	734	4.519	1.482	4.101

DIRETORIA JUDICIÁRIA

D QUADRO ANUAL DA CÂMARA CÍVEL ESPECIAL - 2006

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2005	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2007
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
WILSON A. DO NASCIMENTO	0	0	2	0	2	0	0
NEWTON JANKE	0	27	4	1	30	1	0
VICTOR FERREIRA	587	2488	145	95	720	113	214
SÔNIA MARIA SCHMITZ	0	74	15	13	76	13	0
RONALDO MORITZ M. DA SILVA	1	142	19	11	85	11	0
JÂNIO MACHADO	0	111	21	16	116	15	0
JAIME LUIZ VICARI	267	2992	291	191	1104	193	438
MARLI MOSIMANN VARGAS	162	3124	221	129	770	127	380
JOEL FIGUEIRA JÚNIOR	0	13	2	0	15	0	0
TOTAL	1.017	8.971	720	456	2.918	473	1.032

D QUADRO ANUAL DA CÂMARA CÍVEL ESPECIAL - 2006 (CONT.)

DESEMBARGADORES	REDISTRIBUÍDOS NAS CÂMARAS ISOLADAS	DESPACHOS DE EXPEDIENTE
WILSON A. DO NASCIMENTO	0	0
NEWTON JANKE	0	115
VICTOR FERREIRA	2191	2192
SÔNIA MARIA SCHMITZ	0	283
RONALDO MORITZ M. DA SILVA	66	201
JÂNIO MACHADO	0	136
JAIME LUIZ VICARI	1817	1755
MARLI MOSIMANN VARGAS	2228	2473
JOEL FIGUEIRA JÚNIOR	0	25
TOTAL	6.302	7.180

D PROCESSOS - CÂMARA CÍVEL ESPECIAL, POR CLASSE - 2006

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLICADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	382	321	52	335
Agravo de Instrumento	8971	0	3	2691	3
Agravo Art. 39, Lei 8038/90	0	2	2	0	3
Agravo Art. 545 do CPC em AI	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	128	120	5	121
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	203	6	170	7
Emb. Declaração em Agravo Regimental em AI	0	3	2	0	2
Pedido de Restauração dos Autos em AI	0	1	1	0	1
TOTAL	8.971	720	456	2.918	473

DIRETORIA JUDICIÁRIA

▸ **QUADRO ANUAL DAS CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS - 2006**

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2005	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS	PENDENTES PARA 2007
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
AMARAL E SILVA	8	21	1	22	0	19	8
JORGE MUSSI	1	15	0	9	0	9	7
GASPAR RUBIK	18	17	0	23	1	26	11
SOUZA VARELLA	13	20	0	27	0	30	6
SÉRGIO PALADINO	7	13	0	8	0	8	12
SOLON D'EÇA NEVES	5	22	1	20	0	21	8
IRINEU JOÃO DA SILVA	4	22	1	21	1	21	5
TORRES MARQUES	9	20	1	22	4	17	4
JAIME RAMOS	0	0	0	0	0	1	0
JORGE SCHAEFER MARTINS	0	1	0	1	0	1	0
CARSTENS KÖHLER	6	16	0	22	0	22	0
TÚLIO PINHEIRO	10	8	2	18	2	18	0
TOTAL	81	175	6	193	8	193	61

▸ **PROCESSOS - CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, POR CLASSE - 2006**

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Agravo Regimental em Embargos Infringentes	0	1	1	0	0
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	1	1	0	1
Apelação Cível (MS)	1	0	0	0	0
Emb. Declaração em Revisão Criminal	0	3	3	0	3
Emb. Declaração em Embargos Infringentes	0	1	1	0	1
Emb. Infringentes	19	0	14	0	16
Indignidade p/ Oficialato	1	0	0	0	0
Mandado de Segurança	2	0	2	0	2
Medida Cautelar Incidental	0	0	1	0	1
Perda de Graduação	3	0	1	0	1
Revisão Criminal	149	0	169	8	168
TOTAL	175	6	193	8	193

DIRETORIA JUDICIÁRIA

D QUADRO ANUAL DA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL - 2006

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2005	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI-CADOS	PENDENTES PARA 2007
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
AMARAL E SILVA	151	836	16	755	18	756	230
GASPAR RUBIK	530	833	13	575	31	693	770
SOUZA VARELLA	337	819	10	576	15	669	575
SOLON DEÇA NEVES	146	753	23	714	3	726	205
JORGE SCHAEFER MARTINS	4	192	0	194	2	194	0
NEWTON JANKE	0	0	0	0	0	1	0
CARSTENS KÖHLER	68	37	0	105	0	105	0
TÚLIO PINHEIRO	64	228	3	270	25	263	0
MARLI MOSIMANN VARGAS	2	45	1	48	0	48	0
TOTAL	1.302	3.743	66	3.237	94	3.455	1.780

D PROCESSOS - PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL, POR CLASSE - 2006

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI-CADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Agravo de Instrumento	4	0	7	2	7
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Apelação Criminal	0	1	1	0	1
Apelação Cível (MS)	1	0	1	0	1
Apelação Criminal	1871	0	1436	18	1601
Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente	70	0	46	0	49
Carta Testemunhável	4	0	2	0	2
Conflito de Jurisdição	65	0	50	8	49
Emb. Declaração em Recurso de Agravo	0	2	2	0	2
Emb. Declaração em Apelação Criminal	0	47	43	0	43
Emb. Declaração em Carta Testemunhável	0	1	0	1	0
Emb. Declaração em Habeas Corpus	0	5	4	0	4
Emb. Declaração em Processo Crime	0	2	1	0	2
Emb. Declaração em Recurso Criminal	0	4	4	0	3
Exceção de Suspeição	7	0	6	1	6
Habeas Corpus	915	0	956	8	985
Inquérito	30	0	14	10	15
Mandado de Segurança	61	0	36	33	36
Medida Cautelar Inominada	1	0	0	0	0
Notícia Criminal	1	0	0	1	0
Pedido de Desaforamento	4	0	5	0	5
Pedido de Providências	0	0	0	1	0
Petição	1	0	0	1	0
Petição em Recurso Criminal	0	1	0	1	0
Processo Crime	16	0	9	3	11
Queixa Crime	2	0	3	0	3
Reclamação	9	0	9	2	12
Recurso Criminal	229	0	190	2	205
Recurso Criminial em Apelação Criminal	0	1	1	0	1
Recurso de Agravo	423	0	386	1	387
Recurso em Mandado de Segurança	3	0	5	0	6
Reexame Necessário em Mandado de Segurança	1	0	0	0	0
Representação	5	0	0	0	0
Termo Circunstanciado	20	0	18	1	17
TOTAL	3.743	66	3.237	94	3.455

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL - 2006

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2005	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI-CADOS	PENDENTES PARA 2007
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
JORGE MUSSI	46	642	3	323	3	315	365
SÉRGIO PALADINO	165	722	19	659	20	656	227
IRINEU JOÃO DA SILVA	77	720	9	628	22	635	156
TORRES MARQUES	66	807	18	612	176	621	103
CARSTENS KÖHLER	114	572	17	676	27	676	0
TÚLIO PINHEIRO	113	347	3	446	17	446	0
TOTAL	581	3.810	69	3.344	265	3.349	851

PROCESSOS - SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL, POR CLASSE - 2006

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI-CADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Agravo de Instrumento	10	0	5	2	5
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	8	7	1	7
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	2	2	0	2
Apelação Criminal	1892	0	1627	49	1619
Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente	80	0	59	10	58
Autos Suplementares em Apelação Criminal	0	0	1	0	1
Conflito de Jurisdição	69	0	63	2	63
Emb. Declaração em Recurso de Agravo	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Apelação Criminal	0	36	29	4	31
Emb. Declaração em Habeas Corpus	0	12	12	1	12
Emb. Declaração em Inquérito	0	2	2	0	2
Emb. Declaração em Processo Crime	0	2	1	0	1
Emb. Declaração em Recurso Criminal	0	2	2	0	2
Exceção de Suspeição	3	0	2	1	2
Habeas Corpus	948	0	960	21	972
Inquérito	29	0	17	13	17
Mandado de Segurança	68	0	9	49	9
Notícia Criminal	3	0	3	0	3
Pedido de Desaforamento	4	0	3	1	3
Pedido de Execução Acórdão em Processo Crime	0	0	1	0	1
Processo Crime	10	0	6	7	7
Queixa Crime	1	0	1	0	1
Reclamação	6	0	4	2	4
Reclamação em Apelação Criminal	0	1	0	1	0
Recurso Criminal	225	0	208	13	208
Recurso Criminal em Apelação Criminal	0	3	0	0	0
Recurso de Agravo	445	0	306	84	305
Recurso de Habeas Corpus	1	0	1	0	1
Recurso em Mandado de Segurança	3	0	3	0	3
Representação	1	0	1	1	1
Termo Circunstanciado	12	0	8	3	8
TOTAL	3.810	69	3.344	265	3.349

DIRETORIA JUDICIÁRIA

D QUADRO ANUAL DO PLANTÃO JUDICIÁRIO - 2006

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2005	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI-CADOS	PENDENTES PARA 2007
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
JAIME RAMOS	0	16	1	0	4	0	0
JORGE SCHAEFER MARTINS	0	1	0	0	1	0	0
NEWTON JANKE	0	38	0	0	5	0	0
VICTOR FERREIRA	0	24	1	0	4	0	0
CARSTENS KÖHLER	0	1	0	0	0	0	0
SÉRGIO IZIDORO HEIL	0	15	1	0	0	0	0
SÔNIA MARIA SCHMITZ	0	2	1	0	0	0	0
TÚLIO PINHEIRO	0	10	0	0	0	0	0
RONALDO MORITZ M. DA SILVA	0	2	0	0	0	0	0
JÂNIO MACHADO	0	1	0	0	0	0	0
JAIME LUIZ VICARI	0	3	0	0	1	0	0
PAULO ROBERTO C. COSTA	0	25	0	0	3	0	0
MARLI MOSIMANN VARGAS	0	2	0	0	0	0	0
JOEL FIGUEIRA JÚNIOR	0	27	0	0	3	0	0
TOTAL	0	167	4	0	21	0	0

D PROCESSOS - PLANTÃO JUDICIÁRIO, POR CLASSE - 2006

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI-CADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	1	0	0	0
Agravo de Instrumento	49	0	0	8	0
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	2	0	0	0
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	0	0	0	0
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	1	0	1	0
Emb. Declaração em Habeas Corpus	0	0	0	0	0
Emb. Declaração em Medida Cautelar	0	0	0	0	0
Habeas Corpus	79	0	0	2	0
Mandado de Segurança	37	0	0	9	0
Medida Cautelar Incidental	0	0	0	0	0
Medida Cautelar Incidental	0	0	0	0	0
Petição em Mandado de Segurança	1	0	0	1	0
Recurso de Agravo	1	0	0	0	0
TOTAL	167	4	0	21	0

RECURSOS NA SEGUNDA E TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIAS

RECURSOS	SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA	TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA
Recurso Especial Admitido	590	1.796
Recurso Especial Negado	1.735	4.143
Recurso Extraordinário Admitido	198	511
Recurso Extraordinário Negado	1.071	808
Despachos Outros	756	1.368

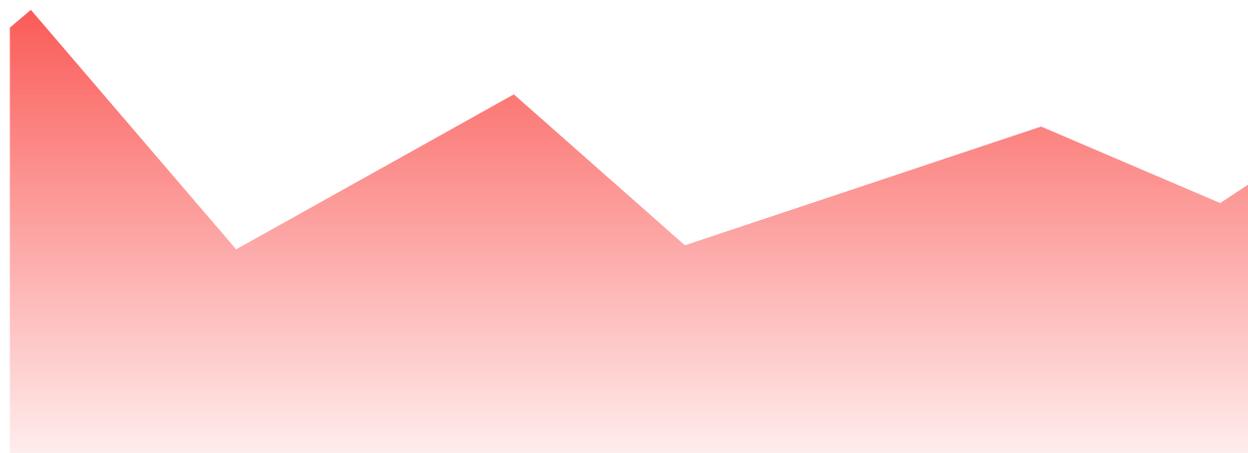
RELATÓRIO SINTÉTICO DIVISÃO DE RECURSOS DA DIRETORIA JUDICIÁRIA

MOVIMENTAÇÃO	TOTAL
Baixa Interior/ Capital	24.157
Procesos Arquivados	13.887
Retorno do STF	707
Retorno do STJ	2.516
Remessa ao STF	627
Remessa ao STJ	5.641
Remessa Turma de Recursos	94
Remessa Distribuidor	122
Remessa Diligência	1.202
Remessa TRF 4ª Região	87
Remessa TRE	3
Remessa TRT	183
Remessa Justiça Federal	56
Aud. Justiça Militar	3
Presidentes Outros Tribunais	5
Ofícios Expedidos	30.958

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

ALMIR TADEU PERES

Diretor



DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

ASSESSORIA TÉCNICA

Acompanhamento, manutenção e atualização da infobase principal de acórdãos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (base de jurisprudência)

Foram realizadas dez atualizações da infobase informatizada de acórdãos referente ao período de janeiro a novembro de 2006, com a disponibilização de aproximadamente 25.500 acórdãos com seu inteiro teor.

Foram identificados **2.100** acórdãos como segredo de justiça, dentre os **25.500** apontados, com a respectiva abreviação dos nomes das partes – acórdãos estes já disponibilizados na infobase da intranet e internet.

Acompanhamento, manutenção e atualização da infobase de despachos das Vice-Presidências do Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Foram realizadas dez atualizações da infobase informatizada de despachos das Vice-Presidências com a disponibilização de aproximadamente 5.000 despachos com seu inteiro teor na rede interna do Tribunal.

Acompanhamento, manutenção e atualização da infobase de acórdãos das Turmas de Recursos

Foram realizadas 7 atualizações da infobase

informatizada de acórdãos das Turmas de Recursos com a disponibilização de 3.128 acórdãos com seu inteiro teor na rede interna do Tribunal e na internet, totalizando atualmente 7.549 acórdãos com seu inteiro teor, sendo:

- ▶ **750** *da Primeira Turma de Recursos da Capital na sua forma integral;*
- ▶ **186** *da Segunda Turma de Recursos de Blumenau na sua forma integral;*
- ▶ **206** *da Terceira Turma de Recursos de Chapecó na sua forma integral;*
- ▶ **208** *da Quarta Turma de Recursos de Criciúma na sua forma integral;*
- ▶ **687** *da Quinta Turma de Recursos de Joinville na sua forma integral;*
- ▶ **379** *da Sexta Turma de Recursos de Lages na sua forma integral;*
- ▶ **712** *da Sétima Turma de Recursos de Itajaí na sua forma integral.*

Acompanhamento, manutenção e atualização da infobase de acórdãos do Conselho da Magistratura

Foram realizadas 10 atualizações da infobase informatizada de acórdãos do Conselho da Magistratura com a disponibilização de 1.376 acórdãos com seu inteiro teor, desde o ano de 1990, com acesso restrito, mediante senha.

Acompanhamento, manutenção e atualização da base de Resoluções Administrativas

Atualização diária da base de resoluções administrativas e o seu respectivo índice com a

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

disponibilização na internet e intranet de 80 resoluções relativas ao ano de 2006, assim constituídas:

▶ Resoluções	TJ	25
▶ Resoluções	RC	2
▶ Resoluções	GP	34
▶ Resoluções	CM	8
▶ Resoluções	DOF	7
▶ Resoluções	DGA	2
▶ Resoluções	DGJ	1
▶ Resoluções	Pleno	1

As Resoluções estão disponíveis na intranet no endereço: Administração-Normas e Manuais-Resoluções, bem como índice das resoluções.

Acompanhamento, manutenção e atualização das bases de legislações:

- ▶ *Regimento Interno do TJSC*
– mês de outubro de 2006
- ▶ *Atos Regimentais do TJSC*
– mês de outubro de 2006
- ▶ *Código de Divisão e Organização Judiciárias de Santa Catarina*
– mês de outubro de 2006

▶ *Súmulas do TJSC*

Resoluções:

GP/TJ/CM/DA/DEF/DDP/DMP/DGA

- ▶ *Constituição do Estado de Santa Catarina, incluindo Emendas Constitucionais e Ações Diretas de Inconstitucionalidade – até a Emenda Constitucional nº 45*

- ▶ *Lei nº 8.067/1990 – Fundo de Reaparelhamento do Judiciário – julho/05*

Atendimento à pesquisa jurídica virtual (CD-ROM, bases jurídicas na internet e bases internas)

Atendimento por e-mail Juris: pesquisas jurídicas especializadas e outras informações solicitadas por magistrados, assessores jurídicos, advogados e público em geral.

Resposta a dúvidas sobre a forma de busca de acórdãos na internet e outros assuntos inerentes à recuperação rápida da informação.

Remessa, por e-mail ou fax, de acórdãos ou de documentos jurídicos solicitados.

Consultas na base da legislação de Santa Catarina, disponível na internet no endereço: <http://leis.jol.com.br>, por meio de senhas de acesso, com leis na íntegra desde 1973, atualizada até 2006.

Produção do CD-ROM, vol. 7, do acervo de acórdãos do TJSC

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Lançamento do CD-ROM, volume 7, do acervo de acórdãos do TJSC, dividido em dois volumes, sendo que um contém toda a jurisprudência cível e o outro a jurisprudência penal e Legislação.

Produção do DVD da Jurisprudência Catarinense, Legislações e Normas do TJSC

Produção do DVD Jurisprudência Catarinense para distribuição aos Magistrados Catarinenses e para as 110 Comarcas do Estado, contendo as seguintes infobases: Jurisprudência Cível, Jurisprudência Penal, Despachos da Vice-Presidência, Acórdãos das Turmas de Recursos, Legislação e Normas do TJSC, Provimentos e Circulares da Corregedoria-Geral da Justiça, Constituição do Estado de Santa Catarina e Ementas do STJ, totalizando 4.7Gb de informações.

Assessoramento técnico e suporte aos TSIs das Comarcas para a distribuição e instalação do DVD da Jurisprudência Catarinense nos servidores das 110 (cento e dez) Comarcas e nos demais micros dos Juízes e Assessores.

Desenvolvimento do Projeto-Piloto da infobase do Diário da Justiça eletrônico, no qual foram inseridos os anos de 2003, 2004, 2005 e 2006, possibilitando pesquisa ampla no DJE.

Convênios

Foram celebrados os seguintes convênios:

com a Editora Magister, Júris Síntese – IOB e com o Superior Tribunal de Justiça – STJ, visando a permuta de infobases jurídicas de legislação, jurisprudência e doutrina.

Os convênios possibilitaram a transferência e o intercâmbio das bases jurídicas para disponibilização aos magistrados.

Revista Jurisprudência Catarinense On-line

A Revista Jurisprudência Catarinense foi disponibilizada para acesso on-line na página do TJSC.

Em novembro de 2006, foi procedida atualização dos Atos Regimentais, com remissão das suas respectivas alterações, bem como a legislação estadual específica, com impressão na Gráfica do Tribunal.

Em outubro de 2006, foi editado o livro de Legislação Complementar ao Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina, contendo a Lei Complementar nº 339 de 8 de março de 2006, a Emenda Constitucional do Estado de Santa Catarina n. 42 de 8 de novembro de 2005 e a Emenda Constitucional da República do Brasil n. 45 de 30 de dezembro de 2004, impresso pela Gráfica do Tribunal.

Foram remetidos 97 acórdãos para as revistas LEX e RT, visando sua publicação nas publicações dos respectivos periódicos.

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Acompanhamento da gestão dos projetos definidos pelo Planejamento Estratégico, coordenando, avaliando o seu desenvolvimento e garantindo a integração de recursos e esforços.

Acompanhamento do processo de elaboração da proposta orçamentária da Diretoria, com base nos objetivos e nas metas estabelecidas, de acordo com as prioridades.

DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO

SEÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE DADOS

- Disponibilização, até 20-11-2006, de 36.497 acórdãos provenientes dos órgãos julgadores do Tribunal de Justiça para serem utilizados pela Divisão de Editais da Diretoria Judiciária e para a atualização das infobases deste Tribunal.
- Aplicação de estilo e conferência de dados, em campos específicos, de cada acórdão para a base de dados.
- Controle de entrada e saída de processos da seção.
- Reunião, em documento único, de acórdão e respectivo voto, das decisões tomadas por maioria dos membros dos órgãos julgadores

SEÇÃO DE PUBLICAÇÕES

- Atualização de dados no programa de

cadastro de matérias publicadas no Diário da Justiça (de 22-11-2005 até 3-7-2006) e no Diário da Justiça Eletrônico (de 3-7-2006 até 20-11-2006). Foram cadastradas 101.387 matérias.

- Instituição do Diário da Justiça Eletrônico, órgão oficial de divulgação dos atos processuais e administrativos do Poder Judiciário de Santa Catarina (PJSC).
- Editoração do Diário da Justiça Eletrônico composto pelas matérias do PJSC.
- Cadastro do Diário da Justiça Eletrônico na página da internet do PJSC, que permite o acesso ao público.
- Cadastro de dados de 36.497 cópias de acórdãos com a indicação de seu local físico em pastas paginadas, as quais ficam sob a guarda permanente da Divisão de Arquivo e Memória do Judiciário do PJSC, e conferência desses dados.
- Confecção de 846 pastas de cópias de acórdãos (entre 25-11-2005 e 20-11-2006 - última pasta número 5.954).
- Implementação do programa de cadastramento de pastas de cópias de acórdãos no SAJ.
- Envio de matérias para publicação no Diário Catarinense e no Diário Oficial do Estado.
- Envio do inteiro teor de acórdãos por correio e por correio eletrônico, quando solicitados.

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

- Implementação do programa de recebimento de matérias da 2ª e 3ª vice-presidências (MAP/SAJ).

SEÇÃO DE REVISÃO

Revista de Jurisprudência

Distribuição do volume	107
Confecção do volume	108/109
Distribuição do volume	108/109
Confecção do volume	110
Confecção do Índice Geral dos volumes	90 a 108/109

Acórdãos revisados

Des. Fernando Carioni	888
Des. Vanderlei Romer	1.167
Des. Rui Fortes	734
Des. Solon d'Eça Neves	248
Des. Mazoni Ferreira	185
Des. Salim Schaed dos Santos	6
Des. Newton Janke	1
Des. Gastaldi Buzzi	4
Des. Amaral e Silva	15
Des. Cesar Abreu	937
Des. Francisco Oliveira Filho	309
Des. Luiz Carlos Freyesleben	14

Total de acórdãos revisados 4.408

Outros trabalhos de revisão:

Atos Regimentais
 Projetos
 Apostilas
 Programas diversos
 Matérias para publicação na internet
 Relatórios de avaliação
 Folders diversos para as Diretorias e Órgãos da Administração do TJSC
 Discursos de Desembargadores
 Atas do Conselho da Magistratura
 Ofícios diversos e outros documentos.
 Total aproximado de páginas de documentos revisados: **1.500**

DIVISÃO DE ARQUIVO E MEMÓRIA DO JUDICIÁRIO

SEÇÃO DE PREPARO TÉCNICO

Recebidas, organizadas, indexadas e arquivadas as seguintes séries documentais oriundas dos diversos órgãos do TJSC:

12.449 Processos Judiciais.

21.044 Processos Administrativos.

2.990 Processos de Precatórios.

Empenhos do Orçamento e FRJ, ano 2004.

Processos de Prestação de Contas, ano 2004.

Alvarás de Ordem Bancária, ano 2004.

Processos de Baixa de Bens da DMP, 98 a 2004.

Doc. do Gabinete da Presidência, diversos anos.

Documentação da Corregedoria-Geral da Justiça, ano 2005.

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

PESQUISAS REALIZADAS NA
DOCUMENTAÇÃO TEXTUAL

ARQUIVO	TEMPO EMPREGADO	Nº DE CÓPIAS
Arquivo textual	410 horas	-

Substituídas, higienizadas e auditadas 2.450 caixas de arquivo, relativas à documentação administrativa do Tribunal de Justiça.

Higienizados, cadastrados e revisados 82.538 processos judiciais oriundos das comarcas do Estado de Santa Catarina.

SEÇÃO DE ALOCAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Transferência do acervo documental das comarcas, perfazendo um total de 88.352 caixas de arquivo, equivalente a 2.650.560 processos judiciais, conforme quadro abaixo:

CAIXAS TRANSFERIDAS
DAS COMARCAS

COMARCA	TOTAL DE CAIXAS
ANCHIETA	223
ANITA GARIBALDI	608
ARARANGUÁ	1637
BALNEÁRIO CAMBORIÚ	1068
BIGUAÇU	1323
BLUMENAU	3108
BOM RETIRO	675
BRAÇO DO NORTE	459
BRUSQUE	4945
CAÇADOR	818
CAMBORIÚ	367
CAMPOS NOVOS	1915
CANOINHAS	1454
CAPITAL	19829
CHAPECÓ	1100

CAIXAS TRANSFERIDAS
DAS COMARCAS (CONT.)

COMARCA	TOTAL DE CAIXAS
CONCÓRDIA	2992
CORREIA PINTO	400
CRICIÚMA	977
ESTREITO	343
GAROPABA	109
GASPAR	800
IBIRAMA	1260
IÇARA	960
IMARUÍ	332
IMBITUBA	1232
INDAIAL	1635
ITAPEMA	405
ITUPORANGA	1515
JARAGUÁ DO SUL	2194
JOAÇABA	1346
JOINVILLE	1360
LAGUNA	2562
LAURO MÜLLER	257
MAFRA	426
MONDAÍ	608
NAVEGANTES	131
NORTE DA ILHA	462
ORLEANS	936
PALHOÇA	2284
PIÇARRAS	941
PINHALZINHO	428
POMERODE	460
PONTE SERRADA	604
RIO DO SUL	2428
RIO NEGRINHO	401
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	700
SÃO BENTO DO SUL	1642
SÃO FRANCISCO DO SUL	260
SÃO JOÃO BATISTA	413
SÃO JOSÉ	6447
SÃO LOURENÇO	977
SOMBRIO	1010
TIJUCAS	722
TUBARÃO	2505
TURVO	1035
VEIDEIRA	1793
XAXIM	531
TOTAL	88.352

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Foram desarquivados **25.885** Processos Judiciais das comarcas, conforme quadro abaixo.

Foi celebrado contrato com a EBCT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para atender

os desarquivamentos de processos judiciais solicitados pelas comarcas, bem como a sua devolução à Divisão de Arquivo. Foram transportados pelo Correio aproximadamente 14 toneladas de processos judiciais.

PROCESSOS DESARQUIVADOS DAS COMARCAS

COMARCA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Anita Garibaldi	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16	-	16
Araranguá	100	51	80	63	65	53	28	105	47	52	62	-	706
B. Camboriu	0	0	0	21	17	30	11	7	4	7	16	-	113
Biguaçu	39	87	52	51	45	29	64	62	8	89	41	-	567
Blumenau	69	33	72	35	23	62	44	82	27	111	122	-	680
Bom Retiro	1	2	0	4	8	4	4	2	5	4	2	-	36
Braço do Norte	0	3	51	0	59	3	11	1	66	12	10	-	216
Brusque	33	99	142	64	149	176	178	258	111	268	96	-	1574
Caçador	0	0	0	0	0	0	0	35	17	32	54	-	138
Camboriú	0	0	0	0	17	10	20	27	7	15	83	-	179
Campos Novos	10	27	33	21	19	28	43	1	13	18	13	-	226
Canoinhas	0	0	0	0	0	0	0	0	3	23	20	-	46
Capital	547	312	410	396	437	404	588	855	594	887	801	-	6231
Chapecó	78	46	81	56	103	58	31	24	38	59	70	-	644
Concórdia	75	66	82	81	67	76	128	68	70	68	67	-	848
Correia Pinto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11	23	-	34
Criciúma	0	0	5	8	20	17	6	29	18	16	3	-	122
Garopaba	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	-	5
Gaspar	0	10	11	12	4	11	9	7	10	9	5	-	88
Içara	0	0	71	44	37	90	53	84	55	92	72	-	598
Ibirama	0	10	26	48	23	16	16	2	4	22	21	-	188
Imaruí	0	0	0	0	0	5	0	7	5	9	4	-	30
Imbituba	20	152	33	0	67	22	26	4	49	62	38	-	473
Indaial	0	8	25	13	32	15	33	21	25	19	2	-	193
Itapema	1	0	27	0	10	13	8	0	5	2	21	-	87
Ituporanga	21	21	3	30	147	33	110	32	21	117	126	-	661
J. do Sul	17	46	98	35	48	38	83	38	37	42	22	-	504
Joaçaba	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	5	-	6

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

PROCESSOS DESARQUIVADOS DAS COMARCAS (CONT.)

COMARCA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Joinville	117	232	220	86	145	153	156	102	107	86	215	-	1619
Laguna	24	21	92	67	53	61	21		12	28	17	-	396
Lauro Müller	0	0	1	7	12	0	11	56	4	1	0	-	92
Mafra	0	0	0	7	11	7	6	26	19	14	3	-	93
Mondaí	0	0	0	0	0	21	0	41	32	27	0	-	121
Navegantes	0	0	0	0	0	0	0	0	1	11	13	-	25
Orleans	0	4	52	28	48	15	38	28	28	28	15	-	284
Palhoça	77	65	55	55	63	46	123	108	114	104	156	-	966
Piçarras	0	26	5	42	9	21	26	0	19	33	5	-	186
Pinhalzinho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	-	5
Pomerode	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	-	2
P. Serrada	10	17	35	38	44	31	11	15	12	21	5	-	239
Rio do Sul	118	67	113	52	77	58	52	96	114	99	73	-	919
Rio Negrinho	0	0	0	0	2	19	7	10	4	8	9	-	59
Santo Amaro	7	6	53	18	7	14	26	3	36	50	8	-	228
São B. do Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40	-	40
São Francisco	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	-	1
São J. Batista	15	0	2	3	0	2	2	2	2	6	2	-	36
São José	241	156	269	259	226	108	185	246	190	269	150	-	2299
São Lourenço	23	18	39	23	67	12	23	64	16	94	42	-	421
Sombrio	24	55	53	27	38	27	107	84	56	72	42	-	585
Tijucas	0	0	0	41	1	33	17	60	11	16	26	-	205
Tubarão	0	0	5	63	46	22	52	68	42	25	26	-	349
Turvo	0	0	0	8	36	15	18	33	24	16	7	-	157
Videira	15	109	101	57	69	486	300	102	52	35	38	-	1364
Xaxim	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	-	1
TOTAL	1682	1749	2397	1863	2351	2344	2675	2895	2135	3096	2698	-	25.885

SEÇÃO DE DIGITALIZAÇÃO E PESQUISA

Foram preparadas e encaminhadas ao CIASC

para microfilmar e posteriormente conferidas as seguintes séries documentais:

SERVIÇO DE MICROFILMAGEM

	QUANTIDADE DE FOTOGRAMAS (UN.)	QUANTIDADE DE MICROFILMES (ROLOS)
Diário da Justiça do Estado de SC	16.500	3
Diário da Justiça da União	129.000	22
Empenhos e orçamentos	3.000	2
TOTAL	148.500	27

PESQUISAS REALIZADAS NO ARQUIVO DE MICROFILMES

ARQUIVO	TEMPO EMPREGADO	QUANTIDADE DE CÓPIAS
Arquivo Microfilme	350 horas	9.500

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

SEÇÃO DE MUSEU

I Exposição Permanente no Anexo do TJSC

Local: Sala de Expos. do Museu no Anexo.
Período: jan. de 2006 a 30 de nov. de 2006.
Visitantes: 1.930 pessoas.

II Projeto: "Difusão da Memória do Judiciário Catarinense".*Atividade 1:*

Exposição comemorativa dos 115 anos de instalação do Tribunal de Justiça Capital.

Local: Vão central do Beiramar Shopping.

Período: 5 a 11 de outubro de 2006.

Número de visitantes: 2.590 pessoas.

Perfil do público visitante: usuários clientes habituais do shopping, estudantes do ensino fundamental, médio e universitário, turistas nacionais e estrangeiros, advogados, pesquisadores (de História, Direito, Ciências Sociais e de Comunicação), magistrados, procuradores, servidores públicos.

Acervo histórico exposto: documentos históricos representativos da criação e da instalação do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, iconografia, peças e objetos que constituem o aparato material de suporte ao funcionamento ao longo da história do Judiciário catarinense. Imagens do plenário histórico e do atual. Imagens dos prédios que abrigaram a sede do Poder Judiciário até os dias atuais.

Atividade 2:

Exposição itinerante comemorativa aos 115 anos de instalação do Tribunal de Justiça Cidade de Joinville. Local: Shopping Müeller.
Período: 14 a 20 de outubro de 2006.
Número de visitantes: 1.319 pessoas.

Atividade 3:

Exposição itinerante comemorativa aos 115 anos de instalação do Tribunal de Justiça Cidade de Blumenau. Local: Shopping Neumarkt. Período: 21 a 29 de out./2006.
Número de visitantes: 2.204 pessoas.

Atividade 4:

Exposição itinerante comemorativa aos 115 anos de instalação do Tribunal de Justiça Cidade de Jaraguá do Sul. Local: Shopping Breithaupt. Período: 30 de out. a 5 de nov. de 2006. Número de visitantes: 998 pessoas.

Atividade 5:

Exposição itinerante comemorativa aos 115 anos de instalação do Tribunal de Justiça Cidade de Tubarão. Local: Farol Shopping. Período: 24 de nov. a 1º de dez. de 2006.
Número de visitantes: 1.500 pessoas.

Atividade 6:

Exposição itinerante comemorativa aos 115 anos de instalação do Tribunal de Justiça Cidade de Criciúma Local: Shopping Criciúma.

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Período: 2 a 7 de dezembro de 2006.
Número de visitantes: 1.300 pessoas
(estimativa).

Atividade 7:

Exposição itinerante comemorativa aos 115 anos de instalação do Tribunal de Justiça Cidade de Criciúma – Eventos do Dia Nacional da Conciliação. Local: Centro de Eventos do Município. Período: 8 de dezembro de 2006. Número de visitantes: (indeterminado).

III Projeto Executado: Controle e Preservação do Acervo Histórico do Judiciário Catarinense.

Atividade 1:

Recolhimento de processos judiciais:
1.a) Comarca de Curitiba: 85 documentos.
1.b) Comarca de Lages: 996 documentos.
Total: 1.081 documentos.

Atividade 2:

Catálogo e inventário de processos:
2.a) autos processuais catalogados:
2.500 unidades.

Atividade 3: Restauração de acervo:

3.a) Restauo de 1 tela de Rui Barbosa.
3.b) Reprodução de 2 retratos para a Galeria de Presidentes da Sala de Exposições.

IV Cursos de Capacitação Específicos:

1) 2º Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus.

Realização: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) e outros.
Período: 25 a 29/6/2006
Local: Memorial da América Latina, São Paulo, SP. Participantes: Orivalda Lima Silva e João Maurício Gewher.

2) Oficina: Introdução à Conservação Fotográfica

Ministrante: Sandra Baruki Funarte
Dias: 30/31/10 e 1º/11 das 14h às 18h.
Local: Museu Víctor Meirelles, Florianópolis.
Participante: Valmir Nunes da Silva.

3) Oficina: Conservação de Documentos.

Ministrante: Lygia Guimarães – Abracor.
Dias: 6, 7 e 8/11/2006 das 14h às 18h.
Local: Museu Víctor Meirelles, Florianópolis.
Participante: Valmir Nunes da Silva.

4) Oficina: Ação Educativa em Museu.

Ministrante: Magaly Cabral – RJ.
Dias: 30/11 e 1º/12 das 14h às 18h.
Local: Museu Víctor Meirelles, Florianópolis.
Participante: Valmir Nunes da Silva.

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

RESUMO ESTATÍSTICO

Exposições realizadas para Difusão do Acervo: 8 (1 permanente e 7 itinerantes).

Total de visitação de janeiro a novembro de 2006: 11.841 pessoas.

Nº de entidades visitantes diferentes: 40 (32 turmas de Direito; 1 de História; 3 Escolas de Ensino Fundamental; 2 Turmas de novos servidores do Judiciário; 1 grupo de terceira idade; e 1 grupo religioso da Igreja Santo Antônio).

Pesquisas em documentos atendidas: 50 (usuário interno) 30 (usuário externo).

Processos judiciais catalogados: 2.500 documentos.

Processos judiciais recolhidos: 1.081 documentos.

Cursos de capacitação: 4 eventos.

Participação em cursos de capacitação: 2 servidores.

Bens patrimoniais preservados: 155 unidades (99 reproduções fotográficas para exposições; 6 objetos restaurados; 50 retratos de juízes para galerias de Mondaí e Palmitos).

Comarcas visitadas para verificação e execução de serviços: 9 (Orleans, Palmitos, Mondaí, Chapecó; Criciúma; Joinville; Blumenau; Jaraguá do Sul; Tubarão).

Palestras com vídeos institucionais apresentadas no Pleno do Tribunal.

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

LIVROS E PERIÓDICOS ADQUIRIDOS

DESTINAÇÃO	QUANTIDADE
Livros preparados para Biblioteca do TJ/Seção de Processamento Técnico	1.423
Periódicos para a Biblioteca	454
Livros preparados para Gabinetes de Magistrados, Academia Judicial, Cartórios e demais setores, encaminhados pela Seção de Bibliotecas Setoriais	19.724
Livros encaminhados por empréstimo para os Magistrados das Comarcas do interior	325
Livros preparados e encaminhados para Biblioteca Setorial da Comarca de Araranguá	323
Livros preparados e encaminhados para Biblioteca Setorial da Comarca de Balneário Camboriú	319
Livros preparados e encaminhados para Biblioteca Setorial da Comarca de Blumenau	417
Livros preparados e encaminhados para Biblioteca Setorial da Comarca de Chapecó	337
Livros preparados e encaminhados para Biblioteca Setorial da Comarca de Criciúma	565
Livros preparados e encaminhados para Biblioteca Setorial da Comarca de Itajaí	289
Livros preparados e encaminhados para Biblioteca Setorial da Comarca de Joinville	539
Livros preparados e encaminhados para Biblioteca Setorial da Comarca de Lages	377
Livros preparados e encaminhados para Biblioteca Setorial da Comarca de Laguna	257
Livros preparados e encaminhados para Biblioteca Setorial da Comarca de São José	268
Livros preparados e encaminhados para Biblioteca Setorial da Comarca de Tubarão	363
Empréstimos de obras/Seção de Pesquisa e Referência	35.108

DIVISÃO DE PESQUISA E INFORMAÇÃO

No decorrer do ano foram instaladas as Bibliotecas Setoriais das Comarcas de Araranguá, Laguna e Concórdia.

Foi implantado o sistema gestor de bibliotecas denominado: Pergamum - Sistema

Integrado de Bibliotecas, que funciona de maneira integrada, garantindo muito mais agilidade no acesso à informação.

Foi efetuada alteração no leiaute da recepção da Biblioteca.

Foram preparados até o momento 29 livros para a Biblioteca Setorial da Comarca de Concórdia, com previsão para ser instalada no dia 14 de dezembro do corrente ano, juntamente com a inauguração do novo Fórum.

DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO

CENTROS DE ATENDIMENTO E INFORMAÇÕES

IMPLANTAÇÃO DE NOVOS CENTROS DE ATENDIMENTO E INFORMAÇÕES

Foram instalados 5 novos Centros de Atendimento e Informações nas comarcas de Araranguá, Brusque, Jaraguá do Sul, Laguna e Concórdia.

TRABALHO DESENVOLVIDO NO CENTRO DE ATENDIMENTO E INFORMAÇÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

A Central de Atendimento visa proporcionar aos seus usuários internos e externos um atendimento personalizado. Recepciona e orienta o público em geral, prestando informações e ou encaminhando-o aos setores competentes ou a outras instituições; presta

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

informações relativas à estrutura organizacional e ao quadro funcional do Tribunal de Justiça; informações processuais de 1º e 2º Grau; fornece o horário das sessões das Câmaras, pauta de Sessões e cópias de acórdãos; realiza a venda de CDs e revistas da Jurisprudência Catarinense, do livro "Leis Complementares, Leis Ordinárias e Atos Regimentais do TJSC" e do Estatuto dos Servidores Públicos; recolhe GRJR fora do expediente bancário, relativa a pagamentos de fotocópias (cópias reprográficas) e microfilmes, autenticações e CD da Jurisprudência Catarinense; orienta a utilização dos terminais de auto-atendimento.

USUÁRIOS

(advogados, estudantes e público em geral)

Advogados e partes	15.400
Outros	11.300
Acórdãos	10.500
Informações por telefone	13.200
Informações por e-mail	32.000
Total de pessoas no Centro	15.000

CENTRAL DE CADASTRAMENTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Identificados pela Central de Cadastro, circulam, diariamente 3.500 pessoas pelo Tribunal de Justiça, das quais em média 800 são visitantes e advogados. Muitos usuários vêm em busca de informações, serviços ou se dirigem aos setores e gabinetes.

A qualidade no atendimento tem sido uma preocupação constante, e o sistema de controle de acesso ao prédio vem sendo aprimorado para proporcionar maior agilidade e segurança.

As catracas de saída foram complementadas com equipamentos para reter os crachás, visando, desta forma, obter uma maior segurança e praticidade nos serviços prestados.

PROTOCOLO ADMINISTRATIVO

O Sistema de Protocolo (PTC) vem sendo aprimorado pela Diretoria de Informática juntamente com a Chefia da Seção. O Sistema agilizou os serviços de cadastramento e consultas na Seção de Protocolo e tornou mais eficiente a movimentação e o recebimento de processos nos setores. A consulta via intranet foi aperfeiçoada, proporcionando maior refinamento nas buscas e facilitando a localização dos processos pelos usuários, setores e gabinetes.

Foi implantado o SAJ para o cadastramento dos precatórios. O sistema disponibilizado facilita o acompanhamento dos processos pelas partes e pelos advogados.

A Seção de Protocolo vem estudando a possibilidade de novo processo de protocolo com a utilização da tecnologia de workflow, preocupada com o grande número de autuações, bem como com o intuito de facilitar e agilizar os procedimentos.

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

ESTATÍSTICA PROCESSUAL

Foram cadastrados aproximadamente 26.300 processos administrativos; 2.192/mês. Um acréscimo de 1.288 processos em relação ao ano anterior (2005).

Foram cadastrados aproximadamente 1.590 precatórios; 133/mês. Um acréscimo de 112 precatórios em relação a 2005. Os precatórios foram cadastrados no cache e no SAJ (implantado em junho/2006).

Consultas de processos administrativos e precatórios – 3.600, em torno de 10 por dia.

Anexação, juntada, apensamento e despensamento de processos – aproximadamente 1.800, em torno de 5 por dia.

PROTOCOLO JUDICIAL EXPRESSO

O Protocolo Judicial Expresso foi criado com o objetivo de prestar atendimento aos advogados com maior comodidade e dinamicidade.

Este serviço destina-se ao recebimento, ao protocolo de petições e à devolução de processos em carga, destinado ao Fórum Central da Comarca da Capital e ao Tribunal de Justiça sem que o advogado tenha de sair de seu veículo. A utilização do PJEx é facultativa e complementa os serviços de distribuição do Fórum da Capital e da Secretaria de Informações da Diretoria Judiciária.

ESTATÍSTICA DE RECEBIMENTOS

18.792 processos de 1º grau

35.052 petições de 1º grau

4.944 processos de 2º grau

6.168 petições de 2º grau



◀ **DIRETORIA-GERAL ADMINISTRATIVA** ▶

◀ **SÉRGIO GALLIZA** ▶

Diretor-Geral



DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRATIVA

E A Direção-Geral Administrativa tem como função primordial a supervisão das atividades e projetos do Poder Judiciário relacionados às Diretorias sob sua coordenação (Diretoria de Orçamento e Finanças – DOF; Diretoria de Material e Patrimônio – DMP; Diretoria de Recursos Humanos – DRH; Diretoria de Saúde – DSA; Diretoria de Infra-Estrutura – DIE; Diretoria de Informática – DIN e Diretoria de Engenharia e Arquitetura – DEA), além de praticar atos administrativos que importem a aplicação de recursos orçamentários e deliberar sobre questões administrativas relativas aos servidores do Poder Judiciário.

Os principais projetos, ações ou realizações acontecidos no exercício de 2006, nas áreas acima referidas, segundo avaliação dos próprios Diretores, foram os seguintes:

- a) DOF: a implantação do SAJ/Precatórios e Racionalização da Divisão de Precatórios; alimentação e acompanhamento da execução orçamentária no Sisproject e renovação do contrato da Conta Única;
- b) DMP: a implantação do código de barras na Divisão de Almoxarifado; controle de certidões negativas dos fornecedores e implantação do sistema workflow nas requisições de compra, ambos na Divisão de Compras;
- c) DRH: o início do desenvolvimento de um novo sistema de recursos humanos, com a Diretoria de Informática, e informatização dos procedimentos de marcação e comunicação de férias dos servidores;
- d) DSA: a ampliação dos recursos humanos e da área física, que permitiu focar as ações de saúde na prevenção e a implantação de estatísticas e indicadores na Junta Médica, que permitirá definir com mais precisão e eficiência as ações do Órgão;
- e) DIE: a implementação de melhorias nos serviços de limpeza e de copa, com a aquisição de equipamentos e materiais mais modernos e funcionais; a ampliação do programa de minimização de resíduos sólidos, com a adesão de novas comarcas e a manutenção da política de renovação da frota de veículos de representação e de serviços;
- f) DIN: a implantação do processo virtual e do Diário da Justiça Eletrônico e a ampliação da rede de comunicação de dados;
- g) DEA: a conclusão das obras de construção do prédio do novo Fórum da comarca de Concórdia, com área construída de 5.363,53m²; a conclusão das construções de 4 (quatro) Casas da Cidadania (Campo

DIREÇÃO GERAL ADMINISTRATIVA

Alegre, Iraceminha, Botuverá e Timbó Grande) e o lançamento das licitações para a conclusão das reformas dos prédios dos fóruns das comarcas de Xaxim e Joaçaba.

Destaca-se, ainda, que, no período de 1o-1-2006 a 30-11-2006, foram recebidos e analisados pela Assessoria Jurídica desta Direção-Geral 2.499 processos, deixando-se de se considerar aqui os processos despachados em gabinete, conforme quadro a seguir:

ASSUNTOS ESTUDADOS

ASSUNTO	QUANTIDADE
Abono de permanência	55
Aposentadoria	57
Auxílio-alimentação	57
Averbação	130
Bolsa de Estudo	205
Devolução de valores	165
Disposição	112
Férias	45
Gratificações	490
Serviço extraordinário	31
Licenças	578
Nomeação	20
Processo Disciplinar/Sindicância	15
Redução de carga horária	128
Regime de cooperação	33
Remoção	139
Workflow – férias	79
Outros	160

◀ DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA ▶

◀ CELSO GALLIZA ▶

Diretor



DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

REFORMAS E CONSTRUÇÕES CONCLUÍDAS

OBRA	M ²	VALOR DOS INVESTIMENTOS (R\$)	DATA DA ENTREGA
Reforma global Fórum da Comarca Da Capital	8.648,58	2.957.085,98	AGOSTO/06
Reforma sistema de climatização Fórum da Comarca da Capital	8.648,58	649.859,40	AGOSTO/06
Reforma parcial instalações elétricas do Tribunal de Justiça	13.617,00	90.682,65	JANEIRO/06
Reforma parcial do prédio do Fórum de Imbituba/Nova Vara	500,00	58.799,79	JANEIRO/06
Reforma parcial do prédio do Fórum de Palhoça/Nova Vara	250,00	24.046,45	JANEIRO/06
Reforma parcial do prédio do Fórum de Balneário Camboriú/Nova Vara	474,00	31.782,45	JANEIRO/06
Reforma parcial do prédio do Fórum de Jaraguá do Sul/Nova Vara	710,00	40.949,77	JANEIRO/06
Reforma parcial do prédio do Fórum de Cricúma/Nova Vara	100,00	8.755,24	FEVEREIRO/06
Reforma parcial Fórum da Comarca De Indaial	232,00	24.122,44	NOVEMBRO/06
Construção da Casa da Cidadania de Iraceminha	403,71	469.352,66	MAIO/06
Construção da Casa da Cidadania de Botuverá	403,71	381.471,64	OUTUBRO/06
Construção da Casa da Cidadania de Timbó Grande	403,71	467.935,71	NOVEMBRO/06
Construção Fórum da Comarca de Concórdia	5.363,71	6.249.184,23	NOVEMBRO/06
Pintura global do prédio do Fórum de Brusque	3.000,00	74.998,33	MARÇO/06
Recuperação/manutenção das Esquadrias - TJSC	-	144.810,00	AGOSTO/06
Recuperação/manutenção das Esquadrias - Anexo Fórum da Capital	4.994,00	205.627,49	SETEMBRO/06
Instalação de portas giratórias - Fórum Da Capital	-	23.960,00	MAIO/06
Exec. do cabeamento estruturado do prédio do Fórum de Chapecó	7.736,96	240.080,45	DEZEMBRO/06
TOTAL	55.485,96	12.143.504,68	

CASA DA CIDADANIA EM CONSTRUÇÃO

OBRA	M ²	VALOR DOS INVESTIMENTOS (R\$)	DATA DA ENTREGA
Construção da Casa da Cidadania de Jaborá	403,71	426.666,66	DEZEMBRO /06
TOTAL	403,71	426.666,66	

OBRAS EM ANDAMENTO

OBRA	M ²	VALOR DE CONTRATO (R\$)	PREVISÃO DE ENTREGA
Conclusão da construção do prédio Anexo ao TJ	15.391,21	17.488.200,30	FEVEREIRO/07
Construção Fórum da Comarca de Camboriú	1.534,24	1.657.453,22	ABRIL/07
Construção Fórum da Comarca de Porto Belo	1.534,24	1.438.893,14	DEZEMBRO/06
Reforma parcial Fórum da Comarca de Palhoça	250,00	38.674,63	DEZEMBRO/06
Reforma parcial Fórum Distrital do Continente - Estreito	360,00	48.999,99	DEZEMBRO/06
TOTAL	19.069,69	20.672.221,28	

Observação: Administração tem também como prioridade a manutenção e conservação dos prédios dos Fóruns e Tribunal de Justiça, além da manutenção preventiva e corretiva de equipamentos (ar condicionado central e individuais, elevadores e plataformas elevatórias, calefação, etc). Assim, o Poder Judiciário aplicou investimentos na ordem de R\$ 5.500.000,00

DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

OBRAS EM LICITAÇÃO

OBRAS	M ²	VALOR ESTIMADO (R\$)	PREVISÃO DE ENTREGA
Conclusão da reforma global do prédio do Fórum de Xaxim	975,00	499.728,00	-
Conclusão da reforma global do prédio do Fórum de Joaçaba	2.624,00	388.931,00	-
Construção Fórum da comarca de Piçarras	1.534,24	1.756.813,00	-
Construção Fórum da comarca de Guaramirim	1.534,24	1.873.206,00	-
Construção Fórum da comarca de São Domingos	1.534,24	2.077.441,00	-
Construção Fórum da comarca de Pinhalzinho	1.534,24	1.971.453,00	-
Construção Fórum da comarca de Catanduvas	1.534,24	2.356.673,00	-
Instalação de grupo gerador de energia de emergência TJSC	-	233.794,00	-
Recuperação sistema de ar condicionado central Salão do Júri Criciúma	-	30.000,00	-
Instalação de isolamento térmico prédio do Arquivo e Almox. Central	5.550,00	89.037,00	-
Reforma parcial antigo prédio do Fórum da comarca de Itajaí	850,00	149.324,00	-
Reforma global do prédio anexo do Fórum da comarca da Capital	5.724,00	5.166.279,00	-
Reforma parcial do prédio do Fórum de Santo Amaro da Imperatriz	761,25	206.020,64	-
TOTAL	24.155,45	16.798.699,64	

DIVERSOS

AÇÃO	M ²	VALOR DO CONTRATO (R\$)	PREVISÃO DE ENTREGA
Aquisição de aparelhos de ar condicionado	-	472.965,00	2006
Aquisição de móveis sob medida	-	623.394,19	2006
TOTAL		1.096.359,19	

◀ DIRETORIA DE INFORMÁTICA ▶

◀ GIOVANNI MORESCO ▶

Diretor



DIRETORIA DE INFORMÁTICA

Dinâmica por natureza, a informática apresenta desafios diários a enfrentar e superar. Executar com eficiência essa tarefa é o objetivo precípua da Diretoria de Informática, no sentido de oferecer estrutura tecnológica que auxilie na prestação jurisdicional célere e racional e no conseqüente atendimento aos anseios da sociedade. Acompanhando o desenvolvimento da sociedade da informação no país, a DI trabalha em conjunto com a CGInfo no sentido da melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados à população e para a promoção do desenvolvimento tecnológico aliado à eficiência da prestação jurisdicional, com a aplicação racional dos recursos disponíveis.

Essa evolução constante e em ritmo acelerado da tecnologia aplicada aos processos de

negócio exige total dedicação e aprimoramento, visando manter em bom funcionamento a estrutura do Poder Judiciário e propor os avanços necessários para posicionar a instituição em posição de destaque no cenário nacional.

Contando com cinco divisões, duas assessorias e uma secretaria, a DI atua no projeto, desenvolvimento e manutenção de sistemas e da infra-estrutura necessária ao seu adequado funcionamento. O presente relatório se refere às atividades desenvolvidas pela informática do Poder Judiciário Catarinense no primeiro ano da gestão 2006/07 (1º/02 a 30/11/06). Ele descreve os atendimentos prestados, sistemas desenvolvidos e atualizados e o parque de equipamentos tecnológicos, além das alterações de estrutura e projetos em destaque.

ATIVIDADES REALIZADAS

Com a crescente utilização dos recursos tecnológicos, é natural que a demanda por atendimento e solução de problemas também apresente um aumento significativo. Obviamente, a estrutura disponível na Diretoria de Informática não cresce na mesma proporção. Assim, visando evitar um possível colapso no atendimento, a DI efetua o registro de todos os atendimentos prestados, com o objetivo de identificar possíveis pontos de estrangulamento e atuar pró-ativamente na melhoria do serviço.

No primeiro ano da atual gestão, foram atendidas 8.812 solicitações no que diz respeito à equipamentos de informática. Levando em conta apenas os dias úteis, esse

número traduz uma média de 42,7 atendimentos por dia ou ainda aproximadamente um atendimento completo a cada 10 minutos. Por “atendimento completo” entenda-se o recebimento da solicitação, destacamento de um ou mais técnicos, identificação e solução do problema. É necessário ainda levar em consideração a manutenção preventiva e periódica dos equipamentos, com políticas aplicadas de forma globalizada, o que reduz a ocorrência de falhas e agiliza o atendimento ao grande número de equipamentos existente.

Ainda com relação ao suporte a usuários, a equipe de apoio ao Sistema de Automação do Judiciário de Primeiro Grau (SAJ/PG), prestou 10.216 atendimentos entre março e novembro de 2006.

▶ ATENDIMENTOS DE SUPORTE AO SAJ/PG
(FORMA DE ATENDIMENTO)

MÊS	TELEFONE	E-MAIL	INSTANT MESSENGER	ACESSO REMOTO	PESSOAL	TOTAL
MAR	426	240	213	84	2	965
ABR	393	255	210	81	2	941
MAI	479	314	209	93	5	1.100
JUN	498	247	211	88	4	1.048
JUL	578	250	414	90	4	1.336
AGO	663	283	337	68	0	1.351
SET	546	208	212	58	1	1.025
OUT	521	278	243	39	0	1.081
NOV	640	239	189	41	0	1.109
TOTAL	4.744	2.314	2.238	642	18	9.956

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

Para o Segundo Grau de jurisdição (Diretoria Judiciária, Primeira Turma de Recursos da Capital, Secretaria do Tribunal Pleno, Conselho da Magistratura, Núcleo de Conciliação dentre outros) foram realizados 1.868 atendimentos, uma média de 9 por dia. Uma vez que o sistema SAJ foi fornecido por uma empresa contratada, é papel da Diretoria de Informática acompanhar seu uso e fazer a “ponte” entre os usuários e a empresa, nos casos em que não for possível a solução direta por nossa equipe e também na identificação de oportunidades para melhorias no sistema. Nesse sentido, foram executados 994 contatos com a empresa, incluindo solicitação de correções e implementação de novas características, solução de dúvidas e sugestões diversas. Nos demais sistemas, englobando os setores administrativos, foram realizados no período em torno de 1.038 atendimentos, por telefone e correio eletrônico.

A propósito, aumentar a qualidade do atendimento tem sido uma das prioridades da atual gestão da informática. No entanto, não basta apenas capacitar os técnicos, é necessário também investir em novos métodos e ferramentas de trabalho. Nesse contexto, surge com força a Gestão do Conhecimento, área que vêm obtendo destaque e importância nas organizações modernas e que não possuía até fevereiro último um setor especializado no Poder Judiciário catarinense. A Diretoria de

Informática propôs, então, a criação da Seção de Gestão do Conhecimento, vinculada à Divisão de Implantação e Suporte, para começar a preencher essa lacuna. Apenas nos primeiros meses de atuação, embora ainda em processo de organização, a referida seção já mostrou resultados, dentre os quais podemos citar os seguintes projetos:

- a) Criação de um fórum de discussão através da intranet, servindo com um veículo para debate de assuntos diversos, além de uma fonte de informação ágil e permanente para dúvidas e problemas relacionados à tecnologia da informação;
- b) Pesquisa e estudo de ferramentas de software livre adaptáveis à realidade do Poder Judiciário Catarinense, incluindo software para gerência e administração de projetos e webmail;
- c) Definição do projeto para Repositório de produção científica do Poder Judiciário;
- d) Pesquisa e desenvolvimento de ferramenta (“Moodle”) para implantação de ambiente de educação à distância, junto à Academia Judicial do Poder Judiciário;
- e) Pesquisa, customização, instalação e suporte à Agenda Corporativa do Poder Judiciário.

Para manter o Poder Judiciário catarinense na vanguarda tecnológica, além da qualidade do parque instalado, a Diretoria de Informática providencia periodicamente a

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

aquisição e distribuição de equipamentos para as diversas unidades judiciárias. Visando manter a sistemática de compra de equipamentos estabelecida nas últimas gestões, com a renovação do parque de informática, atendimento de novas demandas e manutenção dos estoques em níveis seguros, foi efetuada a aquisição de microcomputadores, impressoras, monitores de vídeo e outros equipamentos destinados aos usuários internos. Nesse contexto, foram distribuídos no ano 15.425 peças e equipamentos, conforme elencados na tabela a seguir:

RENOVAÇÃO DO PARQUE DE INFORMÁTICA

EQUIPAMENTO/PEÇA	QUANTIDADE
Cabo UTP (metros)	2518
CDR	649
CDRW	476
Estabilizador	1173
Gravador de CD	29
Gravador de DVD	128
Hub/switch	224
Impressora jato de Tinta	53
Impressora Laser	384
Impressora Multifuncional	148
Leitor de Códigos de Barra	519
Memórias	321
Microcomputador	2046
Monitor de Vídeo	1403
Mouses	839
Nobreak	92
Notebook	141
Peças Diversas para Impressoras	737
Peças Diversas para microcomputador	1198
Peças Diversas para redes	1339
Placa Mãe	71
Processadores	71
Rádios Comunicadores	55
Réguas de Tomadas	257
Servidores de Impressão	27
Teclado	471
Terminal de Auto-atendimento	56
TOTAL	15.425

Com relação à tabela ao lado, detalhamos a seguir alguns projetos onde esses equipamentos foram utilizados:

- a) Distribuição e configuração de notebooks para uso de Desembargadores e Juízes de 2º Grau, visando a utilização da tecnologia Wireless (acesso à rede sem utilização de fios) no Tribunal Pleno e Sala de Sessões;
- b) Envio de todos os equipamentos necessários à continuidade do projeto de reestruturação da Comarca da Capital, dando suporte à implantação da nova versão do SAJ/PG;
- c) Distribuição de equipamentos às Turmas de Recursos, para atendimento ao novo sistema implantado pela Diretoria de Informática;
- d) Envio de equipamentos para atendimento ao projeto de reestruturação da Comarca de Palhoça e Fórum distrital do Estreito.
- e) Levantamento de dados, elaboração de cronograma e substituição dos microcomputadores e impressoras nos Gabinetes dos Desembargadores e Diretoria Judiciária, visando a mudança para o novo prédio, com a conseqüente redistribuição dos que lá estavam para Comarcas e Diretorias;
- f) Especificação do projeto de telões para o Tribunal Pleno;

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

- g)** Atualização do parque de informática da Divisão de Artes Gráficas;
- h)** Distribuição de Gravadores de DVD para as comarcas;
- i)** Distribuição de Monitores LCD para os Desembargadores, Diretores, recepção Diretoria Judiciária e Central de Atendimento;
- j)** Substituição dos monitores de 14" por novos de 17", proporcionando atualização do parque e melhoria nas condições de trabalho dos servidores;
- k)** Distribuição de Pen drives, para Desembargadores, Magistrados, TSI e Diretorias;
- l)** Distribuição de gravadores de DVD para TSI e Diretorias, visando auxiliar o backup e a atualização da base de Jurisprudência;
- m)** Distribuição de terminais de auto atendimento (totens) para as Casas da Cidadania que possuem acesso ADSL, visando oportunizar àquelas comunidades facilidade no acesso a consulta processual.

Obviamente, o trabalho relacionado a equipamentos de informática não se resume à aquisição e distribuição de hardware. É necessário, cada vez mais, efetuar um planejamento que permita realizar a manutenção do parque tecnológico através de procedimentos preventivos, identificando e substituindo as

máquinas que apresentam risco iminente de falha ou que já não suportam à demanda crescente. Nesse sentido, foi efetuado o levantamento de dados e elaboração de cronograma visando a troca de computadores dos gabinetes, com intuito de preparar os mesmos para ocupação do prédio anexo, em construção. Além disso, foram efetuadas a reestruturação e reorganização dos racks e cabeamento primários, visando melhorar a identificação de switches e cabos, além de otimizar os recursos da rede. Completando esse planejamento, a Diretoria de Informática solicitou alteração de layout no espaço reservado para depósito de equipamentos, visando a criação de um setor que possa agilizar a manutenção de equipamentos advindos das Comarcas, bem como maior controle sobre o estoque de equipamentos usados que são recebidos para baixa ou reutilização.

Com todo o investimento realizado na aquisição de equipamentos, a DI também contribuiu com o projeto de Justiça Cidadã da atual gestão, efetuando a triagem e destinando para doação os equipamentos que se tornaram inservíveis para uso no Poder Judiciário catarinense. Com essa medida, diversas entidades de assistência puderam ser atendidas e proporcionar inclusão social a grupos menos favorecidos.

Em que pese todo o investimento em

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

prevenção e orientação aos usuários, diariamente a Diretoria de Informática recebe solicitações de atendimento para solução de problemas. Além disso, fornece suporte e orientação aos Técnicos de Suporte em Informática (TSI), responsáveis pelo atendimento aos usuários e manutenção do parque de informática. Dessa forma, é essencial que a comunicação interna seja realizada a contento. Considerando esta realidade, a DI procurou implantar formas de melhorar a comunicação interna, buscando maior produtividade nos serviços prestados. Visando alcançar esse objetivo, foram distribuídos radiocomunicadores às Comarcas Pólos em fevereiro passado. Com a utilização desses equipamentos, pretende-se a melhoria na comunicação entre técnicos daquelas Comarcas, bem como a agilidade na localização dos mesmos dentro do Fórum. Estes rádios possuem um faixa de frequência exclusiva do Poder Judiciário, possibilitando assim maior segurança na comunicação e impedindo que usuários externos que façam uso deste tipo de tecnologia interfiram na comunicação dos técnicos. Ainda visando à agilidade na comunicação interna, foi disponibilizado aos técnicos um servidor interno de Instant Messenger, totalmente sincronizado com LDAP (usuários e senhas de e-mail). Após o período de maturação tecnológica, este serviço estará também disponível a todos os usuários da rede interna



do Poder Judiciário. Finalmente, com o objetivo de proporcionar maior quantidade de recursos de comunicação, foram criadas em 2006 1.150 novas contas de correio eletrônico (e-mail).

Com a mudança de gestão, em fevereiro de 2006, a Diretoria de Informática pleiteou a especialização da sua Divisão de Suporte em duas áreas distintas, a saber: Divisão de Administração de Dados e Divisão de Redes de Comunicação. De fato, tal especialização era uma necessidade premente, de forma a distribuir a quantidade de serviço que, impulsionada pelo surgimento constante de novas tecnologias, começava a se tornar insustentável. Com a especialização, os ganhos que se estimava obter a médio prazo e diluídos por toda a gestão, já começaram a ser notados no primeiro ano, com a execução de diversos projetos relacionados às novas divisões. A Divisão de Redes de Comunicação é responsável pela gerência e implantação de projetos na área de segurança. Dentre os serviços sob sua

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

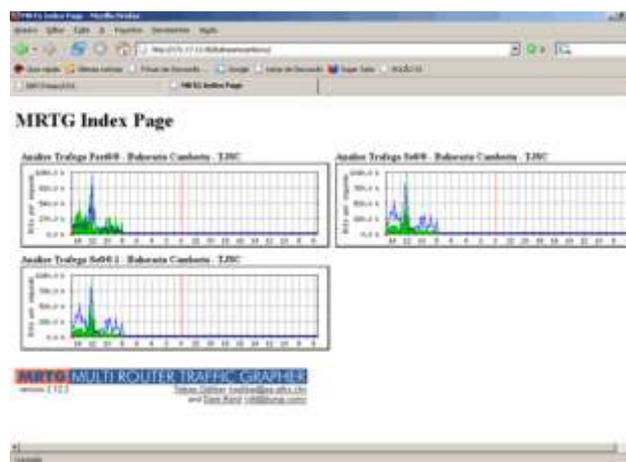
responsabilidade, podemos citar a administração do servidor Proxy, antivírus, controle dos links de comunicação e administração do Firewall. Nesse contexto, projetos que estavam “estacionados” por falta de mão-de-obra especializada e disponível puderam ser impulsionados já nos primeiros meses de 2006. Destacamos a implantação de assinatura digital, que possibilitou a publicação online e com valor oficial do Diário da Justiça eletrônico representando uma economia anual superior a 2,5 milhões de reais aos cofres do Judiciário estadual com a eliminação da necessidade de edição impressa do jornal.

Na área de segurança da informação, uma preocupação constante e crescente, o maior investimento foi executado na prevenção de riscos, especialmente em ferramentas de proteção contra vírus. Foi instalada em 2006 a nova versão de software antivírus em todo Estado. Com o objetivo de facilitar a atualização da ferramenta, foram também distribuídas para todas as Comarcas as atualizações do software, não sendo mais necessário a atualização manual das vacinas. Isso proporcionou economia no tráfego de rede e conseqüente agilidade nas atualizações, reduzindo a carga sobre o servidor principal. Ainda sobre o combate às “pragas virtuais”, foi executada a instalação do IWSS (Interscan Web Security Suite), um servidor antivírus para controle das páginas Web. Esse utilitário “varre” todas as

páginas e arquivos “baixados” antes da entrega ao usuário que as solicitou, liberando apenas aqueles que não representam riscos.

Mantendo o foco no quesito segurança, a Diretoria de Informática adquiriu e instalou o NRS (Networks Reputation Service), serviço que elimina a maior parte das mensagens de correio eletrônico indesejáveis, através da verificação do remetente em uma “lista negra” mantida pelo sistema. Trata-se de uma ferramenta que auxilia sobremaneira no combate ao “spam”, gerando economia na utilização do antivírus e também para o servidor de e-mail.

Com relação à infra-estrutura, a Divisão de Redes de Comunicação implementou novas ferramentas e técnicas que otimizam o acesso à rede interna, com destaque para a conclusão do projeto de migração dos circuitos de dados com as Comarcas, passando a menor velocidade de circuito para 512 Kbps. Em virtude de problemas enfrentados no acesso à internet, os



DIRETORIA DE INFORMÁTICA

técnicos da nova Divisão têm trabalhado desde fevereiro buscando identificar as causas e oferecer soluções a respeito. Dessa forma, através do monitoramento do link de saída e utilização de ferramentas especializadas, foram detectadas limitações no servidor proxy. Para solucionar esse "gargalo", foram instaladas três máquinas com balanceamento de carga, o que proporcionou melhora significativa no desempenho. Além disso, foi instalado um novo software para fazer filtro de conteúdo (regras de acesso), liberando o proxy para atuar apenas como cache de páginas, sua função original. Completando a solução para acesso à internet, foi executada a instalação de máquinas para filtro de conteúdo, com a utilização de LVS ("Linux Virtual Service"), gerando maior agilidade e escalabilidade do serviço. Toda a solução encontra-se em máquinas com arquitetura simples e "rodando" software livre, o que proporciona economia de licenciamento e também na manutenção.

Tal estudo e a conseqüente solução apenas foram possíveis em virtude da especialização mencionada, que teve durante o ano a anexação da Seção de Telefonia, visando seguir as tendências de mercado e tecnologia, no tocante à convergência de voz e dados. Apesar da necessidade de adaptação do setor de telefonia a essas tendências, sua integração com a DI já mostra resultados, com o início do projeto de substituição das atuais centrais

telefônicas por novas centrais com capacidade para utilização dos recursos de voz sobre IP (VOiP) e redução dos custos com telefonia e de manutenção futura. Para esse projeto, será utilizado como gerenciador da rede o software livre Asterisk, instalado em um servidor de rede com Linux. Com isso, a DI mantém-se fiel à política de buscar as melhores soluções sem perder de vista a economia de recursos. Destacamos que o cuidadoso planejamento efetuado prevê a conclusão do projeto em um prazo de até cinco anos, visando à diluição dos custos e assimilação da tecnologia. Essa decisão, essencialmente técnica, demonstra a preocupação em implantar soluções robustas e definitivas, independente dos fatores políticos envolvidos.

A Divisão de Administração de Dados possui a responsabilidade de controle dos bancos de dados de todo o Estado e gerência dos servidores de rede, dentre outras atribuições. Uma vez que a evolução da infra-estrutura computacional disponível proporcionou um



Servidor de Armazenamento de dados

aumento da demanda reprimida por soluções de informática, visto que as aplicações passaram a oferecer maior segurança e performance, a Diretoria de Informática

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

adquiriu um servidor de armazenamento de dados, que foi instalado em meados de fevereiro. Esse equipamento está sendo utilizado para resolver problemas imediatos e também dar vazão a projetos importantes que exigem tal estrutura, como uma nova sistemática para armazenamento e distribuição de mensagens de correio eletrônico (e-mail) e ferramentas de trabalho colaborativo. A importância do referido equipamento para o desenvolvimento de novas aplicações caracteriza-se pela robustez no armazenamento de informações, alta disponibilidade e flexibilidade na manutenção do servidor, permitindo que a máquina não necessite ser desligada para a realização de manutenções. Nesse sentido, e dando plena continuidade ao planejamento prévio de incremento constante do parque, já em 2006 a capacidade de armazenamento de informações do referido servidor foi duplicada, passando a contar no momento com espaço para quatro Terabytes de informação armazenada.

Na parte de servidores de rede, diversos projetos foram executados visando a contínua melhoria nos serviços prestados pela Diretoria de Informática. Dentre estes projetos, damos destaque aos seguintes:

a) Atualização do servidor que gerencia o sistema SAJ/SG, incluindo a substituição do equipamento, conexão à SAN (rede do

servidor de armazenamento) e atualização do banco de dados Oracle, passando da versão 8i para a versão 10g;

- b)** Substituição dos servidores que gerenciam os bancos de dados do Sistema de Conta Única e das Comarcas cujas informações estão centralizadas no Tribunal de Justiça;
- c)** Substituição e modernização dos servidores de rede que atendem à Corregedoria Geral da Justiça, à rede dos Gabinetes de Desembargadores e ao sistema Workflow;
- d)** Substituição de 14 servidores de rede de Comarcas;
- e)** Ampliação da capacidade dos servidores das Comarcas de Balneário Camboriu, Itajaí, Blumenau, Brusque, Joinville, Araranguá, Criciúma e Tubarão;

Além da citada atualização do parque instalado, a Divisão de Administração de Dados disponibilizou a infra-estrutura para novos sistemas e serviços implantados, como Processo Virtual, Índice Estadual, Relatórios Estatísticos e Assistência Judiciária. Essa infra-estrutura é composta por três servidores de banco de dados, com a mais recente versão do Oracle (10g), dois servidores de aplicação, um servidor de armazenamento e uma unidade de fita para realização de cópias de segurança (backups). Mais que isso, foi também executa-

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

da a atualização dos serviços de página (internet e intranet), incluindo a substituição do equipamento e atualização do software de gerenciamento, passando a usar o moderno Sun-One 6.1 WebServer.

Com os investimentos citados em infraestrutura, naturalmente o desenvolvimento e manutenção de sistemas tornam-se tarefas mais produtivas. Assim, e mantendo o propósito de priorizar a atividade fim do Poder Judiciário, a Diretoria de Informática continua oferecendo todo o suporte à implantação do SAJ/PG (Primeiro Grau), unificando a versão do sistema em todo o território catarinense. Não obstante a ênfase dada ao SAJ/PG, uma mudança de paradigma começa a se fazer notar, no tocante ao desenvolvimento de aplicações pela própria equipe da Diretoria de Informática, embora se utilizando do mesmo banco de dados que o SAJ. Com esse enfoque, pode-se aproveitar as informações que já existem e desenvolver soluções específicas e especializadas para o Judiciário catarinense, ainda que não existam no sistema original. Nesse sentido, foi adaptado e implantado pela DI o módulo de atendimento às Turmas de Recursos do Estado, uma solicitação antiga e que ainda ao havia sido atendida a contento pelo SAJ. Outro exemplo da integração com o principal sistema corporativo do Poder Judiciário, em sua versão para o Segundo Grau de jurisdição, foi o desenvolvimento do

módulo de importação de despachos e decisões monocráticas, que exigiu a participação em reuniões com a empresa responsável pelo sistema, para estudar a viabilidade de integração com o SAJ/SG, além da posterior implementação e implantação do software.

Ainda no tocante aos sistemas destinados à atividade fim da instituição, a Diretoria de Informática trabalhou na execução do projeto de implantação do “Processo Virtual”, que consiste na automação completa dos autos físicos, sem necessidade do trâmite de papel. Isso se traduz em racionalização, com redução dos custos e do tempo de tramitação de um processo, cujas informações podem ser acessadas a qualquer momento e de qualquer lugar através da internet. A utilização de certificação digital confere validade jurídica aos documentos e procedimentos executados internamente pelos servidores e magistrados. Esse projeto foi implantado no Complexo de Ensino Superior de SC (CESUSC) e posteriormente na Unidade Regional de Execuções Fiscais Estaduais na Comarca de Lages, que se tornou a 1ª Vara de Execuções Fiscais do estado com processos virtuais. Trata-se de um projeto piloto que poderá ser estendido às demais regiões de Santa Catarina. O objetivo dessa estrutura é englobar todas as execuções fiscais municipais e estaduais para dar mais agilidade ao processo.

Mais um projeto de destaque diz respeito à

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

experiência inovadora de virtualização de processos na Justiça de 2º Grau. Trata-se da digitalização de recursos e apelações, permitindo que os integrantes da Câmara deixem os diversos volumes que compõem os processos sem seus gabinetes e acompanhem a pauta de julgamentos de forma simultânea através dos microcomputadores instalados nas bancadas. Os terminais permitem, ainda, a comunicação virtual com as respectivas assessorias, distantes fisicamente da sala de sessões, com a possibilidade de correções em tempo real pelos assessores nos gabinetes.

A equipe de desenvolvimento de sistemas tem se esmerado para, sem deixar de lado o atendimento às solicitações recebidas, criar uma infra-estrutura de desenvolvimento que possibilite o reaproveitamento de trabalho já executado e a padronização dos procedimentos, de forma a aumentar a rapidez e eficiência tanto do desenvolvimento quanto da manutenção dos sistemas oferecidos. Praticamente já não existe mais da Diretoria de Informática um sistema que “pertence” a um único desenvolvedor, fato corriqueiro até há pouco tempo. Com a forma de trabalho atual, cada vez mais técnicos possuem condições de criar novas funcionalidades ou corrigir erros dos sistemas já existentes, eliminando a dependência de um único profissional.

Sob essa ótica, a Diretoria de Informática direcionou parte de seus esforços em 2006

para o estudo e análise do novo sistema de Recursos Humanos, um dos projetos prioritários da atual gestão. Nesse sentido, buscando a utilização das mais modernas técnicas de análise e desenvolvimento de sistemas, foi composta uma equipe que trabalhou na gestão do projeto, incluindo tarefas como o estudo sobre a metodologia (PMBOK), confecção e manutenção dos documentos pertinentes, agenda, diário do projeto, EAP, lista de atividades, cronograma, declaração do escopo, memórias de reunião etc. Com isso, pode-se executar com sucesso a tarefa de levantamento de requisitos, que envolveu além de visitas à Diretoria de Recursos Humanos, a produção de documentos sobre os seguintes requisitos: horário de trabalho, férias, licenças, afastamentos e banco de horas, substituições, gratificações, contagem de tempo de serviço, incorporações, procedimento disciplinar, saúde, aposentadoria, magistrados, concurso, controle de cargos, avaliações e estágio probatório, clima organizacional, cargos de apoio, função gratificada, avaliações de desempenho, promoções, controle de terceirizados, admissão, movimentação funcional, remunerações, rubricas, cálculos e benefícios.

No que diz respeito ainda ao desenvolvimento e manutenção de sistemas, destacamos no primeiro ano da atual gestão as seguintes atividades:

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

- a)** Desenvolvido novo mecanismo de processamento das consultas de jurisprudência do TJ, que otimizou as conexões com o banco de dados e eliminar a ocorrência de erro por quantidade excessiva de consulentes;
- b)** Finalizada a implementação das alterações relativas à retenção automática de imposto de renda nos saques, no Sistema de Conta Única. No mesmo sistema, foram implementados recursos para que os escrivães informem as subcontas que farão rapasse ao executivo, a geração do arquivo de exportações para DIRF e a implantação de recurso de segurança para evitar duplicidade de nomes para um mesmo CPF/CNPJ;
- c)** Lançada a versão 1.0 do fluxo eletrônico de Requisição de Materiais e Serviços. Com esta ferramenta uma Requisição de Compras (RC) é "virtualizada", permitindo que o procedimento seja mais rápido e transparente e possibilitando o devido acompanhamento por parte do requisitante;
- d)** Finalizada a especificação do sistema de empenhos, que irá possibilitar a outros sistemas fazer uso desses dados. Com relação a isso, a Diretoria de Informática efetuou procedimento importador no Sisproject para atender demanda emergencial da Diretoria de Orçamento e Finanças. Esta automação permitiu à administração do TJ ter atualizada a execução orçamentária baseada nos projetos em curso;
- e)** Confeccionado novo módulo para impressão do contra-cheque e o informe de rendimentos, possibilitando que aposentados e pensionistas de todo Estado tornem a receber em suas residências tais informações;
- f)** Sistema de Controle de Acesso do Palácio da Justiça: desenvolvidas alterações que permitirão aos gestores consultar os registros, referentes aos seus colaboradores, de entrada e saída do prédio do Palácio da Justiça;
- g)** Efetuada a análise e especificação dos sistemas de Empenhos e Precatórios;
- h)** Entregue nova versão do sistema de Progressão Funcional, com o qual foi gerado o ato de promoção, procedimento, pendente há vários meses;
- i)** Desenvolvido novo sistema de Movimentação Bancária, auxiliando a Diretoria de Orçamento e Finanças na gerência das contas bancárias;
- j)** Efetuados a análise e desenvolvimento do sistema de Controle de Tabela de Quilometragem para Cálculo de Diligência, além da migração dos dados do sistema antigo;
- k)** Conclusão do trabalho de análise e levantamento de necessidades relativas à "distribuição de processos" no sistema de Protocolo administrativo;
- l)** Desenvolvido sistema para controle de

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

participantes/presença em eventos como treinamentos, congressos e encontros;

- m)** Efetuada manutenção nos sistemas de Patrimônio e Compras, Mutirão (módulo web), Estágio Probatório, serviços relativos à recursos humanos (módulo web), Informações Gerenciais (SIG), Controle de Cargos Vagos, Progressão funcional e disfunção, AGL – Tesouraria e outros;
- n)** Executado o levantamento de dados, elaboração e validação da especificação técnica para o sistema de Contratos e Convênios, além do conhecimento da solução SIGEF, a ser utilizada pela Secretaria da Fazenda;
- o)** Realizada a análise e especificação para a implantação da renovação, via intranet, das bolsas de estudo;
- p)** Adequados os sistemas de recursos humanos e compras/licitações para atendimento aos requerimentos do sistema e-Sfinge na área de Atos Jurídicos – Licitações e de Pessoal;
- q)** Implementado o atendimento de requisições com o uso de coletores de dados, usando código de barras no sistema de Almojarifado;
- r)** Finalizados e implantados os módulos de custos e fotocópias no sistema de Tarifação.

Como é de supor, a tarefa da equipe responsável pelos sistemas oferecidos não se restrin-

ge a desenvolver e manter os softwares solicitados. Em determinadas ocasiões, é mais produtivo e econômico buscar no mercado soluções já consolidadas, de forma a oferecer o serviço de forma mais rápida e eficiente. Exemplo desse procedimento foi efetuado em 2006 com a implantação do novo sistema para a biblioteca do Tribunal de Justiça. Embora não tenha desenvolvido o produto em si, a equipe da Diretoria de Informática comandou todo o processo, que envolveu a identificação de possíveis soluções informatizadas; o acompanhamento de apresentações e visitas a outros órgãos para avaliação das possibilidades; a preparação para migração dos dados já existentes no sistema antigo; o planejamento e gerenciamento da mudança do sistema; a participação em cursos; a implantação e treinamento dos usuários, com o posterior acompanhamento; e, finalmente, o monitoramento do sistema e requisição de alterações.

Uma tecnologia que teve destaque em 2006 diz respeito à produção e disponibilização de serviços via workflow. Foram colocados à disposição dos usuários os fluxos de solicitação de gozo de férias – para todo o Estado -, bem como o formulário de marcação de férias. Também foram iniciados os testes como o fluxo de licença-prêmio e mantidos os de substituição, transferência e suspensão de férias.

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

Além do já citado, há a manutenção das páginas do Poder Judiciário na Internet e Intranet, visando oferecer ao usuário, interno e externo, com maior qualidade e de forma prática e intuitiva, os mais variados serviços oferecidos pelo Poder judiciário catarinense. Nesse ano, a equipe responsável desenvolveu ainda o site comemorativo aos 115 anos do Tribunal de Justiça, além de diversas propostas para o novo site do Poder Judiciário, que estão sendo avaliadas no âmbito do Comitê Gestor da Internet/Intranet, com participação efetiva da Diretoria de Informática.

Com o objetivo de aumentar a produtividade da equipe de desenvolvimento de sistemas, foi criada nessa gestão a Divisão de Implantação e Suporte, responsável pelo trabalho de treinamento e produção dos sistemas desenvolvidos internamente ou por terceiros. Com essa medida, a Diretoria de Informática especializa a tarefa de implantação, possibilitando que os técnicos responsáveis pelo desenvolvimento se dediquem integralmente a essa atividade. Além disso, o trabalho de treinamento fica a cargo das mesmas pessoas, independente do sistema oferecido, o que proporciona padronização e uniformidade de procedimentos. Mesmo ainda sendo configurada e ajustada, a nova Divisão já se projeta com destaque, executando diversos trabalhos dentre os quais citamos, além das estatísticas de suporte já mencionadas neste relatório:

- a) Configuração do sistema, ajustes nas apostilas e treinamento para as Turmas de Recursos;
- b) Atualização dos sistemas SAJ/SG, SAJ/GGS e SAJ/ADMSG;
- c) Preparação da implantação do piloto para o sistema SAJ/GGS, incluindo testes, definição do cronograma e confecção da apostila;
- d) Avaliação sobre o uso dos editores de texto (Word, Open Office e Editor Interno do SAJ) na Comarca de Lages;
- e) Treinamento no sistema SISGAB para 23 gabinetes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS**– UM OLHAR PARA O FUTURO**

No presente relatório, procuramos descrever de forma sucinta as atividades desenvolvidas pela Diretoria de Informática no primeiro semestre de gestão atual. Como se pode notar, a maior parte das realizações diz respeito ao atendimento de demandas reprimidas e problemas encontrados. Com o trabalho realizado nesse período, torna-se possível agora voltarmos atenções para o que está por vir, o que em se tratando de tecnologia da informação, acontece de forma muito rápida. Assim, embora não descrito em detalhes neste documento, o corpo gestor da informática já pensa e discute internamente acerca dos possíveis cenários para o futuro da tecnologia no Poder Judiciário, visualizando as soluções que poderão ser oferecidas no sentido de agilizar os procedimentos administrativos e auxiliar na celeridade da prestação jurisdicional.

Pesquisas e estudos estão sendo realizados, objetivando tomar à dianteira em aspectos

chave da tecnologia da informação. Com isso, poderemos manter o Tribunal de Justiça da Santa Catarina na vanguarda tecnológica, sendo cada vez mais referência no assunto entre os Tribunais do país. Obviamente, não é tarefa simples antever com precisão a modernização tecnológica, de forma que o estamos fazendo de forma prudente e segura.

Entendemos que a evolução da tecnologia tem muito a oferecer, ainda que seja necessário um estudo criterioso e focado em objetivos previamente traçados. Dentre os cenários previstos, aparece como ponto comum a implantação no Poder Judiciário de ferramentas de trabalho colaborativo e de uma política de segurança da informação, visando garantir a integridade de um dos maiores ativos da instituição no momento.

Com tudo isso, a Diretoria de Informática mantém seu plano de trabalho, traçado no início da gestão, com o firme propósito de continuar atendendo às demandas surgidas sem perder a visão do futuro e prospectar novos projetos.

◀ DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA ▶

◀ MARCO TÚLIO DE CAMARGO DOLBERTH ▶

Diretor



DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA

Abaixo, relatório das atividades e projetos desenvolvidos pelo Gabinete do Diretor, juntamente com os Chefes de Divisão e de Seção:

- I** – Projeto para redução de gastos com água mineral no Tribunal de Justiça e Fóruns com a substituição das garrafas de 500ml por bombonas de 20 litros. Pelo vigente contrato, o litro da água em garrafa custa R\$ 0,96 e o litro em bombona custa R\$ 0,10. Portanto, a medida representará significativa economia aos cofres deste Poder.
- II** – Projeto de readequação dos serviços de copa com o objetivo de estabelecer um padrão de qualidade e reduzir os custos com material de consumo e de limpeza e mão-de-obra.
- III** – Projeto para redução dos gastos com leite e café neste Tribunal de Justiça, com a substituição de garrafas térmicas por máquinas automáticas.
- IV** – Início dos estudos para estender aos Fóruns o projeto de substituição de garrafas térmicas por máquinas automáticas.
- V** – Projeto de comunicação visual para o prédio do Palácio da Justiça, Torre II (Anexo), e Fóruns.
- VI** – Padronização de 105 tipos de carimbos.
- VII** – Elaboração de manual aos Secretários de Foro sobre despesas com o Tribunal do Júri.
- VIII** – Expedição de autorização para aquisição de 420 passagens aéreas.
- IX** – Expedição de autorização para realização de 33 mudanças de magistrados.
- X** – Participação em Eventos.

DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

TIPO DE EVENTO	PARTICIPANTES
Capacitação de Multiplicadores do Programa 5S	2
Congresso Interamericano de Gestão Humana e Congresso Catarinense de Recursos Humanos	2
Curso de Gerenciamento de Projetos	3
Curso de Gerenciamento de Transporte	7
Curso de Custos e Gerenciamento de Frota	1
Curso de Gestão de Contratos Administrativos	2
Curso de Gestão do Ciclo de Vida dos Contratos Públicos	5
Curso para Implantação do 5S	61
Feira de Hospedagem e Gastronomia	1
Feira de Produtos de Higiene e Limpeza	3
Feira de Produtos e Serviços para Alimentação	3
Feira Internacional de Equipamentos Gráficos	2
Feira Internacional do Meio Ambiente	2
Fórum Ambiental de Porto Belo	1
Fórum Servidor Público	2

2 - DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE

2.1 - Seção de Expedição e Recebimento de Correspondência

Neste ano, os contratos firmados com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, cujos prazos expiram em 31 de dezembro, foram revisados e reavaliados com vistas à abertura de processo licitatório.

Abaixo, o demonstrativo das despesas com os serviços.

DESPESA COM CORREIO EM 2006 (R\$)

MÊS	SEDEX E TELEGRAMAS	MALOTE	FAC	TOTAL
JAN	21.184,40	42.210,58	207.279,62	270.674,60
FEV	22.132,22	43.528,11	319.832,50	385.492,83
MAR	32.236,47	42.728,51	429.501,29	504.466,27
ABR	23.588,30	42.823,55	333.681,85	400.093,70
MAI	29.422,65	56.266,88	435.789,14	521.478,67
JUN	25.808,15	59.548,20	391.891,04	477.247,39
JUL	26.675,61	58.161,93	420.851,91	505.689,45
AGO	45.907,39	59.480,16	434.065,88	539.453,43
SET	22.036,41	53.920,98	404.437,66	480.395,05
OUT	25.965,98	52.273,45	371.648,21	449.887,64
NOV	(*)	(*)	(*)	(*)
DEZ	(*)	(*)	(*)	(*)
TOTAL	274.957,58	510.942,35	3.748.978,80	4.534.878,70

(*) Valores não computados.

DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA

2.2 - Seção de Comunicação

A partir do mês de maio, o setor passou a integrar a Diretoria de Informática.

Até o mês de abril, além do controle das despesas, foram desenvolvidas as seguintes tarefas:

- Especificação técnica de centrais telefônicas com vistas à abertura de licitação para aquisição de 27 centrais digitais.
- Distribuição de aparelhos celulares.

2.3 - Seção de Custos e Controle Operacional

Implantação do Programa de Minimização de Resíduos Sólidos nas comarcas de Abelardo Luz, Araranguá, Acurra, Barra Velha, Braço do Norte, Brusque, Caçador, Catanduvas, Correia Pinto, Cunha Porã, Descanso, Dionísio Cerqueira, Garopaba, Guaramirim, Içara, Imaruí, Imbituba, Itapiranga, Lauro Müller, Lebon Régis, Mafra, Maravilha, Mondai, Orleans, Rio do Campo, Santa Cecília, São Francisco do Sul, São Bento do Sul, São José do Cedro, São Lourenço do Oeste e Videira.

Firmado convênio com o BESC para implantação de sistema de transferência de recursos aos Agentes Operacionais de Serviços Diversos em viagem para custear diárias,

despesas com manutenção de veículos e combustíveis.

A seguir, demonstrativo dos gastos mensais com água, energia elétrica, manutenção da frota e controle de fotocópias.

2.3.1. Água e energia elétrica – o levantamento detalhado dos valores por unidade e respectivo consumo está à disposição nesta Diretoria.

DESPESA COM ÁGUA E LUZ (R\$)

MÊS	ENERGIA ELÉTRICA	ÁGUA
JAN	332.130,48	44.063,32
FEV	468.261,79	53.116,49
MAR	454.453,98	49.731,40
ABR	341.622,86	49.379,56
MAI	301.755,77	51.455,80
JUN	287.570,25	52.561,61
JUL	283.353,42	58.500,24
AGO	320.299,70	56.545,38
SET	333.383,56	49.217,35
OUT	333.771,99	36.936,81
NOV	(*)	(*)
DEZ	(*)	(*)
TOTAL	3.456.603,40	501.507,96

(*) Valores não computados.

2.3.2. Fotocópia – o relatório com o levantamento detalhado por unidade encontra-se à disposição nesta Diretoria.

DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA

▶ FOTOCÓPIAS EXPEDIDAS NO TJ

MÊS	QUANTIDADE
JAN	154.152
FEV	349.066
MAR	457.324
ABR	398.073
MAI	460.420
JUN	378.919
JUL	346.482
AGO	411.381
SET	(*)
OUT	(*)
NOV	(*)
DEZ	(*)
TOTAL	2.955.817

(*) Valores não computados.

▶ DESPESAS COM COMBUSTÍVEL

MÊS	VALORES
JAN	34.062,26
FEV	31.372,27
MAR	42.389,28
ABR	37.732,11
MAI	44.225,10
JUN	39.939,25
JUL	37.735,30
AGO	45.047,91
SET	39.769,22
OUT	41.810,62
NOV	26.675,92
DEZ	(*)
TOTAL	420.759,24

(*) Valores não computados.

2.3.3. Veículos – o relatório com o levantamento detalhado por veículo encontra-se à disposição nesta Diretoria.

▶ DESPESAS COM MANUTENÇÃO

MÊS	VALORES
JAN	11.066,57
FEV	10.233,80
MAR	24.985,11
ABR	11.121,20
MAI	20.926,04
JUN	21.340,71
JUL	11.998,46
AGO	10.210,71
SET	18.443,14
OUT	11.382,63
NOV	22.490,79
DEZ	(*)
TOTAL	174.199,16

(*) Valores não computados.

2.4 - Seção de Transportes

Dando prosseguimento à política de renovação da frota do Poder Judiciário, foram adquiridos 27 veículos.

Contratação de seguro para todos os veículos da frota – total, para os veículos adquiridos a partir de 2000, e contra terceiros para os demais veículos. A planilha dos automóveis segurados encontra-se à disposição desta Diretoria.

3 - DIVISÃO DE ARTES GRÁFICAS

A média de produção da Divisão foi de 428.668 impressos por mês, especialmente em razão do crescimento da demanda judicial e da instalação de novas unidades judiciárias.

REDUÇÃO DE CUSTOS - seguindo a política

DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA

de redução de custos, a Divisão de Artes Gráficas revisou todos os contratos de manutenção dos equipamentos e reposição de peças, obtendo uma redução de R\$ 300.000,00 para o ano de 2007. Com a produção da Jurisprudência Catarinense na gráfica, os gastos com a terceirização dos serviços foram reduzidos em R\$ 138.000,00.

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - foram adquiridos os seguintes equipamentos: Laboratório e Impressora Serigráfica, Processadora de Chapa e Termolaminadora Automática. Este último equipamento otimizará o tempo de realização de determinadas tarefas de 210 para 53 dias.

CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA – foram contratados 6 auxiliares de serviços gráficos, 1 telefonista e 2 digitadores.

A seguir, o relatório das atividades desenvolvidas pelas Seções.

3.1 - Seção de Criação e Fotolitografia

D TRABALHO DE LABORATÓRIO
SERIGRÁFICO

TIPO	QUANTIDADE
Capa de livro	13
Laser filme A4	900
Laser filme A3	430
Metros de fotolito eletrônico	230
Chapas para off-set duplo ofício	82
Chapas para off-set meia folha	530
Telas serigráficas	6

D TRABALHO DE CRIAÇÃO

TIPO	QUANTIDADE
Banners	20
Blocos de notações personalizados	42
Capas gerais de livros e livretos	19
Cartazes	23
Cartões de Visita/apresentação e de agradecimento	120
Certificados	8
Convites para solenidades	38
Crachás	16
Envelopes	13
Folders	18
Livretos	16
Livros	7
Pastas	12
Selos	10

3.2 - Seção de Impressão

D IMPRESSÃO DIGITAL PB E COLORIDA

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE IMPRESSÃO
Impressora KONICA	306.418
Impressora CANON IR – 105 – 1	816.374
Impressora CANON IR – 105 – 2	1.029.983
Impressora CANON IR – 105 – 3	1.258.108
TOTAL	3.410.883

D IMPRESSÃO OFFSET

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE IMPRESSÃO
OffsetCatu	1.365.910
OffsetMultilich	673.650
TOTAL	2.039.560

DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA

3.3 Seção de Acabamento Gráfico

► IMPRESSÃO DIGITAL PB E COLORIDA

TIPO DE SERVIÇO	QUANTIDADE/UNIDADE
Blocagem	7.141
Cintagem	9.267
Colagem	82.561
Contagem	1.210.859
Corte e refile	853.498
Corte e vinco	374.953
Dobra	139.806
Empacotagem	93.275
Encadernação	17.349
Grampeador	11.277
Intercalação	13.764
Perfuração	24.260
Plastificação	1.216.932
Serrilhadeira	1.701.386

4 – DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

4.1 – Seção de Conservação e Limpeza –

além das atividades rotineiras de fiscalização dos serviços de conservação e limpeza em todo o prédio, foram desenvolvidos os seguintes projetos:

- mutirões de limpeza;
- procedimentos de descupinização, desintetização e desratização.
- embelezamento dos jardins, com o plantio de folhagens e flores.

4.2 – Seção de Copa e Cozinha – além das atividades rotineiras de fiscalização dos serviços

de feitura de café e copagem, foram desenvolvidos, juntamente, com o Gabinete do Diretor, os seguintes projetos:

- Readequação dos serviços de copa com o objetivo de estabelecer um padrão de qualidade e reduzir os custos com material de consumo, limpeza e mão-de-obra;
- Redução dos gastos com café e leite neste Tribunal de Justiça com a substituição de garrafas térmicas por máquinas automáticas;
- Redução dos gastos com água mineral neste Tribunal de Justiça com a substituição das garrafas de 500ml por bebedouros.

4.3 – Seção Fotocópia – abaixo, relatório do número de fotocópias reproduzidas pelas máquinas instaladas na Seção.

► FOTOCÓPIAS

MÊS	QUANTIDADE
JAN	179.058
FEV	216.033
MAR	287.168
ABR	217.331
MAI	386.378
JUN	195.749
JUL	218.528
AGO	210.164
SET	(*)
OUT	(*)
NOV	(*)
DEZ	(*)
TOTAL	1.910.409

(*) Valores não computados.

◀ DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO ▶

◀ AMAURI ELCI MANOEL ▶

Diretor



DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

1. GABINETE DA DIREÇÃO

Secretaria

DADOS ESTATÍSTICOS

Tramitação de processos no gabinete 979

Assessoria

Dados estatísticos:

Informações 93

Pareceres Técnicos e Jurídicos 657

Análise de editais 380

Anál. de min. de contratos e editivos 508

Análise de minutas de convênios 130

Aprovação de minutas de
convênios, contratos e aditivos 452

2. DIVISÃO DE COMPRAS

DADOS ESTATÍSTICOS

Aquisição direta (art. 24, II, da Lei n. 8.666/93)

Número de requisições 10.565

Valor gasto R\$ 2.573.260,28

Processos licitatórios (*quantidade*)

Concessão de uso 2

Concorrências 11

Convites 29

Dispensa de Licitação 21

Inexigibilidade de Licitação 6

Leilão 0

Pregões 101

Tomadas de preço 8

Modalidades ainda não definidas 17

Condições dos Processos licitatórios

Licitações ainda não concluídas 93

Licitações com êxito 87

Licitações revogadas 6

Licitações desertas 0

Licitações anuladas 2

Licitações fracassadas 6

**Processos licitatórios com conclusão
prevista até 20/12/2006**

Dispensa de licitação 4

Inexigibilidade de licitação 4

Pregões 40

Tomada de preços 7

Convites 12

Concorrências 9

DADOS FINANCEIROS (R\$)

Processos licitatórios concluídos

(Preços de mercado)

Reserva orçamentária R\$ 20.612.295,39

Valores pagos R\$ 13.389.453,30

ECONOMIA R\$ 7.222.842,09

**Processos licitatórios com conclusão
prevista até 20/12/2006**

(Preços de mercado)

Reserva orçamentária R\$ 15.520.300,95

Valores pagos R\$ 14.325.445,91

ECONOMIA R\$ 1.194.855,04

DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

**3. DIVISÃO DE CONTRATOS
E CONVÊNIOS**

DADOS ESTATÍSTICOS

Movimentação processos – entradas	3.895
Movimentação processos – saída	3.541
Minutas de contratos elaboradas	109
Minutas de convênios elaboradas	65
Minutas de aditivos elaboradas	185
Contratos elaborados	109
Convênios elaborados	62
Comodatos	2
Cessões de uso	1
Termos aditivos elaborados	185
Contratos prorrogados	93

DADOS FINANCEIROS (R\$)

▸ Prestação de serviços

Consultoria - informática	37.306,34
ADSL	351.097,61
Internet	84.369,77
Serviços diversos - informática	3.431.212,08
Plano de Saúde	1.000,00
Produção e veiculação de programas de televisão	204.046,05
Confecção de selos	406.632,87
Monitoramento eletrônico	2.651,28
Coleta de lixo	1.089,10
Coleta de lixo hospitalar	3.045,00
Serviço de cobrança de tarifas	729.757,80
Locação de mão-de-obra	11.114.931,09
Serviços postais	5.820.971,19

Transporte de mercadorias	258.934,27
Administração da conta única	282.436,52
Serviços de reprodução fotostática	69,41
Serviços de plotagem	5.169,23
Mudança de magistrados	57.103,30

▸ Aquisições (materiais permanentes)

Mobiliário	R\$ 74.699,00
Equipamentos	R\$ 5.466.532,22
Veículos	R\$ 608.193,60
Informática - software	R\$ 11.520,00

▸ Aquisições (materiais de consumo)

Combustíveis	R\$ 296.636,39
Gêneros alimentícios	R\$ 483.930,44
Materiais de consumo	R\$ 1.994.282,16
Artigos de escritório	R\$ 204.756,63

▸ Telefonia

Telefonia fixa	R\$ 1.485.906,85
Telefonia móvel	R\$ 82.904,94

▸ Manutenção

Em informática	R\$ 516.849,82
Em equipamentos	R\$ 999.190,82
Predial	R\$ 393.689,14

▸ Imóveis

Locações	R\$ 1.073.472,66
Construção	R\$ 10.414.149,18
Reforma	R\$ 809.856,68

DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

► **Outros**

Passagens aéreas	R\$ 280.962,98
Encadernações	R\$ 63.390,00
Publicações	R\$ 19.751,66

4. DIVISÃO DE ALMOXARIFADO

DADOS ESTATÍSTICOS

► **Requisições**

Requisições de materiais processadas	17.436
Requisições de compras	251

► **Inclusões no estoque**

Por compra	4.899
Formulários gráfica (resmas planas)	508

► **Movimentação de materiais**

Materiais movimentados p/ item	89.045
--------------------------------	--------

► **Volume transportado**

Número de remessa para as comarcas	2.542
Metragem cúbica transportada (m³)	38.664
Peso materiais transportados (Kg)	602.849

DADOS FINANCEIROS (R\$)

► **Valor dos materiais movimentados**

Materiais de consumo	9.146.165,37
Materiais permanentes	13.168.080,07

► **Valor dos materiais estocados**

Materiais de consumo	3.759.849,24
Materiais permanentes	3.379.888,29

5. DIVISÃO DE PATRIMÔNIO► **Incorporações de bens móveis**

Veículos	16
Máquinas, motores e aparelhos	6.531
Materiais bibliográficos	24.363
Equipamentos e instalações	182
Utensílios	639
Mobiliários	3.419

► **Incorporações de bens imóveis**

Terrenos	5
Edifícios	5
Benfeitorias e instalações	1

► **Bens móveis transferidos**

Máquinas, motores e aparelhos	3.701
Materiais bibliográficos	5
Equipamentos e instalações	25
Utensílios	213
Mobiliário em geral	2.224

► **Bens móveis consertados**

Equipamentos e mobiliário em geral	310
------------------------------------	-----

► **Bens móveis baixados**

Veículos	3
Máquinas, motores e aparelhos	580
Materiais bibliográficos	2.760
Equipamentos diversos	80
Utensílios	10.561
Mobiliário em geral	3.091

DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

► Alienação de bens

Processos de baixa e doação	92
Processo de inutilização	5
Transferidos a outros órgãos	10
Entidades atendidas	107

◀ DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS ▶

◀ ZENAIDE TERESINHA IRBER ▶

Diretora



DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

**1. ORÇAMENTO DO PODER
JUDICIÁRIO****1.1 ORÇAMENTO INICIAL**

O orçamento total do Poder Judiciário é composto por três fontes de recursos, a saber:

- a - Recursos Ordinários do Tesouro do Estado - 7% da Receita Líquida Disponível - RLD;
- b - Receitas provenientes do Fundo de Reparcelamento da Justiça; e
- c - Receita proveniente do Sistema Financeiro de Conta Única (Lei nº 11.644/2000).

Referente aos Recursos Ordinários do Tesouro do Estado, a Lei nº 13.454, de 25 de julho de 2005, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2006, consignou ao Poder Judiciário o limite de 7,00% da Receita Líquida Disponível - RLD ("Art. 27 ... considera-se como Receita Líquida Disponível, observado o disposto no art. 123, inciso V, da Constituição Estadual, exclusivamente para servir como base para definir os valores a serem incluídos no orçamento, o total das Receitas Correntes, do Tesouro do Estado, deduzidos os recursos vinculados provenientes de taxas que, por legislação específica, devem ser alocadas a determinados órgãos ou entidades, de transferências voluntárias ou doações recebidas, Cota-Parte do Salário-Educação, da Cota-Parte da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE, da Cota-Parte da

Compensação Financeira de Recursos Hídricos e das parcelas a serem entregues aos municípios por determinação constitucional.") mais os recursos destinados ao pagamento da folha dos inativos das categorias de Juiz de Paz, Auxiliar de Justiça e Serventuário de Justiça Extrajudiciais, transferidos ao Poder Judiciário através da Lei Complementar nº 127/94, bem como as dotações destinadas ao pagamento dos precatórios judiciais movidos contra a fazenda estadual.

O Orçamento do Poder Judiciário é composto por duas Unidades Orçamentárias: 1 - Tribunal de Justiça (fontes de recursos: Tesouro do Estado e Conta única) e 2 - Fundo de Reparcelamento da Justiça.

Na Unidade Orçamentária Tribunal de Justiça, os repasses efetuados pelo Tesouro do Estado são aplicados nas despesas com pessoal ativo e inativo, manutenção e investimentos, pagamentos de precatórios movidos contra o Estado, pagamento da folha dos Extrajudiciais aposentados.

Os recursos da Conta Única são aplicados principalmente: na informatização, na capacitação e aperfeiçoamento dos membros e servidores do Poder Judiciário, nos serviços e equipamentos de segurança, nas bibliotecas setoriais, nos Juizados Especiais e nas Casas da Cidadania.

No Orçamento do Fundo de Reparcelamento da Justiça, constam os recursos que serão

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

aplicados, preferencialmente, na justiça de 1º grau, referentes às despesas com construções, reformas, ampliações de prédios e manutenção predial, equipamento e reequipamento e manutenção da máquina administrativa de

todas as unidades jurisdicionais.

Assim, o orçamento total do Poder Judiciário foi projetado com os seguintes valores: Assim, o orçamento total do Poder Judiciário foi projetado com os seguintes valores:

ORÇAMENTO INICIAL

PROJETO / ATIVIDADE	VALOR (R\$)	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	28.875.812,00	5,42%
Administração de Recursos Humanos (1)	370.030.094,00	69,40%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	33.976.602,00	6,37%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	17.746.157,00	3,33%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	15.732.305,00	2,95%
Coord. Selo de Fiscalização (4)	4.410.000,00	0,83%
Apoio Financ. Assoc. e Entid. de Classe (4)	7.819.745,00	1,47%
Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns (4)	11.085.000,00	2,08%
Ampliações de Fóruns (4)	1.740.000,00	0,33%
Reformas de Fóruns (4)	3.065.000,00	0,57%
Ampliação Palácio da Justiça (4)	4.472.950,00	0,84%
Manut., Serviços e Equip. de Informática (5)	12.966.586,00	2,43%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (5)	15.549.477,00	2,92%
Capacitação e aperfeiçoamento (5)	2.336.902,00	0,44%
Cabeamento Estruturado do Tribunal de Justiça (5)	300.000,00	0,06%
Reforma do Imóvel Adquirido para Unidades Jur. e Acad. Judicial (5)	500.000,00	0,09%
Construções de Casas da Cidadania (5)	2.564.750,00	0,48%
TOTAL	533.171.380,00	100,00%

(1) 7,00% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao P.J. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça

(5) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

1.2 ORÇAMENTO FINAL

Na execução orçamentária de 2006, o orçamento total do Poder Judiciário foi suplementado em **R\$ 122.194.687,63** e anulado em **R\$ 111.791.056,43**,

conforme Demonstrativo das Alterações Orçamentárias abaixo, apresentando em 31/12/2006, o total de créditos orçamentários na ordem de **R\$ 543.575.011,20**, a seguir especificados:

ORÇAMENTO FINAL

ATIVIDADE / PROJETO	VALOR (R\$)	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	10.752.812,73	1,98%
Administração de Recursos Humanos (1)	393.764.889,50	72,44%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	0,00	0,00%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	19.080.435,16	3,51%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	35.904.444,77	6,61%
Coord. Selo de Fiscalização (4)	6.374.252,00	1,17%
Apoio Financ. Assoc. e Entid. de Classe (4)	7.465.748,00	1,37%
Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns (4)	7.493.000,00	1,38%
Ampliações de Fóruns (4)	10.000,00	0,00%
Reformas de Fóruns (4)	1.995.000,00	0,37%
Ampliação Palácio da Justiça (4)	11.809.000,05	2,17%
Manut., Serviços e Equip. de Informática (5)	19.614.653,80	3,61%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (5)	20.319.222,88	3,74%
Capacitação e Aperfeiçoamento (5)	6.071.902,00	1,12%
Cabeamento Estruturado do Tribunal de Justiça (5)	0,00	0,00%
Reforma do Imóvel Adquirido para Unidades Jur. e Acad. Judicial (5)	500.000,00	0,09%
Construções de Casas da Cidadania (5)	1.133.072,23	0,21%
Cabeamento Estruturado do Fórum de Chapecó (5)	44.084,09	0,01%
Modernização e Desenvolvimento Institucional - MP (6)	1.242.493,99	0,23%
TOTAL	543.575.011,20	100,00%

(1) 7,00% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao PJ. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça

(5) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

(6) Recursos descentralizados (Convênio com o Ministério Público)

► 1.3 DEMONSTRATIVO DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS (R\$)

1 - Orçamento Inicial	533.171.380,00
2 - Suplementações	122.194.687,63
2.1 - Excesso Arrecadação da RLD (7%)	11.206.943,00
2.2 - Superávit Financeiro Conta Única	13.465.220,00
2.3 - Superávit Financeiro FRJ	15.598.444,82
2.4 - Excesso Arrecadação do FRJ - 2006	7.128.000,00
2.5 - Anulações de dotações - FRJ	18.217.202,20
2.6 - Anulações de dotações - 7% RLD	49.202.225,38
2.8 - Anulações de dotações - Conta Única	4.434.158,24
2.9 - Recursos do Tesouro (para extrajudiciais inativos)	1.700.000,00
2.10 - Descentralização de créditos do MPSC	1.242.493,99
3 - Anulações	111.791.056,43
3.1 - Anulações de dotações - FRJ	18.217.202,20
3.2 - Anulações de dotações - 7% RLD	49.202.225,38
3.3 - Anulações de dotações - Conta Única	4.434.158,24
3.4 - Outras anulações TJ (para obrigações patronais)	1.315.000,00
3.5 - Anulações Poder Executivo	38.622.470,61
4 - Orçamento Final	543.575.011,20

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

1.4 DESPESA EMPENHADA TOTAL

A despesa total empenhada, durante o exercício de 2006, foi de **R\$ 526.404.600,97**, abaixo discriminada:

DESPEZA EMPENHADA TOTAL

ATIVIDADE / PROJETO	VALOR (R\$)	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1) - Anexo IV	10.752.812,73	2,04%
Administração de Recursos Humanos (1) - Anexo V	393.616.889,50	74,77%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	0,00	0,00%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	19.080.435,16	3,62%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	32.583.633,31	6,19%
Coord. Selo de Fiscalização (4)	6.374.252,00	1,21%
Apoio Financ. Assoc. e Entid. de Classe (4)	7.081.393,01	1,35%
Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns (4)	4.973.844,36	0,94%
Ampliações de Fóruns (4)	0,00	0,00%
Reformas de Fóruns (4)	1.036.100,91	0,20%
Ampliação Palácio da Justiça (4)	9.174.414,36	1,74%
Manut., Serviços e Equip. de Informática (5)	16.937.533,11	3,22%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (5)	16.690.142,30	3,17%
Capacitação e aperfeiçoamento (5)	5.525.912,75	1,05%
Cabeamento Estruturado do Tribunal de Justiça (5)	0,00	0,00%
Reforma do Imóvel Adquirido para Unidades Jur. e Acad. Judicial (5)	288.107,21	0,05%
Construções de Casas da Cidadania (5)	1.002.552,18	0,19%
Cabeamento Estruturado do Fórum de Chapecó (5)	44.084,09	0,01%
Modernização e Desenvolvimento Institucional - MP (6)	1.242.493,99	0,24%
TOTAL	526.404.600,97	100,00%

(1) 7,00% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao PJ. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça

(5) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

(6) Recursos descentralizados (Convênio com o Ministério Público)

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

1.5 SALDO ORÇAMENTÁRIO TOTAL

ATIVIDADE / PROJETO	VALOR (R\$)	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	0,00	0,00%
Administração de Recursos Humanos (1)	148.000,00	0,86%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	0,00	0,00%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	0,00	0,00%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	3.320.811,46	19,34%
Coord. Selo de Fiscalização (4)	0,00	0,00%
Apoio Financ. Assoc. e Entid. de Classe (4)	384.354,99	2,24%
Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns (4)	2.519.155,64	14,67%
Ampliações de Fóruns (4)	10.000,00	0,06%
Reformas de Fóruns (4)	958.899,09	5,58%
Ampliação Palácio da Justiça (4)	2.634.585,69	15,34%
Manut., Serviços e Equip. de Informática (5)	2.677.120,69	15,59%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (5)	3.629.080,58	21,14%
Capacitação e aperfeiçoamento (5)	545.989,25	3,18%
Cabeamento Estruturado do Tribunal de Justiça (5)	0,00	0,00%
Reforma do Imóvel Adquirido para Unidades Jur. e Acad. Judicial (5)	211.892,79	1,23%
Construções de Casas da Cidadania (5)	130.520,05	0,76%
Cabeamento Estruturado do Fórum de Chapecó (5)	0,00	0,00%
Modernização e Desenvolvimento Institucional - MP (6)	0,00	0,00%
TOTAL	17.170.410,23	100,00%

(1) 7,00% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao P.J. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça

(5) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

(6) Recursos descentralizados (Convênio com o Ministério Público)

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

2. ORÇAMENTO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA TRIBUNAL DE JUSTIÇA

2.1 RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL - 2006

A Receita Líquida Disponível do Estado - RLD,

durante o exercício de 2006, foi de aproximadamente **R\$ 5.807.411.713,93**.

A RLD arrecadada em 2006, em valores históricos, apresentou crescimento de 7,35% em relação ao ano anterior, conforme quadro demonstrado abaixo:

► RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL (R\$)

MÊS	RLD
JAN	544.418.579,95
FEV	406.295.715,75
MAR	453.998.467,38
ABR	465.817.644,71
MAI	481.472.127,04
JUN	485.607.658,40
JUL	489.322.893,98
AGO	483.120.654,54
SET	508.577.857,71
OUT	474.818.467,51
NOV	535.712.298,37
DEZ (1)	478.249.348,59
TOTAL	5.807.411.713,93
MÉDIA	483.950.976,16

(1) Valor estimado (média dezembro dos anos de 2003, 2004 e 2005).

2.2 ORÇAMENTO INICIAL

O orçamento inicial da Unidade Orçamentária Tribunal de Justiça, composto pelos recursos oriundos da participação de 7% da Receita Líquida Disponível - RLD, dos

recursos destinados ao pagamento de Precatórios movidos contra a Fazenda Estadual, bem como os da folha de pagamento dos Extrajudiciais Inativos, ficou consignado em **R\$ 484.846.380,00**, abaixo discriminado:

ORÇAMENTO INICIAL

ATIVIDADE / PROJETO	VALOR (R\$)	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	28.875.812,00	5,96%
Administração de Recursos Humanos (1)	370.030.094,00	76,32%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	33.976.602,00	7,01%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	17.746.157,00	3,66%
Manut., Serviços e Equip. de Informática (4)	12.966.586,00	2,67%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	15.549.477,00	3,21%
Capacitação e aperfeiçoamento (4)	2.336.902,00	0,48%
Cabeamento Estruturado do Tribunal de Justiça (4)	300.000,00	0,06%
Reforma do Imóvel Adquirido para Unidades Jur. e Acad. Judicial (4)	500.000,00	0,10%
Construções de Casas da Cidadania (4)	2.564.750,00	0,53%
TOTAL	484.846.380,00	100,00%

(1) 7,00% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao P.J. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

2.3 ORÇAMENTO FINAL

O orçamento final da Unidade Orçamentária do Tribunal de Justiça, no exercício de 2006, foi suplementado em **R\$ 81.251.040,61** e

anulado em **R\$ 93.573.854,23**, apresentando no final do exercício, o montante dos créditos orçamentários de **R\$ 472.523.566,38**, abaixo discriminado:

ORÇAMENTO FINAL

ATIVIDADE / PROJETO	VALOR (R\$)	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	10.752.812,73	2,28%
Administração de Recursos Humanos (1)	393.764.889,50	83,33%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	0,00	0,00%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	19.080.435,16	4,04%
Manut., Serviços e Equip. de Informática (4)	19.614.653,80	4,15%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	20.319.222,88	4,30%
Capacitação e aperfeiçoamento (4)	6.071.902,00	1,28%
Cabeamento Estruturado do Tribunal de Justiça (4)	0,00	0,00%
Reforma do Imóvel Adquirido para Unidades Jur. e Acad. Judicial (4)	500.000,00	0,11%
Construções de Casas da Cidadania (4)	1.133.072,23	0,24%
Cabeamento Estruturado do Fórum de Chapecó (4)	44.084,09	0,01%
Modernização e Desenvolvimento Institucional - MP (5)	1.242.493,99	0,26%
TOTAL	472.523.566,38	100,00%

(1) 7,00% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao P.J. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

(5) Recursos descentralizados (Convênio com o Ministério Público)

2.4 DESPESA EMPENHADA

A despesa total empenhada do Orçamento do Tribunal de Justiça foi de R\$ 465.180.963,02, conforme abaixo discriminado:

DESPESA EMPENHADA

ATIVIDADE / PROJETO	VALOR (R\$)	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	10.752.812,73	2,31%
Administração de Recursos Humanos (1)	393.616.889,50	84,62%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	0,00	0,00%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	19.080.435,16	4,10%
Manut., Serviços e Equip. de Informática (4)	16.937.533,11	3,64%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	16.690.142,30	3,59%
Capacitação e aperfeiçoamento (4)	5.525.912,75	1,19%
Cabeamento Estruturado do Tribunal de Justiça (4)	0,00	0,00%
Reforma do Imóvel Adquirido para Unidades Jur. e Acad. Judicial (4)	288.107,21	0,06%
Construções de Casas da Cidadania (4)	1.002.552,18	0,22%
Cabeamento Estruturado do Fórum de Chapecó (4)	44.084,09	0,01%
Modernização e Desenvolvimento Institucional - MP (5)	1.242.493,99	0,27%
TOTAL	465.180.963,02	100,00%

(1) 7,00% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao P.J. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

(5) Recursos descentralizados (Convênio com o Ministério Público)

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

2.5 SALDO ORÇAMENTÁRIO

O saldo orçamentário total do Orçamento do Tribunal de Justiça foi de R\$ 7.342.603,36, conforme abaixo discriminado:

► SALDO ORÇAMENTÁRIO

ATIVIDADE / PROJETO	VALOR (R\$)	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	0,00	0,00%
Administração de Recursos Humanos (1)	148.000,00	2,02%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	0,00	0,00%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	0,00	0,00%
Manut., Serviços e Equip. de Informática (4)	2.677.120,69	36,46%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	3.629.080,58	49,42%
Capacitação e aperfeiçoamento (4)	545.989,25	7,44%
Cabeamento Estruturado do Tribunal de Justiça (4)	0,00	0,00%
Reforma do Imóvel Adquirido para Unidades Jur. e Acad. Judicial (4)	211.892,79	2,89%
Construções de Casas da Cidadania (4)	130.520,05	1,78%
Cabeamento Estruturado do Fórum de Chapecó (4)	0,00	0,00%
Modernização e Desenvolvimento Institucional - MP (5)	0,00	0,00%
TOTAL	7.342.603,36	100,00%

(1) 7,00% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao P.J. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

(5) Recursos descentralizados (Convênio com o Ministério Público)

2.6 RENDIMENTOS DO SISTEMA FINANCEIRO DA CONTA ÚNICA

O Sistema Financeiro da Conta Única dos depósitos sob aviso à disposição da Justiça foi implementado através da Lei nº 11644/2000.

O patrimônio líquido do Fundo de Investimento registrou, em 31/12/2006, saldo de **R\$ 567.090.047,77**.

No ano de 2006, o Sistema Financeiro de Conta Única apresentou o seguinte rendimento:

▶ CONTA ÚNICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
Patrimônio do Fundo de Investimento em 31/12/2006	567.090.047,77
3 - Rendimento da Conta Única (1-2)	29.442.521,90

2.7 PRECATÓRIOS

Os Precatórios referentes às ações movidas contra o Estado que foram incluídos no orçamento de 2006 não foram pagos por falta de repasse dos recursos financeiros por parte da Secretaria de Estado da Fazenda, apesar do disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Em 31/12/2006, o saldo de precatórios pendentes de pagamento, movidos contra a

fazenda estadual, considerando a administração direta e indireta, atualizados até 30/11/2006, apresentava o montante de **R\$ 287.287.317,67**, sendo:

R\$ 177.372.999,26 - Poder Executivo (1999/2006);

R\$ 78.792.367,81 - IPESC (2002/2006);

R\$ 31.012.480,48 - DEINFRA (1999/2006); e

R\$ 109.470,12 - FATMA (2002 e 2004).

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

2.8 SALDO FINANCEIRO

No ano de 2006 a Secretaria de Estado da Fazenda repassou ao Poder Judiciário, relativos à participação de 7% da Receita Líquida Disponível - RLD, a importância de R\$ 409.624.926,87 e, referente à participação no Fundo Social, a quantia de R\$ 8.851.704,35, totalizando R\$ 418.476.631,22.

Por conta dos repasses supramencionados, o Tribunal de Justiça obteve rendimentos de aplicações financeiras no valor total de R\$ 5.714.228,21.

Em 31/12/2006, o saldo financeiro disponível do TJ apresentou a quantia de R\$ 6.865.785,86. Deste total disponível, deverá ser deduzido o valor de R\$ 5.112.464,10 referentes às obrigações (precatórios movidos contra prefeituras, consignações, restos a pagar - despesas empenhadas e não pagas), restando a disponibilidade líquida de R\$ 1.753.321,76

(superávit financeiro).

Já os recursos provenientes da Conta Única apresentaram disponibilidades, em 31/12/2006, no montante de R\$ 18.353.995,51. Desse valor deverá ser deduzida a quantia de R\$ 11.462.817,59 (restos a pagar de 2006), apresentando assim, superávit financeiro de **R\$ 6.891.177,92.**

3. ORÇAMENTO DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA - FRJ

3.1 RECEITAS ESTIMADAS E ARRECADADAS DO FRJ - 2006

As receitas do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, para o exercício de 2006, foram estimadas em **R\$ 48.325.000,00.**

As receitas arrecadadas do FRJ, no ano de 2006, totalizaram **R\$ 52.189.337,20**, assim discriminadas:

RECEITAS ESTIMADAS E ARRECADADAS DO FRJ (R\$)

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA ORÇADA	RECEITA ARRECADADA	% REC. ARRECADADA
Custas Judiciais	34.150.000,00	31.717.770,38	60,77%
Custas Extrajudiciais	3.885.000,00	7.503.643,01	14,38%
Taxa Judiciária	1.050.000,00	1.059.046,12	2,03%
Rendimentos de Aplic. Financeiras	3.780.000,00	4.239.735,31	8,12%
Selo de Fiscalização	4.410.000,00	6.114.114,30	11,72%
Receitas Diversas	1.050.000,00	1.555.028,08	2,98%
TOTAL	48.325.000,00	52.189.337,20	100,00%

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

3.2 ORÇAMENTO INICIAL DO FRJ

O orçamento inicial do FRJ totalizou R\$ 48.325.000,00, conforme abaixo discriminado:

ORÇAMENTO INICIAL - FRJ

ATIVIDADE / PROJETO	VALOR (R\$)	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais	15.732.305,00	32,56%
Coord. Selo de Fiscalização	4.410.000,00	9,13%
Apoio Financ. Assoc. e Entid. de Classe	7.819.745,00	16,18%
Conclusões, Construções e Aquisição de Prédios de Fóruns	11.085.000,00	22,94%
Ampliações de Fóruns	1.740.000,00	3,60%
Reformas de Fóruns	3.065.000,00	6,34%
Ampliação Palácio da Justiça	4.472.950,00	9,26%
TOTAL	48.325.000,00	100,00%

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

3.3 ORÇAMENTO FINAL DO FRJ

Durante o exercício de 2006, as dotações orçamentárias do Fundo de Reaparelhamento da Justiça (FRJ) foram suplementadas em R\$ 40.943.647,02, sendo, R\$ 15.598.444,82 referente ao superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do FRJ de 2005, R\$

18.217.202,20 proveniente de anulações de outras dotações orçamentárias e R\$ 7.128.000,00 relativos ao excesso de arrecadação apurado no exercício de 2006. Desse modo, os créditos orçamentários totalizaram **R\$ 71.051.444,82** abaixo especificados:

ORÇAMENTO FINAL - FRJ

ATIVIDADE / PROJETO	VALOR (R\$)	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais	35.904.444,77	50,53%
Coord. Selo de Fiscalização	6.374.252,00	8,97%
Apoio Financ. Assoc. e Entid. de Classe	7.465.748,00	10,51%
Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns - Anexo I	7.493.000,00	10,55%
Ampliações de Fóruns e Instalações - Anexo II	10.000,00	0,01%
Reformas de Fóruns - Anexo III	1.995.000,00	2,81%
Ampliação Palácio da Justiça	11.809.000,05	16,62%
TOTAL	71.051.444,82	100,00%

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

3.4 DESPESA EMPENHADA - FRJ

A despesa empenhada no exercício de 2006 foi de **R\$ 61.223.637,95** aplicada nos seguintes projetos/atividades:

► DESPESA EMPENHADA FRJ

ATIVIDADE / PROJETO	VALOR (R\$)	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais	32.583.633,31	53,22%
Coord. Selo de Fiscalização	6.374.252,00	10,41%
Apoio Financ. Assoc. e Entid. de Classe	7.081.393,01	11,57%
Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns	4.973.844,36	8,12%
Ampliações de Fóruns	0,00	0,00%
Reformas de Fóruns	1.036.100,91	1,69%
Ampliação Palácio da Justiça	9.174.414,36	14,99%
TOTAL	61.223.637,95	100,00%

3.5 SALDO ORÇAMENTÁRIO FRJ

O saldo orçamentário do exercício de 2006 foi de R\$ 9.827.806,87, apurado nos seguintes projetos/atividades:

► SALDO ORÇAMENTÁRIO FRJ

ATIVIDADE / PROJETO	VALOR (R\$)	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais	3.320.811,46	33,79%
Coord. Selo de Fiscalização	0,00	0,00%
Apoio Financ. Assoc. e Entid. de Classe	384.354,99	3,91%
Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns	2.519.155,64	25,63%
Ampliações de Fóruns	10.000,00	0,10%
Reformas de Fóruns	958.899,09	9,76%
Ampliação Palácio da Justiça	2.634.585,69	26,81%
TOTAL	9.827.806,87	100,00%

◀ DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS ▶

◀ ANEXOS ▶



DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ANEXO 1

CONCLUSÕES, CONSTRUÇÕES E AQ. DE PRÉDIO DE FÓRUNS	VALOR DO ORÇAMENTO (R\$)	
	FINAL	DESPESA EMPENHADA
CONCLUSÃO DO FÓRUM DE XAXIM	500.000,00	-
CONCLUSÃO DO FÓRUM DE DESCANSO	-	-
CONCLUSÃO DO FÓRUM DE SANTA CECÍLIA	-	-
CONCLUSÃO DO FÓRUM DE SOMBRIO	-	-
CONCLUSÃO DO FÓRUM DE JOINVILLE	-	-
CONCLUSÃO DO FÓRUM DE CRICIÚMA	500.000,00	-
CONCLUSÃO DO FÓRUM DE CORREIA PINTO	-	-
CONSTRUÇÃO DO FÓRUM DE CATANDUVAS	100.000,00	-
CONCLUSÃO DO FÓRUM DE BLUMENAU	-	-
CONSTRUÇÃO DO FÓRUM DE GUARAMIRIM	100.000,00	2.905,46
CONSTRUÇÃO DO FÓRUM DE SÃO DOMINGOS	100.000,00	-
CONSTRUÇÃO DO FÓRUM DE CONCÓRDIA	2.885.000,00	2.602.671,54
CONSTRUÇÃO DO FÓRUM DE PORTO BELO	850.000,00	710.814,14
AQUISIÇÃO DO FÓRUM DE ITAPOÁ	-	-
CONSTRUÇÃO DO FÓRUM DE PIÇARRAS	100.000,00	-
CONSTRUÇÃO DO FÓRUM DE PALHOCA	-	-
CONSTRUÇÃO DO FÓRUM DE CAMBORIÚ	1.758.000,00	1.657.453,22
CONCLUSÃO DO FÓRUM DE LAURO MÜLLER	-	-
CONSTRUÇÃO DO FÓRUM DE PINHALZINHO	100.000,00	-
AQUISIÇÃO DO FÓRUM DE SANTA ROSA DO SUL	500.000,00	-
CONCLUSÃO DO FÓRUM DE BALNEARIO CAMBORIÚ	-	-
CONCLUSÃO DO FÓRUM DE ITAJAÍ	-	-
TOTAL	7.493.000,00	4.973.844,36

ANEXO 2

AMPLIAÇÕES DE FÓRUNS E INSTALAÇÕES	VALOR DO ORÇAMENTO (R\$)	
	FINAL	DESPESA EMPENHADA
AMPLIAÇÃO DO FÓRUM DE RIO DO SUL	-	-
AMPLIAÇÃO DO ALMOXARIFADO	10.000,00	-
AMPLIAÇÃO DO FÓRUM DE GASPAR	-	-
TOTAL	10.000,00	-

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

▶ ANEXO 3

REFORMA DE FÓRUNS	VALOR DO ORÇAMENTO (R\$)	
	FINAL	DESPESA EMPENHADA
REFORMA DO FÓRUM DE CAMPO ERÊ	-	-
REFORMA DO FÓRUM DE MARAVILHA	-	-
REFORMA DO FÓRUM DE TAIÓ	-	-
REFORMA DO FÓRUM DA CAPITAL	1.055.000,00	1.036.100,91
REFORMA DO FÓRUM DE BRAÇO DO NORTE	-	-
REFORMA DO FÓRUM DE BIGUAÇU	-	-
REFORMA DO FÓRUM DE CACADOR	-	-
REFORMA DO FÓRUM DE BOM RETIRO	300.000,00	-
REFORMA DO FÓRUM DE JOAÇABA	390.000,00	-
REFORMA DO FÓRUM DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	250.000,00	-
REFORMA DO FÓRUM DE CAMPOS NOVOS	-	-
REFORMA DO FÓRUM DE IBIRAMA	-	-
REFORMA DO FÓRUM DE POMERODE	-	-
REFORMA DO FÓRUM DE SÃO JOAQUIM	-	-
TOTAL	1.995.000,00	1.036.100,91

▶ ANEXO 4

DESPESAS EMPENHADAS COM MANUTENÇÃO	VALOR (R\$)	%
Diárias	1.442.117,91	13,41%
Material de Consumo	3.847.295,75	35,78%
Premiações Cult., Art., Cient., Desp.	6.862,85	0,06%
Passagens	302.212,36	2,81%
Serviços de Terceiros - PF	48.184,50	0,45%
Serviços de Terceiros - PJ	3.714.059,41	34,54%
Obrigações Tributárias e Contributivas	24.511,85	0,23%
Despesas de Exercícios Anteriores	79.662,10	0,74%
Equipamentos e Material Permanente	1.287.906,00	11,98%
TOTAL	10.752.812,73	100,00%

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ANEXO 5

DESPESA EMPENHADA COM PESSOAL	VALOR (R\$)	%
Salário-Família	20.633,49	0,01%
Vencim. Vantagens - Pessoal Civil	232.996.267,65	59,19%
Obrigações Patronais - Comissionados	3.388.721,57	0,86%
Outras Desp. Variáveis - Pessoal Civil	11.115.975,48	2,82%
Outras Desp. Pessoal Dec. Terceiriz.	1.191.756,84	0,30%
Despesas de Exercícios Anteriores - Ativos	26.969.952,92	6,85%
Indenizações e Restituições Trabalhistas	81.287,97	0,02%
Aposentadorias e Reformas	59.518.557,23	15,12%
Outros Benefícios Assistenciais	1.262.945,64	0,32%
Salário-Família	1.743,43	0,00%
Serviços de Terceiros - PF	1.496.628,90	0,38%
Serviços de Terceiros - PJ	451.488,11	0,11%
Auxílio-Alimentação	33.209.224,44	8,44%
Despesas de Exercícios Anteriores - Inativos	20.518.127,43	5,21%
Indenizações e Restituições	1.393.578,40	0,35%
TOTAL	393.616.889,50	100,00%

◀ DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS ▶

◀ ARI DORVALINO SCHÜRHAUS ▶

Diretor



PROJETOS E ATIVIDADES DE 2006

1. Desenvolvimento de Sistema de Recursos Humanos

Em julho do corrente ano deu-se início ao desenvolvimento de um novo Sistema de Recursos Humanos, com a finalidade de aprimorar os trabalhos na área de pessoal, o que facilitará à Administração o gerenciamento de dados e a tomada de decisões.

O projeto está sendo desenvolvido em parceria pelas Diretorias de Informática e de Recursos Humanos. No corrente ano foram levantadas as atividades e rotinas desenvolvidas na Diretoria de Recursos Humanos, definidos os fluxogramas das rotinas e processos, bem como as fórmulas de cálculos de folha de pagamento.

2. Ingresso de novos servidores no Poder Judiciário

Neste ano ingressaram no Poder Judiciário 400 novos servidores, dos quais 186 no quadro efetivo e 214 no quadro comissionado.

No mesmo período ocorreram 283 exonerações, o que demonstra um acréscimo de 117 servidores.

3. Integração dos novos servidores

Ao longo deste ano foram realizados quatro encontros de integração dos novos servidores, com a participação de 347 servidores de todas as regiões do Estado, o que corresponde a 7,95% do total de servidores do Poder Judiciário.

Além de buscar a integração dos novos servidores, o encontro tem por finalidade transmitir aos participantes informações sobre a estrutura do Poder Judiciário, sobre direitos e deveres do servidor, ética e relacionamento interpessoal.

4. Aposentados

Aos servidores que completaram o tempo de serviço para aposentadoria foi realizado um curso preparatório para a inatividade, do qual participaram 14 servidores.

Os servidores que se aposentaram receberam homenagem, num gesto de reconhecimento pelos serviços prestados ao Poder Judiciário. Participaram do evento 18 aposentados, cada qual agraciado com um troféu comemorativo.

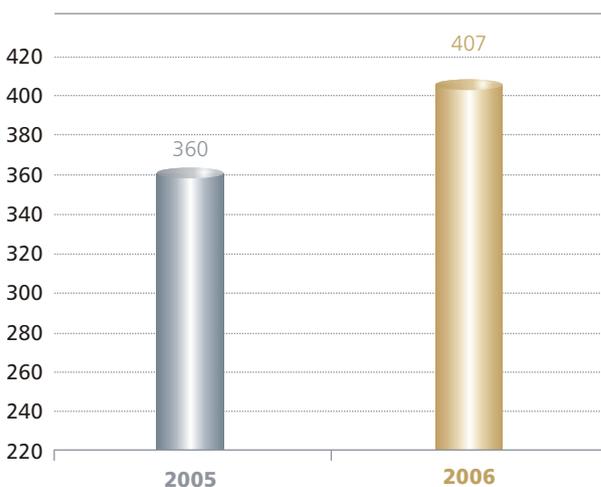
5. Bolsa de Trabalho

O Programa de Bolsa de Trabalho destina-se ao atendimento de estudantes carentes de recursos financeiros, vinculados a instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça.

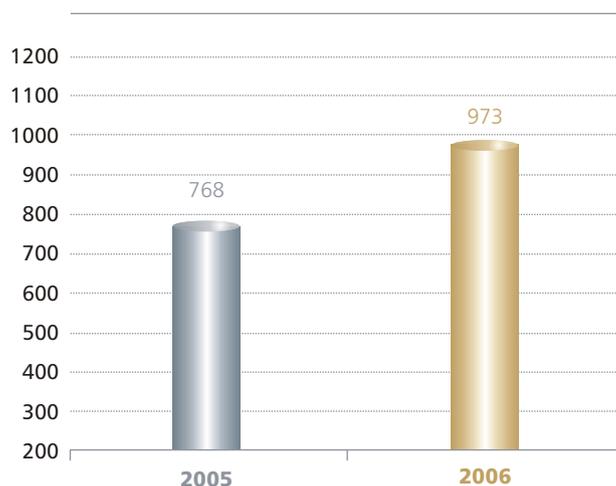
Os estudantes são selecionados pelas instituições de ensino e encaminhados ao Tribunal de Justiça para contratação.

Neste ano, foram criadas mais 47 vagas no Programa de Bolsa de Trabalho, totalizando 407. Destas, 326 são destinadas às comarcas e 81 ao Tribunal de Justiça.

► BOLSA DE TRABALHO (QUANTIDADE)



► ESTÁGIO REMUNERADO (QUANTIDADE DE BOLSAS)



► ESTÁGIO REMUNERADO (DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS)



6. Estágio remunerado

O Programa de Estágio Remunerado visa propiciar aos estudantes do curso de Direito oportunidade de prestarem serviço nos Gabinetes dos Desembargadores e de Juízes de Direito.

Em 2005, havia 768 estagiários. Neste ano foram contratados mais 205, totalizando 973. Do total de vagas, 863 (88,70%) são destinadas às comarcas e 110 (11,30%) ao Tribunal de Justiça.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

7. Bolsa de Estudos

O Tribunal de Justiça mantém o Programa de Bolsa de Estudos, destinado a Magistrados e Servidores, para cursos de graduação, pós-graduação e para o curso da Escola Superior da Magistratura.

Por meio do programa são custeados pelo Tribunal de Justiça 70% (setenta por cento) dos valores das mensalidades escolares.

Neste ano foram acrescentadas mais 20 vagas ao Programa de Bolsa de Estudos.

No tocante às bolsas de estudo para cursos de graduação, foram contemplados no corrente exercício 345 servidores, sendo 280 das comarcas e 65 do Tribunal de Justiça.

Das bolsas de estudos para o curso de preparação para a Magistratura, realizado pela Escola Superior da Magistratura Catarinense, 50 foram destinadas aos servidores das comarcas e 5 aos servidores do Tribunal de Justiça.

No que se refere às bolsas de estudos para cursos de pós-graduação, 40 foram utilizadas pelos servidores e 7 pelos magistrados.

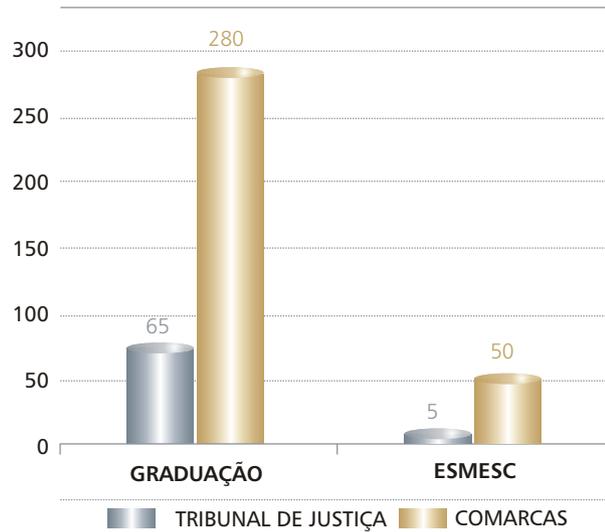
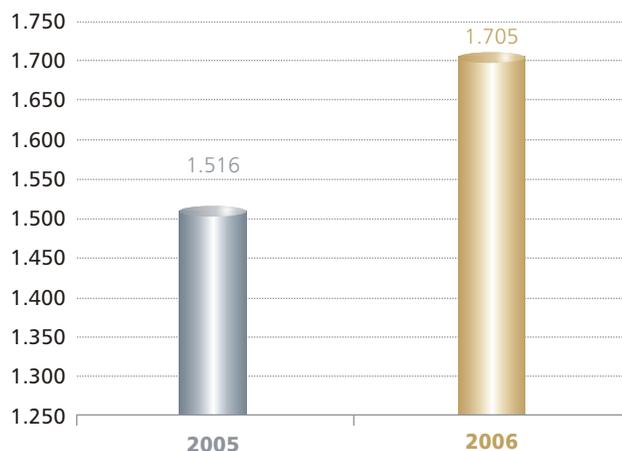
8. Gratificação de Nível Superior

A gratificação de nível superior, prevista no art. 14 da Lei Complementar n. 90, de 1º de julho de 1993, é destinada a servidores não ocupantes de cargo de nível superior que tenham graduação escolar superior.

Em 2005 cerca de 1.516 servidores

BOLSA DE ESTUDO

CURSO	QUANTIDADE DE VAGAS
Graduação	345
ESMESC	55
TOTAL	400

DISTRIBUIÇÃO DAS BOLSAS DE ESTUDO**GRATIFICAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR (QUANTIDADE)**

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

percebiam gratificação de nível superior. Este número foi elevado para 1.705 no corrente ano, o que corresponde ao aumento de 12,46% (doze vírgula quarenta e seis por cento) em relação ao total do ano anterior.

A quantidade de servidores que percebem gratificação de nível superior corresponde a 39,10% do total de servidores do Poder Judiciário.

9. Vale-transporte

O vale-transporte é um benefício concedido aos servidores que gastam mensalmente com transporte mais de 6% (seis por cento) da remuneração. O vale-transporte corresponde à parcela de gastos que exceder a 6% (seis por cento) da remuneração e é creditado mensalmente em folha de pagamento.

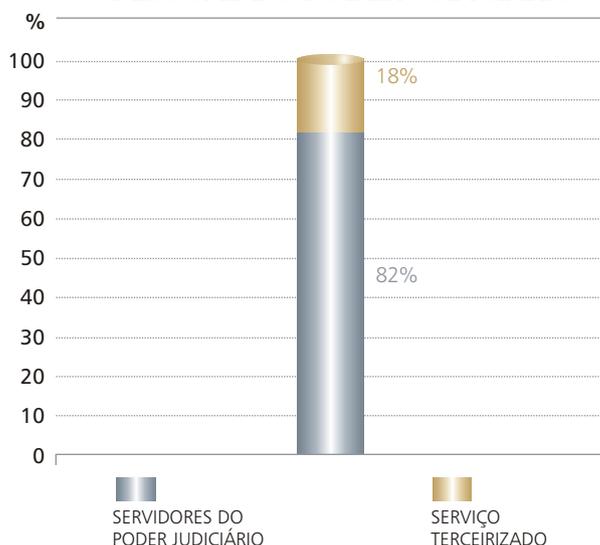
Em 2006, foram contemplados com o benefício 253 servidores, o que corresponde a 5,80% do total de servidores do Poder Judiciário.

10. Terceirização

No corrente exercício foram contratados 164 novos postos de trabalho. Com a contratação, elevou-se para 986 o número de postos de trabalho terceirizado.

A contratação visou atender especialmente à demanda de trabalho das áreas de cozinha, conservação e limpeza, nas comarcas e no

PESSOAL DO PODER JUDICIÁRIO



Tribunal de Justiça. Trata-se de um procedimento que vem sendo adotado nos últimos anos, com a finalidade de recompor a força de trabalho das referidas áreas. Em termos quantitativos, o serviço terceirizado representa 18% (dezoito por cento) do pessoal do Poder Judiciário.

11. Processos Administrativos

Tramitaram na Diretoria de Recursos Humanos, neste ano, 13.432 processos administrativos, o que corresponde à média mensal de 1.119 processos.

12. Folha de Pagamento

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

▶ **MATRÍCULAS CALCULADAS (POR SITUAÇÃO FUNCIONAL)**

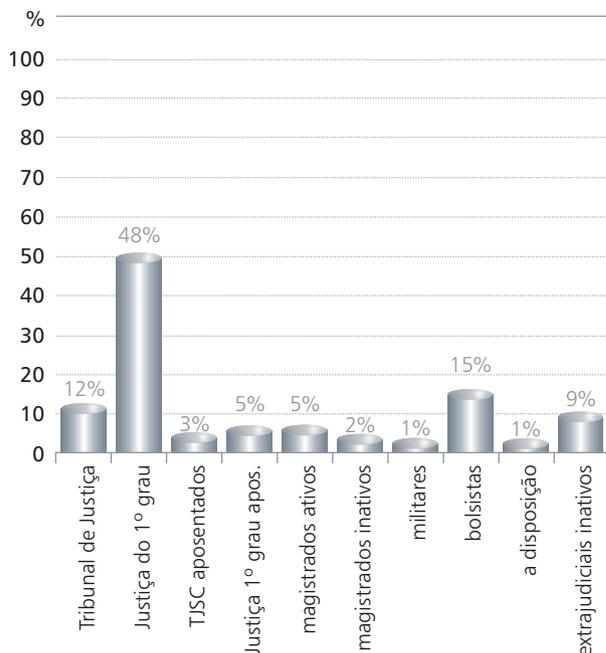
TIPO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Tribunal de Justiça	830	841	843	847	846	866	866	854	860	863	860	-
Justiça do 1º Grau	3.418	3.423	3.469	3.476	3.484	3.479	3.483	3.490	3.493	3.494	3.500	-
Trib. de Justiça Inativos	180	180	180	180	180	181	182	178	177	185	189	-
Just. 1º Grau – Inativos	357	357	356	356	355	356	356	343	343	359	360	-
Magistrados - Ativos	385	385	385	385	385	385	385	384	384	384	384	-
Magistrados - Inativos	151	151	150	149	149	148	148	149	149	149	148	-
Militares	94	96	95	94	94	95	96	96	98	98	98	-
Bolsistas	1.031	1.063	1.083	1.095	1.100	1.149	1.155	1.114	1.162	1.178	1.196	-
À Disposição	69	66	64	63	61	59	59	59	59	59	58	-
Extrajudiciais Inativos	566	564	562	559	552	552	549	548	544	545	547	-
TOTAIS	7.081	7.126	7.187	7.204	7.206	7.270	7.279	7.215	7.269	7.314	7.340	-

▶ **GASTOS COM PESSOAL DO PODER JUDICIÁRIO 2006**

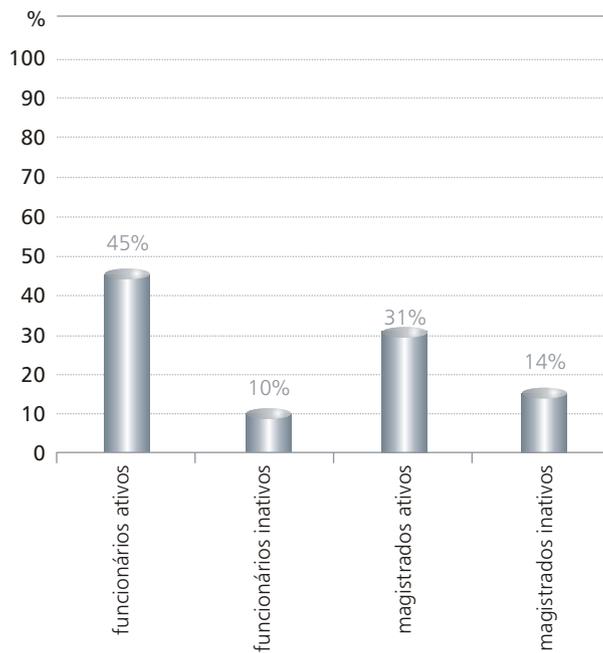
PERÍODO	FUNC. ATIVOS	FUNC. INATIVOS	MAG. ATIVOS	MAG. INATIVOS	TOTAIS
JAN	13.100.134,20	3.034.031,95	9.050.666,02	3.930.895,79	29.115.727,96
FEV	13.259.497,15	3.026.580,72	8.771.161,96	3.921.514,48	28.978.754,31
MAR	14.163.562,84	3.913.075,62	19.939.750,33	14.716.521,87	52.732.910,66
ABR	13.108.564,59	2.886.197,19	7.925.297,99	3.068.157,45	26.988.217,22
MAI	13.743.154,12	3.054.062,12	7.910.980,79	3.068.407,45	27.776.604,48
JUN	14.203.674,90	3.072.983,18	8.195.201,02	3.107.039,51	28.578.898,61
JUL	13.917.432,65	3.044.582,44	8.050.169,35	3.069.584,19	28.081.768,63
AGO	14.380.937,89	3.152.392,92	8.703.851,95	3.095.913,91	29.333.096,67
SET	14.498.944,47	3.141.277,96	8.870.125,57	3.085.691,71	29.596.039,71
OUT	14.710.334,72	3.161.452,46	8.737.902,18	3.085.691,71	29.695.381,07
NOV	14.554.072,05	3.284.372,89	8.613.071,81	3.082.375,02	29.533.891,77
DEZ	-	-	-	-	-
13º	-	-	-	-	-
TOTAIS	153.640.309,58	34.771.009,45	104.768.178,97	47.231.793,09	340.411.291,09

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

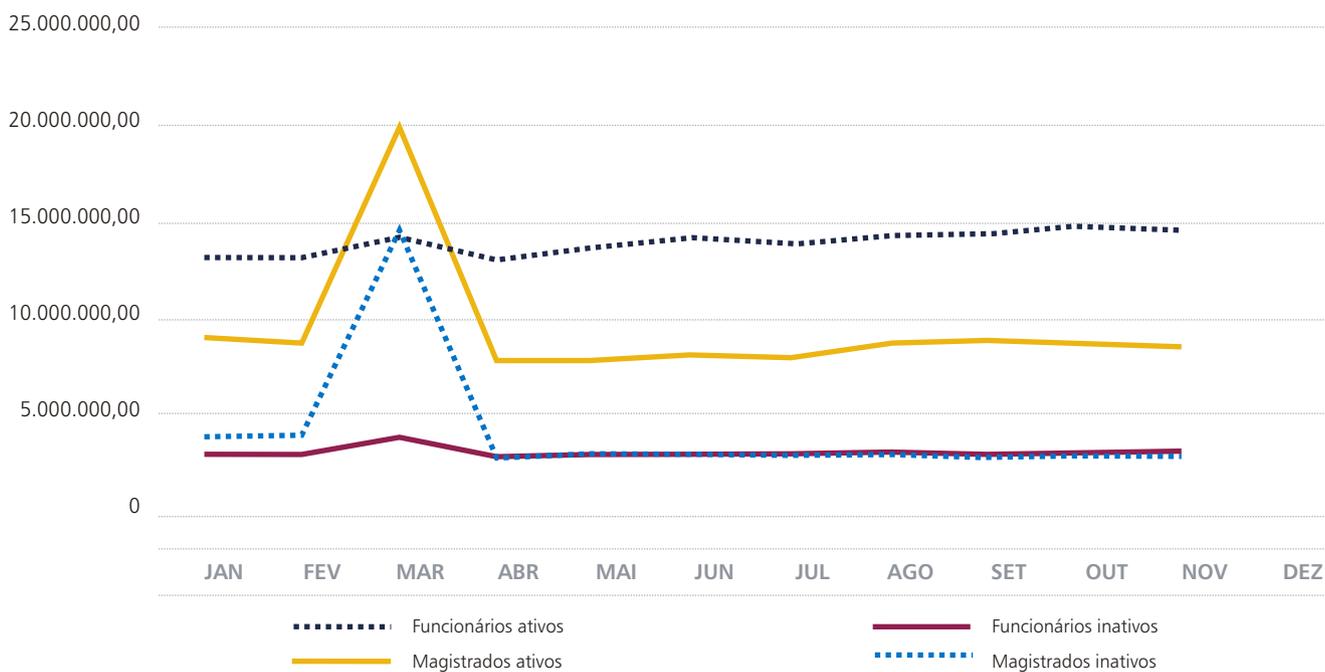
► **MATRÍCULAS**
(POR SITUAÇÃO FUNCIONAL)



► **GASTOS**
(COM PESSOAL ATIVO E INATIVO)



► **GASTOS COM PESSOAL DO PODER JUDICIÁRIO** (EM R\$)



◀ **DIRETORIA DE SAÚDE** ▶

◀ **RENATO GRILLO FLACH** ▶

Diretor



DIRETORIA DE SAÚDE

O presente relatório concentra informações acerca dos projetos e ações desenvolvidas pela Diretoria de Saúde no ano de 2006 (janeiro a novembro).

O Tribunal de Justiça através da Diretoria de Saúde firmou convênio com a SOS UNIMED para atendimento de urgência nas áreas do Tribunal de Justiça e Fórum da Capital.

Também foi firmado convênio com a empresa PROACTIVA para recolhimento e fim adequado ao lixo tóxico utilizado pelos setores da Diretoria de Saúde.

1. PROJETOS EXECUTADOS EM 2006

1.1. Vacina da gripe

O objetivo da vacina da gripe é imunizar os funcionários do Poder Judiciário da Secretaria do Tribunal de Justiça, do Fórum da Capital e das Comarcas do interior.

No ano de 2006, por meio de Pregão, o Laboratório Aventis Pasteur, aplicou 3.557 doses, sendo estas administradas em magistrados e funcionários ativos, terceirizados, funcionários à disposição, bolsistas e estagiários de todas as Comarcas do Poder Judiciário e da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

2. ATENDIMENTOS MÉDICOS

MÉDICOS	Nº DE CONSULTAS
Dr. José Alfredo Mussi	690
Dr. José Carlos Nascimento	856
Dra. Leisa Maria Leal	837
Dr. Luiz Alberto Neves May	544
Dr. Renato Grillo Flach	710
Dr. Newton Dias de Vasconcelos Junior	861
TOTAL	4.498

2.1. Relatório da Seção Psicossocial-ambulatorial

A seção Psicossocial Ambulatorial passou a contar em 2007 com a colaboração de mais duas profissionais em seu quadro. Hoje, além da Dra. Marilda Marcondes de Mattos, integram a seção as psicólogas Liliane Cardoso Pereira e Luciana Raupp Di Bernardi.

Foram atividades desenvolvidas pela equipe:

- Atendimento psicológico de servidores e dependentes;
- Avaliação psicológica dos Juízes Vitaliciandos;
- Avaliação psicológica de servidores por solicitação da Junta Médica;
- Avaliação psicológica e orientação de servidores contratados;
- Acompanhamento psicológico de servidores em licença para tratamento de saúde;

DIRETORIA DE SAÚDE

- Elaboração de artigos de Psicologia publicados na Internet/Intranet;
- Elaboração e distribuição de campanha informativa sobre “Depressão” para a Justiça de Primeiro grau;
- Apresentação de palestras sobre o tema “Depressão” para a Associação Catarinense dos Oficiais de Justiça nas comarcas de Criciúma, São José e Joinville.

▶ ATENDIMENTOS PSICOLÓGICOS

PSICÓLOGA	Nº DE ATENDIMENTOS
Dra. Liliane Cardoso Pereira	225
Dra. Luciana Raupp Di Bernardi	239
Dra. Marilda Marcondes de Mattos	400
TOTAL	864

2.2. Relatório de atividades do Serviço Social

Os trabalhos do serviço social na Diretoria de Saúde iniciaram-se em 4 de abril do corrente, com a assistente social Adriana Kátia Ternes Moresco. As atividades desenvolvidas neste período, em sua maioria, são referentes à elaboração de estudos e pareceres para subsidiar decisões da Junta Médica em processos administrativos.

Pareceres elaborados para Junta Médica

Grande Florianópolis	23
Interior do Estado	28
TOTAL	51

Para a elaboração dos pareceres necessita-se da coleta de dados através de atividades como visitas domiciliares, entrevistas com servidores e requerentes, familiares, avaliação do local de trabalho e visita a instituições de saúde, conforme a necessidade e a peculiaridade de cada situação apresentada.

• Entrevistas	81
• Visitas domiciliares	29
• Visitas ao Locais de Trabalho	20
• Visitas em Instituições de Saúde	17
• Cidades Visitadas	13

Algumas ações não são aqui quantificadas, já que cada processo exige um procedimento como, por exemplo, coleta de dados com o médico assistente do servidor e terapeuta, contatos freqüentes com o servidor, familiares e com clínicas para internação de dependente químicos, conversas com superiores.

Estas ações são feitas constantemente e necessárias para que o trabalho atinja bons resultados, porém são de difícil quantificação para relatório estatístico, já que não são um fim em si mesmas.

Atividades Diversificadas

Atendimento ao servidor – emergência	12
Acompanhamento tratamento - servidor dependência química/psiquiátrica	5
Encaminhamentos da Divisão de Medicina do trabalho	3
Levantamento de dados (atestados servidores de jan/fev/mar)	3

Durante este período foram também realizadas atividades junto à Seção Psicossocial e apoio à Divisão de Medicina do Trabalho, visando a integração das áreas buscando a realização de ações preventivas com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos indivíduos que compõem o Judiciário Catarinense como a avaliação de mobiliário ergonômico e a elaboração e início da implantação do Programa de Prevenção ao Uso de Drogas e Orientação e Acompanhamento ao Dependente Químico, onde foi estabelecida parceria com a Clínica Caminho do Sol.

2.3. Relatório da Seção de Medicina do Trabalho

1 – Acidentes de trabalho comunicados	5
2 – Ambientes avaliados	6

2.4 Seção de Enfermagem

A Seção de Enfermagem, no período de janeiro a novembro de 2006, desenvolveu orientações sobre pressão arterial, fornecimento de dietas (colesterol,

triglicerídeos, ácido úrico) e as atividades descritas abaixo:

PROCEDIMENTOS DE ENFERMAGEM

1	EMERGÊNCIAS	
1.1	Atendidas pela enfermagem	265
1.2	Encaminhadas ao médico	308
2	EXAMES REALIZADOS	
2.1	Eletrocardiograma (ECG)	459
3	CUIDADOS REALIZADOS	
3.1	Aplicação de radiação infravermelha	7
3.2	Nebulização	439
3.3	Verificação de pressão arterial (P.A.)	2.774
3.4	Curativo	762
3.5	Retirada de ponto cirúrgico	40
3.6	Imobilização	33
4	ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS	
4.1	Endovenoso (EV)	99
4.2	Intramuscular (IM)	288
4.3	Subcutâneo (SC)	6
4.4	Via Oral (VO) administrados no local	
4.4.1	– doses	191
4.4.2	– comprimidos	2.392
4.4.3	– controlados (Lexotan 6mg)	78
5	MEDICAMENTOS FORNECIDOS	
5.1	Frascos	3
5.2	Comprimidos	6.210
6	TOTAL	14.354

Relatório de procedimentos realizados na III Semana da Enfermagem, de 10 a 12 de maio/2006, com colaboradores de idade superior a 40 anos.

PROCEDIMENTOS

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Verificação da pressão arterial	348
Teste de colesterol	291
Teste de glicose	291
Teste de bioimpedância (percentual de gordura corporal)	192
Índice de massa corpórea e circunferência abdominal	192
Circunferência abdominal	192
TOTAL DE ATENDIMENTOS	1.506

Foram realizadas 348 verificações de pressão arterial, sendo 158 de mulheres (45,41%) e 190 homens (54,59%).

Do total, 315 pessoas (90,51%) apresentaram a pressão arterial normal, de até 140/90 mmHg segundo preconiza a Sociedade Brasileira de Cardiologia, sendo 153 mulheres (48,57%) e 162 homens (51,43%).

Apresentaram hipertensão limítrofe, com a pressão arterial máxima até 159 mmHg ou pressão mínima de até 94 mmHg, 06 pessoas (1,75%) todas do sexo masculino; na ocasião receberam informativos sobre a hipertensão e foram orientados ao acompanhamento da pressão, aos cuidados com a alimentação e à prática de exercícios físicos.

Como hipertensão definida, com os níveis pressóricos superiores ou iguais a 160/95 mmHg, 27 pessoas (7,8%), deste total 05 mulheres (18,5%) e 22 homens (81,5%); todos foram orientados a fazer um controle diário da pressão e a consultar o médico a fim de realizar um tratamento buscando a normalização da pressão arterial.

Dos 291 testes de colesterol realizados, 132 foram em mulheres, o que representa 45,36% e 159 em homens (54,64%).

Do total 214 pessoas (73,55%) apresetaram os níveis de colesterol normal ou seja, abaixo de 200 mg/dl, entre eles 98 mulheres (45,75%) e 116 homens (54,25%).

Apresentaram os níveis de colesterol acima de 200 mg/dl até 239 mg/dl, 56 pessoas, o que representa 19,25%, sendo 24 mulheres (42,85%) e 32 homens (57,15%) todos foram orientados a consultar um clínico geral para a realização de exames laboratoriais.

Com o colesterol acima de 240mg/dl o total foi de 21 pessoas, representado 7,3% dos que realizaram os testes, dentre estes tivemos 10 mulheres (47,5%) e 11 homens (52,5%).

Tivemos nos testes de glicose o mesmo número de atendimentos dos de colesterol.

Apresentaram a glicose normal que segundo a Sociedade Brasileira de Diabetes é de 70 a 99 mg/dl 231 pessoas (79,38%), dentre estes tivemos 109 mulheres (47,15%) e 122 homens (52,85%).

DIRETORIA DE SAÚDE

Com a glicose inferior a 140 mg/dl, teve-se um total de 55 pessoas, correspondente a 58,15%, dentre estes tivemos 23 mulheres (41,85%) e 32 homens (58,15%).

Apresentaram a glicose acima de 140 mg/dl 5 homens (1,72%), sendo que os mesmos foram orientados a consultar um médico para a realização de exames laboratoriais.

Quanto aos testes de bioimpedância (percentual gordura corporal), 192 pessoas realizaram o teste, entre eles tivemos 105 mulheres (54,69%) e 87 homens (45,31%).

Apresentaram o teste dentro dos padrões da normalidade, ou seja, o percentual de até 25% para as mulheres e 20% para os homens, 120 pessoas (62,5%), entre eles 64 mulheres (53,35%) e 56 homens (46,65%).

Acima destes valores tivemos 72 pessoas (37,5%) entre eles, 41 mulheres (57%) e 31 homens (43%).

No cálculo do índice de massa corpórea nos valores considerados normais, isto é de 20 a 30, tivemos 96 pessoas (50%), 68 mulheres (70,85%) e 28 homens (29,15%).

Já em sobrepeso, nos valores acima de 25 até 30, tivemos 69 pessoas (35,95%), 24 mulheres (34,85%) e 45 homens (65,15%).

E nos valores já considerados como obesidade tivemos 27 pessoas (14,05%), dentre eles 13 mulheres (48,2%) e 14 homens (51,8%).

Quanto à circunferência abdominal, foi feita a medição em 105 mulheres (54,69%) e 87

homens (45,31%).

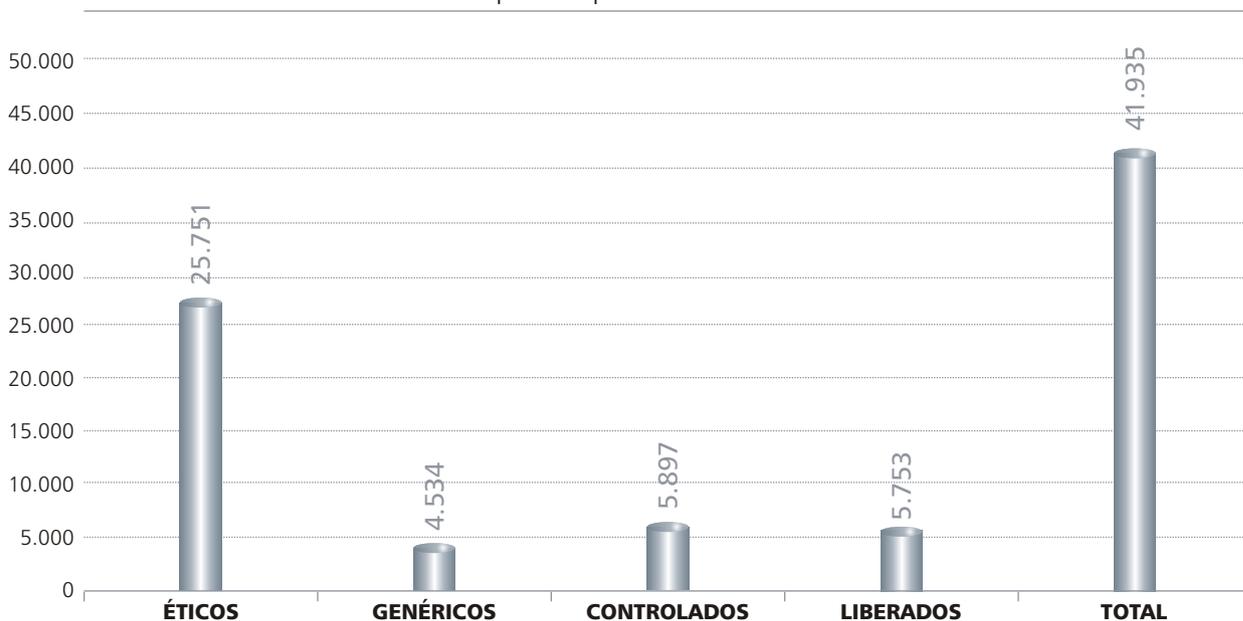
Nos valores normais que é considerado para as mulheres até 88 cm e para homens até 100 cm, tivemos 146 pessoas (76,05%), dentre estes 83 mulheres (79,05%) e 63 homens (72,40%).

Já nos valores acima do que é considerado normal tivemos 46 pessoas (23,95%), sendo 22 mulheres (20,95%) e 24 homens (23,95%).

As pessoas com valores dos testes e medidas acima dos padrões da normalidade, foram orientadas quanto ao risco para a sua saúde e para fazer um acompanhamento profissional de saúde.

2.5 SEÇÃO DE FARMÁCIA

Produtos adquiridos pela Farmácia do Poder Judiciário



3. RELATÓRIO DA JUNTA MÉDICA OFICIAL DO PODER JUDICIÁRIO

Licença para tratamento de saúde	1580
Licença para tratamento de saúde em pessoa da família	211
Pedido de reconsideração	50
Pedido de licença para tratamento de saúde em prorrogação	183
Licença gestação	42
Readaptação	41
Remoção	15
Aposentadoria por invalidez (deferida)	24
Aposentadoria por invalidez (indeferida)	8
Admissão	324
Pedido de isenção do desconto do imposto de renda	15
Agendamento de perícia na junta médica	168
Pedido de disposição	2
Pedido de remoção	8
Pedido de avaliação	9
Pedido de redução de carga horária	10
TOTAL	2.690

DIRETORIA DE SAÚDE

O formulário de admissão - laudo médico, foi disponibilizado na internet este ano. Através do novo sistema de processos implantados recentemente, está sendo coletado de dados

para um futuro estudo sobre a saúde dos Servidores do Poder Judiciário e avaliação dos indicadores solicitados pela Asplan.

4. ATENDIMENTOS ODONTOLÓGICOS

DENTISTA	PACIENTES	DIAS TRABALHADOS
Dr. Dante Del Vale Valcanaia (Prótese)	221	116
Dr. Eduardo Dutra da Silva (Endodontia)	243	156
Dr. José Eduardo C. Shiozawa (Dentística)	326	92
Dra. Maria Eugênia B. Burg (Dentística)	625	162
Dr. Lauro Egídio Bragaglia (Prótese)	347	182
Dr. Reginaldo Reitz (Dentística)	605	187
TOTAL*	2.367	895
<i>Índice de aproveitamento**</i>	2,64	

(*) Somatório de todos os dentistas (**) Pacientes/dia/dentista

4.1. RELATÓRIO DA SEÇÃO DE PRÓTESE

1 - Fundição de estrutura metal-cerâmica	160
2 - Prótese sobre implante	73
3 - Confecção de provisórios (elementos)	458
4 - Confecção de modelos	410
5 - Placa de registro	24
6 - Aplicação em cerâmica (elementos)	299
7 - Moldeira individual	35
8 - Placa de clareamento	63
9 - Confecção de tróqueis	60
10 - Placa de proteção noturna	24
11 - Confecção de In-Ceram	32
12 - Confecção Targis-Vectris	24
13 - Confecção de núcleos	76
14 - Ponte parcial removível (PPR)	27
15 - Prótese total	6
16 - Prótese protocolo	1
17 - Prótese parcial fixa	27
TOTAL GERAL	1.769

JUSTIÇA MILITAR

JUIZ GETÚLIO CORRÊA

Juiz Auditor



► CAPITAL - MOVIMENTO FORENSE - JANEIRO A OUTUBRO 2006

VARA - AUDITORIA DA JUSTIÇA MILITAR	
Entrados	786
Sentenciados	192
Arquivados definitivamente	414
Arquivados administrativamente	0
Remetidos para recurso	10
Remetidos para outro tribunal	21
Em andamento	999

► CAPITAL - MOVIMENTO FORENSE - JANEIRO A DEZEMBRO 2005

VARA - AUDITORIA DA JUSTIÇA MILITAR	
Entrados	833
Sentenciados	48
Arquivados definitivamente	838
Arquivados administrativamente	0
Remetidos para recurso	11
Remetidos para outro tribunal	1
Em andamento	495



► RELATÓRIO ESTATÍSTICO DE 2006 - TJSC

Produção: Assessoria de Planejamento

Design Gráfico: Valmor Fritsche - valmor.design@uol.com.br

Impressão e acabamento: Divisão de Artes Gráficas do TJSC

Tiragem: 350 exemplares

TJSC - Rua Álvaro Millen da Silveira, 208 - Centro - Florianópolis/SC

CEP 88020-901 - tel.: (48) 3221.1000 fax: (48) 3221.1200

tjmail@tj.sc.gov.br www.tj.sc.gov.br

 **gráfica|tjsc** Florianópolis, janeiro de 2007.

O conteúdo integral deste relatório está disponível também na Internet: acesse www.tj.sc.gov.br
